



MARCOS OLIVEIRA AMORIM TOLENTINO

**O 16 DE SETEMBRO SOB A ÓTICA DA DIPBA –
*DIRECCIÓN DE INTELIGENCIA DE LA POLICÍA
DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (1990-1996)***

CAMPINAS

2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

MARCOS OLIVEIRA AMORIM TOLENTINO

**O 16 DE SETEMBRO SOB A ÓTICA DA DIPBA –
*DIRECCIÓN DE INTELIGENCIA DE LA POLICÍA
DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (1990-1996)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política, Memória e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

Campinas

2012

3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

T575d Tolentino, Marcos Oliveira Amorim, 1986-
O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA -Dirección de
Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (1990-
1996) / Marcos Oliveira Amorim Tolentino.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: José Alves de Freitas Neto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Policía de la Provincia de Buenos Aires. Dirección de
Inteligencia. 2. Ditadura e ditadores - Argentina. 3. Memória. 4.
Argentina – História – 1979-1996. 5. Argentina – Comemorações. I.
Freitas Neto, José Alves de, 1971- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: September 16th commemoration under the vigilance of DIPBA –
Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de
Buenos Aires (1990-1996)

Palavras-chave em inglês:

Policía de la Provincia de Buenos Aires. Dirección de Inteligencia
Dictators – Argentina
Memory

Argentina – History – 1979-1996

Argentina - Commemoration

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

José Alves de Freitas Neto [Orientador]

Samantha Viz Quadrat

Mariana Rangel Joffily

Data da defesa: 29-08-2012

Programa de Pós-Graduação: História

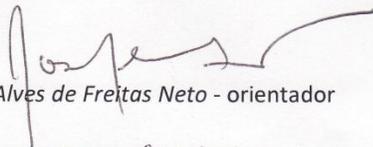
MARCOS OLIVEIRA AMORIM TOLENTINO

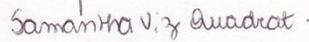
**O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA - Dirección de
Inteligencia de La Policía de la Provincia de Buenos Aires
(1990-1996)**

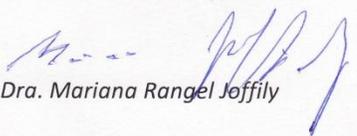
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Alves de
Freitas Neto.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 29/08/2012.

BANCA


Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto - orientador


Profa. Dra. Samantha Viz Quadrat


Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily

Profa. Dra. Janice Theodoro da Silva (suplente)

Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto (suplente)

CAMPINAS, 2012

Agradecimentos

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa desenvolvida desde o ano de 2008. Iniciado em um projeto de Iniciação Científica, estendido ao projeto de Mestrado que aqui apresentamos, este trabalho contou com importantes contribuições para o seu desenvolvimento.

Antes de tudo, devo agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento do projeto.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto cujas orientações foram importantes para a minha entrada em uma discussão recente e sobre a qual possuía poucas referências. Se na primeira vez que o procurei, ele me afirmou que era necessária afinidade para a escolha do tema de pesquisa; hoje, devo agradecê-lo por ter me acompanhado na descoberta de uma das minhas paixões. A confiança colocada em mim foi importante para os rumos que o nosso trabalho tomou e para a minha formação.

Agradeço às Profas. Dras. Iara Lis Schiavinatto e Samantha Viz Quadrat pelas considerações realizadas na banca de qualificação.

Registro o meu agradecimento às pessoas que me atenderam ao longo da minha investigação na Argentina. Tanto nos organismos de direitos humanos – *Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Centro de Estudios Legales y Sociales* – quanto nas instituições voltadas para o trabalho com o passado recente – *Comisión Provincial por la Memoria, Memoria Abierta* -, sempre fui muito bem recebido e recebi contribuições e sugestões importantes para a minha pesquisa. Agradeço especialmente aos técnicos do Arquivo da *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), dispostos a tirar minhas dúvidas sobre o grande desafio que se colocou quando decidi trabalhar com a documentação deste arquivo. E à Evangelina Sanchez, da área de Patrimônio Documental do *Memória Abierta*, quem facilitou a minha entrada para a pesquisa entre os organismos de direitos humanos.

Agradeço também aos amigos que fizeram parte de diversas maneiras da minha trajetória. Aos que conheci na Argentina, por tornar este país mais do que um objeto de investigação. Aos de Salvador, por me lembrarem de que, independentemente dos meus distanciamentos, estariam ali para me apoiarem no que necessário. Aos de Campinas, por fazerem parte do que eu considero uma segunda família com a qual compartilhei as dificuldades, vitórias, cansaços, aborrecimentos,

e discussões que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, e para o questionamento de antigas certezas.

Destes, um agradecimento especial deve ser feito para Pâmela, minha parceira nas aventuras e desventuras da investigação. Se agora concluo este trabalho é porque encontrei nela alguém para dividir, entre mesas de bares, noitadas e madrugadas de estudos, as frustrações, dilemas e descobertas que o trabalho com as ditaduras civis-militares do Cone Sul me trouxeram.

Por último, dedico este trabalho à minha família. Assim, agradeço meus pais e meu irmão por apoiarem as minhas decisões e, principalmente, por incentivarem o menino curioso que eu sempre fui a ir atrás de respostas para suas perguntas.

Resumo

Esta dissertação visa analisar as comemorações anuais em torno do episódio *La noche de los lápices*, entre os anos de 1990 e 1996. Tal episódio refere-se a uma série de procedimentos orientados à repressão do movimento estudantil secundarista, ocorridos entre 15 e 21 de setembro de 1976, na cidade de La Plata. Trata-se de um dos casos emblemáticos que se instauraram na memória coletiva da sociedade argentina no período da reconstrução democrática, acerca da violência e da repressão sistemática dos sete anos da mais recente ditadura civil-militar no país (1976-1983). O nosso objetivo é discutir as relações da sociedade e das instituições estatais argentinas com as memórias do episódio em questão, e conseqüentemente com o mais recente passado ditatorial, a partir da formação de *circuitos de memórias* nos quais discursos e práticas de rememoração garantem a permanência deste como um *passado presente*. Para tanto, utilizamos a documentação produzida e arquivada no Arquivo da antiga *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* (DIPBA), serviço de inteligência que funcionou na Argentina entre os anos de 1956 e 1998. A nossa escolha permite mapear as diferentes iniciativas ocorridas anualmente no dia 16 de setembro, além de identificar os critérios que (re) significaram a elaboração de memórias em torno da data. A documentação em questão traz ao *círculo de memórias* um ator estatal, o órgão de vigilância política e social, e a necessidade de problematizarmos o seu funcionamento durante o período democrático que seguiu à mais recente ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Argentina, ditadura civil-militar; memória, comemoração, DIPBA.

Abstract

This dissertation analyses the annual commemoration of the episode *La noche de los lápices*, from 1990 to 1996. This episode refers to a series of procedures aimed at the repression of the sophomore student movement, occurred between 15 and 21 September 1976 in the city of La Plata. This is one of the emblematic cases which have consolidated in the collective memory of Argentine society in the period of democratic reconstruction, about violence and the systematic repression of the seven years of the most recent civil-military dictatorship in Brazil (1976-1983). Our goal is to discuss the relations of society and Argentine state institutions with memories of the episode in question, and therefore with the most recent dictatorial past, from the formation of circuits in which memories discourses and practices of remembering guarantee the permanence of that as a last present. We used the documents produced and filed in the Archives of former Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA), an intelligence service that worked in Argentina from 1956 to 1998. Our choice enables mapping the different initiatives that occur annually on the 16th of September, in addition to identifying the criteria that (re) mean the creation of memories about the date. The referred documents bring to the circuit of memories a new actor in this study, the national surveillance social policy. And most of all it's necessary to question its operation during the democratic period that followed the latest civil-military dictatorship.

Key-words: Argentina, Civil-military Dictatorship, Commemoration, DIPBA.

Lista de abreviações

AMIA Asociación Mutual Israelita Argentina

ANCLA Agencia de Noticias Clandestinas

APDH Asamblea Permanente por los Derechos Humanos

CELS Centro de Estudios Legales y Sociales

CEPA Corriente Estudiantes Populares Antiimperialistas

CES Corriente Estudiantes Secundarios

CIDH Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNU Comando Nacional Universitario

CONADEP Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas

CONADI Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad

CPM Comisión Provincial por la Memoria

CTA Central de Trabajadores de la Argentina

DIPBA Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires

EAAF Equipo Argentino de Antropología Forense

FJC Federación Juvenil Comunista

H.I.J.O.S. Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio

JG Juventud Guevarista

JUP Juventud Universitaria Peronista

LADH Liga Argentina por los Derechos del Hombre

MEDH Movimiento EcuMénico por los Derechos Humanos

MES Movimiento Estudiantes Secundarios

OEA Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

PRT-ERP Ejército Popular del Partido Revolucionario de los Trabajadores

SERPAJ Servicio de Paz y Justicia

UES Unión de Estudiantes Secundarios

UNLP Universidad Nacional de La Plata

Sumário

Resumo	9
Lista de abreviações	13
Introdução	17
Vigilância em tempos de democracia: as comemorações do 16 de setembro no arquivo da DIPBA	27
Capítulo 1. Os circuitos de memórias da mais recente ditadura civil-militar argentina (1976-1983)	33
O desaparecimento forçado de pessoas	35
Os circuitos repressivos clandestinos	45
A formação dos circuitos de memórias	56
Capítulo 2. Os lápis seguem escrevendo	67
As noites dos lápis.....	75
Os familiares e o quebra-cabeça dos desaparecimentos.....	84
Jovens e inocentes	92
O 16 de setembro e o circuito de memórias	104
Capítulo 3. Um espaço para a memória, a justiça e a história: o arquivo da DIPBA	109
Os aportes da DIPBA para as causas judiciais	115
Os aportes da DIPBA para as investigações históricas	117
Mesa “A” Estudantil - Estudantes secundarios. La noche de los lápices.....	123
Capítulo 04. Os lápis, nós seguimos escrevendo.	131
O boom das memórias da ditadura civil-militar	133
O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA	142
Conclusão	161
Bibliografia	167
Periódicos	178
Indicação de Filmes	178

Indicação de fontes.....179

Introdução

16 de setembro de 1976. Forças de segurança sequestram clandestinamente um grupo de estudantes secundaristas na cidade de La Plata, numa operação policial que resultou em diversos sequestros ao longo do mês de setembro. Deste grupo, María Claudia Falcone, María Clara Ciocchini, Horacio Angel Ungaro, Daniel Alberto Racero, Francisco López Muntaner, Claudio de Acha continuam desaparecidos.¹

16 de setembro de 1986. Num momento de retomada das atividades dos centros estudantis nos colégios secundaristas, a *Federación Juvenil Comunista* lançou na área metropolitana de Buenos Aires a *Frente 16 de septiembre*. A dez anos do ocorrido, o episódio que passou a ser conhecido como *La noche de los lápices* tornou-se um emblema para a rearticulação do movimento estudantil secundarista, que tomou a demanda de memória, verdade e justiça como própria; e que assumiu como urgente a luta pelo boleto estudantil secundarista, apontada então como o motivo do sequestro e desaparecimento dos jovens *platenses*.²

16 de setembro de 1996. Mais de três mil estudantes secundaristas e universitários marcharam pelas ruas de La Plata, da Plaza San Martín ao Ministério de Obras Públicas, como há vinte anos fizeram os estudantes desaparecidos, reivindicando a revogação das *Leis de Indulto* e a defesa da educação pública.³

16 de setembro de 2006. No dia 14 de setembro, o então presidente Néstor Kirchner assinou um projeto de lei que tornou o 16 de setembro o *Día Nacional de la Juventud*, em comemoração à denominada *noche de los lápices*. Os argumentos para tal medida foram que a data representaria “*en rol de la juventud su compromiso con un mundo de solidaridad y justicia*” e que sua eleição “*trasciende el dato histórico y busca establecer el hecho simbólico*”. Dois dias depois, na cidade de La Plata, grupos estudantis e organizações de direitos humanos lideraram o ato central em frente ao edifício onde funcionara o *Pozo de Banfield*, local no qual os

¹ NUÑEZ, Héctor R & SEONE, María. **La Noche de los Lápices**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, pp. 173-179.

² LORENZ, Federico. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007, p.50; MANZANO, Valeria. “Cultura, política y movimiento secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX”. In: **Propuesta Educativa**. Buenos Aires, Flacso, n. 35, 2011, p. 48.

³ “Los chicos salieron a la calle” (Página/12 17/09/96).

jovens foram detidos clandestinamente. Pediam que o edifício fosse convertido em um museu da memória, e afirmavam que os jovens desaparecidos lutaram não só pelo boleto estudantil secundarista, mas por um país mais justo. ⁴

La noche de los lápices é o nome pelo qual se tornaram célebres os procedimentos repressivos ocorridos durante o mês de setembro de 1976, quando foi sequestrado na cidade de La Plata um grupo de estudantes secundaristas como parte da repressão ao movimento estudantil, dentre os quais estavam: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudio de Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciochini, Pablo Díaz, Patricia Miranda, Gustavo Calloti e Emilce Moler. A maioria deles era de militantes da *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES), uma das frentes de massa dos *Montoneros*, com exceção de Pablo Díaz, integrante da *Juventud Guevarista* (JG); e Patricia Miranda, sobre a qual não temos informações sobre sua vinculação com qualquer organização política. Desse grupo, somente os quatro últimos sobreviveram.

Ao lermos a exposição acima, podemos perceber que a rememoração desse caso tomou como sua uma data - o 16 de setembro. É importante observarmos as ressignificações pelas quais a data passou ao longo de trinta anos na Argentina: de marco inicial de um operativo repressivo clandestino, realizado sob o manto do silêncio, da censura e, conseqüentemente, de um suposto esquecimento; a momento privilegiado para a recordação das violações dos direitos humanos cometidas durante a mais recente ditadura civil-militar no país ⁵

⁴ “En recuerdo de La Noche de los Lápices, quieren declarar el 16 de setiembre Día de la Juventud” (Clarín 14/09/2006); “Proyecto por los estudiantes desaparecidos” (La Nación 14/09/2006).

⁵ No nosso trabalho, optaremos por utilizar a denominação ditadura civil-militar para fazer referência à mais recente experiência ditatorial na Argentina. A produção acadêmica no país ainda não adota o termo civil para se referir à tal experiência. Se por um lado já foi aceito que os distintos níveis de colaboração social tornaram possíveis os desdobramentos do plano repressivo, são escassos os trabalhos empíricos que realizam um exame das relações entre ditadura e sociedade. Nesse sentido, dialogamos com a análise de Hugo Vezzetti ao afirmar que a ditadura constituiu um regime civil-militar, pois:“(…) *a objetivos más amplios, pero no por eso menos centrales, la dictadura se proponía disciplinar la fuerza de trabajo, suprimía los partidos políticos (que se habían mostrado incapaces de estabilizar un orden social y político) y buscaba reforzar los lazos familiares tradicionales y moralizar las costumbres. Y allí donde encarnaba un principio de orden frente al caos social y político (más allá de que terminara por instaurar un régimen que terminó arrastrado a formas mucho peores de desorden) no dejaba de recibir apoyos explícitos y una conformidad bastante extendida. Hay que recordar que el régimen, en verdad, fue cívico-militar, que incorporó extensamente cuadros políticos provenientes de los partidos políticos y que no le faltaron amplios apoyos eclesiásticos, empresariales, periodísticos y sindicales. De modo que la representación, ampliamente*

Investigações produzidas anteriormente apontam os motivos que fizeram com que *la noche de los lápices*, dentre tantos outros episódios repressivos, tornasse-se um dos mais conhecidos e recordados. O fato de ter se constituído em torno dele uma memória narrativa constituída por representações que dialogavam diretamente com os processos hegemônicos de significação do passado ditatorial nos primeiros anos da democracia ajudaria a entender a sua repercussão pública. Esta repercussão encontrou na publicação de um livro e no lançamento de um filme vetores que garantiram que esse não fosse apenas mais um caso que se restringiria às páginas do *Nunca Más* ou à Sala de Audiências do julgamento às Juntas Militares.⁶

A partir da leitura desses trabalhos, a pergunta que colocamos é: como explicar a vigência desse episódio na memória coletiva da sociedade argentina, ao ponto dele ser lembrado anualmente no calendário de comemorações das datas que devem ser recordadas da ditadura? Por se tratar de um momento que produz uma dinâmica particular na circulação social de memórias, procuraremos encontrar uma resposta para tal questionamento nas comemorações anuais do 16 de setembro e no *círculo de memórias* que se forma em torno dessa data.

Com o intuito de explicarmos a sua vigência, devemos nos atentar para os processos de transmissão envolvidos na recordação do episódio. Vale destacar que sob a bandeira do *lembrar para não repetir*, cujo intuito maior era garantir que os crimes da ditadura não voltassem a ocorrer na democracia marcando uma ruptura entre os dois regimes, *la noche de los lápices* teve um papel significativo como representação das *atrocidades* cometidas pela ditadura civil-militar e como canal de transmissão dessa mensagem para as futuras gerações. A transmissão garantiu-se quando o 16 de setembro tornou-se uma data comemorativa na qual se formou um círculo cujo fim voltava sempre ao ponto de partida: a recordação do ocorrido em setembro de 1976.

instalada después del renacimiento democrático, de una sociedad víctima de un poder despótico es sólo una parte del cuadro y pierde de vista que la dictadura fue algo muy distinto de una ocupación extranjera, y que su programa brutal de intervención sobre el Estado y sobre amplios sectores sociales no era en absoluto ajeno a tradiciones, acciones y representaciones políticas que estaban en la sociedad desde bastante antes.” Logo, em um exame das memórias produzidas acerca do período ditatorial, não podemos esquecer o efeito que elementos característicos do discurso militar (*no te metas, por algo habrá sido, que estaban haciendo tus hijos*) tiveram sob a ressignificação do passado recente ao longo da democracia. Ver: VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina.** Siglo XXI, Buenos Aires, p. 39.

⁶ Ver: RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de ‘la noche de los lápices’”. In: **Cuadernos del CISH.** La Plata, n. 17-18, 2005; LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia;** RAGGIO, Sandra. “La noche de los lápices: del testimonio judicial al relato cinematográfico”. In: FELD, Claudia (comp.) [et.al.]. **El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente.** Buenos Aires: Paidós, 2009; RAGGIO, Sandra. “La construcción de un relato emblemático de la represión: la ‘noche de los lápices’”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008.** Buenos Aires: Biblos, 2010.

Ao mapearmos as diferentes iniciativas de rememoração, os atores sociais convocados a participarem delas e os discursos e significações do episódio que então tomam os espaços públicos de discussão, tentaremos observar quais os usos que se fazem de *la noche de los lápices* e da memória de suas vítimas para se exigir memória, verdade e justiça, conceitos que marcaram a defesa pelos direitos humanos no final da ditadura.

Por outro lado, o *circuito de memórias* também é conformado pelo *não-dito*. Uma das principais características da produção das memórias é a seletividade: retêm-se alguns elementos do passado enquanto outros são relegados ao esquecimento.⁷ Logo, trabalhar com as memórias produzidas em torno de *la noche de los lápices* significa pensarmos o que fica de fora da sua recordação. Soma-se a isso um questionamento sobre possíveis *resistências* que possam surgir, seja à memória do episódio em si, por se inserir nos conflitos pela construção de sentido do passado ditatorial, ou ao relato consagrado em torno dele.

Vale destacar que o processo histórico das memórias não é linear ou racional; logo, aspectos silenciados ou esquecidos podem cobrar saliência pública independente da vontade ou da razão de acordo com transformações nos climas culturais e institucionais, surgimento de novos atores sociais, ou mudanças nas sensibilidades dos mais antigos.⁸ Dessa maneira, as comemorações do 16 de setembro, com sua recorrência anual, é uma porta de entrada para pensarmos em uma *história da memória*, buscando perceber se o relato consagrado nos anos iniciais da democracia encontra-se reiterado ou não, e quais elementos novos agregam-se ou contrapõem-se a ele.

Por se tratar de um *passado que não passa* ou de uma *ferida que não se cicatriza*, as ditaduras civis-militares do Cone Sul tornaram-se objeto primordial de análises de investigadores interessados em pensar o passado recente e a atualidade das questões não resolvidas produzidas por tais experiências históricas. A polêmica sobre como esse passado violento deve ser recordado e qual o juízo que deve ser formulado em relação a ele, colocam a história e a memória no centro do debate. Seja numa perspectiva regional, ou a partir da análise das especificidades de cada caso

⁷ GROPPPO, Bruno. “Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur”. In: GROPPPO, B.; FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. Ed. Al Margen, La Plata, 2001, p. 27.

⁸ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002, pp. 74-75.

nacional, busca-se compreender qual o significado dessas experiências traumáticas para as histórias e as memórias públicas dos países da região.⁹

Algumas análises apontam para o caráter conflituoso do passado ditatorial como explicação para a sua presença obstinada nos debates políticos dos países do Cone Sul. Nesse sentido, Bruno Groppo pontua que a memória e o esquecimento constituem, em toda a sociedade, um lugar de enfrentamento privilegiado, no qual cada grupo social tenta prevalecer, contra as memórias contrapostas, a sua própria leitura do passado. O conflito entre lembrar e esquecer é agravado pela natureza das memórias. De um lado, rememorar o passado ditatorial significa evocar o sofrimento, trazendo à tona acontecimentos e experiências dolorosas. Do outro, a impossibilidade do esquecimento se coloca na aceitação de que esse passado não foi um simples parêntese na história de cada um dos países, marcando uma ruptura e acarretando consequências duradouras.¹⁰

Segundo Elizabeth Jelin, o passado ditatorial possui nos países do Cone Sul um sentido ativo devido à dificuldade de se gerar um consenso entre os diversos atores sociais sobre a sua significação. Em qualquer momento seria impossível encontrar uma memória; uma visão e interpretação únicas do passado compartilhadas por toda uma sociedade. Com as respectivas aberturas políticas, habilitou-se uma esfera pública na qual foram incorporadas, além do relato político dominante produzido pelas ditaduras, narrativas e relatos que até então estavam contidos na esfera privada e censurados. Logo, atores sociais diversos, com diferentes vínculos com a

⁹ O conjunto de investigações mais importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho e que seguem tais eixos são os organizados por Elizabeth Jelin na série *Memorias de la represión*. Trata-se de uma série de obras que colocam à disposição do público os resultados de um programa desenvolvido pelo *Painel Regional de América Latina (RAP)* do *Social Science Research Council*, cujo propósito era o de promover a investigação e a formação de investigadores sobre as memórias da repressão política no Cone Sul. A sua importância para o nosso trabalho relaciona-se à sua proposta de gerar avanços teóricos e de investigação que contribuam para enriquecer os debates sobre a natureza das memórias na região e as especificidades da abordagem de temas relacionados às mesmas. No total, somam-se hoje doze volumes, todos publicados pela Siglo XXI Editores: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.**; FELD, Claudia. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina.** 2002; JELIN, Elizabeth. (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”.** 2002.; CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth. (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad.** 2002; JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. (comps.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales.** 2003; JELIN, Elizabeth. & PINO, Ponciano del (comps.). **Luchas locales, comunidades e identidades.** 2003. JELIN, Elizabeth & LORENZ, Federico Guillermo (comps.). **Educación y memoria. La escuela elabora el pasado.** 2004.; JELIN, Elizabeth & LONGONI, Ana (comps.). **Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión.** 2005; AGÜERO, Felipe & HERSHBERG, Eric (comps.). **Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia.** 2005; JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego (comps.). **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles.** 2006. JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. **Subjetividad y figuras de la memoria.** 2006.

¹⁰ GROPPPO, Bruno. “Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur”.

experiência passada, passaram a conviver sob o marco das regras do funcionamento democrático e a se enfrentar para afirmar como legítima e verdadeira a sua versão do passado. Objetivavam assim estabelecer/convencer/transmitir uma narrativa de memória que pudesse se tornar socialmente aceita e compartilhada, garantindo conseqüentemente a sua posição sobre como deveriam ser encaradas as contas com o passado recente.¹¹

Nesse cenário conflituoso, surge o questionamento sobre qual o lugar ocupado pela produção acadêmica, principalmente oriunda da disciplina histórica, na produção de narrativas sobre o passado recente. Podemos perceber que um dos desafios que o historiador interessado por ele encontra é o fato de não possuir o monopólio do discurso histórico. As suas análises, críticas e argumentações podem entrar em conflito com as memórias coletivas de certos grupos sociais, inclusive com aquelas representações consensualmente aceitas e compartilhadas pela sociedade na qual se encontra inserido. O seu próprio objeto de estudo é constituído fundamentalmente das experiências vividas e transmitidas por grupos e indivíduos geralmente contemporâneos a ele.¹²

Apesar de já ter se constituído como campo de estudos, tanto na Argentina como nos outros países da região, em graus de desenvolvimento distintos, a *história do Tempo Presente* ainda é questionada sobre as possibilidades de o historiador garantir o seu distanciamento analítico de um passado que, por manter sua atualidade e presença nos debates políticos e sociais, não teria cumprido um dos requisitos que fundara a condição disciplinar da História, e que demanda respostas sociais dos próprios historiadores nos espaços públicos.¹³

O desenvolvimento do campo de estudos sobre *história do Tempo Presente* tem como uma de suas particularidades uma dimensão política, já que podemos perceber uma vinculação consciente por parte dos investigadores com a busca de verdade e justiça em relação aos passados traumáticos pelos quais passaram suas sociedades de origem. Dessa maneira, coloca-se o dilema sobre como pensar criticamente as distintas memórias militantes, as intervenções sociais geradas a partir delas e as *políticas de memória* sem justificar ou respaldar as respectivas ditaduras civis-militares, a violência política, e as opções pela reconciliação ou pelo esquecimento.

¹¹ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 39-47.

¹² FRANCO, Marina & LEVÍN, Florencia. “El pasado cercano en clave historiográfica”. In: FRANCO, MARINA & LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 16.

¹³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O Presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 2.

Nesse sentido, a existência de uma demanda social e política a respeito do tema das memórias individuais e coletivas e dos legados da mais recente ditadura civil-militar contribuíram para o desenvolvimento de uma vertente de análise de forte expansão nos âmbitos acadêmicos e que segue permeando as abordagens e debates sobre o passado recente argentino: os estudos sobre a memória. Tais estudos inserem-se nos conflitos por outorgar um sentido ao passado buscando uma compreensão que vá além da superfície do que é visível ou narrado e que questione os sentidos comuns estabelecidos.¹⁴

No caso específico argentino, a reivindicação da memória ou do esquecimento como consignas políticas ou como catalisadoras de políticas oficiais nem sempre incorporou uma reflexão sobre os mecanismos, as armadilhas e os paradoxos da própria memória. A memória coletiva parecia condenada a nutrir-se exclusivamente da recordação pessoal, do testemunho judicial ou dos marcos gerais de sentido que pautavam os discursos fundantes da democracia.¹⁵

Durante anos após o final da ditadura, notamos censuras à História que parecia não poder analisar através de ferramentas próprias de sua disciplina o passado recente. A demora dos estudos históricos em produzir narrativas estaria relacionada com a vontade de se estabelecer uma cisão entre a História e a política, num processo de institucionalização e profissionalização da disciplina durante os anos 1980.¹⁶ Além de se constituir como um tema politizado e ainda não resolvido pela sociedade, o passado ditatorial tinha naquele momento uma dimensão biográfica pessoal, pois grande parte daqueles que formavam o campo acadêmico foram atores sociais participantes desse momento histórico, uma atuação muitas vezes militante em distintas organizações e com diferentes níveis de compromisso e responsabilidade.¹⁷ Os efeitos produzidos pelos novos discursos de memória surgidos principalmente a partir de 1995, e a incorporação de uma nova geração de historiadores contribuíram para a superação do silêncio sobre o passado

¹⁴ PADRÓS, Enrique Serra. “História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos”. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.1,n.1, jan-junho 2009, p. 33; ROTH, Philip. “Promesas y problemas de la historia reciente del Cono Sur (a modo de introducción).” In: BOHOLAVSKY, Ernesto [et.al.] (comps.). **Problemas de historia reciente del Cono Sur. Volumen I**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 13.

¹⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 46-48; RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”. In: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. Argentina, **1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008, p. 262.

¹⁶ FRANCO, Marina & LEVÍN, Florencia. “El pasado cercano en clave historiográfica”, p. 56.

¹⁷ PITTALUGA, Roberto. “Notas sobre la historia del pasado reciente”. In: CERNADAS, Jorge & LVOVICH, Daniel (comps.). **Historia, ¿para qué?: revisitas a una vieja pregunta**. Buenos Aires: Prometeo, 2010, pp. 128-129.

recente no âmbito acadêmico.¹⁸ Assim, principalmente a partir dos anos 2000, podemos afirmar que a *historia do Tempo Presente* na Argentina, ou *historia reciente* de acordo com a alcunha que geralmente recebe no país, já se constituiu e institucionalizou como um objeto de estudo sistemático de investigação profissional.¹⁹

Geralmente, os trabalhos desenvolvidos dividem-se em duas vertentes. De um lado, a construção retrospectiva sobre o passado ditatorial através de um trabalho empírico de investigação e análise da dinâmica política e social do período.²⁰ Do outro, o estudo crítico das memórias coletivas que reflete menos acerca do período em questão do que a história dos períodos que o seguiram, já que sua ênfase está posta na problematização dos usos e abusos do passado e suas mistificações.²¹ Tal problematização permite ao historiador realizar uma *historia*

¹⁸ A aproximação do aniversário de vinte anos do golpe e o surgimento da agrupação H.I.J.O.S. (*Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) na cena pública argentina marcaram uma inflexão nos debates sobre a memória da mais recente ditadura civil-militar. Às tradicionais vozes da busca pela verdade e pela preservação da memória, somaram-se os filhos dos desaparecidos políticos que colocaram novos questionamentos sobre as identidades políticas dos seus pais. Começaram a aparecer também as *confissões* e autocríticas públicas de torturadores, executores e chefes militares, constituindo assim um *boom da memória* nos meios de comunicação.

¹⁹ Segundo Luis Alberto Romero, para revisarmos o que foi até então produzido sobre a mais recente ditadura civil-militar argentina, a classificação entre obras historiográficas e de outras disciplinas nunca é taxativa. Nesse sentido, podemos considerar como trabalhos de investigação histórica aqueles que não necessariamente coincidem com a formação ou a vinculação profissional dos seus autores. Os diálogos interdisciplinares com outras áreas das ciências humanas que há mais tempo se ocupam do tema trazem grandes contribuições para o desenvolvimento da história do Tempo Presente. Logo, ao realizarmos um panorama dessa produção acadêmica não podemos deixar de citar tais trabalhos. Ver: ROMERO, Luis Alberto. “La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión”. In: PÉROTIN DUMON, Anne (ed.). **Historizar el pasado vivo en América Latina**. 2007, p.2.

²⁰ Os avanços nas reflexões sobre o tema da mais recente ditadura civil-militar argentina pode ser notado nas compilações que, desde meados da década de 1990, demonstram um aprofundamento desse tipo de análise. Ver: ACUÑA, Carlos [et.al.]. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995; QUIROGA, Hugo & TCACH, César (comps.). **A veinte años del golpe. Con memoria democrática**. Rosario: Homo Sapiens, 1996; QUIROGA, Hugo & TCACH, César. **Argentina 1976-2006, entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia**. Rosario: Homo Sapiens/Universidad Nacional del Litoral, 2006; YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008.

²¹ CATELA, Ludmila da Silva. **Situación límite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001; FELD, Claudia. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina**; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**; OBERTI, Alejandra & PITTALUGA, Roberto. **Memorias en Montaje. Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la historia**. Buenos Aires: Ediciones El cielo por asalto, 2006; LORENZ, Federico. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007; SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008; CRENZEL, E. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**. Siglo XXI, Buenos Aires, 2008; FELD, Claudia (comp.) [et.al.]. **El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente**. Buenos Aires: Paidós, 2009; MUDROVIC, María Inés (ed.). **Pasados en conflicto: representación, mito y memoria**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009; VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2009; CRENZEL, Emilio (coord.).

das memórias, assumindo que a as representações do passado têm uma história e lógica temporais próprias que precisam ser compreendidas.²²

Entretanto, devemos considerar o fato de que a significação dos acontecimentos do passado não se estabelece mantendo-se constante e imutável. As mudanças nos cenários políticos, a entrada de novos atores sociais e as mudanças nas sensibilidades sociais inevitavelmente implicariam transformações dos sentidos do passado. Não se tratam de exercícios *negacionistas* – apesar de que estes também existam –, mas de uma mudança na ênfase sobre o quê recordar e o quê preservar do passado, privilegiando e resgatando elementos que até então poderiam estar silenciados ou esquecidos. Por passar por mudanças de sentido e conteúdo, as memórias possuem assim uma dinâmica histórica que requer ser problematizada e estudada.²³

Nos processos históricos ligados às memórias de passados conflituosos, como as mais recentes ditaduras civis-militares do Cone Sul, nota-se que há momentos de maior visibilidade e outros de aparente silêncio e esquecimento. Quando novos atores ou novas circunstâncias se apresentam nos cenários nacionais, o passado é resignificado e passa a cobrar uma atenção pública inesperada. Logo, para darmos conta de tais mudanças devemos observar as diferentes conjunturas sócio-políticas que implicaram modificações nos atores que rememoram, nos aspectos que elegeram recordar ou deixar de lado, e nos modos – práticas, comemorações, rituais – através dos quais o recordar tomou forma.²⁴

Para analisarmos os *conflictos de memória* e as representações da mais recente ditadura civil-militar argentina propomos no nosso trabalho a noção de *circuito de memórias*. Esta distingue-se do *dever de memória* porque, como abordagem historiográfica, permite um distanciamento em relação aos processos ocorridos, sem negarmos a nossa concordância com as demandas sociais sobre a necessidade de se recordar o passado ditatorial. Com o retorno à democracia, o problema dos desaparecidos colocou-se para os países do Cone Sul latino-

Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008. Buenos Aires: Biblos, 2010; MEDVESIG, Claudia [et.al.]. **La sociedad argentina hoy frente a los años '70.** Buenos Aires: EUDEBA, 2010; TEUBAL, Ruth. **Memorias fraternas: la experiencia de hermanos de desaparecidos, tíos de jóvenes apropiados durante la última dictadura.** Buenos Aires: EUDEBA, 2010; assim como os números da **Revista Puentes**, publicada pela Comisión Provincial por la Memoria (CPM), em La Plata, a partir do ano 2000.

²² ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que é era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 95-96.

²³ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, p. 70.

²⁴ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, p. 74; BISQUERT, Jacquelina & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática.** Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 12.

americano como a *imprescritibilidade da memória da dor*, principalmente devido às modalidades repressivas adotadas pelo *circuito repressivo clandestino*.²⁵ Consequentemente, o debate e a necessária revisão dos anos da ditadura são dificultados pela dor das vítimas e o seu luto persistente; pela violência irreparável da morte e do desaparecimento; e porque, para os próprios atores sociais, parecem ameaçar visões retrospectivas que os permitiram lidar com o legado das ditaduras.²⁶ Porém, se o vazio imposto pela figura do desaparecido e o *dever de memória* resultante dele condensarem as explicações do passado ditatorial, a produção de conhecimento histórico corre o risco de se dissolver em uma trama de *crime e castigo*.²⁷ Acreditamos que, além de lembrarmos, é importante entendermos, embora a produção de memórias seja necessária para os exercícios de compreensão histórica.²⁸ Nesse sentido, ao partirmos dos *circuitos de memória*, evitamos que a causa política e humanitária do *dever de memória* sobre os desaparecidos sobreponha-se a determinados protocolos da escrita da História, evitando uma reiteração da transmissão e circulação de memórias como um processo autônomo ou canônico.

Percebemos, assim, que, na Argentina, a presença do passado ditatorial nos espaços públicos de discussão é o resultado de uma dinâmica da interação de versões deste passado produzidas por organizações e grupos da sociedade civil e pelas instituições estatais, tornando-o um *passado presente*. Logo, a nossa proposta de *circuito de memórias* busca mapear como ocorre tal interação. Dessa forma, acreditamos que as *datas infelizes* que formam *calendário de comemorações da ditadura* no país são um ponto de encontro de gerações e dos diversos atores sociais envolvidos com o problema dos desaparecidos.²⁹ De acordo com Ludmila da Silva

²⁵ TELES, Edson. “Políticas do silêncio e interditos da memória da transição do consenso” *In*: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume II**. São Paulo: HUCITEC, 2009, p. 386.

²⁶ KAUFMAN, Susana G. “Lo legado y lo próprio. Lazos familiares y transmisión de memorias”. *In*: JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. **Subjetividad y figuras de la memoria**, p. 69.

²⁷ LONGONI, Ana. **Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión**. Buenos Aires: Norma, 2007, p. 39.

²⁸ SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**, p. 22.

²⁹ Para Elizabeth Jelin, as comemorações de datas referentes ao passado ditatorial nos países do Cone Sul latino-americano assumem um caráter diferente das *comemorações pátrias*. Na história latino-americana, comemorar significou reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador ou como a sacralização dos valores e ideais de uma comunidade. A instalação dessa noção remete ao período de consolidação dos Estados Nacionais, na segunda metade do século XIX e início do século XX. A sua implantação relaciona-se à necessidade de construção de um passado comum, de datas e símbolos pátrios, de uma história oficial a ser compartilhada e transmitida. Tratam-se, portanto, de iniciativas no plano simbólico e identitário que permitiram a afirmação de sentimentos de pertencimento a uma pátria. Porém, acontecimentos contemporâneos, especialmente marcados por conflitos sociais e políticos, demonstram a dificuldade em se consolidar uma história oficial. Por outro lado, causam comoção e conflito na vida política e social, instalando uma demanda de comemoração, combinada

Catela, à primeira vista essas datas podem ser entendidas como datas de *protesto*; porém, mais que isso, são espaços onde são postas em evidência hierarquias, legitimidades, disputas e acordos, relativos à ressignificação do passado ditatorial. São momentos em que familiares, militantes do movimento pelos direitos humanos, dirigentes políticos e sindicais, estudantes secundaristas e universitários, intelectuais, religiosos; cidadãos em geral e o Estado participam, por motivos individuais e coletivos, da produção e transmissão de *memórias*.³⁰ Portanto, entendemos as datas comemorativas como espaços a partir dos quais podemos pensar as relações entre a sociedade e o Estado argentino com a mais recente ditadura civil-militar. Para analisarmos as formas que assumem os *circuitos de memórias*, partiremos do 16 de setembro e do episódio ao qual ele se refere como uma das datas consolidadas no *calendário de comemorações*, através da documentação produzida e arquivada pela DIPBA – *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*.

Vigilância em tempos de democracia: as comemorações do 16 de setembro no arquivo da DIPBA

Entre outubro e novembro de 2003, os jornais argentinos recorrentemente fizeram menção à abertura para a consulta pública de um arquivo de inteligência policial: o arquivo da antiga DIPBA. Nas matérias publicadas, notamos uma ênfase na constatação de que a espionagem e seguimento à sociedade civil não teria acabado com o fim da mais recente ditadura civil-militar.

com urgências éticas e demandas morais. As *datas infelizes* relacionam-se assim ao ao caráter conflituoso e à destruição dos laços sociais que elas recuperam. O conflito se coloca inclusive na escolha de *qual* data comemorar e como. Ao observamos a relevância pública das datas que compõem o *calendário de comemorações* relativas às mais recente ditadura-militar argentina, podemos perceber que, enquanto algumas datas parecem cobrar uma importância maior, instaurando uma rememoração por todo o país, como por exemplo o 24 de março e o aniversário do golpe de Estado, o 02 de abril e o aniversário do início da Guerra das Malvinas, o 16 de setembro e a comemoração a *la noche de los lápices*, e o 12 de dezembro e a recordação do Massacre de Margarita Belén (Ver: JAUME, Fernando. “Margarita Belén: las herramientas de la memoria. Investigar, conmemorar, comunicar, exigir justicia.” *In: Iberoamericana*, X, 40, Diciembre 2000); por outro lado, outras parecem ter um sentido mais local ou regional como a *Jornada de derechos humanos y cultura*, em Ledesma, Jujuy, que comemora o episódio repressivo conhecido como *Apagón del terror*, de julho de 1976 (VER: CATELA, Ludmila da Silva. “Apagón en el Ingenio, escrache en el Museo. Tensiones y disputas entre memorias locales y memorias oficiales en torno a un episodio de represión de 1976”. *In: JELIN, Elizabeth & PONCIANO DEL PINO, Luciano. Luchas locales, comunidades e identidades*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2003). Tal constatação permite-nos pensar os processos sociais e de disputas simbólicas através dos quais tais datas cobram sua relevância, quais aspectos limitam a sua importância a locais específicos, e quais as características próprias das *memórias locais*.

³⁰ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, pp. 220-221.

Todos coincidem no fato de que demoraram quinze anos de democracia para que o órgão encerrasse suas funções e que, durante esse tempo, a DIPBA continuou colocando sob sua lupa distintas atividades e organizações, muitas vezes sob requerimento do próprio Poder Executivo provincial. Elas trazem aos leitores alguns exemplos de informes produzidos sobre fatos importantes ocorridos após o retorno da democracia: os levantamentos *carapintadas* e o ataque ao quartel *La Tablada*, em 1989; o atentado à *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA) e a reforma da Constituição provincial da Província de Buenos Aires, em 1994; etc.³¹ Porém, as possibilidades de se pensar a continuidade da atividade de vigilância em tempos democráticos ficam em segundo plano quando contrapostas às novas informações que o acervo da DIPBA poderia trazer para esclarecer o destino final dos desaparecidos. Além disso, algumas das reportagens citadas trouxeram-nos a informação de que as marchas em comemoração ao episódio repressivo conhecido como *La noche de los lápices* foram objeto de investigação a cada 16 de setembro. Dessa maneira, abriram as possibilidades para a execução do nosso trabalho que encontrava como barreira inicial a dificuldade para encontrar fontes primárias que dessem conta das distintas iniciativas de rememoração que na data conformaram um *círculo de memórias*.

Ao considerarmos a perspectiva histórica da instituição policial vinculada às atividades de inteligência, reconhecemos que a riqueza do fundo documental da DIPBA para os estudos históricos está na possibilidade que ele oferece para se analisar a dinâmica de perseguição e registro efetuados pelo Estado ao longo de um tempo considerável, pois o controle social exercido pelos agentes policiais sobre a sociedade civil e política da Província de Buenos Aires vai de 1956, data de criação da DIPBA, a 1998, quando suas atividades foram encerradas. Logo, o trabalho com o arquivo da DIPBA permite identificar e compreender as mudanças e continuidades nas tarefas de inteligência política desenvolvidas pelo órgão por diversos momentos da história política argentina, períodos democráticos e ditatoriais, e que, em parte, encontram-se registradas em seus documentos.

Para a nossa proposta, precisamos ter em vista que, com o fim da ditadura civil-militar, uma vez instalados os mecanismos democráticos nos procedimentos formais, o desafio deslocou-se para o seu desenvolvimento e aprofundamento. A continuidade das atividades da DIPBA demonstra-nos que, apesar de várias instituições políticas terem sido retomadas a partir de 1983,

³¹ “La apertura de los archivos secretos de la policía provincial” (*Clarín*, 03/10/2003); “El archivo” (*Página/12*, 05/10/2003); “Los archivos de la maldita policía” (*La Nación*, 12/10/2003); “Los archivos de la dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires” (*Clarín*, 30/11/2003).

na Argentina, as forças de segurança estatais sofreram mudanças limitadas, em um demonstrativo das dificuldades encontradas pela transição democrática na Argentina para superar possíveis continuidades entre os anos ditatoriais e democráticos em termos da vida cotidiana de diversos grupos sociais e das lutas sociais e políticas que a partir de então se desenvolveriam.³²

Surgem, então, questionamentos sobre qual o sentido das atividades de vigilância em plena democracia; quais os critérios segundo os quais determinadas iniciativas tornavam-se o alvo de investigações; quais as informações consideradas relevantes pelos agentes policiais envolvidos na produção dos informes; e que *outro* vigiado era construído em suas representações. Sobretudo para a nossa proposta, a utilização dos informes produzidos pelo *trabalho de campo* dos agentes policiais da DIPBA durante as comemorações do 16 de setembro insere-os como um dos participantes do *circuito de memórias*, pois a sua vigilância atribuída para a data um sentido próprio, justificatório das suas atividades.

A dissertação está organizada em 04 capítulos. No Capítulo 01, apresentaremos o que entendemos como *circuito de memórias* e a sua relação com a permanência do passado ditatorial nos debates público argentinos, principalmente do problema do desaparecimento forçado de pessoas. Acreditamos que a maneira como estes foram realizados contribuíram para a formação dos *circuitos*, gerados por um *dever de memória*. Em um primeiro momento, esse *dever* cobrou força como uma forma de resistência à ditadura civil-militar e ao *circuito repressivo clandestino* planejado sistematicamente por ela. Por outro lado, o *circuito repressivo clandestino* enquanto prática trouxe aos *circuitos de memórias* algumas *resistências* para a produção e transmissão de relatos sobre o passado, relacionados às dificuldades de recuperação e de representação dos desaparecidos.

A conformação de um *circuito de memórias* em torno do 16 de setembro, tema central para a pesquisa, será abordado no Capítulo 02 da nossa dissertação. O objetivo desse capítulo é apontar as iniciativas que dotaram a data de significados, partindo da ditadura às *políticas de memória* da transição democrática, que a fizeram parte do *calendário de comemorações* da mais recente ditadura civil-militar. Dessa forma, apontaremos que o relato conformado sobre os

³² JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 135-136; QUADRAT, Samantha Viz. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos (org.) [et.al.] **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 382-391.

acontecimentos rememorados na data, ao constituírem o episódio que se tornou conhecido como *La Noche de los Lápices*, foi fruto de um processo de disputas de ressignificação do passado ditatorial, entre as versões oficiais produzidas pela ditadura e as denúncias da violência sofrida pelas vítimas da repressão e por seus familiares.

No Capítulo 03, introduziremos ao *circuito de memórias* o Arquivo da antiga DIPBA. A sua importância para a produção de memórias sobre o episódio aqui discutido relaciona-se ao seu passado como órgão de produção de informação de inteligência policial, informação esta que era utilizada durante operativos repressivos como os ocorridos em setembro de 1976 em La Plata; e ao seu presente como arquivo histórico. Dessa maneira, o arquivo da DIPBA possibilita, de um lado, a busca por informações que esclareçam os acontecimentos, como tem sido utilizado nos processos judiciais em curso; do outro, ele preserva a documentação produzida e reunida pelo *trabalho de campo* dos agentes policiais que mantiveram a atenção sobre as práticas de rememoração em torno de *La noche de los lápices* ao longo dos anos da democracia, permitindo, assim, que pensemos em uma *história das memórias* do 16 de setembro.

O nosso trabalho com o arquivo da DIPBA apontou para uma pasta temática que reunia os documentos arquivados e produzidos entre os anos de 1990 e 1996: *Estudiantes secundarios Mesa "A" – "La noche de los lápices"*. Por se tratar de documentos produzidos em plena democracia, a nossa análise busca entender de que maneira a cultura do informe policial de inteligência foi exercida nesses anos, problematizando possíveis continuidades de práticas institucionais entre a ditadura e a democracia. Para tanto, nos perguntaremos o que o fato de uma pasta específica sobre as comemorações do 16 de setembro ter sido produzida durante esse período, referente ao governo do então presidente Carlos Menem, ajuda-nos a pensar sobre a importância de se vigiar nesse momento eventos vinculados à rememoração do passado ditatorial.

Para a nossa proposta de pensarmos em um *circuito de memórias* do 16 de setembro, a partir desse recorte, devemos discutir a relevância pública da questão da memória da mais recente ditadura civil-militar na esfera pública argentina num período apontado como de presença relativa nos debates que então ocorriam no país. Estes estavam dominados, principalmente, por questões econômicas e pelas rápidas transformações estruturais que agravavam a transgressão aos direitos econômicos e sociais. Somam-se a isso *políticas de memória* que buscavam a *reconciliação nacional* através de uma superação do passado recente em busca de estabilidade e progressos futuros. Nesse cenário, o ano de 1995 é apontado como um momento de inflexão,

quando se iniciou um novo ciclo de esclarecimento, discussão e produção de memórias a respeito do período ditatorial. Nesse sentido, a nosso ver, não é a por acaso a documentação referente ao ano de 1996 seja a mais abundante.

O profuso material de propaganda política que acompanha os informes produzidos pelos agentes policiais é um reservatório privilegiado para reconstituirmos o *circuito de memórias* em torno da data. Por outro lado, esses documentos devem ser interpretados tendo em vista a trama ideológica da DIPBA e sua lógica de vigilância e perseguição.³³ Torna-se importante pensarmos que, ao vigiar e descrever as práticas comemorativas, os agentes da DIPBA também produziram seus próprios discursos e atribuíram os seus sentidos àqueles eventos e à data. Essa interação entre atores sociais envolvidos nas rememorações e agentes policiais na investigação e vigilância será abordada no capítulo 04, entendendo ambos como participantes do processo de produção e de circulação de representações do passado.

³³ FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”. In: QUIROGA, Hugo & TCACH, César. **Argentina 1976-2006, entre la sombra de la dictadura y el -futuro de la democracia.** Rosario: Homo Sapiens/Universidad Nacional del Litoral, 2006, pp. 229-230.

Capítulo 1. Os circuitos de memórias da mais recente ditadura civil-militar argentina (1976-1983)

De acordo com Carlos Altamirano, há mais de duas décadas notam-se na Argentina vários debates relacionados entre si sobre o que ocorreu durante a mais recente ditadura civil-militar no país, como se os seus acontecimentos se negassem a ficar simplesmente no passado, tornando-se assim um passado *presente*. Presença esta reiterada pela variedade de exercícios de interpretação histórica que nos espaços públicos se entrecruzam com os relatos da memória, além dos que procedem dos tribunais nos quais se julgam as causas por violações dos direitos humanos, da investigação jornalística, das produções culturais, dos pronunciamentos do poder político e dos múltiplos foros da sociedade civil. Por outro lado, as *batalhas pela história* seriam comuns na *cultura política* argentina; em outros momentos da história da vida civil no país, a representação do passado não permaneceu fixa e os usos públicos dele se relacionaram à tomada de posicionamentos político, principalmente no que diz respeito às responsabilidades pelo ocorrido.³⁴ Entretanto, haveria uma singularidade no que acontece atualmente no país devido à magnitude e a natureza dos acontecimentos que seguiram ao golpe de Estado de 24 de março de 1976:

El reconocimiento de que la dictadura militar puso en marcha ese día una empresa salvaje de represión nunca vista en el país, fundada en los secuestros y en la desaparición de personas, en centros clandestinos de torturas, abyección, exterminio, en el establecimiento de la censura y de una cultura de miedo, es generalizado hoy en la Argentina y acaso sea uno de los pocos puntos que quedan fuera de cuestión en el debate que está en curso.³⁵

Nessa mesma linha, para Marcos Novaro e Vicente Palermo, o golpe de 1976 e a ditadura que o seguiu não teriam sido apenas mais um elo na cadeia de intervenções militares iniciada em 1930: apesar da incapacidade do regime civil-militar em fundar uma nova época a partir das *tarefas programáticas* que ele se auto atribuiu, a sua força destrutiva teria transformado a sociedade, o Estado e a política argentina, pondo fim a uma época – *o sonho da Argentina*

³⁴ Uma das experiências que demonstraria de que maneira a cultura política argentina travou suas *batalhas pela história* seria as reinterpretações do peronismo no período entre a sua proscrição, em 1956, e o retorno de Juan Domingos Perón ao país, em 1973, após dezoito anos no exílio, quando o peronismo passou a ser interpretado em chave revolucionária, tornando-se o ponto de convergência de uma parte da esquerda com o ativismo juvenil. Ver: ALTAMIRANO, Carlos. “Pasado presente”. In: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008, p. 18-19.

³⁵ ALTAMIRANO, Carlos. “Pasado presente”, p. 18.

peronista. Logo, a singularidade da mais recente ditadura civil-militar, tanto em relação às experiências autoritárias anteriores no país como das que vigoraram nos países vizinhos, estaria no plano de extermínio posto em prática, baseado no desaparecimento forçado de pessoas.³⁶

Este plano inédito na história do país deixou no presente a marca do legado das violações de direitos humanos, problema que se configurou como uma das demandas sustentadas pelos setores opositores ainda durante a ditadura, e que adquiriu uma particular centralidade a partir da transição democrática. Para os governos democráticos instalados a partir de 1983, ela passou a fazer parte de sua agenda política, seja na busca de estratégias que respondessem às expectativas sociais sobre possíveis medidas reparatórias, ou nas tentativas de encerrar esse passado.³⁷

A nosso ver, a instalação da problemática do legado das violações de direitos humanos resultou na constituição de *circuitos de memórias*, iniciados pelo dever de recordar um passado para que este *não se repetisse nunca mais*, e formados por diferentes iniciativas de rememoração por atores sociais vinculados de distintas maneiras ao passado recente. Estes *circuitos* seriam uma contrapartida às tentativas de esquecimento fruto do caráter clandestino da repressão ditatorial e da adoção do desaparecimento forçado de pessoas como sua modalidade repressiva. Por outro lado, ainda se refletem nos *circuitos de memórias* alguns discursos próprios dos *circuitos clandestinos repressivos* como a dificuldade em se recuperar algumas memórias e as resistências em se discutir alguns temas. Silêncios, ambiguidades e esquecimentos ainda geram enfrentamentos simbólicos e reais, oposições irreconciliáveis e exclusões na conformação de *uma* memória pública do recente passado ditatorial.³⁸

³⁶ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007, pp. 25-26; 138-39.

³⁷ AGUILA, Garbiela & LUCIANI, Laura. “Transición, sociedad y memoria en la Argentina: elementos para el análisis y perspectivas comparadas”. In: **Ayeres en discusión. Temas clave de Historia Contemporánea hoy**. Murcia, Espanha: Universidad de Murcia, 2008; RONIGER, Luis & SZNAJDER, Mario. “El legado de las violaciones de los derechos humanos”. In: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de estado**.

³⁸ CATELA, Ludmila da Silva. “Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas”. In: FICO, Carlos (org.) [et.al.] **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**, pp. 198-199.

O desaparecimento forçado de pessoas

O desaparecimento forçado de pessoas se constituiu em uma das principais marcas da mais recente ditadura civil-militar argentina. Com o intuito de compreendermos a sua adoção como modalidade repressiva sistematicamente planejada a partir das Forças Armadas Argentinas, e com a colaboração das forças policiais, nos âmbitos federal e provincial, devemos inseri-la no histórico de práticas repressivas e de violência política que marcou a história política argentina da segunda metade do século XX, apontando as suas diferenças em relação às práticas anteriores.³⁹ É necessário termos em vista que a sua execução não teria sido possível sem a adesão e o consenso de parte da sociedade que viu no golpe uma oportunidade de recuperação da ordem e da autoridade perdidas em um cenário de violência e de crise institucional. Para tanto, a adoção de medidas definitivas na *guerra contra a subversão* recebeu respostas sociais que iam do apoio explícito à indiferença em relação a algo que atingia ao *outro*, que *havia se metido em algo*, e que não lhes dizia respeito.

Segundo Marina Franco, para compreendermos a violência repressiva da mais recente ditadura civil-militar é necessário problematizarmos a narração que considera o *24 de março* e o ano de *1976* como ícones de referência automática para uma experiência de violência radicalmente distinta e isolada historicamente, um *parêntesis histórico* ou um *pesadelo* que se iniciou *do nada*. Para tanto, um dos pontos fundamentais seria considerar toda a década de 1970 como um momento de reconfiguração progressiva da violência estatal, superando a dicotomia entre ditadura e democracia, o peso dos cortes institucionais e a centralidade exclusiva do ator militar. Entretanto, não se trata de uma visão de culminação de um processo de acúmulo da violência que invariavelmente resultaria no acionar repressivo implementado a partir de 1976, pois correríamos assim o risco de realizar um exercício teleológico.⁴⁰

Desde finais da década de 1960, o país passou por um processo de intensa mobilização política e social do qual foram protagonistas os sindicatos e a juventude, principalmente a partir

³⁹ Para um balanço da produção argentina sobre o tópico da violência política no país e o seu contexto de produção e de aceitação, na segunda metade do século XX, ver: ROMERO, Luis Alberto. “La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión”.

⁴⁰ FRANCO, Marina. “En busca del estabón perdido: reflexiones sobre la represión estatal de la última dictadura militar” *In: Estudios*, nº 25, enero-junio 2011. p. 35.

dos enfrentamentos contra a ditadura civil-militar iniciada em 1966, a *Revolução Argentina*.⁴¹ Em relação à esquerda, nota-se uma abertura de sua matriz tradicional partidária a uma diversidade de formas de militância, armadas ou não. A guerrilha urbana se converteu em uma opção que rapidamente demonstrou capacidade operativa de abarcar projetos revolucionários de crescente penetração entre setores médios e populares da sociedade argentina. Tal opção nucleava-se, principalmente, em torno de duas organizações: o *Ejército Revolucionario del Pueblo* do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT-ERP), e os *Montoneros*, vinculados ao peronismo revolucionário. Assim como outras organizações, ao fundirem o político ao militar, elas intensificaram as ações voltadas a atingir simultaneamente as forças repressivas e os inimigos políticos e de classe, com o objetivo declarado de incitar os setores da sociedade a acompanhá-las a um novo salto quantitativo: a revolução.⁴²

A radicalização política de amplos setores da sociedade argentina teve a sua contrapartida em uma percepção por parte das Forças Armadas de que a ameaça comunista era responsável pelo longo processo de instabilidade política que o país enfrentava desde meados dos anos 1950. Tomou-se forma entre os militares a *Doutrina de Segurança Nacional* que passou a identificar um inimigo social, político e ideológico, perigoso aos interesses da unidade nacional, capaz de atuar nos mais distintos terrenos da vida social, e com variadas formas de organização: a *subversão*. Ela era responsável pela expansão do comunismo, de ideologias estranhas alinhadas à esquerda e de atitudes contestatórias que causavam a divisão da nação. Para enfrentar esse *inimigo interno* eram necessárias medidas de contra insurgência, o que implicou em assumir como meios a força e a violência, utilizadas sistemática e racionalmente para acabar com as

⁴¹ Em 28 de junho de 1966, um golpe de Estado dos comandantes das Forças Armadas depôs o então presidente Arturo Illia. A ata fundacional da *Revolução Argentina*, autodenominação com a qual os militares batizaram a ditadura, destacava entre os *finis revolucionários* a necessidade de *consolidar os valores espirituais e morais* que eram *patrimônio da civilização ocidental e cristã*. Este objetivo foi respaldado por organizações civis como a *Unión Industrial*, as associações bancárias, a *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* e a *Sociedad Rural*, que haviam sido afetadas pelas lutas sindicais do período precedente. Ao longo de sete anos, três militares sucederam-se no poder - Juan Carlos Onganía (1966-1970), Roberto Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973) - até que, fortemente questionada em meio a um crescente processo de mobilizações populares, organizou-se uma saída eleitoral na qual triunfou o candidato peronista Héctor J. Cámpora. Ver: TCACH, César. “Golpes, proscripciones y partidos políticos”. In: JAMES, Daniel. **Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

⁴² GORDILLO, Mónica B. “Protesta, rebelión y movilización: de la resistencia a la lucha armada, 1955-1973”. In: JAMES, Daniel. **Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**; NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, 2007, pp. 88-104; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2008, pp. 14-21.

diferenças e restaurar a unidade política, em detrimento da negociação. Proscrito a partir de 1955, o peronismo tornou-se então o principal alvo de tais medidas.⁴³

Nesse quadro, os militares assumiram como dever das suas instituições a defesa dos interesses nacionais. Vale destacar que entre 1930 e 1976, o intervencionismo militar no cenário institucional foi normalizado por amplos setores da sociedade civil e política argentinas como uma maneira consensual para *salvar o país* em momentos de crise. Nestes, a unidade disciplinária das instituições militares, que não excluía a possibilidade de disputas facciosas no seu interior, e a sua aparente autonomia em relação aos conflitos políticos sociais, contrastavam com uma sociedade cujos projetos políticos em conflito pareciam impedir a formulação de respostas no marco da democracia.⁴⁴

Para garantir a salvaguarda do país, a violência foi utilizada através de práticas repressivas contra o disfuncional, o incômodo e o conflituoso. A tortura, adotada a partir do golpe de Estado de 1930 como uma modalidade de tratamento institucional para os presos políticos e, posteriormente, para os chamados delinquentes comuns, tornou-se uma prática socialmente aceita

⁴³ Sobre a *Doutrina de Segurança Nacional* e a sua adoção pelos militares argentinos, ver: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. pp. 107-108; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2008, p. 28; PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: FICO, Carlos (org.) [et.al.]. **Ditadura e democracia na América latina: balanço historiográfico e perspectivas**, pp. 144-150, pp. 160-164. Patricia Funes pontua que, ao ser criada em 8 de agosto de 1956, a estrutura da DIPBA foi organizada sob influência das atitudes anticomunistas, no contexto do processo denominado posteriormente como *resistência peronista*. A consequência disso foi a construção de um sujeito, alvo da perseguição, que em seus inícios tendia a sobrepor comunismo e peronismo, como ela notou, por exemplo, na preocupação da DIPBA com a possível *infiltração comunista* no partido Justicialista e na notável adaptação da linguagem da Guerra Fria por parte do órgão às circunstâncias locais, caracterizando em alguns documentos o peronismo como *marxismo*. Ver: FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires”, pp. 206-209.

⁴⁴ De acordo com Pilar Calveiro, a unidade disciplinária militar contrastava com a atomização política de uma sociedade envolvida por disputas pelo poder. O pertencimento a determinada arma ou promoção, a identificação com o interesse corporativo e a existência de uma rede de lealdade que constituem o discurso militar sobre a sua estrutura interna, em detrimento das inclinações políticas ideológicas, geraram respeito e reconhecimento em uma sociedade que pediu em diversos momentos pela recuperação da disciplina, da paz e da ordem. Tal representação acabou conferindo às Forças Armadas peso político próprio e uma autonomia relativa, que para a sociedade argentina dotavam-na de meios para *salvar* reiteradamente o país. Consequentemente: “*El proceso conjunto de autonomía relativa y acumulación de poder crecientes las llevó a asumir con bastante nitidez el papel mismo de Estado, de su preservación y de su reproducción, como núcleos de las instituciones políticas, en el marco de una sociedad cuyos partidos eran incapaces de diseñar una propuesta hegemónica*”. Ver: CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 9.

e difundida. Na década de 1960, o seu uso pelas forças de segurança teria resultado nos primeiros casos isolados de desaparecimento por resultar na morte de militantes políticos e sindicais.⁴⁵

A partir da ditadura civil-militar iniciada em 1966, afirmou-se uma visão militar dos conflitos centrada na eliminação física do inimigo interno, impondo-se uma metodologia repressiva que combinou práticas ilegais – a tortura, o assassinato político, o sequestro e, em menor escala, o desaparecimento –, a partir de estruturas repressivas relativamente novas ou readaptadas à percepção de um conflito global de novo tipo que ameaçava a ordem existente - o *comunismo internacional* -, e amparadas por leis baseadas nos princípios da *Doutrina de Segurança Nacional*.⁴⁶ Como pontuamos anteriormente, nesses anos se consolidou um processo de mobilização social e radicalização política com características novas e que passou a marcar a conduta repressiva do Estado, como denunciado por organizações formadas para reclamar pela liberdade e pela garantia dos direitos dos presos políticos.⁴⁷

Se, por um lado, o fim da ditadura civil-militar gerou expectativas em torno do regresso do peronismo ao poder e da sua capacidade de viabilizar mudanças sociais; por outro, ele demonstrou que a violência política era, tanto para os militares quanto para os setores radicalizados da esquerda, uma forma de viabilizar os seus projetos políticos. Um dos episódios que marcaram o ocaso do governo do então presidente de fato, o tenente-general Alejandro Agustín Lanusse, foi a execução de dezesseis presos políticos em Trelew, em represália pela fuga da prisão de Rawson de um grupo de dirigentes políticos do PRT-ERP e de *Montoneros*.⁴⁸ Já os acontecimentos que seguiram à eleição e o retorno de Juan Domingos Perón ao país, em 1973, apontam para um acirramento das ações armadas, tanto do PRT-ERP quanto de *Montoneros* que,

⁴⁵ Em um dos casos mais notáveis, em 23 de agosto de 1962, Felipe Vallese, operário metalúrgico, delegado do estabelecimento onde trabalhava, e militante de um grupo juvenil da *resistência* peronista, desapareceu aos 22 anos de idade, após ser sequestrado por um grupo policial da *Unidad Regional de San Martín*. Passou então a ser considerado o primeiro *peronista desaparecido*. Ver: CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**. p. 25-26; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 28.

⁴⁶ PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. pp. 185-193; FRANCO, Marina. “En busca del estabón perdido: reflexiones sobre la represión estatal de la última dictadura militar”, p. 33.

⁴⁷ Em 1973, o *Foro de Buenos Aires por la vigencia de los derechos humanos*, constituído por advogados de presos políticos, artistas, intelectuais e sindicalistas combativos, realizou a denúncia mais extensa sobre a *Revolução Argentina*. Seu informe denunciou as leis repressivas, a atuação da Câmara Federal no *Penal Especial* que julgava os guerrilheiros, a tortura aos presos políticos, e os sequestros seguidos de desaparecimento, a partir das declarações de presos políticos, desaparecidos liberados e familiares de sequestrados. Ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**. p. 29-30.

⁴⁸ Para uma narrativa dos acontecimentos em torno do Massacre de Trelew e a sua repercussão, ver: GARAÑO, Santiago & PERTOT, Werner. **Detenidos-aparecidos**. Buenos Aires: Biblos, 2007, pp. 31-62.

com o crescimento dos enfrentamentos no interior do peronismo, retornaram à clandestinidade e à luta armada. Paralelamente, foi criada a *Alianza Anticomunista Argentina*, Triple A, composta por membros das forças de segurança e apoiada por instâncias governamentais, como o Ministério do Bem-Estar Social, responsável por uma série de assassinatos e desaparecimentos de opositores políticos.

Em outubro de 1975, sob aval do governo e dos partidos políticos, o decreto nº 2722 garantiu em todo o país a execução de “(...) *operaciones militares y de seguridad que sean necesarias a efectos de aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo o territorio del país.*”⁴⁹ Nesse contexto, as Forças Armadas reassumiram o papel de restabelecer a ordem em um país no qual a publicação de relatos quase diários nos meios de comunicação parecia indicar uma intensificação do *clima de guerra*, provocando o temor social de que, apesar das provas irrefutáveis da eficácia das ações forças repressivas e de segurança, os ataques guerrilheiros se multiplicavam; e que o *inimigo*, que parecia abarcar tanto os militantes de direita quanto os de esquerda indistintamente, demorava em ser *aniquilado*.⁵⁰

Para tanto, com o golpe de 24 de março de 1976, as Forças Armadas adotaram o desaparecimento forçado de pessoas como a *modalidade repressiva do poder* em detrimento de outras. Se, devido ao seu impacto, e principalmente devido aos efeitos da violência implementada, a mais recente ditadura civil-militar argentina constituiu-se em uma experiência coletiva radicalmente distinta na história recente do país, surge então o questionamento sobre

⁴⁹ O plano repressivo adotado a partir de então teve como antecedente direto o *Operativo Independencia*. Desde 1974, o PRT-ERP havia tentado estabelecer uma guerrilha rural na província de Tucumán. A resposta a tal tentativa veio em 25 de fevereiro de 1975, através do decreto secreto nº 265 do Poder Executivo Nacional que autorizava o Exército a intervir na *luta antissubversiva* na região, sob o silêncio e o consentimento do governo peronista, da oposição radical e de amplos setores da sociedade. Logo, o *Operativo Independencia* desde o princípio perseguiu objetivos mais amplos do que o foco guerrilheiro, incluindo no quadro de suas estratégias para desativar as *fontes de subversão* a criação dos primeiros centros clandestinos de detenção e a organização de grupos operacionais formados por militares e policiais da ativa que, clandestinamente, sequestraram, torturaram e assassinaram milhares de políticos, militantes sindicais e universitários que possuíam ou não uma relação direta com a guerrilha, além de um saldo de 25% do total de desaparecidos na província entre esse período e a ditadura que o seguiu. Ver: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. pp. 107-108; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**. pp. 26-27; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 31-32

⁵⁰ “O jornal *La Opinión* noticiou nesse mesmo mês [março de 1976] que naqueles dias se registrava um assassinato político a cada cinco horas, e a cada três explodia uma bomba. Em dezembro, haviam se contabilizado, segundo o matutino, 62 mortes decorrentes da violência política. Em janeiro, elevaram-se a 89 e chegaram a 105 em fevereiro, a maior parte daquelas provocadas por grupos paramilitares que percorriam as ruas brandindo suas armas diante do olhar aterrorizado dos transeuntes e do silêncio cúmplice das autoridades.” NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 24.

quais as especificidades que lhe conferem tal caráter, tendo em vista que algumas de suas práticas repressivas são anteriores a ela. Para respondermos a tal questão, devemos pensar os objetivos dos atores militares ao adotar a política de desaparecimento de pessoas. Apesar de serem os principais responsáveis, não podemos pensa-los como os únicos: é importante analisarmos as relações entre ditadura e sociedade para compreendermos como a última consentiu e aderiu a um projeto transformador pautado no uso da violência. Nas palavras de Pilar Calveiro: “*Civiles y militares tejen la trama del poder. Civiles y militares han sostenido en Argentina un poder autoritario, golpista y desaparecedor de toda disfuncionalidad.*”.⁵¹

De acordo com Carlos Acuña e Catalalina Smulovitz, a decisão de tomar o poder pelas Juntas Militares esteve acompanhada de definições acerca da modalidade e dos alcances da estratégia repressiva. Definições estas traçadas antes do golpe e que incorporavam *lições* que podiam ser extraídas da experiência do governo militar anterior, e da ditadura-civil militar do ditador chileno Augusto Pinochet, iniciada em 1973. Além das mudanças nas normativas legais, tomou-se a decisão de que os opositores políticos não deveriam apenas ser neutralizados, mas eliminados fisicamente. Para o imaginário militar, a prisão política não era uma solução satisfatória, e ainda se faziam presentes os efeitos da Anistia de 1973, através da qual os presos políticos da *Revolução Argentina* renovaram suas militâncias. Para tanto, deveria ser desenvolvida uma estratégia *clandestina* de repressão que tinha dois propósitos: externamente, evitar e retardar os protestos, as pressões internacionais e as sanções econômicas que estava enfrentando a ditadura chilena; internamente, a clandestinidade e a arbitrariedade da estratégia repressiva asseguraria o sucesso das operações por impedir o controle do exercício do poder militar, permitindo um tratamento radical, carente de limites jurídicos⁵² ou morais, além de dificultar respostas e defesas sociais frente ao terror.⁵³

⁵¹ CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 10; pp. 27-28.

⁵² O caráter clandestino das modalidades repressivas adotadas pelos militares argentinos não significou que o regime não tenha empregado alguns mecanismos legais que facilitavam o acionar repressivo, como a instituição dos tribunais militares especiais – os *Consejos de Guerra Especiales Estables* – para atos subversivos e a sanção da pena de morte; porém, no quadro geral, elas tiveram menor relevância. Ver: AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, p 57; PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 199-200.

⁵³ Segundo o depoimento do General Ramón Camps, as decisões tomadas foram fruto de uma reunião ocorrida em setembro de 1975, na qual participaram o Comandante-Chefe do Exército, Jorge Rafael Videla; o Chefe do Estado-Maior, Roberto Viola; e os generais chefes de corpos militares. Ver: ACUÑA, Carlos H. & SMULOVITZ, Catalina. “Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional”. In: ACUÑA, Carlos [et.al.].

Nos primeiros dias que se seguiram ao golpe de 1976, os militares afirmaram de modo taxativo a missão que assumiam: pôr nos trilhos uma sociedade afundada no caos. Utilizando-se dos instrumentos de um Estado organizado, o *virus subversivo*, contra o qual ela não se mostrava capaz de defender-se, seria atacado em todas as frentes: a economia, o sistema político institucional, a educação, a cultura e as estruturas social, partidária e sindical.⁵⁴ Logo, a *guerra contra a subversão*, além de garantir a coesão entre os militares das três Forças, foi uma das suas principais frentes de ação para conquistar os seus objetivos.⁵⁵ Entretanto, a clandestinidade das ações repressivas suscita o questionamento sobre as maneiras a partir das quais elas alcançaram os efeitos sociais desejados.

À primeira vista, as relações entre a repressão e a sociedade argentina poderiam ser explicados na chave da paralisia social causada por uma *cultura do medo*. Porém, de acordo com Hugo Vezzetti, a imagem de uma sociedade majoritária e permanentemente aterrorizada frente a uma violência estendida na vida cotidiana é basicamente uma construção retrospectiva que alimentou a mudança de ânimos para uma oposição à ditadura; e promoveu principalmente a tranquilizadora crença de que não havia nada que poderia ser feito frente a um poder que havia convertido completamente a vida cotidiana em um gigantesco campo de concentração:

No toda la vida social bajo la dictadura puede ser equiparada al sistema de opresión y aniquilación subjetiva implementado en los centros clandestinos. El régimen no dejaba de mostrar (y exhibir ante los visitantes) una imagen de normalidad en la vida cotidiana: la gente seguía trabajando y estudiando, se casaba y tenía hijos, había diarios y programas periodísticos en la radio y la televisión, se mantenían los hábitos comunes en materia de diversión o recreación, incluso era posible, y común durante los años de la *tablita* cambiaría, salir de vacaciones afuera del país.⁵⁶

O *medo* pode ser apontado como uma condição necessária para a construção de apoios e consenso em torno do golpe, como se expressava nas demandas de ordem e de disciplina prévias a ele, frente ao risco de uma possível *dissolução nacional*. O discurso golpista constituía um próprio mito de *ordem* e da restituição dos *valores e tradições nacionais essenciais* que

Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995, pp. 27-30.

⁵⁴ LORENZ, Federico G. “¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976.” In: JELIN, Elizabeth. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**, pp. 57-60; NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 28-30; 59-60.

⁵⁵ VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 71-73.

⁵⁶ VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 169-170. Para uma problematização da paralisia social causada pelas modalidades repressivas adotadas pela ditadura, ver: CRENZEL, Emilio. “Cartas a Videla: una exploración sobre miedo, el terror y la memoria”.

correspondiam à crença de setores da sociedade civil de que a conjuntura criada desde meados de 1974 por um governo em crise não oferecia alternativas além do exercício militar do poder. O consenso social que o golpe e a ditadura resultante receberam inicialmente refletia uma generalizada descrença no regime democrático e na sua capacidade de recuperar o monopólio estatal do uso da força e, sobretudo, a ordem. Porém, esta não tinha o mesmo significado para todos os que apoiaram ao golpe de 1976: para a Igreja Católica, tratava-se de restaurar os princípios da *nação católica*; para os grandes empresários nacionais, resolver os conflitos políticos sustentados principalmente pela ação dos sindicatos; e para os setores médios, uma saída institucional para a crise econômica e para a violência política. Logo, a ausência de vozes discordantes no momento do golpe deve ser atribuída também ao voto de confiança que diversos setores outorgaram ao novo regime.⁵⁷

Além disso, o ordenamento imposto *desde cima* pela ditadura não dependeu apenas do *medo*, mas da existência de uma importante base de sustentação no interior do espectro político e social. Particularmente clara no caso de alguns setores sociais⁵⁸, que inclusive colaboraram na execução de suas modalidades repressivas, a adesão se expressava na aceitação de pautas e modelos de comportamento que visavam recuperar a autoridade, tanto na família quanto nas instituições diretamente vinculadas à sua reprodução: o mundo do trabalho, a educação e a religião. Para parte da sociedade, instalou-se a partir do golpe uma sensação quase que imediata de recuperação da tranquilidade cotidiana; um *mundo de segurança* cujo preço, a perda da democracia e de alguns direitos, não parecia ter sido alto. Contrastava-se, assim, com o *mundo do terror*:

⁵⁷ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 31-41, 165-167; AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 221-222; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 10-11; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 32; LUCIANI, Laura. “Actitudes y comportamientos sociales durante la última dictadura militar en Argentina (1976-1983). Algunas consideraciones respecto de cómo analizar la compleja trama entre régimen y sociedad”. In: **Navego@mérica. Revista eletrônica de la Asociación Española de Americanistas**. 2009, n.3, pp. 10-11.

⁵⁸ No cidade de Rosario, Gabriela Aguila aponta que, durante pelo menos os primeiros cinco anos do regime, as autoridades militares estabeleceram um diálogo fluido com aqueles que se alçavam como os *setores representativos da comunidade* rosarina: o Arcebispo de Rosario, a Bolsa do Comércio, a *Sociedad Rural*, entidades empresariais e comerciais como a *Federación Gremial del Comercio y la Industria* e a *Asociación Empresarial de Rosario*, assim como alguns dirigentes políticos e associações vicinais. Ver: AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 270-284.

(...) para uma parcela importante dos setores médios e populares, a súbita concentração da violência nas mãos do Estado consumada pelo golpe implicou na intensificação da onda repressiva que já haviam experimentado em seus locais de trabalho, nos bairros, nas instituições educacionais, embora este traço de continuidade fosse pouco a pouco empalidecendo devido à progressiva tomada de consciência em relação às ações inéditas do Estado, não apenas repressivas, que afetavam suas condições de vida.⁵⁹

Se a imagem de uma sociedade paralisada por uma *cultura do medo* imposta a ela é uma construção retrospectiva, o mesmo podemos afirmar em relação a um *mundo de segurança* que desconhecia o que ocorria no *mundo do terror*, pois a sociedade era a destinatária privilegiada de sua mensagem. Os carros sem placa de identificação, com sirenes e homens que ostentavam armas eram presenças constantes em todas as cidades. As pessoas desapareciam em procedimentos espetaculares, muitas vezes na via pública, e com a presença de testemunhas.⁶⁰ Os centros de detenção clandestinos funcionaram em delegacias, escolas navais, quartéis militares, edifícios policiais, escolas e hospitais; a maioria localizada em zonas urbanas densamente povoadas, dando sinais de sua existência para vizinhos e transeuntes.⁶¹ Logo, se havia algo que não podia alegar-se nesse momento era o completo desconhecimento:

Los campos de concentración eran secretos y las inhumaciones de cadáveres NN en los cementerios, también. Sin embargo, para que funcionara el dispositivo desaparecedor debían ser secretos a voces; era preciso que *se* supiera para diseminar el terror. La *nube* de silencio ocultaba los nombres, las razones específicas, pero todos sabían que se

⁵⁹ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 180. Para o *mundo da segurança*, ver: pp. 161-167.

⁶⁰ Apesar de muitos dos procedimentos realizados pelas forças repressivas ocorressem na madrugada, outros se produziram à luz do dia, em geral com a mobilização de muitos efetivos de civis e agentes uniformizados, com uma exibição notável de poder de fogo. Além disso, ao ter uma *zona liberada*, era comum a prática de avisar aos vizinhos que se ocultassem em suas casas, ameaçando-os quando eles presenciavam algo. Produziam-se, assim, testemunhas: homens, mulheres e crianças que presenciaram de forma direta os procedimentos, invasões de domicílio, detenções ou fuzilamentos perpetrados pelas forças de segurança, importantes para questionarmos e explicarmos alguns comportamentos sociais e a configuração de um *clima de opinião* – familiar, social, e coletivo – sobre a repressão. Ver: AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 205-206.

⁶¹ Trabalhos recentes que recuperam relatos de vizinhos de espaços onde funcionaram centros clandestinos de detenção apontam para uma fronteira porosa entre o que acontecia dentro e fora dos centros, que permitia a circulação de algumas informações. Os vizinhos contam dos sons que escutavam, dos gritos, dos tiros e das músicas altas e da saída de homens fortemente armados em carros à alta velocidade. Mesmo se tratando de exercícios de memórias que ressignificam a experiência de ter vivido próximo a locais hoje associados a práticas violentas, podendo assim ser elaboradas a partir do repertório de conhecimento que se possui acerca dos mesmos, os seus relatos apontam para uma variedade de percepções e atitudes adotadas, variando desde o medo e o terror, à negação e à indiferença, ao apoio explícito ou implícito do que ocorria na vizinhança. Ver: JULIÁN, Dolores San. “Vida cotidiana y dictadura: los vecinos del ex Centro Clandestino de Detención Mansión Seré-Atila”; CERRUTI, Isabel; KOZIN, Ariel; LÓPEZ, Marcelo; MÉNDEZ, María José; MENDIZÁBAL, María E.; PORTOS, Joan. “El afuera de un centro clandestino de detención: las memorias de los vecinos del ‘Olimpo’”. In: DURÁN, Valeria & HUFFSCHMID, Anne. **Topografías conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

llevaban a los que “andaban en algo”, que las personas “desaparecían”, que los coches que iban con gente armada pertenecían a las fuerzas de seguridad, que los que se llevaban no volvían a aparecer, que existían los campos de concentración. (...)En suma, un secreto con publicidad incluida; mensajes contradictorios y ambivalentes. Secretos que se deben saber; lo que es preciso decir como si no dijera, pero que todos conocen.⁶²

De acordo com Pilar Calveiro, não poderia funcionar um *poder desaparecedor* como o que se instituiu na Argentina durante a mais recente ditadura civil-militar em qualquer sociedade ou em qualquer momento de uma sociedade: foi necessário assentar-se sobre certas práticas internalizadas desde antes por ela, como a normalização da tortura, e a crença na necessidade de um *castigo exemplar* para os *agitadores animados por ideias perigosas*, mesmo que para tanto fosse necessário o emprego da violência ilegal e dos desaparecimentos.⁶³

Entretanto, se a sociedade argentina “(...) funciona como caja de ressonância del poder concentracionario y desaparecedor, que permite la circulación de sonidos y ecos de este poder pero, al mismo tiempo, es su destinataria privilegiada”⁶⁴, não podemos afirmar que havia por parte dela um reconhecimento da responsabilidade das Forças Armadas e policiais na sua prática, nem da trama, da dimensão e da natureza última – o extermínio dos desaparecidos – do *poder desaparecedor*. Segundo Emilio Crenzel, postular que a sociedade conhecia plenamente os efeitos da repressão resulta pensa-la sem distinções, considerando que as experiências que mencionamos fossem suficientes para que ela elaborasse um conhecimento integrado e com sentido dos desaparecimentos; além de desconhecer os mecanismos de negação, evasão e incredulidade que operam frente a experiências de violência extrema em um contexto marcado pelo terror e pela particular combinação de visibilidade pública e de ocultamento que marcou as práticas repressivas.⁶⁵

Logo, frente aos elementos visíveis dos *circuitos repressivos clandestinos*, manifestaram-se reações e elaborações de sentido heterogêneas. Para muitos, os métodos ilegais eram adotados contra aqueles que alguma coisa tinham feito, culpando as suas vítimas, *merecedoras* do castigo recebido. O *por algo será* gerava ainda a ideia de um corte seletivo entre aqueles sobre os quais poderiam recair o castigo e aqueles que se inseriam no *mundo de segurança*, distantes do terror e

⁶² CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 78-79.

⁶³ Ver: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 167-168; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 153-154.

⁶⁴ CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 147.

⁶⁵ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 38-39.

das práticas violentas. Além disso, o caráter clandestino da repressão dava espaço para muitos *preferirem não saber*: saber parecia perigoso, logo ignorar era a opção mais segura.⁶⁶ Entretanto, todas essas fórmulas expressaram em diferentes nuances o consentimento dado aos métodos adotados para a *recuperação da ordem*.⁶⁷

Os circuitos repressivos clandestinos

Cumprido um ano da ditadura civil-militar, Rodolfo Walsh enviou para as redações dos jornais locais e correspondentes estrangeiros uma carta, datada de 24 de março de 1977.⁶⁸ Através da *Agencia de Noticias Clandestinas* (ANCLA), ligada a *Montoneros* e criada por ele, o jornalista já havia denunciado as desapareções, o cativo clandestino e a eliminação dos desaparecidos, responsabilizando o regime militar por tais atos. Através da *Carta aberta de um escritor à Junta Militar*, ele desmontava os argumentos dos balanços da ação governamental veiculados por documentos e discursos oficiais, apontando para um *segredo militar dos procedimentos e dos nomes dos prisioneiros*, que convertia a maioria das detenções em sequestros, possibilitando a tortura sem limite e o fuzilamento sem julgamento, sob o pretexto de enfrentamentos forjados ou tentativas de fugas dos prisioneiros.⁶⁹

⁶⁶ Segundo Pilar Calveiro, o optar por *não saber* por parte da sociedade argentina teria sido o principal efeito do *poder desaparecedor* sobre ela: “*No obstante, una buena parte de la sociedad optó por no saber, no querer ver, apartarse de los sucesos, desapareciéndose en un acto de voluntad (...) la sociedad en su conjunto aceptó la incongruencia entre el discurso y la práctica política de los militares, entre la vida pública y la privada, entre lo que se dice y lo que se calla, entre lo que se sabe y lo que se ignora como forma de preservación.*” Ver: CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 151.

⁶⁷ Nas palavras de Marcos Novaro e Vicente Palermo: “*Foi assim que a modalidade ambígua da repressão aumentou notavelmente a capacidade de usar mecanismos de negação e evasão para elaborar tudo o que se percebia no ambiente, reduzir a tensão interna e tornar a vida mais suportável: quanto menos sabemos e mais contraditória é a informação, mais fácil resulta acreditar que se perseguem “apenas” os autênticos guerrilheiros; que, no final das contas, se tortura como sempre se torturou nos governos militares argentinos; que uma ou outra atrocidade que chegou a nossos ouvidos é um excesso ou um erro; que o problema é que o governo não é suficientemente enérgico para pôr limite aos exaltados. Assim, menor incentivo há para acreditar que existem centenas de centro de tortura, milhares de desaparecidos, que se cometem atrocidades que fazem empalidecer as atrocidades do passado, ainda que fragmentos de informação a respeito nos cheguem intermitentemente.*” Ver: MARCOS & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 176-177.

⁶⁸ Em 25 de março de 1977, Rodolfo Walsh foi interceptado e ferido mortalmente enquanto resistia ao sequestro, por um grupo de tarefas da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Desde então ele permanece desaparecido. A sua carta não foi publicada por nenhum meio de comunicação argentino, mas aos poucos se difundiu no exterior.

⁶⁹ WALSH, Rodolfo. “Carta aberta de um escritor à Junta Militar”. In: WALSH, Rodolfo. **Operação Massacre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 246-256.

Este documento é considerado uma das primeiras denúncias públicas feitas sobre o acionar repressivo da ditadura. Através dele, Rodolfo Walsh denunciava não só algumas das modalidades repressivas adotadas, mas também um dos seus principais objetivos: a negação do próprio ato da repressão. Para tanto, as Forças Armadas, com a participação de outras forças repressivas, como os âmbitos policiais provinciais ou federais, e de setores da sociedade civil, planejaram, coordenaram e executaram um *circuito clandestino repressivo* que, além da eliminação da *subversão*, visava gerar um *esquecimento* dos procedimentos adotados e das respectivas responsabilidades.

O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos fatos ou informações a respeito, resultado de uma ação deliberada de ocultamento.⁷⁰ No caso da última ditadura civil-militar argentina, buscava-se ocultar os métodos utilizados na *guerra contra a subversão*, estendendo-os além de limites políticos e morais. Não podemos esquecer que a sociedade argentina era a principal destinatária da mensagem que as forças repressivas pretendiam transmitir através dos atos cometidos, de maneira a gerar uma percepção de suas conquistas, a imposição de um projeto que pretendia *desaparecer* de uma vez com todas as partes os segmentos sociais disfuncionais, e a produção de uma memória que contrapunha o regime e a recuperação do monopólio da força e da autoridade à violência e ao caos que o antecederam.⁷¹ Dessa maneira, visou-se um esquecimento através da *supressão da memória*, na qual, enquanto negavam-se as desaparecimentos e a existência de centros clandestinos de detenção, alguns elementos tornavam-se públicos, como demonstrativos das conquistas na *guerra contra a subversão*. Logo: “*Las huellas de lo que ha existido son o bien suprimidas, o bien maquiladas y transformadas; las mentiras y las invenciones ocupan el lugar de la realidad; se prohíbe la búsqueda y la difusión de la verdad; cualquier medio es bueno para lograr este objetivo*”.⁷²

A metáfora do *circuito* era geralmente utilizada para fazer referência aos centros clandestinos sob o comando de determinada força nos quais circularam os seus prisioneiros, seja para dificultar a sua localização, para utilizá-los em determinadas atividades realizadas em um dos centros ou para desmontar centros em funcionamento. Na Grande Buenos Aires e em La Plata, por exemplo, funcionou o chamado *Circuito Camps*, dependente da Polícia da Província de

⁷⁰ PADRÓS, Enrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na História”. In: **Literatura e Autoritarismo**. UFSM, n.4, set-dezembro 2004.

⁷¹ CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 154.

⁷² TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Paidós: Buenos Aires, 2000, p. 12.

Buenos Aires, um dos maiores centros de operações do país, tanto pelo território geográfico que compreendia como pela densidade populacional que abarcava, baseando-se no funcionamento de mais de vinte centros clandestinos de detenção.⁷³

O *circuito repressivo clandestino* era formado a partir da estrutura estatal na qual uma fachada de legalidade se combinava com a atuação clandestina dos *grupos de tarefas*.⁷⁴ Estes eram integrados por membros das forças policiais e/ou militar, além da participação de alguns civis e antigos membros das bandas paramilitares e parapoliciais. Os *circuitos* iniciavam-se então com a operação de sequestro do prisioneiro previamente definido, pelos *grupos de tarefa*, sem ordem de prisão. Geralmente operavam como civis, acobertando sua identidade através do uso de nomes falsos, de disfarces, e sem identificação visível sobre a sua vinculação institucional. Os testemunhos de sobreviventes dos centros clandestinos de repressão dão conta de procedimentos realizados por grupos armados; em um número variável que poderia chegar a vinte homens; que nem sempre se identificavam ou o faziam vagamente; iniciados com a invasão do domicílio de maneira brutal, culminando no roubo de alguns bens, os *botins de guerra*, e no seu sequestro. O acionar dos *grupos de tarefa* demonstrou a existência de uma vinculação operativa entre as forças militares e as polícias provinciais e federal, não havendo diferenças substanciais entre os procedimentos sob a responsabilidade de uma ou de outra força repressiva. Vinculação esta que se fazia visível principalmente quando se solicitava *zona liberada* para a execução de uma operação.⁷⁵

O sequestrado ou *chupado* era então transportado para um dos centros de detenção clandestinos. Apesar de algumas vítimas terem sido assassinadas antes de ingressar aos centros, ou legalizadas rapidamente e levadas às prisões, a maioria permaneceu detida nesses lugares por meses, e até anos, com um propósito definido: obter informação útil para desarticular as

⁷³ CAVIGLIA, Mariana. **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 39; MANEIRO, María. “La Plata, Berisso y Ensenada. Los procesos de desaparición forzada de personas en el ‘Circuito Camps’”. In: Inés Izaguirre (comp.). **Luchas de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1976-1983: antecedentes, desarrollo, complicidades**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

⁷⁴ A coexistência na mais recente ditadura civil-militar argentina de uma violência de base legal, mesmo que sob o marco da legalidade de uma ditadura, com uma lógica clandestina, também pertencente ao Estado, apesar de não ser assumida com tal, foi denominada pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) como *paralelismo global*. Ver: MIGNONE, Emilio F. **Estrategia represiva de la dictadura militar: La doctrina del “paralelismo global”**. Buenos Aires: Colihue, 2006; PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”, p. 157- 161.

⁷⁵ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 145-146; AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 57-58, 62-63; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 34-35.

organizações e suas redes, e produzir a *quebra* dos prisioneiros e conseqüentemente a sua colaboração. Estas eram as tarefas dos *grupos de inteligência*, que, a partir dos dados obtidos sob tortura produziam informes que poderiam conduzir a novos sequestros.⁷⁶

A identificação dos lugares onde funcionaram centros clandestinos de detenção é ainda hoje uma tarefa difícil para os organismos de direitos humanos e os grupos de investigação. A preparação da Copa do Mundo e a crescente pressão internacional devido às denúncias de violações de direitos humanos fizeram com que, a partir de meados de 1978, muitos fossem esvaziados e desmontados; alguns deixando de funcionar e outros transferindo suas estruturas físicas e operacionais para outros lugares, uma prática que continuou até o fim da ditadura.⁷⁷

Para tanto, uma das principais portas de entrada seria através do testemunho dos sobreviventes. Porém, as características da sua detenção produziram rupturas nas formas que essas pessoas encontram para evocar suas experiências. Elas chegavam aos centros clandestinos de detenção vendadas ou encapuzadas;⁷⁸ uma vez nos centros, eram submetidas a uma privação sensorial e motriz generalizada: “(...) *tenían sus manos atadas, sus ojos vendados, prohibida el habla, limitados sus movimientos, no tenían contacto con el mundo exterior, cuya realidad ignoraban.*”⁷⁹ A identificação daqueles com quem compartilhavam o cativo era ainda dificultada pela substituição dos seus nomes por números. Iniciava-se então o processo de *desaparecimento de suas identidades*:

Los números remplazaban a nombres y apellidos, personas vivientes que ya habían *desaparecido* del mundo de los vivos y ahora *desaparecerían* desde dentro de sí mismos, en un proceso de “vaciamiento” que pretendía no dejar la menor huella. Cuerpos sin identidad, muertos sin cadáver ni nombre: desaparecidos.⁸⁰

Para muitos sequestrados, o destino final nos *circuitos repressivos clandestinos* era o *traslado*, eufemismo utilizado para o desaparecimento ou a morte. De acordo com Pilar Calveiro,

⁷⁶ CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 35-37.

⁷⁷ O *Club Atlético* foi um dos centros clandestinos de detenção instalados na cidade de Buenos Aires durante a última ditadura civil-militar. Sob comando da polícia federal, ele funcionou durante o ano de 1977 no sótão de um edifício de três andares, localizado na Avenida *Paseo Colón*, no bairro de San Telmo, até que foi demolido para a construção da *Autopista 25 de Mayo*. Parte da sua infraestrutura foi utilizada para construir outro centro, o *Olimpo*, para onde foram levados também parte dos sequestrados. Desde 13 de abril de 2002 o governo da Cidade de Buenos Aires começou obras de escavação para recuperar o local onde o *Club Atlético* funcionou, constituindo-se na primeira iniciativa de arqueologia urbana relacionada com a memória dos crimes cometidos pela ditadura.

⁷⁸ AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 84-85.

⁷⁹ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 34.

⁸⁰ CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 47.

o segredo que rodeava os procedimentos de *traslado* torna-o uma das partes do processo mais desconhecidas. Alguns sobreviventes apontam que a desapareição de marcas e cicatrizes da tortura era o tempo esperado pelos *grupos de tarefa* para legalizar ou desaparecer aos seus prisioneiros. Geralmente, os *traslados* estavam associados a um forte movimento dentro do centro de detenção, o que permitia que os sequestrados aprendessem a detectar alguns sinais. Porém, os procedimentos prévios à liberação e à morte e ao desaparecimento eram os mesmos, gerando confusões sobre o destino final do indivíduo. Algumas dessas execuções tornaram-se públicas. Entretanto, as versões das mortes davam conta de operações de busca e invasões de domicílio, com a descoberta de armas, explosivos, documentação ou material de imprensa; ou de enfrentamentos armados entre *delinquentes subversivos* e as *forças legais*, nos quais os mortos identificados invariavelmente pertenciam ao primeiro grupo. Encobriam-se, assim, os métodos violentos utilizados nos assassinatos e a disparidade de forças entre vítimas e repressores.⁸¹

Acobertar os atos cometidos nos *circuitos repressivos clandestinos* foi uma das formas através das quais setores da sociedade civil aderiram ao seu plano de execução. Os meios de comunicação geralmente transcreviam os comunicados policiais apresentando os cadáveres que apareciam em vias públicas como episódios da *guerra contra a subversão*. No caso da *apropriação* de bebês, nascidos nos centros clandestinos de detenção ou sequestrados junto com seus pais, não só os militares estiveram envolvidos nas adoções ilegais: casais civis que aceitavam as crianças para adoção; funcionários de cartórios e hospitais, que facilitavam a falsificação de documentos para registros; e médicos obstetras que após os partos trocavam os dados que identificassem as crianças.⁸²

Foi na adoção do desaparecimento forçado de pessoas como principal modalidade repressiva que os *circuitos clandestinos repressivos* buscaram gerar uma supressão da memória. No momento do sequestro, os indivíduos já haviam perdido sua visibilidade pública. Com o desaparecimento, não ficava o corpo como testemunho material do ocorrido; permitindo a negação do cativo nos centros clandestinos de detenção e o destino final da vítima; e a

⁸¹ AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 102, 112-113.

⁸² QUADRAT, Samantha Viz. “O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares”. In: **História**, São Paulo, n. 22, 2003, p. 170.

impunidade dos perpetradores do crime. Dessa maneira, os desaparecidos constituem um grupo de vítimas *sem-registro da memória*⁸³.

Os desaparecidos somente foram nomeados pelos militares, em dezembro de 1977, quando, em uma conferência de imprensa, o General Jorge Rafael Videla apontou-os como *guerrilheiros*, explicando seus desaparecimentos pelo *estado de guerra*, como práticas da própria *subversão* ou como *excessos* da repressão.⁸⁴ Segundo o discurso do regime, os *chamados* desaparecidos nada mais eram que mais uma das *ficções* ou *mentiras* dos *delinquentes terroristas derrotados* que se expressavam através de suas frentes internas, como os organismos de direitos humanos, ou de instituições internacionais de reputação duvidosa, como a Anistia Internacional. Nas listas dos *pretendidos desaparecidos*, acusavam os militares, figuravam pessoas que haviam passado *voluntariamente* à clandestinidade ou que se encontravam residindo fora do país, em um demonstrativo de que as denúncias eram uma *prédica mal intencionada*.⁸⁵

No contexto da visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o regime adotou um discurso segundo o qual não existiria um problema de desaparecidos, mas de *mortos não registrados*, situação que traziam apenas implicações práticas e legais para os seus familiares.⁸⁶ Para solucionar essa situação, entre agosto e setembro de 1979, foram aprovadas leis

⁸³ PADRÓS, Enrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na História”. PADRÓS, Henrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na História”.

⁸⁴ “*En toda guerra hay personas que sobreviven, otras que quedan incapacitadas, otras que mueren, otras que desaparecen (...) La desaparición de algunas personas es una consecuencia no deseada de esta guerra. Comprendemos el dolor de aquella madre o esposa que ha perdido su hijo o marido, del cual no podemos dar noticia, porque se pasó clandestinamente a las filas de la subversión, por haber sido presa de la cobardía y no poder mantener su actitud subversiva, porque ha desaparecido al cambiarse el nombre y salir clandestinamente del país o porque en un encuentro bélico su cuerpo al sufrir las explosiones, el fuego o los proyectiles, extremadamente mutilado, no pudo ser reconocido, o por exceso de represión.*” Ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 37. Esta versão manteve-se na resposta do regime ao Informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 1979: alegavam que os *excessos* cometidos foram frutos da *situação excepcional* do país e que os desaparecidos não eram um problema na Argentina, pois, assim como não existiram os centros *campos de concentração*, os desaparecidos eram “(...) ‘*muertos en enfrentamientos armados*’ y enterrados sin identificación o con identificación falsa, ‘*terroristas asesinados por las propias organizaciones por desertores o traidores*’, ‘*subversivos*’ que vivían en la clandestinidad o terroristas huidos al exterior tras su derrota y actualmente participando de la ‘*campana antiargentina*’”. Ver: JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**. Buenos Aires: Sudamericana, 2010, p. 155.

⁸⁵ JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**, pp. 63-67.

⁸⁶ Em 14 de dezembro de 1979, o general Jorge Rafael Videla expressou tal concepção ao declarar ao jornal *Clarín*: “*Le diré que frente al deaparecido en tanto este como tal, es una incógnita. Si reapareciera también tendría un tratamiento equis. Pero si la desaparición si convirtiera en certeza de su fallecimiento tiene otro tratamiento. Mientras sea desaparecido no puede tener tratamiento especial, porque no tiene identidad: no está ni muerto ni vivo.*” Ver: NOFAL, Rossana. “Desaparecidos, militantes y soldados: de la literatura testimonial a los partes de guerra”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**, p. 161.

cujos propósitos era *ordenar* os problemas de cobrança de aposentadoria e de pensões declarando falecidos os cidadãos cujos desaparecimentos foram denunciados a partir de 06 de novembro de 1974, data da declaração do estado de sítio. Paralelamente, políticos, empresários, colégios profissionais e jornalistas expressavam através da publicação de *solicitadas* nos meios de comunicação o seu agradecimento aos militares por terem *entrado em guerra* para ganhar a *paz* pedida por todos os *homens de boa vontade* que habitavam o solo argentino, expressando a necessidade de esquecimento e de perdão, pois em toda *guerra* havia mortos e desaparecidos.⁸⁷

Por outro lado, enquanto versões oficiais eram divulgadas, ou acontecimentos eram omitidos, outras versões encontravam-se reprimidas, censuradas ou proibidas nos espaços privados ou familiares. Enquanto para alguns familiares e amigos de desaparecidos a ausência de um cadáver, de um processo ou de um sequestro com responsáveis identificados dificultavam a tarefa de acusar alguém de algo, gerando um temor e um sofrimento generalizados que favoreciam o retraimento e o imobilismo; em muitos casos, os desaparecimentos geraram uma mobilização para averiguar sobre o destino de seus conhecidos, criando-se vínculos que levaram à formação de organismos de direitos humanos ou a uma mudança nas estratégias e discursos de organismos já existentes.⁸⁸

Aos poucos, essa luta que se iniciou como uma demanda de índole privada e individual tornou-se um dos movimentos de *resistência* à ditadura, pois assumiu um caráter explícito de questionamento aberto à sua estratégia repressiva e de oposição ao seu discurso oficial.⁸⁹ Até meados dos anos oitenta, nota-se uma estreita relação entre três componentes na sua ação: o reclamo pela verdade sobre o destino das vítimas e a informação sobre os atos cometidos; a demanda de justiça e de castigo aos responsáveis que apontavam para a necessidade de que dessa vez, diferentemente das ditaduras anteriores, os delitos cometidos pelo Estado não ficassem impunes; e o *dever de memória* contra formas históricas ou institucionais de esquecimento ou de falsificação do ocorrido.⁹⁰ Ação esta que teve como eixos fundamentais a difusão e denúncia

⁸⁷ JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**, p. 101, 136.

⁸⁸ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 145; AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, p. 298.

⁸⁹ AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 292-293; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 157-158.

⁹⁰ JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina.” *In*: ACUÑA, Carlos [et.al.]. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la**

pública das violações, incluindo a ação no plano internacional para conseguir solidariedade e apoio na luta contra o regime ditatorial;⁹¹ e ações de solidariedade, contenção e apoio às vítimas e seus familiares. Para Hugo Vezzetti, a emergência da luta pelos direitos humanos como forma de *resistência* ao caráter clandestino dos *circuitos repressivos* resultou na emergência da problemática da memória no país:

Es importante recordar que en ese plano, el de una lucha por la información y por la verdad, se desarrollaba un enfrentamiento decisivo con la dictadura. Finalmente la forma más eficaz de la resistencia, la que contribuyó centralmente a socavar el poder militar, residió en ese objetivo de verdad: hacer conocer a la sociedad y a la opinión internacional la magnitud de los crímenes. Desde luego, el valor e incluso el deber de la memoria se referían al objetivo de enfrentar el silencio y la falsificación de los hechos. Ése fue el sentido, en el comienzo, de la oposición pública, moral antes que política, de los organismos de derechos humanos (...).⁹²

É importante ressaltamos que analisar as formas de *resistência* à mais recente ditadura civil-militar requer uma periodização, inclusive para pensarmos a instalação da problemática da memória e dos direitos humanos na sociedade argentina.⁹³ Nos primeiros cinco anos, o regime conquistou uma importante margem de apoio para colocar em prática seu projeto econômico, social e político, e para garantir a sua operação de eliminação da *subversão*. Frente às primeiras

política argentina, p. 104; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 22-23.

⁹¹ O desenvolvimento de trabalhos sobre as distintas experiências dos exilados argentinos da mais recente ditadura civil-militar no exterior têm apontado o papel importante que eles tiveram na instalação do tema argentino na agenda internacional das violações aos Direitos Humanos. Gerar a preocupação internacional sobre a situação argentina e construir redes consistentes de solidariedade e denúncia que incluíssem governos, intelectuais e organizações intergovernamentais ou humanitárias não foi uma tarefa fácil. A tradição golpista argentina, o duvidoso prestígio da presidenta derrocada, o clima de violência vivido pelo país antes do golpe, a presença da Triple A que se mostrava tão peronista como *Montoneros* e outras organizações da esquerda do movimento que se converteram em suas vítimas, e o fato da repressão ter se dirigido em primeiro lugar a organizações políticas que operavam com metodologias violentas, dificultavam a solidariedade internacional. Além disso, os exilados enfrentaram o desafio de trazer à atenção internacional um sistema repressivo cujas características remetiam ao oculto e ao secreto, criando aos denunciadores a necessidade de provar suas afirmações. Por último, eles tiveram que desmontar a estratégia inicial do regime que conseguiu instalar no país e no exterior uma imagem de militares argentinos moderados e civilizados, em contraposição aos *pinchetistas*. Ver: ALONSO, Luciano. “El surgimiento del movimiento argentino por los derechos humanos en perspectiva comparada.” *In: Páginas*, revista digital de la escuela de historia – UNR. Año 1, Rosario, 2008, pp. 102-107; FRANCO, Marina. **El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2008, pp. 88-110; JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**, pp. 41-48; YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio: argentinos en México, 1974-1983**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, pp. 118-142, 177-186; QUADRAT, Samantha. “Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra”. *In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

⁹² VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, p. 21.

⁹³ QUIROGA, Hugo. “La verdad de la justicia y la verdad de la política. Los derechos humanos en la dictadura y en la democracia”. *In: QUIROGA, Hugo & TCACH, César (comps.). A veinte años del golpe. Con memoria democrática*. Rosario: Homo Sapiens, 1996.

denúncias surgidas no exterior, às filas de familiares de desaparecidos no Ministério do Interior e às primeiras rondas das mães de desaparecidos na *Plaza de Mayo*, a sociedade argentina respondeu com indignação, considerando os denunciantes *não argentinos* responsáveis por uma campanha de difamação do país. O impacto internacional dessas denúncias resultou na visita de organismos e personalidades defensoras de direitos humanos, e na designação do Prêmio Nobel da Paz em 1980 a Adolfo Pérez Esquivel, fundador do *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ), em 1974, e militante da *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH). A partir de 1981, nota-se uma nova fase na luta pelos direitos humanos, vinculada ao processo de abertura iniciado pelo general Roberto Eduardo Viola e à crescente mobilização de uma oposição que se dotava de conteúdos antiditatoriais. Os partidos políticos, alguns setores eclesiais, as entidades empresariais e sindicais começaram então a incluir em suas declarações públicas e em seus documentos o tema dos desaparecidos; conseqüentemente, as reivindicações dos organismos de direitos humanos adquiriram uma adesão e um reconhecimento que até então não existia, como se expressou publicamente na *Marcha de la Reistencia*, de dezembro de 1981.⁹⁴

Entretanto, com a conjuntura aberta com a Guerra das Malvinas, em um marco em que o descontentamento social e político começavam a expressar-se, a sociedade argentina pareceu disposta a escutar as denúncias sobre os desaparecidos. Com a derrota nas Malvinas, a ditadura ficou isolada internacionalmente; e perdeu o apoio das classes médias que agora consideravam o seu discurso falaz e questionavam o seu autoritarismo, sua incapacidade de garantir o poder de consumo e conter a inflação.⁹⁵ Nesse quadro, a longa e, até então, questionada luta dos organismos se articulou com as reivindicações de outros setores sociais e políticos e, fundamentalmente, pôde encontrar pontos de contato com uma sociedade que durante anos parecia estar imune a suas denúncias, seja pela ameaça da repressão ou pelas campanhas difundidas pelo regime e pelos meios de comunicação. Assim: “*El lacerante tema de los desaparecidos golpeó sobre sectores cada vez más amplios, en un proceso de toma de consciencia que se articulaba con la acelerada desintegración del régimen.*”⁹⁶

⁹⁴ JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina.”, p. 117.

⁹⁵ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 53.

⁹⁶ AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, p. 300.

A partir de outubro de 1982, os meios de comunicação, antes favoráveis à ditadura, difundiram intensamente e com um forte traço sensacionalista as exumações de tumbas NN realizadas graças às denúncias de familiares de desaparecidos; publicaram informes de organismos de direitos humanos e declarações de militares relatando episódios da repressão.⁹⁷ Os desaparecimentos instalaram-se como tema central da informação pública colocando um aparente fim à supressão da memória praticada pelos *circuitos repressivos clandestinos*. Porém, colocava-se ao *dever de memória* um novo obstáculo. Frente a uma sociedade que pela *primeira vez* parecia entrar em contato com tais fatos, já não se tratava mais trazer a tona o ocorrido, mas favorecer uma seleção de critérios e valores que deveriam orientar um trabalho deliberado de produção da memória da experiência ditatorial numa nova situação.⁹⁸

Os primeiros que tentaram orientar este trabalho foram os militares. Em abril de 1983, o regime transmitiu em cadeia nacional de televisão o *Informe final de la Junta Militar sobre la guerra contra la subversión*. Neste, manteve-se a imagem de um enfrentamento bélico não convencional contra um *inimigo interior*, que havia obrigado a instrumentalização de novos procedimentos de luta, que acabaram derivando em *erros* ou *excessos* praticados pela repressão. Além disso, continuava negando publicamente a existência dos *circuitos repressivos clandestinos*, e encerrava a discussão em torno dos desaparecidos declarando-os como mortos. Esse informe teve como correlato jurídico a sanção da lei 22.924, *Ley de Pacificación Nacional*, uma auto anistia que, além de impor a impunidade ao impedir que se julgassem os responsáveis

⁹⁷ Segundo Inés González Bombal, a derrota nas Malvinas resultou em uma quebra de anos de censura oficial e uma consequente renovação dos espaços públicos que se viram então invadidos por revelações acerca do passado recente. Porém, o fato dos meios de comunicação trazer denúncias, exumações e relatos de violência, não atribuiu um sentido ao ocorrido, contribuindo para a perplexidade social frente à verdade que se mostrava sobre os anos da ditadura, o *show de horror*. Para Claudia Feld, este foi a primeira apresentação midiática da pressão clandestina após a ditadura e compreendeu uma série de fatores: a exibição de detalhes macabros, a acumulação de dados sem conexão, a visão de distintas testemunhas apresentadas de forma fragmentária. Apesar de insuficientes para gerar um entendimento sobre o ocorrido, e de percebidos como inadequados para se referir a eventos que desafiavam a capacidade de compreensão e representação, os primeiros relatos midiáticos teriam conseguido instalar na opinião pública o tema dos desaparecidos como um problema a se resolver e investigar. Ver: GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. “‘Nunca más’: el juicio mas allá de los estrados”. In: ACUÑA, Carlos [et.al.]. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina**, p. 204; FELD, Claudia. “La representación de los desaparecidos en la prensa de la transición: el ‘show del horror’”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**; FELD, Claudia. “El pasado como ‘show’. Los medios de comunicación masiva y la representación del terrorismo de Estado en Argentina”. In: ALONSO, Fabiana [et.al.]. **Justicia y derechos humanos en la construcción de la democracia**. Santa Fe: Universidad del Litoral, 2011, pp. 163-168.

⁹⁸ Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, p. 23.

pelas sistemáticas violações aos direitos humanos, propunha um *nunca mais* ao encerrar os *enfrentamentos* de um passado que *não voltaria a se repetir*.⁹⁹

Tais medidas geraram atos de repúdio dos organismos de direitos humanos que nesse momento estabeleciam-se como um ator político difícil de ser isolado da cena pública. Eles exigiam ao Estado justiça pelas violações sofridas por vítimas e familiares, fruto de um plano deliberadamente organizado pela ditadura, como se observou ao tornarem pública uma nova consigna que, desde então, tornou-se central: *Juicio y castigo a todos los culpables*.¹⁰⁰ Consequentemente, a justiça estabeleceu-se como um marco para a elaboração de sentido da experiência ditatorial:

En ese sentido, la demanda de la justicia establecía un marco preciso a la recolección y la preparación de los elementos de prueba, en la medida en que se trataba de demostrar la responsabilidad institucional de las Fuerzas Armadas. Dado que esa acción pública se hacía en nombre de la defensa de los *derechos humanos*, los acontecimientos terribles a los que se refería quedaban instalados en una dimensión más general, en la saga de las violaciones en gran escala a los derechos humanos en el mundo contemporáneo. Por otra parte, esa acción empezaba a referirse a la voluntad de prevenir, de impedir que esa experiencia pudiera repetirse.¹⁰¹

Podemos perceber que foi a própria ditadura civil-militar que iniciou a interpretação e a representação da figura do desaparecido a partir dos elementos que formavam o discurso da *guerra antissubversiva*, principalmente a negação da sua existência. Desta perspectiva, os desaparecidos eram exclusivamente guerrilheiros que haviam sido executados, estavam na clandestinidade ou fugiram para o exterior como resultado da *guerra* em curso no país. Paralelamente, as representações dos desaparecidos constituídas pelos organismos de direitos humanos começaram a expandir-se além das fronteiras do universo de denunciadores de maneira a questionar as prédicas do regime. Com a recuperação da democracia, a revelação de parte do ocorrido durante a ditadura, a admissão da existência de vítimas da repressão e o reconhecimento dos desaparecidos, a configuração de sentido do discurso oficial entrou em crise e passou a conviver com outras nos espaços públicos de discussão. Consequentemente, à *supressão da*

⁹⁹ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 662-668; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, p. 27; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 55-56.

¹⁰⁰ JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina.”, pp. 118-119; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 54.

¹⁰¹ VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 22-23.

memória imposta pelos *circuitos repressivos clandestinos* contrapôs-se o *dever de memória* e a necessidade de trazer a tona fatos do passado até então omitidos ou falsificados, além de um acerto de contas com a experiência ditatorial.¹⁰²

A formação dos circuitos de memórias

Com o retorno à democracia, a figura dos desaparecidos na Argentina passou a ser pensada, representada e evocada através de uma multiplicidade de discursos, práticas e estratégias. Contudo, a sua instalação como um problema social e político não se deu por si só: à tentativa de negação, silêncio e esquecimento da mais recente ditadura civil-militar refutaram iniciativas que restituíram de diversos modos a sua presença.¹⁰³ Desmanchados os *circuitos repressivos clandestinos* e as políticas oficiais de *supressão da memória*, devemos questionar os motivos que tornam os desaparecidos um tema recorrente dos meios de comunicação em massa; um tema relevante da agenda política e das discussões públicas; e o objeto de investigação dos tribunais judiciais e dos organismos de direitos humanos.

A nosso ver, a transição democrática e o *dever de memória* assumido por diversos atores políticos geraram *circuitos de memórias* em torno da rememoração dos desaparecidos. Os circuitos são percursos organizados para que no seu fim, volte-se ao ponto de partida. Logo, um *circuito de memórias* inicia-se com o imperativo da recordação que, atendido por diversos atores, gera um diálogo entre memórias pessoais e memórias coletivas. Conseqüentemente, forma-se um processo de circulação e transmissão de memórias através de distintas iniciativas públicas que garantem a vitalidade da recordação. Por sua vez, reforça-se e reitera-se o seu valor simbólico, cristalizando assim o seu espaço nas memórias coletivas.

Para mapearmos os *circuitos de memórias* devemos iniciar pelo seu elemento gerador: o *dever de memória*. Se durante a própria ditadura este se relacionou com o questionamento dos *circuitos repressivos clandestinos* e do controle estrito sobre a divulgação pública de informações sobre os eventos que neles ocorriam; na democracia, lembrar foi uma atividade de restauração

¹⁰² CRENZEL, Emilio. “Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983-2008”. In: CRENZEL, Emilio. **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**, p. 21.

¹⁰³ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 369.

dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência. A rememoração dos desaparecidos transformou-se em matéria-prima da indignação e em impulso de uma transição democrática que assumiu como imperativo político e cultural o *nunca mais*, situando o regime democrático negativamente à ditadura que o precedeu. Consequentemente tornou a memória uma necessidade moral, *lembrar para não repetir*, e uma necessidade política, *lembrar para afirmar-se a ruptura entre o Estado de direito e a barbárie e a violência ditatorial*.¹⁰⁴ Afirmou-se principalmente a centralidade do desaparecido como uma marca da repressão que, apesar de não ter deixado rastros materiais, continuaria presente na memória.

Enrique Serra Padrós aponta-nos que o *dever de memória* sobre os desaparecidos relaciona-se ao estado de *desmemória* provocada pelas incertezas do seu destino final. Seria então impossível optar pelo esquecimento, pois não se pode esquecer o que se desconhece. Por outro lado, trata-se de uma lembrança de eventos concretos que o Estado e atores sociais tentaram apagar. Logo, “*para esquecer é necessário conhecer; se conhecemos, lembramos e se lembramos exercendo o direito de opção, podemos esquecer.*” Dessa maneira, o desafio que a *desmemória* dos desaparecimentos coloca é o de como agir quando os fatos que conformam o desaparecimento continuam sendo desconhecidos. Podemos perceber que este agir se expressa através da reiteração da importância da memória como forma de restituir a presença dos desaparecidos e de denunciar a persistente sonegação de informação sobre o seu destino final.¹⁰⁵

De acordo com Ludmila da Silva Catela, no caso dos familiares de desaparecidos, as estratégias para impor e defender a categoria desaparecidos foram variadas, desde que viveram uma *inversão do seu mundo* com o desaparecimento de um ente querido. O processo de afirmação de sentidos começou a partir de atitudes conhecidas, material e mentalmente possíveis, como as entrevistas com autoridades, petições e solicitações de informações. À medida que essas relações pessoais e as instituições conhecidas – igreja, exército, política, ministérios, justiça – mostraram uma nova feição como espaços de reiteração de *mentiras*, paradoxalmente os familiares se reconheceram como iguais. Compartilhar o drama do desaparecimento e as incertezas que ele acarretava aos poucos geraram laços de solidariedade e outras *verdades* que os permitiu atribuir sentido à sua experiência. Consequentemente os seus movimentos deslocaram-se da dor privada à manifestação pública; e o seu drama familiar pouco a pouco se tornou um

¹⁰⁴ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**, pp. 45-47.

¹⁰⁵ PADRÓS, Enrique Serra. “Memória e esquecimento das ditaduras de Segurança Nacional: os desaparecidos políticos.”

problema político e social geral. Ao longo dos anos, uma apelação ao privado marcou as suas estratégias, tornando-os os agentes mais legítimos na rememoração ¹⁰⁶

Apesar de tratar-se de ações iniciadas e muitas vezes protagonizadas pelos familiares de desaparecidos, as iniciativas e discursos que conformam os *circuitos de memórias* não se restringiram a eles. Já nos últimos anos da ditadura, e principalmente a partir do início do período democrático, entraram em cena atores sociais que não pertenciam estritamente ao *circuito de familiares*: pessoas com experiências de vida que as vinculam de formas diversas ao passado ditatorial, organizadas nos organismos de direitos humanos ou dispersas nos movimentos de protestos populares, e que também reclamam pro uma versão do passado que regate e denuncie a repressão, o sofrimento e a impunidade. ¹⁰⁷ *Empreendedores da memória* importantes para a instalação social de um sentido alternativo ao militar e para a sua manutenção nos espaços públicos. ¹⁰⁸

Um importante *empreendedor da memória* é o Estado. A sua inserção nos *circuitos de memórias* traz a tona a discussão sobre os processos de legitimação e reconhecimento das responsabilidades pelas violações aos direitos humanos durante a ditadura. Para tanto, ele pode ou não implementar *políticas de memória*: formas de administrar ou de lidar com o passado através de medidas de justiça retroativa, juízos históricos e políticos, além de apropriações simbólicas que instauram comemorações, datas e lugares. ¹⁰⁹ Na Argentina, desde o retorno à democracia, a participação do Estado na resolução do tema passou por avanços e retrocessos, porém ele nunca se ausentou do debate público. ¹¹⁰ Logo, devemos questionar os efeitos de suas medidas sob a vigência dos *circuitos de memórias* e sob uma possível institucionalização de representações do passado na conformação de um relato oficial.

¹⁰⁶ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 369-371.

¹⁰⁷ JELIN, Elizabeth. “Los sentidos de la conmemoración”. *In: Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*, p. 247.

¹⁰⁸ Para explicarmos *como e por quê* determinado tema se converte em questão pública, devemos observar a ação dos *empreendedores de memórias*, agentes que pretendem o reconhecimento social e a legitimidade política de sua versão ou narrativa do passado. Além disso, eles se ocupam e preocupam em manter visível e ativa a atenção social e política sobre o seu empreendimento. Em distintas conjunturas e momentos, eles se utilizam de diversas estratégias nas quais está implícito o uso público e político que se faz da memória. Ver: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 48-49.

¹⁰⁹ RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”, pp. 260-261.

¹¹⁰ VALDÉZ, Patricia. “Tiempo Óptimo para la memoria”. *In: GROppo, B.; FLIER, P. (orgs.). La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*, pp. 63-74.

Para que ocorra a interação entre os diversos *empreendedores da memória* e a consequente circulação dos seus discursos e práticas sobre o passado é preciso a conformação de *cenários da memória* nos quais a *apresentação de um discurso verossímil sobre o passado* possa ser visto e ouvido por um determinado público.¹¹¹ Dentre os espaços públicos, as praças possuem um papel central na história política argentina, concentrando o poder da convocação, tanto para os festejos pátrios como para os momentos de expressão política. Com o fim da ditadura, a *praça democrática* constituiu-se como o espaço público por excelência para expressar e ativar sentidos e demandas em relação ao passado ditatorial, principalmente através da adoção de uma prática que se reitera sempre que ele cobra relevância pública: *a marcha até a praça*.¹¹² Além das praças, espaços físicos onde ocorreram a repressão ditatorial também tem sido habilitados como *espaços de memória*, como é o caso dos locais onde funcionaram centros clandestinos de detenção. Somam-se a estes outros que se relacionam à biografia prévia ao desaparecimento, como, por exemplo, espaços que marcaram a vida pessoal das vítimas, nos quais desenvolveram suas atividades públicas e ocupacionais, ou onde foram vistas pela última vez.¹¹³

Nesses espaços, os sentidos do passado são materializados através de produtos culturais ou com atuações e expressões que, antes que representar o passado, o incorpora de maneira performática.¹¹⁴ Trata-se de *veículos* ou *vetores de memória* que, nas palavras de Henry Rousso, “(...) por definição implicam representações explícitas e voluntaristas do passado, de tendência

¹¹¹ FELD, Claudia. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002, pp. 5-6.

¹¹² CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp 209-225; SIGAL, Silvia. **La Plaza de Mayo. Una crónica**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2006, pp. 323-341.

¹¹³ Atualmente, uma das práticas comuns na cidade de Buenos Aires para homenagear e preservar a memória dos desaparecidos é a colocação de placas em distintos bairros *porteños* na frente de domicílios ou lugares em que os desaparecidos viveram, estudaram, trabalharam ou militaram. As *baldosas por la memoria* são uma forma de intervenção urbana organizada pelo coletivo *Barrios por la memoria y justicia* que interpela as pessoas que passam por esses lugares para mostra-los que os desaparecidos eram vizinhos do bairro; logo seu desaparecimento não ocorrera numa realidade alheia a sua. As *baldosas* geralmente reúnem os nomes dos desaparecidos com as respectivas datas do desaparecimento; a demarcação do que ele fazia no local (*aquí vivió, aquí estudió, aquí enseñaron, aquí trabajaron*); e a sua enunciação como militantes populares *detenidos-desaparecidos* ou assassinados pelo terrorismo de Estado. Sobre os *espaços de memória* e sinais urbanos da repressão na cidade de Buenos Aires, ver: MEMORIA ABIERTA. **Memoria en la ciudad: señales del terrorismo en Buenos Aires**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

¹¹⁴ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, p. 37.

ideológica e unificadora.”.¹¹⁵ Estes *vetores* formam um catálogo de formas classificatórias e de processos de ritualização que aportam referências e elementos para a rememoração:

(...) *papéis/documentos* (habeas-corpus, petições, solicitações, listas, discursos, leis, concursos), *imagens* (fotos, bandeiras, cartazes), *marcas* (placas, monumentos, anfiteatros), *ações* (mobilizações, atos exposições, escraches, julgamentos), *personagens* (familiares de desaparecidos, juízes, “companheiros”, Hebe de Bonafini, advogados, jornalistas, carrascos).¹¹⁶

A combinação de *empreendedores da memória* e de seus *veículos de memória* conformando um *circuito* de circulação de relatos sobre o passado coloca para o nosso trabalho o tema central da transmissão. Ela pode ter distintos públicos receptores como alvo de sua mensagem: “(...) *la transmisión entre quienes vivieron una experiencia y quienes no la vivieron, porque todavía no habían nacido, o porque no estaban en el lugar de los acontecimientos, o porque aunque estaban allí, por la diferente ubicación etaria o social, la experimentaron de otra manera.*”¹¹⁷ A transmissão de memórias das ditaduras é fruto da vontade de atores sociais e instituições de preservá-las combinadas à intenção de justiça, de reconhecimento e homenagem das vítimas e a intenção pedagógica vislumbrando o futuro. Dificilmente poderíamos separar as três tarefas ou intenções nas práticas, porém há alguns *veículos* que podem ser mais eficientes em uma ou outra direção. Além disso, ao pensarmos nesses processos devemos observar as diversas *temporalidades da memória*, já que percebemos a expressão de um sentido do passado, no presente, em função de um futuro desejado. Localizar temporalmente as memórias significa fazer referência à recordação de uma experiência passada incorporada ao presente de maneira dinâmica - passível a processos de significação e ressignificação -; num presente que busca interpretá-la e compreendê-la de maneira que elas contribuam a alcançar o seu horizonte de expectativas futuras. Nesse sentido, os *empreendedores* que tentam homenagear as vítimas da ditadura e identificar os responsáveis enxergam as suas práticas como passos necessários para se garantir que os horrores do passado não voltem a se repetir – o *nunca mais*.¹¹⁸

Por outro lado, inserida num *circuito de memórias*, não podemos pensar na transmissão como um processo passivo e sem *resistências*. De acordo com Alejandra Oberti, a transmissão se

¹¹⁵ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que é era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*, p. 96.

¹¹⁶ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 371.

¹¹⁷ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, p. 124.

¹¹⁸ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 11-13; 130-131.

torna bem sucedida quando há um reconhecimento por parte do seu receptor, assim como uma reatualização que permite que o que se transmite seja interpretado ativamente e inserido em um novo contexto de significação.¹¹⁹ Logo, ao pensarmos nas possibilidades de transmissão, uma questão importante se refere às gerações mais jovens. Se de um lado a informação, os silêncios, os sentimentos e as ideias são bens simbólicos que podem ser transmitidos; de outro, fica aberta a questão sobre quais novas interpretações do passado ditatorial podem surgir em resposta. Apesar da informação disponível, os jovens podem manifestar falta de interesse por reconhecer e se apropriar de eventos do passado. No outro extremo, eles se comprometem e manifestam posições militantes em relação a esses eventos, gerando uma transformação nas manifestações públicas e nos discursos políticos presentes no *circuito de memórias*.¹²⁰ As possibilidades de resignificação e as *resistências* que podem surgir ao longo dos *circuitos de memórias* levam-nos ainda a questionar se a circulação e transmissão de memórias resultam na afirmação de uma *memória emblemática*, um conteúdo simbólico que define o que deve ser recordado e o que deve ser esquecido ou posto à margem;¹²¹ ou de um *regime de memória* que instaura na cena pública os marcos de seleção do rememorável, e os eixos interpretativos e os estilos narrativos utilizados para evoca o passado, pensa-lo e transmiti-lo.¹²²

A principal *resistência* surge da natureza do que é rememorado e das suas possibilidades de representação. Os desaparecimentos implicaram em uma ruptura com a concepção tradicional da morte na Argentina, própria da cultura ocidental, constituindo-se em uma condição fronteira entre a vida e a morte, e limitando os marcos sociais para a evocação do desaparecido. Além disso, ocorreram em um país onde a violência fazia parte dos fatos e dos discursos cotidianos de sua sociedade; e em que a morte era concebida como uma possibilidade, principalmente como demonstrativo do sacrifício por uma causa, mas ainda associada ao ponto final de um processo natural. Com o desaparecimento, o progresso linear do ciclo de uma vida ficou em suspenso: os familiares de desaparecidos por muitos anos esperaram a volta do ente querido, buscaram informações precisas sobre o seu paradeiro e sobre o modo e a data da morte, tornando-o uma

¹¹⁹ OBERTI, Alejandra. “La memoria y sus sombras”. In: JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. **Subjetividad y figuras de la memoria**, pp. 73-74.

¹²⁰ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 126-127.

¹²¹ STERN, Steve J. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)”. In: GARCÉS, M. [et. Al.] (ed.). **Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2001, pp. 3-4.

¹²² CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 24-25.

morte inconclusa. Anularam ainda os espaços públicos para se homenagear os mortos, impedindo a prática de rituais de luto e de velório que ajudariam a elaborar a perda. Para os *companheiros* de militância revolucionária, os funerais de militantes assassinados pela repressão constituíram-se em momentos nos quais os vivos atribuíam sentido a sua morte e prometiam prolongar os seus compromissos. Os desaparecimentos invalidaram assim este e outros elementos significativos da cultura da militância radicalizada dos anos 1970: a morte heroica, seu culto e o seu uso público como justificativas para o exercício da vingança violenta.¹²³

Essas mudanças trouxeram consequências para as representações dos desaparecidos, geralmente produzidas a partir de oposições não excludentes. Nesse sentido, os desaparecidos se constituíram como uma noção polissêmica que oscilava entre dualidades como: a vida e a morte, o conhecido e o desconhecido, a luminosidade a escuridão, o coletivo e o particular, o anonimato e o nome próprio, o reclamo público e a recordação íntima, a instância irrevogável da desapareição e a biografia prévia. Todos esses contrastes ajudam-nos a pensar os distintos momentos da elaboração coletiva e pessoal do luto. Por conseguinte, a enunciação do desaparecido ocorre através da seleção de um deles, o que muito nos diz sobre aquele que o está enunciado. Mães e pais, conjugues, filhos e filhas, companheiros e companheiras de militância; todos possuem uma última lembrança do desaparecido a partir da qual o recuperam. Somam-se a esses aqueles que não possuem qualquer vínculo pessoal, mas que se utilizam da memória produzida em torno do desaparecido para expressar as suas concepções políticas.¹²⁴

Notamos, portanto, uma heterogeneidade de representações, fruto de processos de elaboração da memória social e da intervenção de diferentes agentes e grupos que lutam para dar sentido ao passado na cena pública. Como já pontuamos, em qualquer momento seria impossível encontrar uma memória; uma visão e interpretação únicas do passado compartilhadas por toda uma sociedade. Um passado traumático, violento e conflituoso, como a última ditadura civil-militar argentina, cobra especial relevância com o processo de abertura política devido à dificuldade de se gerar um consenso entre os diversos atores sociais sobre a sua significação. Se

¹²³ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 139-160; CRENZEL, Emilio. **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**, pp. 33-36; TELES, Edson. “Políticas do silêncio e interditos da memória da transição do consenso”, pp. 385-386.

¹²⁴ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 369; BRUZZONE, Gustavo A. & LONGONI, Ana. “Introducción”. In: BRUZZONE, G. & LONGONI, A (comps.). **El Siluetazo**. Buenos Aires: Hidalgo editora, 2008, p. 57.

durante a ditadura a luta entre o relato oficial e o dos organismos de direitos humanos pode ser concebida em termos de uma *luta contra o esquecimento*; a recuperação dos espaços públicos fez com que atores e grupos diversos, com diferentes vínculos com a experiência passada, passassem a conviver sob o marco das regras do funcionamento democrático, enfrentando-se para afirmar como legítima e verdadeira a sua versão do passado. Logo, não podemos pensar os *circuitos de memórias* e os seus processos de transmissão sem considerarmos tais lutas entre *memórias*, cada uma com seus esquecimentos e seus critérios de seleção.¹²⁵

Esse cenário conflituoso gera ainda diversas estratégias para garantir o reconhecimento do relato e a legitimidade de quem o produziu. Para tanto, as memórias transmitidas precisam dialogar com o seu contexto de enunciação e recepção que modelam os limites e as possibilidades do que dizer, pensar e representar dos desaparecidos. Estes se modificam ao longo dos tempos, pois a imprecisão em torno dos desaparecimentos e o surgimento de novos esclarecimentos faz com que a pergunta sobre quem foram os desaparecidos possa ser respondida de formas diferentes de acordo com climas políticos e culturais. Podem surgir ainda questionamentos acerca das memórias que circulam, recuperando elementos até então silenciados ou esquecidos, gerando uma nova negociação entre recordação e esquecimento, e até numa revisão da sua significação.¹²⁶

Dessa maneira, durante a ditadura, percebemos as primeiras interpretações e significações em torno do desaparecimento, marcados por uma relativização da magnitude do ocorrido e por argumentos justificatórios utilizados por seus perpetradores. Com a recuperação da democracia, a exposição exibicionista do horror e a fragmentação da informação foram elementos centrais na primeira apresentação dos desaparecidos no espaço público através dos meios de comunicação. Paralelamente, as representações constituídas pelos organismos de direitos humanos aos poucos foram assumidas pelos diversos setores sociais. Elaboradas para enfrentar a negação ditatorial da existência dos desaparecidos e a estigmatização dos seus compromissos políticos, essas representações privilegiaram a restituição da humanidade dos reclamados através da ênfase sobre seus dados indetentários básicos. Consequentemente negavam o compromisso dos desaparecidos com a política, principalmente com a luta armada, destacando os seus valores morais. A figura do desaparecido como uma *vítima inocente* foi institucionalizada pelo relato oficial sobre os desaparecimentos, incorporada como uma das peças centrais das *políticas de memória*

¹²⁵ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 6, 39-47.

¹²⁶ JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. “Introducción”. In: JELIN, E. & SEMPOL, D. **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 10.

implementadas pelo governo de Raul Alfonsón, e reproduzida por produtos culturais que atraíram a atenção pública nos primeiros anos da democracia. A partir dos anos 1990, em um novo clima político e cultural, novas interrogações sobre o passado foram incorporadas, trazendo para o debate a questão da militância armada, recuperando a figura do desaparecido militante.¹²⁷

Apesar de tais mudanças, Emilio Crenzel aponta que um dos elementos comuns das representações produzidas em torno dos desaparecidos é dificuldade de se pensar a questão da violência política.¹²⁸ Amplamente difundida nas décadas de 1960 e 1970, a noção positiva da violência como instrumento legítimo da ação política tornou-se um tabu com o processo de redemocratização, por dificultar os processos de pacto político em curso. As perguntas sobre as práticas e propostas políticas daqueles que militaram em prol de projetos emancipatórios políticos e sociais foram silenciadas pela centralidade da dor e das ausências. Esse tema constituiu-se então em uma das *sombras das memórias da ditadura*; nem as versões que recuperam os desaparecidos como vítimas passivas, nem as que os descrevem como sujeitos que, apesar de suas boas intenções, foram derrotados por fazerem avaliações erradas da conjuntura política, seriam satisfatórias.¹²⁹ Por outro lado, a dificuldade em se pensar na legitimidade da violência política fez com que a ditadura fosse interpretada como uma *noite de terror*, iniciada pelos militares em 24 de março de 1976 na qual a sociedade argentina teria sido apenas vítima e espectadora.

Percebemos, portanto, que em torno da memória dos desaparecidos na Argentina contemporânea constituíram-se *circuitos de memórias*, formados por uma diversidade de agentes, discursos, práticas e representações. A forma como os desaparecimentos foram produzidos nos *circuitos repressivos clandestinos* torna este um conflituoso objeto de rememoração, abrindo a possibilidade para diversas estratégias de recuperação, e gerando o silêncio e o esquecimento

¹²⁷ CRENZEL, Emilio. “Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983-2008”, pp. 21-22.

¹²⁸ De acordo com Emilio Crenzel, os elementos comuns às representações dos desaparecidos produzidas a partir da transição democrática em 1983 seriam: “(...) *la primacía de la voz del testigo y del lazo de familia; la representación de los desaparecidos a partir de sus datos identitarios básicos y sus cualidades morales, que discurre en paralelo a la dificultad por inscribir en términos políticos sus compromisos y los conflictos en los que tomaron parte; un marcado sesgo en su presentación en términos de clase, con un predominio abrumador de su presentación como miembros de la clase media que contrasta con la importancia cuantitativa, según los registros oficiales, que poseen los obreros en el universo de desaparecidos; la tendencia a presentar de una manera totalizadora las relaciones de la sociedad argentina con la violencia de Estado, sea como su víctima o su cómplice; la ausencia de presentaciones críticas sobre los orígenes de la violencia política y la tendencia a identificar al presente con el pasado omitiendo los cambios operados*”. Ver: CRENZEL, Emilio. “Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983-2008”, p. 23.

¹²⁹ ARAUJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. In: FICO, Carlos (org). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e Perspectivas**, p. 248; OBERTI, Alejandra. “La memoria y sus sombras”, pp. 103-105.

sobre elementos do passado de difícil elaboração. A inserção desses conflitos nos *circuitos de memórias*, por outro lado, alimentam os debates em torno dos desaparecidos, mantendo-o como um tema inevitável do regime democrático. Apesar de ser um assunto que se encontra interdito por questões políticas e culturais, falar em desaparecidos na Argentina significa remeter a uma vivência e um tempo cronológico preciso – a mais recente ditadura civil-militar -; consequentemente, tornando este um *passado presente*.

Capítulo 2. Os lápis seguem escrevendo

“*El terrorista no sólo es considerado tal por matar con una arma o colocar una bomba, sino también activar a través de ideas contrarias a nuestra civilización occidental y cristiana*”.¹³⁰

Em 18 de dezembro de 1976, o general Jorge Rafael Videla definiu com estas palavras para um grupo de jornalistas ingleses o que o regime considerava como o *subversivo*. O perfil do inimigo remetia fundamentalmente à atuação militante ou à vinculação em algum grau com o que o jargão policial e de inteligência denominava como *bandas de delinquentes subversivos* ou *bandas de delinquentes terroristas*, constituídas em primeiro lugar pelas organizações político-militares que atuavam nacionalmente, e aqueles que tinham qualquer vinculação com a guerrilha, incluindo as suas estruturas de *superfície* voltadas à militância nos bairros, sindical e estudantil. Imediatamente entravam na categoria de *subversivo* todo grupo político ou partido opositor, assim como os organismos de direitos humanos cujas denúncias desprestigiavam o governo, principalmente frente à opinião pública internacional.¹³¹

A *guerra contra a subversão* baseava-se numa lógica binária que reduzia a realidade política aos termos do enfrentamento militar a partir das noções de *amigo-inimigo*. Para livrar esta guerra, era necessário constituir um *inimigo*, um perigo iminente que deveria ser eliminado. No discurso militar, ele pretendia destruir os valores *ocidentais e cristãos* que regiam a pátria argentina, entendida a partir da *Doutrina de Segurança Nacional* como uma comunidade nacional coesa, ameaçada por suas ideologias *estrangeiras*. “*Subversivo, em suma, equivalia a ser inimigo da Pátria, desta Pátria uniforme, integrada e imutável tal como a entendiam os militares.*”¹³²; conseqüentemente era um ser estranho que não pertencia à esta pátria, um ser *irrecuperável* e ao qual eram excluídas as prerrogativas que o tornavam um cidadão argentino detentor de direitos. Nas palavras do general Videla: “*Yo quiero significar que la ciudadanía argentina no es víctima de la represión. La represión es contra una minoría a quién no consideramos argentina*”.¹³³

¹³⁰ NUNCA MÁS. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: EUDEBA, 1986., p. 342.

¹³¹ AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, pp. 69-70; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, pp. 90-91.

¹³² NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p 116.

¹³³ PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”, pp. 144-145.

A natureza do inimigo a qual a nação e as Forças Armadas deveriam combater era política e ideológica antes que militar: o que devia ser eliminado era a sua *condição subversiva*, que não estava apenas associada a práticas revolucionárias, como a luta armada, nem ao fato de pertencer a determinado tipo de organização vinculada a estratégias de tomada revolucionária do poder. Apesar de um dado relevante para identifica-la era a ideologia marxista e o esquerdismo, o *subversivo* podia estar dissimulado sob outros disfarces que o permitiam atuar em todos os planos da vida social, na educação, na cultura, nas relações de trabalho e na religião. Nesse quadro inseriam-se os ativistas não violentos, alheios às organizações clandestinas, que desenvolviam atividades políticas, sindicais, religiosos e intelectuais, em favor de uma *mudança social*, especialmente intoleráveis para os militares que os consideravam os *mais eficazes transmissores do vírus subversivo na sociedade*.¹³⁴

Uma atenção especial deveria ser dada aos jovens devido à necessidade de interromper-se o *encadeamento ideológico* entre gerações que influía diretamente na formação dos futuros dirigentes do país e alimentava a captação de novos quadros para as atividades de *subversão*. Nesse sentido, na ata de objetivos divulgada em 25 de março de 1976 estava o *comunicado* número 13 no qual a Junta de Comandantes Gerais das Forças Armadas dirigia-se à juventude argentina convocando-a a participar, com sua sinceridade e franqueza, sem poupar esforços e sem preconceitos, no *processo de reorganização* que estava iniciando-se, e do qual seriam os jovens os que colheriam os seus frutos no futuro:

El fruto de la tarea que emprenden las Fuerzas Armadas estará materializado en un futuro más próspero, más digno, más noble y más justo. Nuestra juventud de hoy será la destinataria y la beneficiaria de ese mañana mejor que construiremos con la colaboración de todos los argentinos. En beneficio de ese futuro y de la ardua tarea que hemos emprendido, las Fuerzas Armadas formulan un vibrante e irrenunciable llamado a la juventud argentina, para que, integrada en la comunidad nacional, contribuya con su entusiasmo, idealismo y desinterés, a la construcción de una patria que sea orgullo de todos los hijos de esta tierra.¹³⁵

Podemos atribuir a atenção dada aos jovens ao protagonismo relevante cobrado por eles na cena pública nacional nas décadas de 1960 e 1970; eles foram os novos atores que se somaram a uma mobilização que havia sido liderada desde a proscricção do peronismo quase que

¹³⁴ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 115-116.; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 77-79.

¹³⁵ BLAUSTEIN, Eduardo. **Decíamos ayer: la prensa argentina bajo el Proceso**. Buenos Aires: Colihue, 2006, p. 98.

exclusivamente pela classe operária. A sua participação teve aspirações e expectativas de mudanças radicais nas relações sociais e institucionais, produzindo novos e intensos processos em distintas dimensões da vida social, principalmente nas formas de *se fazer* política.¹³⁶ Podemos perceber nesse momento a afirmação de uma *cultura juvenil* assentada no fato de que as experiências, gostos e consumos culturais dos jovens argentinos passaram a ser percebidos por eles mesmos, pelo resto da sociedade, pelo mercado, pelos meios de comunicação e pelos intelectuais como significativos de certa idade. Essa cultura assumiu traços como a heterogeneidade de autores, textos e referências que, no marco de uma indústria cultural em crescimento, tornavam-se disponíveis de formas variadas; o tom crítico frente à ordem social e política, resumido na *crítica ao sistema*; a possibilidade de se alcançar uma mudança profunda; e a política entendida como um espaço de conflitos.¹³⁷

Entretanto, essa atuação não teve apenas uma cara ou modalidade, trazendo a necessidade de um reconhecimento da heterogeneidade e da diversidade das formas de expressão juvenil.¹³⁸ Ao pensar-se a juventude argentina nesse período, há uma inclinação a instalar os militantes políticos de esquerda no centro da cena, em detrimento de jovens cujas maneiras de vincular-se entre si, de estabelecer relações afetivas e sexuais, de enfrentar a autoridade no grupo familiar e fora dele, também contribuíram a sustentar uma autonomia da juventude como um estrato social independente. Além disso, apesar da militância política ter sido um elemento fundamental para a formação da identidade do jovem nesse momento, limitá-la apenas a ele silenciariam as relações

¹³⁶ ARAÚJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. In: FICO, Carlos (org.) [et.al.]. **Ditadura e democracia na América latina: balanço historiográfico e perspectivas**; KORINFELD, Daniel. **Experiencias del exilio: Avatares subjetivos de jóvenes militantes argentinos durante la década del setenta**. Buenos Aires: Del Estante Editorial, 2008, p. 29; MANZANO, Valeria. “Cultura, política y movimiento secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX”, p. 41

¹³⁷ Ver: PUJOL, Sergio A. “Rebeldes y modernos. Una cultura de los jóvenes”. In: JAMES, Daniel. **Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**, 2003, p. 285; CATTARUZZA, Alejandro. “El mundo por hacer. Una propuesta para el análisis de la cultura juvenil en la Argentina de los años setenta”. In: **Lucha Armada**, n.10, 2008; OLLIER, María Matilde. **De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2009, pp. 16-22.

¹³⁸ De acordo com Samantha Viz Quadrat, ao trabalharmos com os jovens dos anos 1960 e 1970 é necessário termos em vista de que, apesar da *geração 1968* ter sido uma geração de transformações, quando os jovens tornaram-se uma força política considerável, ela não foi um geração homogênea, “(...) *nem sempre toda de esquerda, nem sempre toda de direita e muitas vezes indiferente às questões políticas e sociais ao seu redor*”. Logo, apesar da mítica do *poder jovem* tender a afirmar uma só juventude nesse momento, marcada pela contestação, pelo desejo de mudança e pela luta contra o autoritarismo, também houve jovens que demonstraram seu apoio às ditaduras e que tomaram as ruas e outros espaços públicos para defender a continuidade e a permanência do *status quo* ameaçados por projetos revolucionários. Ver: QUADRAT, Samantha Viz. “A oposição juvenil à Unidade Popular”. In: QUADRAT, Samantha & ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 253-257.

que se estabeleciam entre os grupos que formavam a cultura juvenil e a circulação dos indivíduos entre eles.¹³⁹ Por último, uma imagem das juventudes do período associada apenas à sua participação em projetos de emancipação política e social gera um esquecimento da experiência dos que optaram por outro caminho, militando em organizações juvenis de direita como a *Concentración Nacional Universitaria* (CNU), responsável por ações de intimidação ao movimento estudantil e por atentados dirigidos aos militantes de esquerda, particularmente das organizações de base de *Montoneros*.¹⁴⁰

Com a *Revolução Argentina*, ser jovem, e assumir este corte generacional como um elemento de identidade, tornou-se ainda um fator de risco. Durante o governo do tenente-general Juan Carlos Onganía, a juventude assumiu para as forças repressivas uma configuração sociocultural suspeitosa causadora da *debilidad moral*: eram os jovens que atentavam contra os modos de vida compatíveis com a moral *occidental e cristã*; que subvertiam os códigos indumentários instituídos na sociedade; que se entregavam ao consumo de drogas; que possuíam hábitos sexuais *pervertidos*, vivendo seus romances sob a escuridão das praças públicas; e os principais provocadores de conflitos com as autoridades instituídas.¹⁴¹

A partir do ano de 1969, esses jovens *perigosos* somaram-se ao ciclo de protestos dos trabalhadores industriais em diversas cidades do país, participando do início de um novo caminho na política argentina que opôs a violência reacionária da ditadura com a violência revolucionária.¹⁴² Aos poucos, a luta armada, inicialmente para derrocar o regime, depois para

¹³⁹ Alejandro Cattaruzza narra a experiência de uma comunidade alternativa que, no final do ano de 1974, estabeleceu-se numa cidade ao sul da Província de Santa Fe. Esse grupo de jovens, entre quinze e vinte anos, que cultivavam um aspecto genericamente *hippie*, incluía artistas de teatro, músicos interessados tanto no rock quanto na canção de denúncia social, e militantes de agrupamentos políticos como a *Federación Juvenil Comunista* (FJC) e a *Juventud Peronista*. Já Sergio Pujol aponta que as fronteiras entre um grupo e outro também eram porosas: “*En realidad, en los tiempos anteriores al golpe, más de un militante de izquierda solía descargar adrenalina en los recitales. En el 75, sin ir más lejos, no poco muchachos de la Jotapé [Juventud Peronista] corrieron a comprarse aquel disco de Pescado Rabioso con la foto de Antonín Artaud reducida en la tapa. Tampoco era infrecuente respirar algún aroma de hierba hippie en los alrededores de Filosofía y Letras de la UBA o en el bosque que envolvía al Comedor Universitario platense, allí donde se pregonaba al fin de la dominación económica.*” Ver: CATTARUZZA, Alejandro. “El mundo por hacer. Una propuesta para el análisis de la cultura juvenil en la Argentina de los años setenta.”; PUJOL, Sergio A. **Rock y dictadura. Crónica de una generación (1976-1983)**. Buenos Aires: Broket, 2011, p. 26.

¹⁴⁰ BUFANO, Sergio. “Perón y la Triple A”. In: **Lucha Armada en la Argentina**, nº3, 2005.; BONAVENTA, Pablo & NIEVAS, Flabián. “El movimiento estudiantil marplatense”. In: BONAVENTA, P. (comp.) [et.al.]. **El movimiento estudiantil argentino: historias con presente**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007; IZAGUIRRE, Inés. “La Universidad y el Estado terrorista. La Misión Ivanishevich.” In: **Conflicto Social**, Año 4, Nº 5, Junio 2011, p 13.

¹⁴¹ PUJOL, Sergio A. “Rebeldes y modernos. Una cultura de los jóvenes”, pp. 314-320.

¹⁴² GORDILLO, Mónica B. “Protesta, rebelión y movilización: de la resistencia a la lucha armada, 1955-1973”. In: JAMES, Daniel. **Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**, pp. 348-355.

acabar com um *sistema* que se baseava na violência e nas injustiças para garantir a exploração, colocou-se como uma possibilidade.¹⁴³ Para muitos o peronismo era capaz de conter as inquietações que os agitavam; logo, o ano de 1973, com o fim da ditadura e o retorno de Perón ao país, seria carregado de expectativas por mudanças.

As escolas secundaristas e as universidades não estiveram alheias a esse processo, tornando-se espaços nos quais se desenvolveu uma intensa atividade. No caso das escolas, a década de 1960 foi um momento de consolidação do crescimento do corpo estudantil e de descontentamento dos estudantes com o autoritarismo escolar, que parecia entrar em contradição com a experiência vivida fora do território escolar, marcada por uma crescente autonomia dos jovens – expressada nos novos consumos culturais, pautas de moda e formas de sociabilidade - e da sua capacidade de expressão. Logo, a oposição à *Revolução Argentina* se deu também no interior das escolas, canalizando o descontentamento generalizado com uma disciplina rígida que sufocava canais de participação e sensibilidades emergentes, e informando demandas, repertórios de ação e alternativas de organização.¹⁴⁴

Uma das alternativas de organização foi a rearticulação do movimento estudantil. A greve docente de 1971, em oposição às reformas educativas que a administração do General Lanusse planejava levar adiante, teria sido o marco no qual se tornou visível a heterogeneidade de grupos que procuram organizar o ativismo nas escolas, oriundos de diferentes correntes políticas como os comunistas, os trotskistas, os *guevaristas*, os *chinoístas* e os *peronistas*.¹⁴⁵ Esses grupos

¹⁴³ “El diario *La Opinión* editó en 1973 un suplemento dedicado al análisis de los fenómenos políticos entre los adolescentes. En dicho suplemento se publicaron los resultados de una encuesta que realizó el periódico entre 252 estudiantes. Se comprobó que el 30,3% de los jóvenes encuestados tenía participación política de algún tipo (...) la actitud que tenían los adolescentes en 1973 según la citada encuesta con respecto a la guerrilla. Sólo el 36% tenía una opinión desfavorable, mientras que el 54,6% manifiesta su no rechazo a la guerrilla, si se suman las actitudes favorables (32,5%) y comprensiva (22,1%).” Ver: BERGUIER, Rubén; HECKER, Eduardo; SCHIFRIN, Ariel. **Estudiantes secundarios, sociedad y política**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986; CPM. **Memorias en las aulas. La educación en la dictadura**. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2006, pp. 35-36.

¹⁴⁴ Segundo Valeria Manzano, o descontentamento com o autoritarismo escolar contribuiu para a formação de uma cultura juvenil contestatária marcada por novas demandas, dentre as quais “(...) *se encontraban las relacionadas con el largo del pelo y los modos de presentación personal, un área sensible para los chicos que se vinculaban a las culturas del rock. (...) Así, mientras estudiantes del Colegio Nacional de Buenos Aires pusieron una bomba en una garita desde la que los preceptores controlaban sus movimientos, en otras escuelas los varones llevaron adelante lo que en la época se conoció como melenazos, mediante los cuales se negaban a cortarse el pelo y entraban en masa a la escuela para evita expulsiones.*” Ver: MANZANO, Valeria. “Cultura, política y movimiento secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX”, p. 45.

¹⁴⁵ Dentre os agrupamentos de esquerda e as procedências políticas a qual respondiam, podemos citar: a *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES), vinculada a *Montoneros*, de origem peronista; a *Juventud Guevarista* (JG), vinculada ao *PRT*, marxista; a *Federación Juvenil Comunista* (FJC) ligada ao Partido Comunista Argentina; a

procuravam vincular-se com os centros estudantis autorizados e impulsados pelo governo de Héctor J. Cámpora para o qual criação de organismos de participação estudantil seria uma forma de envolver os jovens na tarefa de *reconstrução nacional* então empreendida pelo peronismo.¹⁴⁶

Foram esses jovens que a mais recente ditadura civil-militar passou a tratar como *subversivos* e como os perigosos guerrilheiros que eles poderiam converter-se. O diagnóstico elaborado pelos militares da *ameaça subversiva* levou-os a identificar os âmbitos educacionais entre os terrenos que deveriam ter especial relevância e aos quais destinariam seus maiores esforços. Estes estariam espreitados *desde dentro pela subversão*, o que requeria livrar uma batalha política e cultural decisiva. Assim, dois dias depois do golpe, foram designados delegados militares que estabeleceram o controle sobre o aparato burocrático educativo, um dos corpos mais numerosos da administração pública nacional¹⁴⁷

As sanções, o sequestro e o desaparecimento de estudantes e docentes foram amplamente utilizados para intervir nas instituições educativas. Somava-se a este o desenho de modelos educativos que afastassem os jovens da propaganda *subversiva* e que permitissem ao Ministério de Cultura e Educação recuperá-los e orientá-los.¹⁴⁸ Além de um controle ideológico, as políticas educativas adotadas articularam-se com elementos que já se encontravam presentes e que procuraram exercer o controle comportamental e das relações cotidianas entre os atores escolares.¹⁴⁹ A intervenção sobre os conteúdos e sobre a bibliografia, o controle das atividades

Juventud Socialista do Partido Socialista; o *Grupo de Estudiantes Socialistas Antiimperialistas* (GESA); e a *Juventud Radical Revolucionaria* do Partido Radical.

¹⁴⁶ Enquanto comunistas e radicais procuravam avançar com *demandas gremiais*, os porta-vozes da UES assumiram o compromisso com a *reconstrução nacional*. Dessa maneira, a UES desenvolvia *atividades de recuperação* que consistiam no trabalho social nos bairros mais carentes de cada distrito, incluindo desde a ajuda escolar e recreação a tarefas de construção e cuidado da infraestrutura de escolas e hospitais. Em janeiro de 1974, esses esforços se voltaram ao *Operativo Güemes* que levou 500 estudantes de todo o país para a Província de Salta, onde se voltaram para a melhoria da precária condição de vida dos habitantes locais. Vale a pena ressaltarmos que são essas atividades solidárias que majoritariamente são recuperadas retrospectivamente pelos familiares de militantes secundaristas desaparecidos para caracterizar as militâncias e o seu envolvimento apenas na ajuda ao próximo, em detrimento da luta armada. Ver: MANZANO, Valeria. “Cultura, política y movimiento secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX”, p. 46.

¹⁴⁷ COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA. **Memorias en las aulas. La educación durante la dictadura**, p. 3.

¹⁴⁸ ALONSO, Fabiana. “El combate contra el *enemigo interno* en la educación pública santafesina durante la última dictadura militar (1976-1983)”. Ponencia presentada en **Xº Jornadas Interescuelas**, Rosario, septiembre de 2005, p. 15; LORENZ, Federico. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, p.50.

¹⁴⁹ As políticas repressivas na educação registram algumas continuidades em relação às gestões educativas anteriores à ditadura, principalmente do período em que Oscar Ivanissevich esteve à frente do Ministério de Cultura e Educação. A partir de 1974, a direita peronista, cada vez mais presente nas estruturas governamentais, assumiu a área da educação, adotando uma postura de limitação à participação estudantil e *recuperação do princípio de ordem*. Através da *Dirección Nacional de Educación Media* lançou-se um plano que reincorporava as velhas autoridades

dos alunos, pais e docentes, a regulação dos comportamentos e condutas, a ênfase posta na importância dos ritos escolares que exaltavam os valores católicos e nacionais marcaram o cotidiano das instituições antes atravessadas pelo ativismo político e pela mobilização.¹⁵⁰

Não podemos esquecer que, para a adoção e execução das políticas educativas no cotidiano das escolas, foi necessária a participação de atores civis do âmbito educativo – autoridades administrativas, pais, preceptores e professores. A sua interpelação pela ditadura dividiu-se em dois momentos: o primeiro, no qual foram acusados de ter sido suscetíveis a concepções *antinacionais*, exigindo-lhes reorientar o trabalho pedagógico, de maneira consolidar *o espírito e a essência da nacionalidade* e a garantir a formação dos *novos cidadãos argentinos* portadores dos valores pregados pelo regime; posteriormente, foram exaltados como responsáveis por garantir a *soberania e da consciência nacional* em crianças e jovens que deveriam assumir uma *hierarquia de valores* estruturada na moral cristã, na tradição nacional e na dignidade de *ser argentino*.¹⁵¹

Estavam incluídas ainda as atividades de suspeição e vigilância.¹⁵² Em 27 de outubro de 1977, o Ministério da Cultura e Educação produziu e distribuiu um manual sobre a *infiltração subversiva* no ensino que dava ao pessoal docente e diretivo dos estabelecimentos de ensino orientações para facilitar a compreensão do momento vivido pela Argentina e contribuir para que os docentes conhecessem melhor *os inimigos da Nação*. Sobre as organizações *subversivas* que

expulsas com as mobilizações do ano anterior; e elaborou-se a *Circular N° 12*, limitando o acionar dos centros estudantis, reimplantando rígidas normas disciplinares, e determinando possível intervenção policial nas escolas, em caso de *toma* ou greve por parte dos estudantes. No ano de 1975, a proibição aos centros estudantis foi reimplantada, assim como a intervenção ministerial das escolas cujas autoridades se mostravam reticente a *recuperar a autoridade*. Para tanto, nos discursos do ministro Ivanissevich, era necessário expulsar a *subversão* do âmbito educativo, através da sanção a alunos, impedindo-os de realizar a matrícula no início do ano letivo, e da perseguição a docentes. Ver: BERGUIER, Rubén; HECKER, Eduardo; SCHIFRIN, Ariel. **Estudiantes secundarios, sociedad y política**, pp. 2-3; CPM. **Memorias en las aulas. La educación durante la dictadura**, pp. 2-3; MANZANO, Valeria. “Cultura, política y movimiento secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX”, p. 46.

¹⁵⁰ ALONSO, Fabiana. “El combate contra el *enemigo interno* en la educación pública santafesina durante la última dictadura militar (1976-1983)”, p. 3, 5,11, 13; Comisión Provincial por la Memoria. **Memorias en las aulas. La Plata: CPM, 2006, p. 5; NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 183-185.

¹⁵¹ ALONSO, Fabiana. “El combate contra el *enemigo interno* en la educación pública santafesina durante la última dictadura militar (1976-1983)”, p. 16; Comisión Provincial por la Memoria. **Memoria en las aulas. Educación, militancia juvenil y represión**. La Plata: CPM, 2006, p. 5.

¹⁵² De acordo com Sergio Pujol, durante o ano de 1976, o chefe da *Secretaría de Inteligencia de Estado* (SIDE), o general Otto Carlos Paladino, manteve reuniões regulares na *Escuela de Educación Técnica N° 1 Otto Krause* com reitores de vários colégios de Buenos Aires. Nesse mesmo ano, foi criada pelo Ministério de Cultura e Educação uma oficina de *Recursos Humanos*, apontada como a responsável por realizar tarefas de espionagem nos colégios estatais e privados e pela elaboração das *listas negras* através da delação de reitores e docentes a alunos e colegas suspeitos de incitar algum tipo de oposição contra o governo. Ver: PUJOL, Sergio A. **Rock y dictadura. Crónica de una generación (1976-1983)**, p. 32, 35.

operavam no âmbito educativo, o documento afirmava que a *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES), dependente dos *marxistas Montoneros*, tinha como objetivos influir nas escolas através da introdução da filosofia marxista, *disfarçada* através do peronismo, para *formar quadros* e captar ideologicamente aos *futuros dirigentes do país*, além de infiltrar-se nas Forças Armadas através do Serviço Militar Obrigatório, de maneira a apoiar as estruturas *montoneras* em todas as suas frentes para dar-lhes apoio em situações de conflitos e conquistar o desenvolvimento militar para a *autodefesa*. Já a *Juventud Guevarista* (JG) teria se estruturado em julho de 1973, seguindo as linhas do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* de adesão ao marxismo leninismo, com o objetivo de acionar os setores de massa juvenis, com prioridade na frente estudantil, para a *guerra revolucionária* contra o capitalismo na qual os jovens que adotassem Che Guevara como *modelo revolucionário* constituiriam uma reserva ativa e estratégica do PRT-ERP.¹⁵³

Para combater a *subversão* entre os jovens estudantes, não haveria espaço a omissões. No hall de entrada do *Colegio Nacional* de Buenos Aires, o reitor Eduardo Maniglia, em 1976, agregou um cartaz que dizia: “*Es un deber ineludible la colaboración para extirpar los extremismos, combatir la indiferencia y la apatía hacia los problemas cuya solución preocupan a nuestro gobierno y a los verdaderos patriotas.*”¹⁵⁴ Em 9 de março de 1977, em um ato em Rosario, Ricardo Bruera, então Ministro de Cultura e Educação, afirmou que as medidas adotadas no ano anterior terminaram com o ativismo *subversivo* nos estabelecimentos educativos, sem o registro de qualquer conflito ao longo do ano, o que ainda não significava a *erradicação definitiva* da *subversão* nas universidades e escolas secundaristas.¹⁵⁵ Nestas já se fazia sentir um controle militar: os alunos entravam e saíam dos edifícios de acordo com uma rotina de formação em grupo, além de saudar as autoridades em turno, sob constante vigilância do corpo de preceptores.¹⁵⁶ Em 1979, a revista *Gente* publicou um suplemento no qual afirmava que as aulas já não eram mais interrompidas por homenagens a *terroristas* mortos, greves ou assembleias estudantis. Já a vinculação entre os jovens e as Forças Armadas expressava-se publicamente na adesão de milhares de jovens argentinos de todo o país à chamada para participar do projeto da

¹⁵³ Ministerio de Cultura y Educación. **Subversión en el ámbito educativo (Conozcamos a nuestros enemigos)**. Buenos Aires, 27 de octubre de 1977, pp. 34-37.

¹⁵⁴ PUJOL, Sergio A. **Rock y dictadura. Crónica de una generación (1976-1983)**, p. 33.

¹⁵⁵ AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, p. 235.

¹⁵⁶ GARAÑO, Santiago & PERTOT, Werner. **La otra juvenilla: militancia y represión en el Colegio Nacional de Buenos Aires 1971-1986**. Buenos Aires: Biblos, 2008, pp. 99-108; PUJOL, Sergio A. **Rock y dictadura. Crónica de una generación (1976-1983)**, p. 105.

Gendarmería Nacional, “*Argentinos, marchemos a la frontera*”, em um demonstrativo de que a sua predisposição à *subversão* parecia coisa do passado.¹⁵⁷

As noites dos lápis

No mês de setembro de 1976, La Plata foi o cenário de uma série de operações orientadas a desestruturar o movimento estudantil secundarista que, entre 1972 e 1975, havia se firmado como um importante movimento político e social na cidade. Durante a última ditadura civil-militar, La Plata formou parte, junto com a Capital Federal e as cidades de Tucumán, Córdoba, Santa Fe e Rosario, do eixo no qual as forças repressivas centraram seu esforço principal, “(...) *al considerar que la ‘subversión’ había desarrollado su mayor potencial en esos grandes centros urbanos y en sus cercanías, convirtiéndose en prioridad número uno de la denominada ‘lucha contra la subversión’.*”¹⁵⁸ No esquema territorial adotado pelo Exército a partir de 1975 para combater a subversão em território nacional, La Plata integrou o interior da zona 1, subzona 11 e constituiu a área 113, na qual funcionaram sete centros clandestinos de detenção.¹⁵⁹ Apesar da polêmica acerca do número total de desaparecidos, nessa área operou o chamado *Circuito Camps*, no qual o coronel Ramón Juan Camps e a *Dirección General de Investigaciones*, a cargo de Miguel Etchecolatz, chefe de polícia da Policía de la Provincia de Buenos Aires, implementaram

¹⁵⁷ LUCIANI, Laura. Laura. “Actitudes y comportamientos sociales durante la última dictadura militar en Argentina (1976-1983). Algunas consideraciones respecto de cómo analizar la compleja trama entre régimen y sociedad”.; LVOVICH, Daniel & RODRÍGUEZ, Laura Graciela. “La Gendarmería Infantil durante la última dictadura”. In: **Quinto Sol**, vol. 15, nº1, 2011.

¹⁵⁸ CAVIGLIA, Mariana. **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**, p. 38; CATELA, Ludmila da Silva. **Situación-límite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 29.

¹⁵⁹ Uma das práticas implementadas a partir do decreto nº 2722 de outubro de 1975 foi a divisão, por parte do Exército, do território nacional em cinco zonas, cada uma delas correspondentes a um corpo do Exército e a Institutos Militares. A elas se somariam a partir do golpe zonas especiais sobre a jurisdição da Marinha e da Aeronáutica. No interior de cada zona, as brigadas tinham a seu cargo uma subzona e aos regimentos cabia uma área. Aos comandantes dos regimentos se reportariam os chefes dos centros clandestinos e dos grupos de tarefa que neles operavam. Por fim, fazia parte do esquema repressivo a rede de inteligência que articulava os serviços de informação militares e do Estado. Tratou-se, portanto, de um aparato repressivo clandestino que envolveu os altos comandos das Forças, oficiais e suboficiais militares e policiais, e um número considerável de agentes civis. Ver: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 153-154; AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**, p. 43.

um dos maiores *centros de operações* do país, cuja particularidade foi a relação de mando compartilhada entre militares e policiais.¹⁶⁰

Hoje sabemos que foram os *grupos de tarefas* policiais de Camps, com a colaboração do Exército, os responsáveis pelos operativos nos quais foram sequestrados e desaparecidos: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudio de Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciochini, Pablo Díaz, Patricia Miranda, Gustavo Calloti e Emilce Moler. Todos eram estudantes secundaristas em distintos estabelecimentos da cidade e militantes de agrupamentos estudantis, como a UES e a JG, com exceção de Patricia Miranda que não se tem informações sobre sua vinculação a qualquer organização política. Desse grupo, apenas os quatro últimos sobreviveram. Logo, os seus testemunhos abrem a possibilidade para reconstruirmos a militância política dos estudantes secundaristas e os efeitos sobre eles da repressão e da prática do desaparecimento.

Em relação à militância estudantil secundarista, devemos pontuar a escassa produção referente à tradição organizativa e práticas políticas desse setor social na Argentina, constatação que se repete em relação aos outros países do Cone Sul latino-americano. Para Jorge Ruas Floras, a pouca atenção dada aos secundaristas nos estudos sobre a juventude, em detrimento das ações realizadas pelos universitários, relaciona-se ao fato de que, comparativamente, o seu movimento seria “(...) *más débil, menos estructurado, más dependiente de otros sujetos sociales y más inestable a lo largo del tiempo*”, apesar deles terem adquirido notável força e protagonismo em determinadas conjunturas.¹⁶¹

No caso argentino, encontramos alguns trabalhos iniciais marcados pela maneira como a militância secundarista era ressignificada nos primeiros anos da democracia: tratou-se de um processo *valioso, combativo*, mas com *imperfeições* e com *pouca clareza* por parte dos estudantes sobre a sua atuação política que se restringia a demandas específicas da sua categoria e ao

¹⁶⁰ Segundo Ludmila da Silva Catela, de maneira similar a como ocorre nacionalmente, o número de desaparecidos em La Plata é objeto de conflito e disputas. Enquanto os dados da CONADEP apontam para 900 desaparecimentos, os organismos de direitos humanos locais afirmam que o número total alcança 2000 casos, 800 dos quais seriam estudantes universitários e secundaristas e 900 operários. Ver: CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 30; CAVIGLIA, Mariana. **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**, p. 39. Sobre as características do acionar repressivo no *partido* de La Plata, ver: CAVIGLIA, Mariana. **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, pp. 38-39; MANEIRO, María. “La Plata, Berisso y Ensenada. Los procesos de desaparición forzada de personas en el ‘Circuito Camps’”, pp. 354-355.

¹⁶¹ FLORES, Jorge Rojas. “Los estudiantes secundarios durante la Unidad Popular, 1970-1973”. In: **Historia**, nº42, Vo. II, julio-diciembre 2009, p. 472; QUADRAT, Samantha Viz. “A oposição juvenil à Unidade Popular”, p. 533.

universo escolar.¹⁶² Entretanto, como pontuamos anteriormente, devemos pensar a participação dos estudantes inserindo-a num quadro mais amplo de mobilizações em torno de projetos políticos distintos, revolucionários ou não, que iam além das reivindicações dos âmbitos educativos. Recentemente, as possibilidades de participação política e os seus efeitos sobre a trajetória dos estudantes, principalmente por ter se constituído como um dos alvos da repressão ditatorial, têm sido recuperadas.¹⁶³ Algumas iniciativas dos finais dos anos 1990 de homenagens a estudantes desaparecidos, principalmente em instituições como a *Escuela Carlos Pellegrini* e o *Colegio Nacional de Buenos Aires*, produziram obras investigativas e testemunhais, além de documentários. Por outro lado, enfatizam casos emblemáticos, mantendo-se um silêncio sobre a experiência de outras instituições e grupos estudantis sob a mais recente ditadura civil-militar.¹⁶⁴

Um elemento comum que perpassa tais investigações é a produção e análise de depoimentos de ex militantes. Nesse sentido, não é por acaso que elas tenham se iniciado a partir de um contexto específico. Nos anos 1980, a ênfase posta sobre a *inocência* das vítimas da repressão ditatorial gerou a exclusão da militância política como fator constitutivo de suas respectivas identidades, assim como daqueles que haviam sido seus *compañeros*. No caso dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, os seus relatos se centraram em brindar informações que servissem para identificar os desaparecidos, de cujo destino não se tinha certeza. Com o intuito maior de provar a repressão ilegal, silenciaram-se as vivências individuais em detrimento à dimensão mais ampla do plano sistemático de desaparecimento e extermínio. A partir de meados dos anos 1990, os testemunhos de ex militantes revalorizaram suas vivências pessoais: “*Al principio hablábamos de los compañeros que habíamos visto con vida en el centro clandestino y que todavía estaban desaparecidos, después fue el tiempo de nombrar a los represores que pudimos reconocer, ahora es tiempo de hablar de cada uno de nosotros.*”,

¹⁶² BERGUIER, Rubén [et.al.]. **Estudiantes secundarios: sociedad y política**, p. 32.

¹⁶³ KORINFELD, Daniel. **Experiencias del exilio: avatares subjetivos de jóvenes militantes argentinos durante la década del setenta**.

¹⁶⁴ Ver: JARACH, Vera [et.al.]. **Los chicos del exilio. Buenos Aires, Argentina 1975-1983**. Buenos Aires: El país de Nomeolvides, 2002; GARAÑO, Santiago & PERTOT, Werner. **La otra juvenilla: militancia y represión en el Colegio Nacional de Buenos Aires 1971-1986**; e os documentários *Flores de septiembre* (2003), sobre a repressão na *Escuela Comercial Carlos Pellegrini*; e *Los irrecuperables* (2006), sobre a trajetória de estudantes, sobreviventes de centros clandestinos de detenção, do *Colegio Nacional* e da *Escuela de Bellas Artes* de La Plata - Emilce Moler, Gustavo Calloti e Nilda Eloy.

afirmou um sobrevivente em uma entrevista realizada em 2010 pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS).¹⁶⁵

De acordo com Daniel Korinfeld, a constituição da subjetividade adolescente/militante passava por processo de reconfiguração das identidades dos jovens a partir do momento em que eles circulavam por espaços de sociabilidade próprios, nos quais interagiam socialmente com seus pares: “*La militancia consistía en un trayecto vital, un campo de relaciones intersubjetivas, una trama de identificaciones, una serie de prácticas, un espacio de ideas, argumentos, racionalizaciones, creencias, modos de análisis, rituales que les proporcionaban a los sujetos modos de reconfigurar sus identificaciones constitutivas*”.¹⁶⁶ Os depoimentos de Emilce Moler, Gustavo Calloti e Pablo Díaz apontam o ingresso nos respectivos colégios e escolas secundaristas como o momento em que passaram por tal reconfiguração. Para Emilce Moler, a entrada na *Escuela de Bellas Artes* resultou na abertura para o mundo novo, e até então desconhecido, da política devido à interação que *Bellas Artes* proporcionava entre estudantes universitários e secundaristas por compartilharem atividades e o edifício da *Facultad de Bellas Artes* da *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP).¹⁶⁷ Gustavo Calotti destaca o fato do seu ingresso ao *Colegio Nacional* de La Plata ter ocorrido em um momento em que o fim da ditadura colocava-se no horizonte dos estudantes, quando eles realizaram uma *toma* do colégio¹⁶⁸, por uma reforma dos programas escolares e das medidas disciplinares, da qual ele participou e se sentiu “*miembro pleno de esa familia que era el estudiantado de ese colegio*.”¹⁶⁹ Conformar o primeiro centro de

¹⁶⁵ BALARDINI, Lorena; OBERLIN, Ana & SOBREDO, Laura. “Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención”. In: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). **Hacer justicia: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2011, pp. 170-171.

¹⁶⁶ KORINFELD, Daniel. **Experiencias del exilio: avatares subjetivos de jóvenes militantes argentinos durante la década del setenta**, pp. 62-63.

¹⁶⁷ Emilce Moler era militante da UES na *Escuela de Bellas Artes* quando foi sequestrada aos 17 anos de idade, na madrugada do dia 17 de setembro de 1976. Passou pelo centro clandestino de detenção *Arana*, pela *Brigada de Investigación de Quilmes*, *Comisaría 3* de Valentín Alsina e pela prisão feminina de Devoto onde ficou à disposição do Poder Executivo Nacional (PEN) até março de 1978. Atualmente, milita no movimento pelos direitos humanos na Argentina, colaborando com o *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF) e integrando a *Comisión Provincial por la Memoria* (CPM), em La Plata. *Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

¹⁶⁸ As *tomas* foram as formas mais generalizadas de luta para terminar com as práticas repressivas e as autoridades comprometidas com a política da *Revolución Argentina* nos âmbitos educativos, tanto nos últimos anos da ditadura quanto no ano de 1973. Cada *toma* resultava na organização de um centro de estudantes na instituição *tomada*. Ver: BERGUIER, Rubén; HECKER, Eduardo; SCHIFRIN, Ariel. **Estudiantes secundarios: sociedad y política**, p. 32.

¹⁶⁹ Gustavo Calotti era cadete policial e tinha 18 anos de idade quando foi sequestrado em 08 de setembro de 1976. Havia militado na UES, mas, a partir, no momento da sua detenção, estava colaborando com o ERP. Esteve detido no centro clandestino de detenção *Arana*, na *Brigada de Investigación de Quilmes*, na *Comisaría 03* de Valentín

estudantes em um colégio católico, no *José Manuel Estrada*, marcou o início da trajetória política de Pablo Díaz que, além da escola, tinha outros referentes políticos em seus irmãos mais velhos, militantes universitários, e no cotidiano do seu bairro:

A Plaza Italia la nombro como un hecho muy marcado por que era donde se llevaban a cabo las movilizaciones peronistas en la década del '70. Y generalmente como siempre se reprimía, todos pasaban por el frente de casa corriendo y eso me llevó a tener contacto en lo que real que era el peronismo en sí. (...). Y después, en mi propio barrio, un barrio que tiene muchos desaparecidos al día de hoy, había una barra de la esquina 10 y 40, muy famosa porque había un almacén en ese lugar donde se juntaban nuestros hermanos mayores. Nosotros escuchábamos la participación política y en esa cuadra había como dos o tres unidades básicas y un comité radical a la vuelta, así que la concepción en la participación política era cotidiana.¹⁷⁰

Os três compartilham o fato de terem entrado para a política no ano de 1972. Nos depoimentos, este aparece como um momento de mudança iminente com uma ditadura que chegava ao fim e com as possibilidades que se abriam com o fim da proscrição ao peronismo. Consequentemente, o início das militâncias não estava alheio aos rumos dos acontecimentos políticos nacionais, como o Massacre de Trelew em agosto de 1972 e o retorno de Perón ao país em 20 de junho de 1973; e regionais como o golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973. Segundo Gustavo Calloti:

A ver, uno piensa que un militante secundario, un militante universitario, milita para su agrupación y dentro del marco que es la universidad o el colegio secundario. Nosotros salíamos de ese marco. Nosotros podíamos, por ejemplo, manifestar por Trelew, eran las primeras elecciones que se iban a producir, o sea estábamos en una dinámica que era nacional, no era una dinámica puramente estudiantil. Entonces, bueno, hacíamos pintadas, hacíamos volantes, hacíamos asambleas, y también otra parte importante era captar otros futuros militantes.¹⁷¹

Entrar para o movimento estudantil significou também tomar uma decisão sobre a qual corrente política iriam se vincular. Nesse momento, segundo Gustavo Calloti, afirmava-se que a história argentina e a mudança social *passavam pelo peronismo*; logo, mesmo com pouco

Alsina e na *Unidad Penal N.9* de La Plata, onde passou a ficar à disposição do PEN. Em outubro de 1979, fugiu para o Brasil, de onde seguiu rumo ao exílio na França, país no qual vive até o momento. Hoje, retorna periodicamente à Argentina para ser testemunha nos julgamentos em curso dos responsáveis pelos abusos cometidos contra os direitos humanos durante a mais recente ditadura civil-militar. Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

¹⁷⁰ Pablo Díaz militava na JG quando foi sequestrado em 21 de setembro de 1976, aos 18 anos de idade. Esteve detido nos centros clandestinos de detenção *Arana* e *Pozo de Banfield*, na *Comisaría 3* de Valentín Alsina e na *Unidad Penal N.9* de La Plata, onde passou a ficar sob a disposição do PEN até 1980. Desde os julgamentos às juntas militares, participou e brindou o seu testemunho em distintas causas judiciais, sendo conhecido publicamente com o sobrevivente de *La noche de los lápices*. Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

¹⁷¹ Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

conhecimento sobre o que era e não se sentir peronista, ele percebia que não poderia ficar à margem do mesmo. Para Pablo Díaz, a presença do peronismo na sua família, na escola em que ingressou e no seu bairro gerou uma aproximação natural. Porém, os rumos tomados pelo movimento expuseram uma série de contradições que geraram uma divisão no movimento estudantil secundarista, e que resultaram no seu rompimento com a UES e consequente aproximação da JG, a partir de 1974.¹⁷² No caso de Emilce Moler, optar pela UES e pelo peronismo significou uma ruptura com seus pais – *antiperonistas, mas com muita consciência social* – e com a Igreja, onde havia participado de algumas obras solidárias. Apesar de participar ativamente das atividades da escola, em 1975 ela ainda não tinha se comprometido com nenhum grupo específico, o que gerava cobranças por parte de seus *compañeros*.¹⁷³ A sua opção pela UES relacionou-se com a mudança significativa no ambiente escolar a partir do governo de Isabel Perón, o momento de *comprometer-se para resistir*:

Con el gobierno de Isabel Perón, en las escuelas, y particularmente en Bellas Artes, comienza una diferencia muy grande. (...) Cambiaron todos los perceptores... Los perceptores eran personas en las que nos apoyamos muchísimo, eran jóvenes, macanudos. Y pasaron a poner perceptores de la CNU, o sea de derecha. Entonces empezaron a poner normas de conducta, iban armados, más de uno fue armado a la escuela, amenazaban a los alumnos. Bueno, entonces el cambio fue muy grande y eso a mi me rebeló absolutamente, digo 'tengo que comprometer más porque la cosa puede venir más difícil', y entonces 'ya tengo que estar en alguna organización para saber lo que hacer para resistir a ese proceso de derechización y los avances de la Triple A'.¹⁷⁴

Nos três depoimentos, o ano de 1975 surge como um momento no qual a capacidade de mobilização dos estudantes estava reduzida e os seus canais de expressão limitados por medidas disciplinares adotadas no âmbito educativo, e pelos perigos que o acionar das bandas de direita

¹⁷² “(...) con la muerte de Perón es cierto que hubo una división muy profunda en el estudiantado secundario, como lo fue también en el universitario. Nosotros que veníamos de creer en que Perón podía llegar a liderar otro proceso, un proceso de liberación. El primero de mayo estuve en la plaza cuando le pedíamos a Perón que mire a su costado para ver a sus hombres del entorno que políticamente estaban sustentando, o él estaba sustentando, era López Rega. Nosotros ya veíamos y deslumbrábamos que ellos eran los que podían llegar a obstaculizar un proceso de liberación. Perón nos echa y nos vamos (...) Al muy poquito tiempo muere Perón, más contradictoria todavía, así que yo venía de una extracción peronista muy arraigada, empiezo a escuchar a mi mejor amigo que era de la juventud guevarista... Cambio de referente por contradicciones, por ver inclusive que ya era imposible que un gobierno peronista, con López Rega e Isabel, genere el proyecto que uno venía estudiando de la calle (...)”. In: Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

¹⁷³ “Todavía en el '75, en el 4º año, con 16 años, había algo siempre que es un valor que a veces creo que hemos perdido que es el compromiso en aquellos años. Porque siempre te corrían con eso, ¿sí? 'Vos te vas muy bien, pero no militas'. Entonces vos te venís, participas, pero no te comprometes si no militas. Y si vos no tenéis compromiso y no estás militando sos una chanta. Y esas cosas cuando me decían un compañero me dolía muchísimo.” In: Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

¹⁷⁴ Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

colocou para eles.¹⁷⁵ Nesse cenário de forte desmobilização, a luta pelo boleto estudantil secundarista (BES) teria sido uma forma de nuclear os estudantes ao redor de uma reivindicação, tanto os que tinham vínculos com os distintos grupos políticos como os independentes. Em La Plata, os colégios mais mobilizados e fortes eram os colégios noturnos e industriais, onde tradicionalmente estudavam jovens oriundos de famílias de trabalhadores de Berisso e Ensenada, fortemente atingidas pela hiperinflação. Logo, a solidariedade a esses *compañeros* através das discussões e da organização do pedido pelo BES foi a forma encontrada para gerar a adesão dos estudantes secundaristas desmobilizados. Outorgado o boleto, em setembro de 1975, as lideranças estudantis tornaram-se referência política nos colégios; um êxito que demonstrou a sua capacidade de mobilização e organização:

Fue un paradigma clave y estas cosas surgen que no sabes como, porque en realidad desde la Secretaría de Recreación hacías fútbol, fiestas, revistas, movilizaciones, vóley para las chicas, música, compañeros que tenían conjuntos de rock; porque uno siempre intentaba ver como puede llegar a generar la mayor participación.¹⁷⁶

Entretanto, a mobilização não durou muito: em 24 de dezembro de 1975, Ricardo “Patulo” Rave, militante da UES, foi sequestrado da casa de seus pais em La Plata, aparecendo morto a tiros em Berisso no dia seguinte, o que levou muitos jovens a se afastar da militância. Nos meses que seguiram a sua morte, o golpe de Estado se anunciava como uma possibilidade mais próxima; no entanto, com a chegada das férias de verão, o 24 de março teria encontrado os estudantes secundaristas retomando suas atividades e suas possibilidades de resposta. Porém, quando ocorreu e nos primeiros meses que o seguiram, o golpe não foi percebido como uma mudança para militantes estudantis que já conviviam com a escalada da repressão e da violência:

En enero se dejaba de militar, propiamente en nuestra edad. (...) así que el 24 de marzo nos agarra diciendo: ¿cómo, dónde estamos? Más con la particularidad que tampoco te llamaba la atención *un* golpe de Estado. Si lo teníamos conceptualizado como posibilidad por lo que había pasado a lo largo de nuestra historia. Nunca determinamos que era *el* golpe de Estado.¹⁷⁷

Ahí llega el verano y además el golpe de estado que se veía a venir fuertemente. Y así nos encontró el '76 en donde...en ese año se recuerda demás el 24 de marzo y no cambio

¹⁷⁵ “Uno ya no podía mas mostrarse como se mostraba antes, uno ya no tenía una militancia tan abierta, uno ya tenía un funcionamiento mas de célula, ¿no? Más semiclandestino. Uno sabía que si en ese momento un policía te detenía con una revista, que sé yo, como Evita Montonera, no recuerdo, y bueno era muy probable que apareciera muerto. Eran hechos simples que podían significar la muerte.” In: Memoria Abierta, Testimonio de Gustavo Calotti, Buenos Aires, 2006.

¹⁷⁶ Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

¹⁷⁷ Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

mucho desde febrero a marzo, abril en la vida de uno... No cambió demasiado. Ya las condiciones en Bellas Artes eran peores, habría que entrar con documento directamente, cambió todo el cuerpo de profesores, las clases eran insoportables, o sea cuadros de derecha muy fuertes, gente muy comprometida con los militares, así que realmente la actividad en la escuela era terrible, y no se podía hacer nada, o sea muy poca actividad.¹⁷⁸

Logo nos primeiros meses que se seguiram ao golpe, os desaparecimentos começaram a atingir o movimento estudantil secundarista de La Plata. Porém, a prática do desaparecimento não cobrou sentido naquele momento.¹⁷⁹ Em agosto, o BES foi suspenso pelas autoridades militares, o que teria sido visto, segundo Pablo Díaz, como uma possibilidade de rearticulação do movimento estudantil secundarista, mais uma vez em torno da sua reivindicação. Porém, essa rearticulação foi impossibilitada devido ao impacto do desaparecimento nas famílias de muitos estudantes.¹⁸⁰

Deixar a militância e se afastar da sua organização, hoje, não aparece para eles como uma opção que teria mudado o rumo dos acontecimentos. Segundo Emilce Moler, já em 1975 ela havia sido identificada e ameaçada em Bellas Artes por militar na UES. Pablo Díaz pontua que sabia que poderiam vir a busca-lo, não pelo que estava fazendo a partir do golpe, mas pelo que havia feito entre 1972 e 1975. Após o golpe, Gustavo Calotti se aproximou da ERP, pois acreditava que, por trabalhar em uma delegacia de polícia, poderia ajudar a organização com algum material subtraído ou com alguma informação privilegiada. Para ele, o que foi uma opção suicida, não determinou que fosse sequestrado, pois o fato de ter militado nos anos prévios ao golpe na UES já o colocaria sob a mira da repressão:

Quando yo ya me contacto con esa gente [ERP], yo ya sabía donde estaba parado, en una cana, y que eventualmente esto podría servir a una organización, en cuanto al material

¹⁷⁸ Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

¹⁷⁹ “Y en el '76, yo recuerdo julio del '76 fue un mes terrible donde empiezan a desaparecer compañeros que eran de la UES, que eran un poco más grandes, que estaban en JUP o en la JP, pero que eran mis amigos, mis amigos de la UES, mis amigos que habíamos compartido parte de mi adolescencia, los que íbamos a las peñas, por eso que tenían 18 y 19 años. (...) Pero nosotros no hablábamos de desaparecidos, nosotros decíamos los llevaron, están presos o los mataron. El concepto de desaparecido es de después de muchos años, podíamos laborarlo y decir que estaban desaparecidos. Tampoco conocíamos centros clandestinos, o sea los tienen en un lugar para tortura y después los llevan a la cárcel. Era para buscar en que cárcel ellos estaban.” Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

¹⁸⁰ “No se hizo nada, porque nosotros lo que no sabíamos que en muchas casas de nuestros compañeros independientes, en realidad, lo que ya estaba pasando eran los desaparecidos. Yo siempre digo que ha habido compañeros independientes que supieron antes que nosotros lo que estaba pasando, porque en realidad en nuestras casas nos enteramos cuando pasó a nosotros, Pero como ya venía sucediendo en toda la ciudad de La Plata había compañeros que estaban en movimientos independientes, que tenían un hermano, o un tío, o el padre o un familiar que había desaparecido, por lo cual cuando quisimos volver a realizar manifestaciones, salimos solos.” Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

que podría sustraer, alguna información, alguna cosa así. Fue medio suicida, yo estoy de acuerdo, pero yo creo que hay una parte de inconsciencia, de ceguera, no se, algo hay, de mesianismo. Lo mas lógico hubiese sido que yo dijera bueno, no es un momento apropiado. Lo que se no hubiese significado más tarde que yo cayera preso, pues yo estoy seguro que en algún momento, que tuviese o no militancia en ese momento, el hecho de haber la tenido iba a ser que me detuvieren o me chuparen.¹⁸¹

No mês de setembro, assim como outros estudantes secundaristas, os três foram sequestrados: Gustavo Calotti, no dia 08, enquanto trabalhava; Emilce Moller, na madrugada do dia 16, em sua casa. Neste mesmo dia, foram sequestrados Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudio de Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciocchini e Patricia Miranda. Já Pablo Díaz somente foi *chupado* na madrugada do dia 21. Todos foram levados ao centro clandestino de detenção *Arana*, em uma série de operativos que buscavam neutralizar o movimento estudantil secundarista, pois era frequente que as forças repressivas da ditadura detivessem um grupo de pessoas vinculadas entre si pela militância. Segundo Sandra Raggio, nos meios de comunicação da época tais acontecimentos não foram noticiados, seguindo o padrão comum da ditadura de silenciar e negar os sequestros. Tampouco são conhecidos documentos oficiais que provem os operativos, além das *órdenes de blanco* produzidas pelos *grupos de tarea* responsáveis pelos procedimentos.¹⁸² Logo, o que teriam tornado tais sequestros públicos foram as denúncias e busca de informações dos seus familiares em organismos internacionais e organismos de direitos humanos na Argentina e no exterior.

¹⁸¹ Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

¹⁸² Esses documentos foram entregues pelo suboficial do Exército, Orestes Vaello, quando prestou seu depoimento à CONADEP. Eles teriam se originado no *Batallón de Inteligencia 601* do Exército e contém uma descrição dos alvos das operações e dos grupos repressões que interviriam: “En ‘Objetivo Primario’ figuran los nombres completos de Falcone, Racero, Ungaro y López Muntaner, sus respectivos números de documentos, las edades, la ocupación (em estos casos, ‘estudiantes’) y la ciudad (La Plata). Como ‘grado de peligrosidad’ indican ‘mínimo’. En ‘filiación’, en los cuatro casos, escriben ‘P. de B Ac. Est.’. Suponemos que las siglas significan: peronistas de base y actividad estudiantil. El responsable del operativo sería el SIPPBA (Servicio de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires).” Ver: Para o nosso trabalho, é importante aclarar que SIPPBA foi a denominação que a DIPBA recebeu entre 27 de julho de 1961 e 1º de janeiro de 1977, quando passa a denominar-se *Dirección de General de Inteligencia*. Ver: RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de ‘la noche de los lápices’”, pp. 102-103; FUNES, P. “Secretos, confidenciales y reservados. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires.” In: QUIROGA, Hugo & TCACH, Cesar (comps.) **Argentina 1976-2006. Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia**, p. 202.

Os familiares e o quebra-cabeça dos desaparecimentos

Os depoimentos dos sobreviventes apontam que os momentos prévios do seu sequestro estiveram marcados pela tensão entre os ideais e razões que os havia levado para a ação política e a crescente perda de sentido de suas atividades, produto do incremento da repressão e da passagem de uma militância *aberta* a práticas cada vez mais restritas. O desaparecimento de pessoas que faziam parte do seu entorno político e social gerou a necessidade de se proteger, a partir da adoção de medidas de segurança. Por se tratarem de militantes menores de idade, que ainda não tinham sua independência social e financeira dos pais, estes surgem nos depoimentos como presenças significativas devido às possibilidades de proteção que aparentemente poderiam oferecer.

Pablo Díaz e Emilce Moler tiveram que contar aos seus pais que haviam se filiado a organizações políticas, trazendo para o ambiente familiar os problemas que a sua militância lhes acarretava.¹⁸³ No caso de Emilce Moller, a sua opção pela UES e pelo peronismo significou uma ruptura com as convicções políticas de seus pais. Contar para a sua família a sua militância trouxe como consequência modificações para a rotina familiar para que a sua segurança e da sua irmã mais nova fossem garantidas. Além disso, gerou uma série de questionamentos por parte de seus pais sobre o que consistia a sua atividade militante, que, para eles, incluía elementos como andar armados e montar bombas.¹⁸⁴ O mesmo ocorreu com o pai de Pablo Díaz que, ao saber que seu filho não tinha participado de ações armadas, acreditou que poderia proteger-lhe:

¹⁸³ “Si, se enteraron que yo estaba cerca de un grupo, que tenía actividad y todas esas cosas, ¿no? Pero la que tenía reticencias era mi madre, sobre todo que en el '73, ya después en el mes de junio cuando vuelve Perón por segunda vez (...) creo que como una buena cantidad de argentinos, fuimos a recibir a Perón en Ezeiza. Y nos recibieron a tiros (...). Entonces claro que ahí mi mamá empieza a tomar noción de la dimensión de la que uno estaba metido. Entonces claro empiezan a surgir los temores, los miedos (...) Así que ahí mi mamá, y yo también, tomé la dimensión de lo que podría llegar a pasar.” Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

¹⁸⁴ “Ahí si tuve que blanquear la situación...no, un escandalo, un escandalo total (...).Lo que pasa ante los temores, la reprimenda que me podían dar por todo lo que hacía, se veía mitigada porque corría un riesgo de vida. Entonces, a partir de ahí era como “después lo seguimos discutiendo”, “donde vas a dormir”, ese tipo de cosa... “¿pueden te venir a buscar?”, “¿esta busca existe?”, “¿mataste?”, “¿andáis en armas?”, “¿pusiste bombas?”, me decían. Y a partir de ahí entonces serían situaciones difíciles en mi casa, ¿no? Yo por cada tres noches me iba de mi casa, y era muy agotador, ya no teníamos lugares...o sea, a veces tenía que ir también mi hermana, si bien que mi hermana no militaba pero era llegada, y yo decía: “yo me voy y se estáis vos puedes pasar muy malo”. Así que también mi hermana se iba, o sea, cambió totalmente la vida.” Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

El 20 de septiembre yo llamo a mi padre para encontrarme con él y decirle: “mira, papá, pasó esto, no sé donde están los chivos amigos míos”. (...) Y el 20 cuando yo me junto con mi papá, le digo: “me parece que está pasando algo”. “No”, me dice mi papé, “cuéntame que hiciste”. Entonces yo le cuento: actos relámpagos, la militancia en la UES, en la Juventud Guevarista, tiré folletos. Siempre me acuerdo que él ingenuamente también me decía: “Ah, pero si no pusiste bombas, no mataste a nadie”, esa era la concepción de que “vuelves que yo les explico, si te vienen a buscar, yo les explico. Te acompaño a la comisaría”. Porque en la mayoría de los casos hubo algunos padres que fueron llevando a sus hijos como el caso de Emilio Mignone, muy conocida en el hecho de que los llevó y los militares le dijeron: “espero acá”, y su hijo nunca volvió. Yo le digo “bueno”, y me convenció.¹⁸⁵

Entretanto, não podemos afirmar que o desconhecimento sobre a militância dos estudantes era comum a todas as famílias. Segundo Gustavo Calotti, em sua casa sempre se soube da sua participação de grupos políticos, apesar das reticências de sua mãe.¹⁸⁶ Nas famílias dos estudantes desaparecidos, a sua militância era vista como algo normal, que inclusive se inseria numa tradição de envolvimento familiar na política. Segundo Miguel López Muntaner, ele e todos os irmãos tinham uma militância peronista.¹⁸⁷ Marta Ungaro aponta que apesar de sua família ser tradicionalmente comunista, seu irmão, Horacio, optou pela UES quando tinha 15 anos; e que a eles tinham conhecimento da sua militância, ajudando-o a colar cartazes durante a luta pelo BES e quando Perón morreu.¹⁸⁸ Os pais de María Clara Ciocchini mandaram-na para viver com uma tia na cidade de La Plata, após a sua casa em Bahía Blanca ser invadida por um grupo da direita peronista; logo, temiam por sua filha por saber que ela havia atuado em um grupo estudantil que reconstruiu a UES em Bahia Blanca.¹⁸⁹ Já Nelva Falcone insere a militância

¹⁸⁵ Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

¹⁸⁶ “Si, se enteraron que yo estaba cerca de un grupo, que tenía actividad y todas esas cosas, ¿no? Pero la que tenía reticencias era mi madre, sobre todo que en el '73, ya después en el mes de junio cuando vuelve Perón por segunda vez... porque en la primera vez, en noviembre, había estado algunos meses y se fue, pero en junio creo que como una buena cantidad de argentinos, fuimos a recibir a Perón en Ezeiza. Y nos recibieron a tiros (...). Entonces claro que ahí mi mamá empieza a tomar noción de la dimensión de la que uno estaba metido. Entonces claro empiezan a surgir los temores, los miedos (...) Así que ahí mi mamá, y yo también, tomé la dimensión de lo que podría llegar a pasar.” Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

¹⁸⁷ Miguel López Muntaner é irmão de Francisco López Muntaner, militante da UES, estudante da *Escuela de Bellas Artes*, sequestrado e desaparecido em 16 de setembro de 1976. Além de Francisco, o seu irmão mais velho, Luis, desapareceu em 08 de abril de 1977 na cidade de Mendoza. Miguel atualmente é Secretário de Direitos Humanos na cidade de Berisso. Testemunho de Miguel Muntaner. *Juicio por la Verdad*. 09.05.2007. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios>.

¹⁸⁸ Marta Ungaro é irmã de Horacio Ungaro, militante da UES, estudante do *Colégio Normal N° 3*, sequestrado e desaparecido em 16 de setembro de 1976. Em 1981, se exilou na Espanha e participou da *Comisión de Solidaridad de Familiares de Presos, Desaparecidos y Asesinados en Argentina* (COSOFAM). Em 1984, retornou à Argentina e atualmente fez parte do grupo de trabalho responsável pelos *Juicios por la Verdad* de La Plata. Memoria Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

¹⁸⁹ Héctor Eduardo Cicchini é o pai de María Clara Ciocchini, estudante da *Escuela de Bellas Artes*, sequestrada e desaparecida em 16 de setembro de 1976. Testemunho de Héctor Eduardo Ciocchini. *Juicio por las Juntas*. Memoria

da sua filha, María Claudia, em uma tradição familiar peronista: ela e seu marido, Jorge Falcone, eram militantes do Partido Justicialista desde outubro de 1945, seu filho mais velho, Jorge, era presidente da *Juventud Universitaria Peronista* (JUP), na Faculdade de Medicina.¹⁹⁰

Com o conhecimento prévio ou posterior da militância dos secundaristas, podemos compreender a atitude dos seus familiares a partir da normalização de discursos e práticas anteriores ao golpe de 1976. De acordo com Ludmila da Silva Catela, os depoimentos de familiares de desaparecidos apontam para uma sociedade *acostumada* a golpes militares que não influam diretamente nas suas vidas, nem afetavam aos membros de suas famílias. Assim como os anteriores, o golpe de 24 de março prejudicaria aos *outros*: guerrilheiros, responsáveis diretos pela *subversão*.¹⁹¹ Após o desaparecimento, os familiares começaram a perceber este como um golpe *diferente* no qual eles também passavam a ser alvos da repressão. Entretanto, não podemos deixar de problematizar tal visão como uma visão retrospectiva.¹⁹²

Amplios setores da sociedade argentina enxergaram na mais recente ditadura civil-militar uma possibilidade de recuperação da autoridade nas famílias, sentimento que seria reforçado nas mudanças registradas a partir de então nas instituições diretamente vinculadas à reprodução do discurso da autoridade, em especial as religiosas e as educacionais.¹⁹³ A repercussão pública de casos como os dos jovens *montoneros* Ana María González e Juan Carlos Alsogaray demonstrou a irrupção do marxismo, da teologia da libertação ou do peronismo revolucionário em muitas famílias com tal eficácia, implicando no recrutamento entre seus filhos de alguns dos quadros

Abierta, Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, Caja 02, Folio 06, Testimonios del 6° Cuerpo del Ejército., 10.05.1985.

¹⁹⁰ Nelva Falcone é a mãe de María Claudia Falcone, estudante da *Escuela de Bellas Artes* e militante da UES, desaparecida no dia 16 de setembro de 1976. Ela participou do início do grupo *Madres de Plaza de Mayo*, militando na *Línea Fundadora* até o momento da sua morte, em 24 de dezembro de 2006. Memoria Abierta, *Testimonio de Nelva Falcone*, Buenos Aires, 2005.

¹⁹¹ O arquétipo construído em torno dessas figuras, tanto pelos militares como pelos meios de comunicação, mostravam alguém que servia a interesses estrangeiros, geralmente *comunistas*, estranhos aos argentinos. Eram combatentes perigosos, cruéis e audazes devido aos treinamentos especiais que haviam recebido de suas organizações. Em sua vida privada, não possuíam valores morais de nenhum tipo: não valorizavam a família, abandonavam seus filhos, formavam casais instáveis, não se casavam legalmente e se separavam com frequência. As mulheres, particularmente, ostentavam uma enorme *liberdade sexual*; eram más como donas de casa, esposas ou mães, e particularmente cruéis. Logo, os seus filhos, sem um envolvimento público na luta armada, pareciam não se enquadrar nessa lógica. Ver: CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 94

¹⁹² CATELA, Ludmila da Silva. **Situación limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 55.

¹⁹³ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 163-166.

mais ativos e entusiastas da luta armada.¹⁹⁴ Para muitos pais, era necessário recuperar a autoridade, tanto na família quanto nas relações sociais, para que assim evitassem que seus filhos se convertessem em guerrilheiros.¹⁹⁵

O depoimento dos familiares aponta para uma confiança em um tratamento democrático e civilizado aos opositores do regime. Existem relatos de pais que, avisados de que seus filhos eram buscados pelas forças de segurança, propunham que eles se entregassem, ou que os acompanhariam à delegacia. Tais atitudes revelam o marco de referência que muitas pessoas tinham sobre a sanção legal esperável, a prisão. Para o pai de Emilce Moler, delegado aposentado da polícia provincial de Buenos Aires, se ela estivesse em casa no momento em que fosse procurada, ele, *uma pessoa honesta*, poderia explicar às forças de segurança a sua situação, evitando possíveis mal-entendidos.¹⁹⁶ Além disso, demonstram uma falta de conhecimento, ou uma negação, da gravidade da conjuntura criada a partir do acionar dos *circuitos repressivos clandestinos* da ditadura civil-militar e pela adoção do desaparecimento forçado de pessoas:

Nunca yo creí que un Ejército que los llevaba a mis alumnos con una banderita para verlos pasar y con tanto entusiasmo que íbamos a verlos, después resultara, (...), un

¹⁹⁴ Em 18 de junho de 1976, Ana María González, de 18 anos, aproveitou-se da amizade com uma das filhas do general Cesáreo Cardozo, chefe da Polícia Federal Argentina, para colocar uma bomba embaixo de sua cama e mata-lo. O episódio serviu para construir uma série de imagens dos militantes das organizações armadas, principalmente das mulheres, jovens e de classe média, uma conjunção que na propaganda do regime era associada à suspeição de captação pela guerrilha. Juan Carlos Alsogaray se encontrava em Tucumán quando, no marco do *Operativo Independencia*, foi assassinado pela repressão. O seu pai, o general Juan Rodolfo Alsogaray era tenente-general do Exército Argentino, e em 1966 havia participado da cúpula militar que deu o golpe no então presidente Arturo Illia, dando início à *Revolução Argentina*. O seu exemplo ganhou destaque nos meios de comunicação argentino como um claro demonstrativo de que exemplos de conduta familiares naquele momento não pareciam ser suficientes para evitar que os jovens argentinos entrassem para a guerrilha. Ver: LORENZ, Federico. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, pp. 36-38.

¹⁹⁵ Em 03 de julho de 1976, a revista *Gente* perguntou a dez pais o que eles faziam para evitar que seus filhos se convertessem em guerrilheiros, buscando os motivos que levavam os jovens argentinos à luta armada e o que poderia fazer para que fossem interrompidos. Além de respostas que apontavam para problemas de diálogos entre pais e filhos, falhas na conduta dos pais, a rebeldia inerente dos jovens e o ócio resultante da sua condição socioeconômica; elas demonstram a demanda de medias enérgicas que fossem além do ambiente familiar: “*Básicamente es la casa, la familia, la que debe bregar. Pero también habrá que controlar toda esa presión exterior que está envolviendo a estos chicos que empiezan, a lo mejor, teniendo problemas de conducta. No sólo es una cuestión de hogar. Es también una cuestión de gobierno, de país. Hay que controlar bajo todos los aspectos, y todos los flancos, la penetración de esas organizaciones. Debe haber una acción masiva en el país para contener esas penetraciones.*” “¿Qué hace usted para que su hijo no se convierta en guerrillero?” In: *Gente*, 03.07,1976, p. 11.

¹⁹⁶ “*El creyó que por ser policía no iban a venir a la casa, y también consideró que “es mejor que estés en casa”, me dices. “Si no tenés un lugar seguro, venís a casa”, me decía, “si estás en otra casa y llegan, ¿qué vas a decir?, ¿por qué estás en otra casa?, “ya estas diciendo: soy culpable”, me decía. “Así, si estas en casa conmigo, una persona honesta, yo les puedo explicar”. Imaginas todos esos argumentos donde se quedaron, pero están bien esos argumentos, era lógico de eso momento, nosotros no pensábamos en estas atrocidades. Y eso también él lo vivió con mucha culpa, que habían me llevado, “¿cómo no pensé que podían a venir?”.*” Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler, Buenos Aires, 2006.

Ejército de ocupación. De ocupación de su propio país, de sus propios compatriotas, porque la forma como mataron una generación de jóvenes, una cosa terrible, y una cantidad de personas también. ¹⁹⁷

Podemos analizar o desaparecimento na vida dos familiares como um *quebra-cabeças*. Depois do sequestro, cada familiar precisou retomar sua vida, acomodando peças de um cotidiano *desmontado* pela irrupção da violência: retomar os estudos, retornar ao trabalho, recuperar documentos, ordenar as casas invadidas.¹⁹⁸ As famílias afetadas não reagiram de maneira similar apesar de atravessarem a mesma situação. Para alguns, inicialmente tratou-se de garantir a sua segurança, o que significou deixar a cidade de La Plata, onde todos pareciam se conhecer.¹⁹⁹ Esta opção foi recorrente entre os irmãos dos desaparecidos que também possuíam vínculos com organizações políticas, partindo para outras cidades do país, no *exílio interior*.²⁰⁰ A família de María Clara Ciocchini partiu para o exterior, separando-se em diferentes países: “*En el caso de mi hermana, yo no sé en qué momento... o sea, yo, o sea, estuve cerca de mi madre en el 78 yo me voy afuera, este, mis hermanas estaban también en España, la familia se, se desbandó, mi padre fue a trabajar a Inglaterra, mi padre era investigador del CONICET (...)*”.²⁰¹

Parte significativa dos familiares exercitou inicialmente uma *memória privada* do ocorrido. No discurso da mais recente ditadura civil-militar, a representação tradicional da família foi utilizada como metáfora para unidade natural da organização social que seria recuperada pela ditadura, após anos de caos e de questionamento às autoridades. “Você sabe onde está seu filho agora?” foi uma frase utilizada pela propaganda oficial que sintetizou a urgência da tarefa de seguimento e controle realizado pelos militares e que deveria ser reforçada pelos pais. A penetração de ideias perigosas em uma família representava assim um perigo para toda a nação;

¹⁹⁷ Memoria Abierta, *Testimonio de Nelva Falcone*, Buenos Aires, 2005.

¹⁹⁸ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 137, 139.

¹⁹⁹ “*Ahí fue, en esa noche, cuando me avisan que habían desaparecido, yo no podía quedarme en mi casa... empezaron los temas de seguridad, como decía, de la familia platense, y a mi casa la conocían todo mundo. Mi nombre, mi casa, o sea, los que éramos de La Plata era muy difícil mantener la cuestión de la seguridad. Los que eran del interior los conocían por el apellido, ¿no? Sabían donde vivía, y nada más. Pero los de La Plata siempre algún conocido tenían, entonces los temas de la seguridad a la gente que éramos de La Plata era muy complicado.*” Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

²⁰⁰ “*Cuando secuestran Horacio dejo de ir a la facultad porque a los quince días secuestran a mi hermana, mi hermana Nora. Entonces dejamos de ir a la facultad. A mi me manda papá a Rosario, a la casa de una amiga, a quedarme allá porque no tenían idea. (...) Y a mi hermano mayor lo llevan a Buenos Aires a la casa de un amigo (...) Hasta que después de quince días liberaron a Norma, y como en dos meses he venido a La Plata. Se desbandó la familia, ¿no? Porque a mis padres ciertamente racionaban que les faltaban no solo un hijo, sino dos hijos, y fue ahí que dejé de ir a la facultad.*” Memoria Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

²⁰¹ Testemunho de Ana Inés Ciocchini. *Juicio por la verdad*. 25.04.2007. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios>.

logo, era atribuído aos pais a responsabilidade final de prevenir que seus filhos se convertessem em *subversivos*, assim como a culpa caso eles isso ocorresse.²⁰² Consequentemente, tais acusações criaram divisões no interior das famílias que se sentiam responsáveis pelo destino do desaparecido,²⁰³ e a negação do desaparecimento frente à possível discriminação em seu entorno social.²⁰⁴

Houve os que passaram a exigir publicamente a verdade, buscando informações que lhes permitissem compreender as consequências de um *círculo clandestino repressivo* que oferecia “(...) *um confuso quebra-cabeça de episódios diretamente percebidos, notícias, versões, declarações oficiais, interpretações de terceiras pessoas, informações de primeira mão, rumores, mentiras.*”²⁰⁵ Inicialmente, os familiares lançaram mão de um *mundo conhecido* de instituições do sistema democrático preservadas pela ditadura, mas que colaboravam com os seus *círculos repressivos clandestinos*. Após o sequestro, recorreram às delegacias, por serem os locais onde normalmente pessoas desaparecidas eram procuradas; e à Justiça, através da prática da impetração de recursos *habeas corpus*. Em todos, a resposta seria sempre a mesma: *aquí não consta, desconhecemos a detenção dessa pessoa*. Acreditaram ainda na ajuda que *outros* conhecidos poderiam realizar na sua procura, principalmente as autoridades eclesíásticas e militares.²⁰⁶ Destas, escutaram mentiras como a de que seus filhos tinham sido levados a *locais*

²⁰² FILC, Judith. **Entre el parentesco y la política. Familia y dictadura, 1976-1983**. Buenos Aires: Biblos, 1997, pp. 42, 52-58; CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**, p. 94; JELIN, Elizabeth. “¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los juicios por los crímenes de lesa humanidad en Argentina**, pp. 228-229.

²⁰³ “Bueno, el hecho del entorno familiar la mayoría reaccionó muy mal (...) Prácticamente se fueron alejando, no preguntaban por Horacio, de tal el pánico que no preguntaban. (...) Y una vez hablándolo a muchos familiares les pasó lo mismo de que no toda familia fue totalmente solidaria. (...) Eso también es un golpe muy duro porque sentís una soledad muy grande, ¿no?” Memoria Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

²⁰⁴ “Yo el 19 llamo a la madre de uno de los chicos, supuestamente el amigo mío Víctor Treviño, que había desaparecido y me dice que su hijo se fue de vacaciones. La particularidad de las familias de clase media de La Plata fue un fenómeno en sí mismo, porque lo peor que podía pasar a una familia conceptualizada como familia entre comillas era tener un hijo subversivo. Era peor que drogadicto y mucho peor, el qué dirán. Entonces había un ocultamiento por parte de tu familia de lo que estaba ocurriendo y eso fue lo que más perjudicó, a mi parecer, también el hecho de que nosotros no tuviésemos la real dimensión de lo que estaba pasando.” Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

²⁰⁵ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 173.

²⁰⁶ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 69-79.

de recuperação de subversivos.²⁰⁷ Consequentemente, a busca resultou numa ressignificação de suas identidades:

A partir del golpe, lo único que milité, lo mismo pasó con mi papá, fue en la parte de la busca de mi hermano. Empecé a participar, y todavía las Madres no estaban, a los trámites. Como yo era la mayor, en ese momento tenía 27, 28 años... en realidad salí a buscarlo y fue el objetivo, el único objetivo que tuve. No milité más en ningún partido político (...) lo puse todo en la parte de la militancia por los derechos humanos.²⁰⁸

A partir dos depoimentos dos familiares, notamos que a sua busca por informações rapidamente deixou de ser individual, constituindo novos laços sociais e de afeto. Em um demonstrativo de que os boatos sobre os desaparecimentos circulavam pela cidade de La Plata, provavelmente facilitado pelo fato de *todos se conocerem*, uma das primeiras reações dos familiares foi buscar amigos dos jovens desaparecidos.²⁰⁹ Nelva Falcone, por exemplo, acercou-se das *Madres de Plaza de Mayo* junto com Nora Ungaro, mãe de Horacio Ungaro, a partir das viagens que juntas realizavam ao Ministério do Interior, em Buenos Aires.²¹⁰ Esta por sua vez carregava um *pañuelo* com o nome de seu filho e de Daniel Racero, sequestrados e desaparecidos juntos em sua casa, na madrugada de 16 de setembro: “*Mi mamá llevaba escrito en el pañuelo el*

²⁰⁷ “(...) por supuesto que fui a golpear todas las puertas que pude para conseguir alguna noticia de mi hija, (...), también he visto sacerdotes, entre ellos al padre Astolfi, que era el capellán del 7º de Infantería de La Plata (...) me dijo que seguramente a mi hija la iban a llevar a una granja de recuperación, no sé a qué recuperación se refería, porque mi hija era una chica extraordinaria, ha sido abanderada en la escuela primaria, de los mejores promedios del bachillerato de Bellas Artes, los profesores se habían acercado a mi casa a consolar a mi esposo y a decirle que no podía ser que se habían llevado a María Claudia, era una de las mejores alumnas de la escuela.” Ver: Testemunho de Nelva Falcone. *Juicio por las Juntas*. Memoria Abierta, Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, Caja 02, Folio 06, Testimonios del 6º Cuerpo del Ejército, 09.05.1985.

²⁰⁸ Memoria Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

²⁰⁹ “(...) y en el monobloc de enfrente, en otro quinto piso, vivía la familia Calotti, donde Gustavo era amigo de mi hermano y nos dirigimos enseguida con mi hermana allá para ver si ellos tenían alguna noticia y bueno ahí nos enteramos que Calotti había desaparecido, lo habían detenido una semana, 10 días antes de mi hermano... entonces entramos a rearmar lo que había ocurrido ese día... porque nos fuimos enterando por diferentes amigos que ese día había habido un, habían secuestrar, no solamente a mi hermanito y a su amigo (Daniel Racero)... sino a varios chicos, bueno tomamos contacto con la familia Falcone, (...), yo personalmente con la de López Montaner (...) sabíamos que se había desaparecido Emilse Moler, que era amiga también de la infancia de mi hermano, así que mi mamá había visto a la familia Moler, y ahí se había enterado que no solamente había llvado ese día a Emilse, sino a Emilse con una compañera, con Patricia Miranda, ya sabíamos que se habían llevado a Claudia Falcone junto con María Clara Ciocchini (...)”. Testemunho de Marta Ungaro. *Juicios por la Verdad*. 14.07.1999. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios>.

²¹⁰ Podemos pensar a inserção de Nelva Falcone no movimento argentino pelos direitos humanos, em certo grau de protagonismo caso comparado aos outros familiares, a partir da sua relação pessoal com Estela de Carlotto, atual presidenta da organização *Abuelas de Plaza de Mayo*, fruto do casamento entre seu filho, Jorge, e Claudia de Carlotto.

*nombre de mi hermano y de Daniel Racero, nosotros nunca hemos separado a los dos por haberlos secuestrado en mi casa (...).”*²¹¹

Aos poucos, a busca de informações tornou-se denúncia, estendendo-se aos organismos de direitos humanos locais, como a APDH, a *Liga Argentina por los Derechos del Hombre* (LADH), o *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* (MEDH), e o CELS; organizações internacionais como a Organização de Estados Americanos (OEA), a Anistia Internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU); e a entidades laicas e religiosas fora do país.²¹² Nessas denúncias, os testemunhos dos familiares passam a vincular os casos dos estudantes sequestrados entre si;²¹³ reunidos em torno de uma categoria de vítima: *os desaparecidos adolescentes-estudantes secundaristas*. De acordo com Emilio Crenzel, com a circulação do informe da CIDH, em 1979, nota-se uma homogeneização no conteúdo das denúncias e na consequente representação dos desaparecidos: a menção a suas militâncias políticas foram substituídas por referências a seus dados identitários básicos, como a idade e o gênero; por categorias *compreensíveis*, como suas ocupações ou pertencimentos religiosos; e pela menção a seus valores morais. Os testemunhos dos familiares denunciavam então crimes contra a família, projetando ao mesmo tempo uma imagem de *bom filho* do jovem desaparecido e de uma vida familiar *normal*, ressaltando a amplitude e o caráter indiscriminado da violência estatal, e relativizando a sua culpabilização sobre o destino do ente desaparecido produzida pelo discurso oficial.²¹⁴ O conhecimento elaborado sobre a repressão assumiu um caráter factual, tendo os sofrimentos corporais como seu eixo, de maneira a convocar a empatia dos receptores e a enfatizar a inocência de suas vítimas. Este tipo de relato se traduziu em uma caracterização dos desaparecidos em informes, folhetos e solicitações que destacava seus dados identitários básicos, suas ocupações e as consequências da violência sobre suas famílias, ressaltando seu

²¹¹Testemunho de Marta Ungaro. *Juicios por la Verdad*. 14.07.1999. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios>.

²¹² Após as respostas negativas sobre o paradeiro de Claudio de Acha, tanto em delegacias, como na Justiça, sua família partiu para o exílio na Suécia. Internamente, sua tia, Nelida Koifman, tornou-se a responsável pelas denúncias e trâmites; enquanto sua mãe, Olga Koifman de Acha denunciou ao Vaticano, à OEA e à ONU o que havia ocorrido com seu filho: “(...) *luego en Suécia, ya hice la declaración del testimonio sobre la desaparición de mi hijo en todos los organismos, en todas las instituciones, en todos los que podía enterarme a través de otras personas que también estaban en la misma situación que nosotros. ¿Qué podíamos hacer, no?*” Testemunho de Olga Koifman de Acha. *Juicio por las Juntas*. Memoria Abierta, Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, Caja 02, Folio 06, Testimonios del 6º Cuerpo del Ejército., 09.05.1985.

²¹³ RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de ‘la noche de los lápices’”, p. 105.

²¹⁴ JELIN, Elizabeth. “¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra”, p. 231.

distanciamento da insurgência e da política e o caráter indiscriminado da repressão.²¹⁵ Logo, reunidos na categoria de desaparecidos *adolescentes-estudantes*, despojou-se os estudantes *platenses* de sua militância, tornando-os as *vítimas inocentes* da repressão ditatorial.²¹⁶

Jovens e inocentes

Com a eleição de Raul Alfonsín em 10 de dezembro de 1983, a questão do acerto de contas com o recente passado ditatorial se colocou para a sociedade argentina e para as suas instituições. Num quadro de valorização da democracia e da afirmação do Estado de direito, instaurou-se um novo *regime de memória* baseado, principalmente, no horror das práticas violentas e autoritárias da ditadura civil-militar, situando-a negativamente ao período que se iniciava. Recordavam-se, assim, os procedimentos clandestinos que traziam a violência para o interior dos lares argentinos, as famílias desmanteladas a partir do desaparecimento de um ente querido, as torturas sofridas pelos sobreviventes, e os bebês nascidos em cativeiro cujo paradeiro ainda era desconhecido. A memória do passado recente, até então silenciada ou marginal, deveria então se transformar na memória de uma experiência que havia ficado no passado e que *nunca mais* poderia se repetir. Para tanto, foram utilizadas duas formas: a refundação de um regime democrático que instaurava uma ruptura radical com o antes e que se orientava para o futuro; e um balanço que encerrasse a ditadura no passado. Contudo, alguns limites se colocavam:

Para la conformación futura de la memoria colectiva, en el marco de la justicia transicional, entraba en juego la posibilidad de una versión “socialmente aceptable” de la verdad, que además se correspondiera con el grado de evidencia disponible, y el diseño de una política pública que diera respuestas a las demandas de verdad y justicia de los más directamente afectados, pero que al mismo tiempo conjugara los peligros que una mirada demasiado certera hacia el pasado inmediato podía acarrear a la estabilidad de la

²¹⁵ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 44-47; CRENZEL, Emilio. “La víctima inocente: de la lucha antidictatorial al relato del *Nunca Más*”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**.

²¹⁶ “En principio, este despojamiento está presente en las denuncias de los familiares (...) pocos hacen mención de la militancia política de sus hijos; tan sólo en un caso, el de Ungaro, hacen alusión al activismo de la víctima: ‘había sido elegido por sus compañeros delegado del curso para pedir la instauración del boleto escolar’, sin marcar su pertenencia a agrupación alguna o sus ideas políticas. Incluso, la relación que se establece entre ellos, habla de ‘condiscípulos o amigo’, ‘relacionados amistosamente’, ‘amigas, compañeras de colegio’, ‘amiguita’. Se los nombra como ‘menores’, ‘enfants’, ‘adolescentes’, ‘estudiantes secundarios’, nunca como ‘militantes’. “ Ver: RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de ‘la noche de los lápices’”, p. 109.

joven democracia. Era necesario elaborar una oferta de sentido que combinara dosis de memoria y olvido respecto del pasado reciente, que fuera plausible socialmente, que atribuyera responsabilidades sin profundizar divisiones que implicaran costosos riesgos políticos, y que permitiera afianzar el protagonismo de las instituciones democráticas.²¹⁷

A derrocada do regime ditatorial ocorreu paralelamente à centralidade adquirida pela questão das violações dos direitos humanos e dos desaparecidos. Assumidos por Raul Alfonsín como bandeiras de sua campanha, no início do seu governo foram aprovadas uma série de medidas que pudessem responder à forte demanda social de que se julgassem e se castigassem os culpados pelos atos cometidos: a derrogação da *Lei de Pacificação Nacional*, a criação da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), e a assinatura dos decretos 157 e 158 que ordenavam o julgamento de sete chefes guerrilheiros e das três primeiras Juntas Militares da ditadura.²¹⁸ Portanto, a autoridade da lei constituiu-se no eixo de uma recuperação reparatória do passado, através da revelação de atos que passaram a se constituir como crimes e do resgate ético de suas vítimas, e como fundamento e garantia da reconstrução do Estado e do novo pacto com a sociedade:

En el caso argentino, claramente, la transición estuvo particularmente marcada por la intervención de la Justicia, de un modo que, en principio, buscaba hacer compatibles cierta justicia retroactiva, hacia el pasado, con una serie de modificaciones del margo legal que apuntaban, hacia el futuro, a prevenir que pudieran repetirse esos gravísimos delitos. Pero, finalmente, el objetivo mayor apuntaba no sólo a construir formalmente un Estado de derecho sino a implantar formas, valores, hábitos democráticos en la sociedad y en sus instituciones como el mejor reaseguro hacia el futuro. En esa dirección, la acción de la ley que se aplicaba sobre los máximos responsables (...), no se separaba del objetivo de consolidar las instituciones del nuevo régimen.²¹⁹

A produção de uma memória da ditadura ficou, assim, associada à aplicação da justiça. Porém, além de limitada, esta aplicação baseava-se em um preciso marco interpretativo do passado: *a teoria dos dois demônios*. Segundo esta interpretação, a Argentina esteve submetida à

²¹⁷ RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”. In: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. Argentina, 1976. **Estudios en torno al golpe de estado**, pp. 265-266.

²¹⁸ Segundo Daniel Lvovich e Jaquelina Bisquert, apesar do presidente eleito ter dado espaço às demandas de justiça sustentadas pelo movimento de direitos humanos, a sua estratégia para coloca-las em prática não era absolutamente coincidente com as reivindicações das organizações. Se ele assumiu como necessário o julgamento dos crimes cometidos durante a ditadura para consolidar o sistema democrático recuperado, também considerou prioritário limitar o seu alcance para manter uma relação harmônica entre governo e militares. Dessa forma, a estratégia desenvolvida por Alfonsín centrou-se em determinar quem seria julgado, distinguindo entre os que deram as ordens, os que as executaram e os que cometeram *excesso*, categoria na qual poderiam, em última instância, serem acusados policiais e militares de baixa patente. Consequentemente, a responsabilidade absoluta pelas ordens datas recaía sobre os que ocuparam cargos superiores. Ver: BISQUERT, Jaquelina & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, p. 30.

²¹⁹ VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 25-26.

violência política fruto dos extremos ideológicos nos anos prévios ao golpe de Estado de 1976, o que explicaria o caráter assumido pela resposta estatal após o golpe: ao *demônio* da violência revolucionária se opôs uma ainda mais condenável na violência de Estado. Dessa forma, a guerrilha era a única responsável pela violência prévia ao golpe; e a revisão da metodologia utilizada pelas forças repressivas se centraria no período entre 1976 e 1979, os mais intensos da repressão ditatorial. Consequentemente, excluía-se desse exame a intervenção militar durante o governo de Isabel Perón e as condições de adoção das modalidades repressivas. *Dois demônios* equiparáveis no uso da violência e na culpa do desprezo à democracia que, para serem superados, necessitava-se de um ato de justiça que tomasse em conta essa dupla responsabilidade.²²⁰ Afirmava-se, assim, que, em um marco de legalidade baseado na pluralidade e coexistência pacífica de opiniões, no respeito aos direitos fundamentais de todo cidadão e na resolução de conflitos, não haveria espaço qualquer forma de violência política. Logo, a ideia de revolução era neutralizada, pois não haveria necessidade alguma de jovens idealistas se rebelarem contra um sistema fundamentado nos princípios republicanos e democráticos, na legalidade e na defesa dos direitos humanos; já a violência do Estado era condenada moralmente e judicialmente.

Segundo essa perspectiva, a sociedade argentina se encontraria alheia, no meio do conflito entre os *dois demônios*. Oferecia-se assim uma fórmula para o exame de consciência de amplos setores sociais que haviam apoiado e consentido a repressão ditatorial, eximindo-os de responsabilidades, e resignificando suas atitudes na fórmula da paralisia social causada pelo medo - *todos haviam tido medo e por isso se calaram*. O *demônio subversivo* e as suas ações foram separados da sociedade, apresentada em conjunto como vítima; enganada pelo poder militar do qual esperavam apenas a pacificação nacional e nunca a implementação de um plano sistemático de desaparecimento de pessoas. Portanto, a *teoria dos dois demônios* teria respondido à necessidade de se moldar o passado e as próprias identidades sociais de um modo que permitisse prover a sociedade argentina de raízes democráticas, desprovendo-a de relações com a ditadura.²²¹

²²⁰ Ao problematizar a equiparação de forças entre militares e a guerrilha, sintetizada na fórmula dos *dois demônios*, Hugo Vezzetti pontua: “*Si se tratava de responder a la pregunta por lo sucedido y, sobre todo, por la suerte de los desaparecidos era claro que no había ninguna equiparación posible entre la guerrilla y las Fuerzas Armadas. (...) La acción de la guerrilla, por definición, era irregular y clandestina, pero ni se hacía desde el Estado ni invocaba principios de legalidad y continuidad jurídica e institucional.*” Ver: VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, p. 122.

²²¹ ROMERO, Luis Alberto. “La democracia y la sombra del Proceso”. In: QUIROGA, Hugo & TCACH, César. **Argentina 1976-2006, entre la sombra de la dictadura y el -futuro de la democracia**, p. 38; NOVARO, Marcos

A partir dessa interpretação das atitudes sociais durante a ditadura, foi ressignificada a experiência dos desaparecimentos. Resultante da forma que a sua recuperação tomou nas denúncias durante os últimos anos da ditadura, os desaparecidos não eram mais os *delinquentes subversivos* que pretendiam tomar violentamente o poder para modificar completamente o estilo de vida nacional, mas *opositores* inocentes, arrastados à morte por perseguir nobres ideias ou pela imprevisibilidade da barbárie ditatorial. De acordo com Inés González Bombal, o desaparecimento foi visto como uma violação a profundos princípios de ordem cultural, mais que especificamente políticos: a sociedade argentina não encontrava razões lógicas que explicassem por que não foram devolvidos os corpos; e a desumanização e a perda de identidade das vítimas eram vistas como uma operação que fugia de todos os limites. A informação sobre a repressão produziu um temor e um estranhamento que se explicavam com o fato de se encarar algo que escapava à racionalidade política admissível. Certos fatos e detalhes situavam-se além da noção de cálculo ou da equação meios e fins a partir das quais as pessoas se esforçavam para explicar a repressão. O que horrorizava eram os possíveis equívocos e injustiças irreparáveis cometidos pela repressão. Portanto, a recuperação das vítimas girou em torno principalmente das *hipervítimas* - crianças, mulheres grávidas, idosos – consideradas inadmissíveis.²²²

Se a inocência dos desaparecidos deveria se basear no fato de que nenhum deles, nem mesmo os mais diretamente implicados no exercício revolucionário, fora eximido de um tratamento criminoso,²²³ sem direito a julgamento e *desaparecedor* de suas identidades; esta se resumiu ao sinônimo de *não subversivos*, alheios à luta armada. Nesse marco, os desaparecidos *adolescentes-estudantes* inseriam-se no *mito das vítimas inocentes* devido ao atributo natural de estarem na adolescência. Esta característica os dotava de inocência por duas razões: uma de tipo jurídico, pois por serem menores de idade não eram sujeitos imputáveis por seus atos; outra de

& PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 643-649; ALTAMIRANO, Carlos. “Pasado presente”, p. 21; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, pp. 34-37; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 58; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 37-38, 118-119.

²²² GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. “‘Nunca más’: el juicio mas allá de los estrados”, pp. 205-207.

²²³ NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 643.

tipo simbólico, de uma adolescência associada à pureza e à maior proximidade da infância do que da vida adulta.²²⁴

Apesar da *teoría dos dois demônios* e do *mito das vítimas inocentes* não terem sido as únicas fórmulas para a memória da ditadura civil-militar nesse momento, elas se tornaram hegemônicas, reproduzindo-se através de distintos meios.²²⁵ Um desses meios foi o relato que se conformou acerca do desaparecimento dos militantes secundaristas de La Plata, em setembro de 1976, que a partir de então se tornou conhecido como o episódio *La noche de los lápices*. De acordo com Sandra Raggio, ao receber esse nome, inseria-se o ocorrido em uma trama que, ao destacar certos elementos, demonstrava de que maneira tais fatos foram percebidos e significados nos primeiros anos da democracia: “‘*La noche de los lápices*’, además de ofrecer una metáfora – muy usada- para hablar del período de la dictadura, refiere a “una particular”: la del 16 de septiembre. Los ‘lápices’ aluden a los protagonistas de esta historia, las víctimas: todos ellos, estudiantes secundarios.”²²⁶ Dessa forma, denunciava-se um sucesso trágico que tinha antecedentes em outras *noites*, dando ao nome uma conotação negativa, e obliterava-se a militância dos jovens em detrimento à sua categoria sócio-ocupacional.²²⁷

Apesar das dificuldades apontadas pela investigadora de verificarmos os rumores sobre a origem desse nome, podemos identificar o início do seu uso em uma das primeiras iniciativas oficiais de tratamento da experiência social dos anos da ditadura: a investigação da CONADEP.²²⁸ Segundo Sandra Raggio, a leitura dos legados produzidos CONADEP vinculados

²²⁴ RAGGIO, Sandra. “La construcción de un relato emblemático de la represión: la ‘noche de los lápices’”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**, p. 159.

²²⁵ A versão da *guerra contra a subversão*, por exemplo, continuou sendo sustentada por militares que tiveram uma participação expressiva nos anos da ditadura, partidos de direita e organizações como *Familiares y Amigos de Muertos por la Subversión* (FAMUS), que reivindicavam os mortos por ações da guerrilha e afirmavam que as *políticas de memória* do governo Alfonsín eram um *complot* contra aqueles os que sabiam a verdade do que sucedeu. Para uma análise dos discursos militares que circularam nesse ano, ver: LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, pp. 17-45.

²²⁶ RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de la ‘noche de los lápices’”, p. 100.

²²⁷ “Nombrar sucesos trágicos como noches trágicas tiene antecedentes, desde ‘la noche de los cristales rotos’ y ‘ça noche de los cuchillos’ (en referencia a dos acontecimientos sucedidos durante el régimen nazi), hasta ‘la noche de los bastones largos’ (en referencia a la represión a los docentes de la Universidad de Buenos Aires en 1966). También otras acciones represivas de la dictadura fueron nombradas como ‘noches’: ‘la noche del Apagón’, dando cuenta de lo sucedido en Ledesma –Jujuy- el 27 de julio de 1976, y ‘la noche de las corbatas’, en alusión a la desaparición de abogados de Mar del Plata.” RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de la ‘noche de los lápices’”, pp. 102-103.

²²⁸ Esta investigação, orientada a descrever o sistema de desaparecimento e identificar os seus responsáveis, consistiu em um chamado público a denúncias e ao aporte de documentos que pudessem servir como provas, e na inspeção a

com o episódio em questão aponta para um processo complexo de reconstrução do ocorrido e da reunião de provas que o comprovem: croquis dos centros clandestinos de detenção desenhados pelos sobreviventes, cartas, testemunhos, documentos oficiais, notas e cartas que demonstram as denúncias e pedidos de informação realizados pelos familiares.²²⁹ As conclusões da CONADEP apontam para uma *matanza de adolescentes-estudiantes secundarios*, devido à campanha realizada na cidade de La Plata pelo boleto escolar secundarista, em 1975. Tratou-se de uma sanção realizada pelas Forças Armadas no marco de uma campanha qualificada como *subversión nas escuelas*. De acordo com o testemunho do ex oficial da polícia da Província de Buenos Aires, tratou-se da *noite dos lápis*, muito comentada entre os integrantes da *bonaerense*.²³⁰ Esta versão tornou-se pública através de uma nota publicada pela CONADEP no *Clarín*, em 18 de setembro de 1984.²³¹ Além disso, recebeu destaque no informe final da investigação da CONADEP, publicado em novembro de 1984: o *Nunca Más*.

Este deveria conjugar duas intenções: expressar uma condenação moral do sistema de desaparecimentos e constituir-se em um legado ao futuro que ajudaria a evitar sua reiteração. Logo, ganharam destaque aqueles episódios que demonstravam que *dentro do delírio semântico, tudo era possível*; esta proposição, que distancia o exercício do terror de qualquer racionalidade, propõe uma imagem vasta e imprevisível de quem poderia sofrer as desaparecimentos forçadas, omitindo a participação em organizações políticas da esquerda revolucionária como um fator constitutivo do universo das vítimas.²³² Entre as vítimas *desamparadas* frente ao terror estavam

locais que foram denunciados como de funcionamento dos centros clandestinos de detenção. O trabalho da CONADEP concentrou, organizou e classificou os testemunhos sobre os desaparecimentos até então dispersos no país e no exterior. A maior parte das 5.580 denúncias foram entregues à CONADEP pela APDH, provinham de familiares e aportavam dados sobre os sequestros, seus responsáveis e as gestões feitas ante à justiça, as autoridades policiais e militares. Somaram-se a estas denúncias nunca antes formuladas, provenientes das periferias das grandes cidades do país, principalmente sobre o desaparecimento de militantes sindicais; dos sobreviventes, que permitiram identificar responsáveis e organizar os casos de desaparecidos por centro clandestino; e de alguns poucos responsáveis pelas desaparecimentos, integrantes dos grupos de tarefas, oficiais, suboficiais e agentes policiais que corroboraram a existência dos centros clandestinos e as práticas denunciadas pelos sobreviventes. Juntos, esses testemunhos permitiram dar materialidade às desaparecimentos e a conformação de uma nova verdade pública sobre elas que se conformaria na chave interpretativa e narrativa para julgar, pensar e evocar o passado ditatorial. Ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 66-103.

²²⁹ RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de la ‘noche de los lápices’”, p. 106.

²³⁰ Memoria Abierta. Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo, caja 50, Causa 13: CONADEP/SDH, Folio 4, “Matanza de estudiantes secundarios de La Plata conocida como La Noche de los Lápices”.

²³¹ “Denuncian matanza de ocho estudiantes”. In: *Clarín*, 18.09.1984.

²³² **NUNCA MÁS**. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: EUDEBA, 1986, pp. 9-10.

250 *chicos e chicas* que tinham entre 13 e 18 anos; adolescentes *sensíveis* que iam a *villas-miseria* para *ajudar* seus moradores, que teriam sido sequestrados em seus lares, na via pública ou na saída do colégio. Apesar das trajetórias pessoais distintas, eles tinham alguns traços comuns: a ingenuidade, a sensibilidade e o repúdio à injustiça, à hipocrisia e à impossibilidade de mudanças ²³³ Um desses casos teria ocorrido na noite do 16 de setembro de 1976, *tristemente recordada em La Plata como “Noche de los lápices”*, quando foram sequestrados de suas casas jovens que fizeram parte de uma campanha *pro boleto escolar*.²³⁴

Sandra Raggio aponta para uma mudança na versão veiculada pelo *Nunca Más*: ao invés de falar em *matança*, este faz referência à possibilidade dos jovens terem sido assassinados. Esta mudança além de impossibilitar uma afirmação sobre a sua morte, agregou ao denunciado pelos familiares o testemunho de Pablo Díaz que relatou ter visto alguns deles com vida, nos centros clandestinos de detenção *Arana e Pozo de Banfield*.²³⁵ Ao chamado público da CONADEP responderam pessoas que haviam sobrevivido aos centros clandestinos, mas que não tinham tornado públicas suas experiências ainda. Alguns puderam declarar livremente no exterior; poucos já haviam se acercado dos organismos de direitos humanos que reuniram até então apenas 70 depoimentos de sobreviventes; outros eram ameaçados por ex captores para que não denunciasses; e outros temiam ser alvos de represálias caso declarassem. Além disso, todos lidavam com os limites da escuta e com a incredibilidade de familiares, companheiros de militância e dos próprios organismos de direitos humanos.²³⁶

²³³ *Todavía no son maduros, pero ya no son niños. Aún no tomaron las decisiones fundamentales de la vida, pero están comenzando a trazar sus caminos. No saben mucho de los complejos vericuetos de la política ni han completado su formación cultural. Los guía su sensibilidad. No se resignan ante las imperfecciones del mundo que han heredado de sus mayores. En algunos, aletea el ideal, incipiente rechazo de la injusticia y la hipocresía que a veces anatematizaron en forma tan enfática como ingenua. Quizá porque viven en sus propios cuerpos vertiginosos cambios, recelan de cuanto se les presenta como inmutable”* Ver: NUNCA MÁS, pp. 322-324.

²³⁴ NUNCA MÁS, pp. 329-330. Para uma análise das ressignificações do passado ditatorial veiculadas pelo *Nunca Más*, ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 105-129; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 112-120.

²³⁵ RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de la ‘noche de los lápices’”, p. 109.

²³⁶ Para Emilio Crenzel, se há algo que marca a condição particular do sobrevivente da última ditadura civil-militar argentina em relação aos seus pares de outros processos é a incredulidade suscitada pelos seus relatos: “*Aquí, los sobrevivientes, en su inmensa mayoría, fueron liberados por sus propios captores y enfrentaron, por ello, no sólo sus sentimientos de culpa por haber sobrevivido, las huellas del horror en sus cuerpos y en sus conciencias, sino también la estigmatización del régimen o el rechazo de una sociedad que no podía o no quería escucharlos. Fueron objeto, además, de la sospecha y del anatema por parte del resto de los denunciantes. Sus testimonios enfrentaron la negación de quienes se rehusaban a aceptar que sus familiares hubiese sido asesinados, el rechazo de quienes dudaban de la autoría criminal del estado, la incredulidad que provocaba pensar que se estuviera en presencia del*

Nos depoimentos de sobreviventes são comuns referências à aproximação de familiares de desaparecidos com quem compartilharam a experiência de cativo pautada por dois momentos: um de euforia inicial em torno das informações que eles poderiam aportar, seguido da desconfiança em torno do fato deles, ao invés dos seus entes queridos, terem sobrevivido.²³⁷ No caso de Pablo Díaz, isso não parece ter ocorrido. Os depoimentos dos familiares de desaparecidos apontam que, no momento em que sua situação foi legalizada, partiu de Pablo Díaz desde a cadeia informações sobre os desaparecidos; e apesar do que ele conta questionar a consigna de *Aparição com vida* defendida pelos familiares, eles o apontam como uma fonte confiável:

Pero mi mamá mientras se iba con las madres a dar la vuelta a la plaza o a las movilizaciones, ella le seguía pagando el Club. Horacio era socio de Estudiantes, el club universitario, porque jugaba el ajedrez. Pero nosotros después del primer año, a través de Pablo que estaba preso, nos hicimos muy amigos de Nelva Falcone, y a través de Pablo mandaba decir desde la cárcel que era muy poca las probabilidades de vida por las condiciones que se quedaron los chicos. (...) Con la que ya teníamos prácticamente certeza que Horacio no le íbamos a ver con vida, ¿no? Pero la aparición con vida, uno la siguen pidiendo, porque se no tenemos la aparición con vida queremos los castigos a todos los culpables.²³⁸

Por outro lado, o seu testemunho encontrou limites para recuperar a sua militância e a dos outros jovens envolvidos no episódio. Nos depoimentos dos sobreviventes, a CONADEP perguntava-lhes onde estiveram; se reconheceriam o lugar e, caso a resposta fosse negativa, si recordariam algum dado capaz de identifica-lo; se poderiam identificar outros prisioneiros, guardas, torturadores ou chefes militares. Muitos dos testemunhos basearam-se na sua *memória corporal*, e do que conseguiram ver escapando das vendas ou da *capucha* que lhes cobriam os

*asesinato de miles de personas y la repulsa de organizaciones en las que militaron, que veían en el acto de sobrevivir una prueba de traición y en sus testimonios, que desnudaban la eficacia y el horror del exterminio, una conclusión que no podían incorporar: la derrota del proyecto revolucionario a manos de la dictadura.” Ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 43-44, 71.*

²³⁷ Nesse sentido, o relato de Jorge Watts, desaparecido entre 22 de julho e 12 de setembro de 1978, no centro clandestino *El Vesubio*, é significativo: “(...) *me fue a la ronda de Plaza de Mayo de las madres. Fui sólo. Se dio una situación muy rara. Las saludé y les conté quién era yo, de dónde venía. Las madres me besaban, me preguntaban casi todas al mismo tiempo cosas relativas a mi cautiverio: por dónde había pasado, a quiénes había visto (...) todo en medio de una gran desorden como es natural. (...) Después les agradecí mucho todo lo que hacían, por nosotros y por todos, pues sigo pensando que mucho estamos vivos gracias a sus movilizaciones, su obstinación y su lucha. Si no fuera por ellas y otros organismos de derechos humanos, seríamos menos, tal vez menos, los sobrevivientes. Sin embargo, después de esta cálida recepción y emotiva charla y cambio de opiniones, sentí algo raro. Ninguna lo dijo, pero es como si hubiera yo advertido que algunas, no sé cuántas ni cuáles, pensaban algo que no se atrevían a expresar en palabras. Si estaba vivo, ‘por algo será’. Si yo estaba vivo y no sus hijos, ‘por algo sería’. Fue muy duro. Años después pudimos hablarlo con ellas y sé que no me equivoqué en mi percepción”.* Ver: WATTS, Jorge Federico. **Memoria del infierno: relato testimonial de un sobreviviente del Centro Clandestino de Detención “El Vesubio”**. Buenos Aires: Continente, 2009, p. 132.

²³⁸ Memoria Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

olhos. Contudo, não lhes inquiria sobre suas militâncias políticas e eles, em sua grande maioria, devido ao instável contexto político, ao juízo que se fazia sobre seus compromissos e às causas judiciais abertas contra membros da guerrilha, as omitiram.²³⁹ Segundo Pablo Díaz, para assegurar a sua *inocência*, naquele contexto, o relato dos seus compromissos políticos resumiram-se à luta pelo boleto estudantil secundarista:

Yo al principio le tenía mucho temor al qué dirán y le tenía mucho temor al que me separen. (...) Que por el hecho de haber estado militando políticamente en alguna organización que adhería a organizaciones guerrilleras me separen desde los prejuicios. (...) Si yo les decía “militaba y me pasó esto” creía que me iban a sacar de la inocencia (...) Creo que tuve un proceso igual al de muchas madres: “No, mi hijo era inocente”. “No, mi hijo no militaba en nada” (...). Quedó muy pegado, y yo me siento responsable de lo que hice. No, claro, hablaba del boleto estudiantil, pero la conciencia inicial fue política para llegar a la lucha del boleto estudiantil. Lo decidíamos políticamente dentro de nuestras organizaciones.²⁴⁰

A inocência das vítimas da ditadura civil-militar, e os consequentes limites que essa imagem trazia ao testemunho dos sobreviventes, foram reafirmados durante os julgamentos às Juntas Militares, iniciados em 22 de abril de 1985. A seleção dos *casos paradigmáticos* nos quais se basearam a ação judicial;²⁴¹ a necessidade de rebater o argumento dos militares e de seu partidário que desqualificavam o processo judicial apontando-o como um *julgamento político*;²⁴² e o confronto de dois relatos sobre o passado recente sustentados pela acusação e a defesa;²⁴³

²³⁹ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 72.

²⁴⁰ LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, pp. 59-60.

²⁴¹ Dos 8.000 casos reunidos e remetidos pela CONADEP à Justiça, cerca de 800 foram selecionados tanto por razão de *economia processual*, para assegurar a velocidade do julgamento; como nas suas qualidades de provar que a repressão teria sido parte de um plano sistemático e organizado desde a máquina estatal, cuja responsabilidade imediata era dos membros das três Juntas. Somaram-se a esses os casos *mais fortes*, cuja escolha justificava-se no propósito de mostrar as contradições que expunham das prédicas do discurso ditatorial, principalmente no que se referia à proteção da família. Ver: VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 118-119; MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp. 80-84; Memoria Abierta, *Testimonio de Julio Strassera*, Buenos Aires, 2007

²⁴² De acordo com Claudia Feld, uma das estratégias utilizadas pelos militares e seus partidários para deslegitimar o processo judicial foi a afirmação que este se tratava de um *julgamento político*. Logo, para rebater essa visão, legitimar a instância judicial e apresenta-la como um espaço objetivo, distante dos conflitos da sociedade, os juízes frearam leituras políticas do passado e do que estava acontecendo naquele momento, tanto por parte das testemunhas quanto dos advogados. Ver: FELD, Claudia. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina**, pp. 40-43.

²⁴³ A estratégia das defesas dos repressores tentou estabelecer a noção de que no país houver uma *guerra* cujas características particulares outorgaram aos quadros militares ampla liberdade de ação. Dessa forma, reproduziam o discurso justificatórios dos acusados. Para rebater tais argumentos, a acusação enfatizou casos que afirmasse a inocência jurídica e política das vítimas, demonstrando que o que aconteceu durante a ditadura foram violações aos direitos humanos e que, caso se tratasse de um estado de guerra, as Forças Armadas poderiam ter utilizado o devido processo legal contra a guerrilha e seus associados, sancionado constitucionalmente por Isabel Perón. Ver:

fizeram com que as possíveis leituras políticas dos acontecimentos fossem silenciadas. Na etapa de apresentação dos testemunhos como prova, declaram 833 pessoas, das quais cerca de 500 havia sido vítima ou afetada pela repressão ditatorial. O tribunal transformou-se assim em um espaço para a fala e para a escuta, em um demonstrativo da mudança da relação do Estado com as suas histórias: inicialmente negadas ou silenciadas transformavam-se em uma necessidade jurídica, essencial para o juízo que a democracia faria da ditadura. Porém, elaborados para se adequarem ao marco judicial, os seus relatos se despersonalizavam para construir a evidência, deixando de fora aspectos da subjetividade da testemunha: emoções, interpretações e pertencimento a qualquer tipo de identidade coletiva.²⁴⁴

A partir do dia 09 de maio de 1985, iniciaram os depoimentos de testemunhas relacionadas ao *caso paradigmático noche de los lápices*. Nesse momento, Pablo Díaz cobrou protagonismo: os jornais no dia seguinte reproduziram fragmentos de seu relato, coincidindo na potencialidade do seu testemunho.²⁴⁵ A partir do seu testemunho, conformou-se uma trama narrativa na qual o destino das vítimas do procedimento policial de 16 de setembro, no qual ele se incluía apesar de ter sido sequestrado no dia 21, foi explicada a partir da luta pelo BES, e sua condição de militantes políticos, além de estudantis, passou para um segundo plano. Elas se converteram na encarnação das jovens vítimas inocentes da repressão por concentrar elementos significativos na construção dessa categoria - adolescentes frente a adultos que os reprimem, por um reclame *apolítico*, de caráter gremial, que poucos considerariam injusto ou inadequado -; categoria esta que recebia um rosto e uma voz em Pablo Díaz, legitimando-o como porta-voz de uma memória *sua* e dos desaparecidos e como *único* sobrevivente do episódio.²⁴⁶

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, p. 136; MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp 83-84.

²⁴⁴ FELD, Claudia. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina**, pp. 39-40.

²⁴⁵ No dia 10 de maio de 1985, o *Clarín* publicou duas notas sobre o testemunho de Pablo Díaz. Segundo o jornal, durante uma hora e quarenta minutos apenas vibrou a sua voz, denunciando sequestros, privações ilegítimas de liberdade, torturas reiteradas, lesões, violações e desaparecimentos; todos provocados a um grupo de adolescentes, de *chicos*, como Pablo Díaz se referiu a eles. Apesar de não ter sido o primeiro testemunho a comover os presentes, aponta o jornal, ele comoveu inclusive aos fiscais da acusação, que em seguida buscaram Pablo Díaz para abraçá-lo. O clima de forte emoção teria continuado após a sua saída do tribunal: “(...) *Algunos se acercaron a felicitarlo por su testimonio, y otros hasta lo aplaudieron. Díaz repetía en voz baja: ‘Me acuerdo de los chicos, nada más. Solo de los chicos’. Se abrazó también con la madre de Claudio de Acha, uno de sus compañeros en aquellas campañas por el boleto escolar, y se fue con los suyos.*” Ver: “El juicio a las ex Juntas – Revelaciones a propósito del secuestro de diez menores “ e “Pasaron 9 años qué querés...” (*Clarín*, 10.05.1985).

²⁴⁶ RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de la ‘noche de los lápices’”, p. 111, 113, 123; LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, p. 57.

Essa forma de narrar os acontecimentos seria reforçada no ano seguinte através de dois produtos culturais. Publicado em julho de 1986, o livro *La noche de los lápices* foi o resultado das investigações realizadas por María Seoane e Héctor Ruiz Nuñez. Nele, as identidades dos desaparecidos são recuperadas a partir de sua subjetividade *adolescente*. O seu relato está composto por duas tramas: a história política argentina, iniciada em 1973, e a biografia de cada um dos jovens. As biografias mostram-nos uma juventude marcada por características pessoais e valores morais notáveis, e interrompida pela irrupção da violência a partir do sequestro. Tais características explicariam a sua predisposição inata para a politização, adjetivada por palavras simbolicamente pouco carregadas: *tinham ideais, atuava em favor de seus companheiros, tinha boas intenções, doava suas roupas, trabalhava nos povoados em favor dos pobres, acreditava que tinha que transformar o mundo de adultos com suas próprias mãos.*²⁴⁷ Além disso, encontraram no entorno familiar um ambiente propício ao desenvolvimento de seus interesses pela política, respeitando as tradições familiares e aceitando as lições dos pais. Estavam ainda inseridos em um contexto social, cultural e político que se manifestava nas ruas e que trazia consequências para as suas trajetórias. Dessa forma, eles estariam seguindo o curso *normal* de suas vidas; entretanto, no livro, este curso não parece se basear em suas próprias escolhas. Por lutarem pelo BES, em um momento de *primavera estudantil*, tornaram-se alvos do *inverno* instalado pela ditadura. Uma mobilização que não buscava *subverter a ordem das coisas* e que, por explicar o seu desaparecimento, acentuava o grau de perversidade dos atos cometidos contra eles.²⁴⁸ A força dessas representações reside no fato delas terem se baseado principalmente em depoimentos dos familiares dos desaparecidos que dão ao livro um tom íntimo de verdade, reforçado pelos anexos documentais que seguem o final da narrativa. Ao inserirem os desaparecidos em uma biografia privada, através de fotos de álbuns de família, e pública, com

²⁴⁷ Seguindo tal lógica, Claudia de Acha é descrito como um antibeliscista visceral que via nos livros sua outra pátria; um jovem que, aos doze anos de idade, ao ser perguntado em sua escola sobre o que desejava para o futuro, respondeu que não queria que houvesse guerras nem fome no mundo. Já Horacio Ungaro, cuja seriedade preocupava aos seus familiares, pensava em estudar medicina como sua irmã Martha, mas para exercê-la com um cunho social. María Clara Ciocchini gostava de cantar com sua guitarra, na frente do espelho, preocupando-se também com a sua aparência física. María Claudia Falcone, cresceu entre a magia e a política: sonhava em ser peronista e artista. Preocupava-se também em impressionar os garotos e em encontrar, em frente ao espelho, traços de semelhança física com Evita. Franciso López Muntaner, o *Panchito*, converteu-se no defensor dos garotos de sua classe. Candidato natural, foi eleito o melhor companheiro por dois anos consecutivos. Por último, Daniel Alberto Racero, segundo suas irmãs, era um bom aluno, o mais inteligente dos três irmãos. Ver: Claudio (pp. 27-31); Horacio (pp. 39-43); María Clara (pp. 53-57); María Claudia (pp. 61-67); Pablo (pp.73-78); Francisco (pp. 83-87); Daniel (pp. 93-97) *In: NUÑEZ, Héctor R & SEONE, María. La Noche de los Lápices.*

²⁴⁸ RAGGIO, Sandra. “La construcción de un relato emblemático de la represión: la ‘noche de los lápices’”, pp. 144-149.

documentos que comprovam o início de suas práticas cidadãs, tais anexos reforçam a ideia de trajetórias interrompidas subitamente e injustamente.²⁴⁹

Enquanto a recuperação da subjetividade dos desaparecidos permite ao livro afirmar a sua inocência, o filme dirigido por Héctor Oliveira reafirma-a na disparidade de forças entre vítimas e repressores. *La noche de los lápices* insere-se num ciclo de produções cinematográficas que após a ditadura utilizou-se de diferentes modos narrativos para dar visibilidade, denunciar e julgar os responsáveis pelos crimes cometidos.²⁵⁰ Nesse marco, ele possuiu uma singularidade: foi o primeiro filme argentino que reconstruiu a partir de imagens o funcionamento dos *circuitos repressivos clandestinos*. Se, de um lado, a composição da realidade da vida dos estudantes era facilitada pela colaboração de Pablo Díaz e dos familiares dos desaparecidos, cedendo suas casas e alguns objetos pessoais para as filmagens; do outro, colocava-se um questionamento sobre *o quê contar* e principalmente *mostrar* da violência repressiva sem que gerasse uma incredulidade no espectador dos sofrimentos passados pelas vítimas.²⁵¹ Para resolver esse impasse, podemos perceber que o filme utiliza de imagens icônicas muito difundidas, buscando uma leitura rápida e clara de quem eram e como agiam os repressores: as botas militares chutando as portas dos domicílios, a recorrência a roupas pretas, o porte ostensivo de armas, a música alta para marcar sessões de tortura, e as rondas noturnas de carros Ford Falcon verdes sem placa. Os sequestros são representados como invasões da intimidade do lar; a força, os insultos e as ordens dos *grupos de tarefas* contrastam com os gritos e súplicas dos jovens que não apresentam resistência.²⁵²

²⁴⁹ “Yo no me la imagino a María Claudia como una mujer de 45 años, porque cuando se la llevaron en esa terrible y maldita Noche de los lápices, era tan jovencita, recién había cumplido 16 en agosto y la llevaron a un mes. Y entonces recién estrenaba en la adolescencia. No conoció el amor, no pudo tener un hijo, lo pero es que no pudo tener ninguno juicio justo, (...), ni pudo salir del país. Así que no tuvo nada, nada, nada que la ayudara.” Memoria Abierta, *Testimonio de Nelva Falcone*, Buenos Aires, 2005.

²⁵⁰ AMADO, Ana. **La imagen justa. Cine argentino y política (1980-2007)**. Buenos Aires: Colihue, 2009, p. 14.

²⁵¹ “Pero el hecho de contar fue la gran contradicción, porque yo tuve que hacer la primera película de la democracia en base a contar los hechos y el mensaje y lo que uno quiere decir. Yo había estado con un compañero que me había dicho de otras experiencias, que lo que hagas audiovisualmente va a quedar para toda la vida, pero vos lo tienes que estar pensando en lo que querés motivar en el momento en el que la haces y saber cuál es la evolución en el proceso que tiene que hacer en una sociedad en todo caso en salir de eso y avanzar sobre eso.” Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

²⁵² A construção da imagem de um sequestro sem resistências, segundo Ludmila da Silva Catela, são recorrentes nas narrativas de familiares de desaparecidos. Trata-se de uma estratégia narrativa na qual se ressaltam, com maior intensidade, as ações que marcam nitidamente a disparidade de forças entre as forças de segurança e os sequestrados, delineando a ideia de injustiça e de crueldade do ato cometido. Ver: CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 134. Essa imagem se repete nos relatos dos sequestros dos militantes secundaristas de La Plata com bastante clareza no livro que aponta que as únicas formas de resistência dos jovens eram as ideias e os livros. Por outro lado, em 2001, Jorge Falcone, irmão de María Claudia Falcone, publicou um livro de memórias no qual relata o sequestro de sua irmã de uma

Dessa forma, o relato que o filme construía era de uma extrema maldade dos integrantes das forças repressivas, detentores das formas de violência, que se contrapunha à inocência de suas vítimas: *quando iriam apanhar um guerrilheiro de verdade*, questiona um repressor do *Pozo de Banfield* com a chegada de Pablo Díaz ao centro clandestino.²⁵³ Limitar a repressão a atos de barbárie inaceitáveis, afirmava por outro lado a inocência de uma sociedade frente a uma maquinaria de extermínio produzida em outro tempo e lugar, silenciando questionamentos sobre as condições que tornaram possível a sua implementação e sua coexistência, com um funcionamento mais ou menos habitual da vida social.²⁵⁴

O 16 de setembro e o circuito de memórias

Em 16 de setembro de 1988, *Abuelas de Plaza de Mayo*, *Familiares de Desaparecidos* y *Detenidos por Razones Familiares* e *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* assinaram um documento no qual *convidavam* a sociedade argentina a instituir o 16 de setembro como o *Dia da Juventude*.²⁵⁵ Com o intuito de recuperar a memória histórica do *povo argentino*, os organismos

maneira distinta da presente no livro, trazendo a tona, assim, sua própria versão dos fatos. Num breve capítulo, ele relata que María Claudia e María Clara teriam sido interceptadas pelas forças repressivas quando entravam no hall do edifício do apartamento da tia da primeira. Era meia-noite e as duas jovens voltavam de uma busca mal sucedida por um local mais seguro para dormirem. Elas estariam armadas e, apesar de não terem iniciado um tiroteio, tentaram resistir à captura. Finalmente são encurraladas no apartamento da tia, no qual os agentes repressivos encontram armas escondidas. Esta cena difere muito da veiculada pelo livro, na qual as jovens são surpreendidas dormindo, totalmente indefesas e cujas preocupações anteriores eram amores em curso. Ver: FALCONE, Jorge. **Memorial de guerrallarga. Un pibe entre cientos de miles**. La Plata: Campana de Palo, 2001, pp. 82-84.

²⁵³ Segundo o Pablo Díaz, em uma sociedade que se utilizava da chave interpretativa do *por algo será* para justificar a tortura, a morte e o desaparecimento durante a ditadura, eram colocados limites na representação de suas militâncias, o que gerou um reforço no relato cinematográfico a sua subjetividade adolescente: “*Nosotros, la vida que ponemos ahí, era la vida de unos adolescentes donde las circunstancias de la militancia política no había sido lo prioritario. Porque a diferencia de hoy podemos decir, hoy podemos mostrar a un militante político en toda su concepción de discusiones pero tal vez el adolescente deje también de sentirse identificado. Tenías escenas donde el adolescente de por sí es muy romántico; queríamos manejar la instancia romántica cuando hicimos la escena del barrio carenciado, del apoyo escolar.*” Depoimento de Pablo Díaz em *El boleto fue secundario* (2009).

²⁵⁴ RAGGIO, Sandra. “La noche de los lápices: del testimonio judicial al relato cinematográfico”. In: FELD, Claudia & MOR, Jessica Stites. **El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente**. Buenos Aires: Paidós, 2009; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, pp. 166-167; QUADRAT, Samantha VIZ & ROLLEMBERG, Denise. “Apresentação. Memória, história e autoritarismos”. In: QUADRAT, Samantha & ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II**, p. 11.

²⁵⁵ As medidas de reparação simbólicas e econômicas implementadas pelo governo de Raul Alfonsín teria acentuado divergências que existiam movimento argentino pelos direitos humanos, inclusive no interior dos próprios organismos. A partir de 1986 *Madres de Plaza de Mayo* dividiu-se entre a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e *Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora* devido a desacordos sobre o apoio público e o testemunho diante da

reivindicavam nessa data a luta estudantil, política e sindical de milhares de jovens *detidos-desaparecidos*, encabeçados por aqueles que doze anos atrás foram sequestrados e desaparecidos na *trágica noche de los lápices*, por reclamar o boleto estudantil. À reivindicação dos jovens desaparecidos, somava-se a da angustiante situação de filhos e netos de desaparecidos à espera de resposta sobre o destino de seus familiares; a restituição das verdadeiras famílias dos bebês *apropriados* durante a ditadura; e o direito dos jovens argentinos a um presente e um futuro digno, dificultados pela política econômica e social daquele momento.²⁵⁶

A partir da leitura desse documento, podemos perceber que os usos do episódio conhecido como *La noche de los lápices* durante os primeiros anos da democracia teve uma enorme eficácia. Como vimos, a transição democrática argentina foi pautada na afirmação de uma ruptura com a ditadura civil-militar que a precedeu. Para tanto, era necessário garantir que *nunca mais* uma experiência de violência e autoritarismo semelhante deveria se suceder no país. Buscou-se essa garantia na revelação de fatos até então negados e silenciados pela natureza dos *circuitos repressivos clandestinos*, e no exercício da justiça que lhes garantiu a natureza de verdade jurídica. Logo, *nunca mais* se repetiria porque agora a sociedade *agora* teria conhecimento do que eles se trataram e dos seus efeitos. Nesse marco, recuperaram-se principalmente as *vítimas inocentes* da repressão ditatorial, condição que já havia sido formulada pelos familiares de desaparecidos em suas denúncias, durante o período ditatorial. Tratou-se de casos que questionavam o discurso da *guerra contra a subversão* formulada tanto nos anos da ditadura civil-militar como por aqueles que tentaram defender os repressores durante o julgamento às Juntas Militares. A violência desenfreada sobre pessoas comuns gerava também uma identificação direta com uma sociedade que naquele momento optara por se identificar emocionalmente com os dramas familiares das vítimas ao invés de realizar um questionamento sobre as suas atitudes e omissões durante a ditadura. Construía assim uma visão retrospectiva do seu apoio e seu consenso dado às medidas enérgicas do regime, como se essas apenas se justificariam caso direcionadas aos *outros, subversivos*. O caso dos jovens de *la noche de los lápices* comprovava que as vítimas não eram *delinquentes subversivos*, mas *inocentes que apenas*

CONADEP, e sobre políticas de exumações e identificação de corpos NN, de pagamento de indenizações e de homenagens póstumas às vítimas. Ver: RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”, P. 272.

²⁵⁶ *Abuelas de Plaza de Mayo; Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas; Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*. “1976-16 de setiembre-1988”. 16.09.1988.

lutavam por um boleto; demonstrava ainda que *seus filhos* e muitos deles poderiam ter se tornado vítimas por compartilhar com eles atributos naturais dos adolescentes.

Entretanto, não eram esses atributos que definiam a sua possível *condição subversiva*. Como vimos, a partir de meados da década de 1960, os jovens argentinos tornaram-se um importante ator no cenário público, legitimando novas práticas políticas e hábitos culturais, e questionando as gerações que os antecederam a partir das diferentes escolhas que se colocaram para eles. Passaram então a ser considerados *perigosos*, principalmente pelas forças de segurança e por setores conservadores, temerosos da sua capacidade de *subverter a ordem*. Paralelamente, ganhou força um discurso de recuperação de autoridades – familiar, escolar, religiosa - que prevenissem a sua adesão aos projetos da esquerda revolucionária e à luta armada.

Porém, ao propor o 16 de setembro como *dia da juventude* não era essa a juventude reivindicada pelos organismos de direitos humanos. O trabalho de denúncia dos familiares dos desaparecidos, o testemunho de Pablo Díaz, as *políticas de memória* que utilizaram-no como *caso paradigmático* da repressão ditatorial, contribuíram para a formação de um *circuito de memórias* em torno do desaparecimento dos militantes secundaristas de La Plata no qual difundiu-se uma versão única dos fatos, coincidente em três elementos principais. Além da reiterada inocência afirmada através de uma explicação simples dos fatos que apontava a luta pelo BES como a causa do seu desaparecimento, construiu-se o relato de um procedimento policial *ocorrido no 16 de setembro*, mesmo que alguns dos estudantes tivessem sido sequestrados em outras datas. Este era o caso de Pablo Díaz, sequestrado em 21 de setembro, que então se tornou o *único* sobrevivente do episódio, mesmo com outros sobreviventes participando das iniciativas oficiais de ressignificação do passado ditatorial.²⁵⁷ Sua convicção sobre a necessidade de testemunhar, traduziu-se também no seu envolvimento com a retomada das lutas

²⁵⁷ Após recuperar a liberdade em janeiro de 1977, Gustavo Calotti partiu para o exílio na cidade de Grenoble, na França. Inicialmente, a *opção de deixar o país*, nos termos que era então colocado pelo regime, não era a sua opção inicial, pois queria terminar os seus estudos. Porém, os alertas que ele recebe de que poderia mais uma vez se tornar alvo da repressão, segundo seu depoimento, deixaram-no sem outra opção. Em 1985, através de um exorto diplomático, deu o seu testemunho na embaixada argentina na França. Emilce Moler recuperou a liberdade em março de 1978 e mudou-se para Mar del Plata com sua família. No cárcere, ela foi considerada uma *irrecuperável*, condição atribuída aos presos políticos de alta periculosidade. Logo, ao sair em liberdade encontrou dificuldades para retomar a sua vida em La Plata, já que a sua ficha criminal dificultava a sua reinserção social. A partir de 1982, Emilce Moler iniciou vínculos com o movimento de direitos humanos na cidade, através do qual pôde estabelecer uma rede de afeto e reelaborar a sua experiência. Para ela, o fato de ter testemunhado em Mar del Plata e não em Buenos Aires contra Ramón Camps, em 1986, fez com que fosse considerada, junto com Patricia Miranda, uma *ausente* no livro publicado neste mesmo ano. Enquanto Gustavo Calloti e Emilce Moler assumiram o *dever de memória*, Patricia Miranda até o momento não tornou público o seu relato. Ver: Memoria Abierta, Testimonio de *Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006; Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calotti*, Buenos Aires, 2006.

sociais, principalmente dos centros estudantis. Auspiciado por uma instituição internacional, deu mais de três mil palestras entre 1986 e 1988, fundamentalmente em escolas primárias, secundaristas e em universidades. A sua presença nas escolas e da memória narrativa, que já circulava através do filme e do livro,²⁵⁸ incluíram assim a particularidade de transmitir a necessidade de reorganização dos estudantes.²⁵⁹ Para a retomada da participação política estudantil, o episódio conhecido como *La noche de los lápices* cobrou uma dimensão politicamente atrativa: “(...) jóvenes desaparecidos por sua actividad gremial estudiantil, epitomizada en reclamo por el boleto (que sería una de las banderas de los estudiantes en democracia), y una fecha emblema: el 16 de septiembre.”²⁶⁰

O resultado da presença do episódio nos espaços públicos foi a transformação das marchas e atos por *la noche de los lápices* em um clássico dos anos da transição. A partir de então, o 16 de setembro tornou-se a convocatória para a ativação de um *circuito de memória*, a qual respondiam os atores sociais que participaram na instauração de um sentido ao episódio rememorado: os familiares de desaparecidos, os sobreviventes, o Estado, os movimentos de direitos humanos, e os estudantes. Por outro lado, garantiu-se assim a transmissão de uma memória sobre os desaparecidos que reivindicava a sua *inocência*. Vão o intento da *noite*, os lápis seguiam escrevendo.

²⁵⁸ Em relação ao livro, o depoimento do historiador Federico Lorenz expressa o dever que impelia os estudantes secundaristas no momento de sua publicação a entrar em contato com a história dos jovens *platenses*: “Era el invierno de 1986 y recuerdo, más de quince años después, el énfasis de mi compañero al pasarme el libro. De tapas azules en el centro una mano negra enguantada apretaba un lápiz amarillo, de punta roja, bajo el título: *La noche de los lápices*. La escena se congela en mi sensación de malestar ante la imposición, pero también de deber frente al gesto. Un estudiante secundario no podía no leer, no podía no saber lo que había sucedido con otros chicos diez años atrás. Los episodios espeluznantes que protagonizaron estaban mezclados, en el relato, con frescos de nuestra propia adolescencia encarnada en los protagonistas de esa tragedia y fueron un impacto muy fuerte.” Ver: LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, pp. 47-48.

²⁵⁹ Em entrevista a Federico Guillermo Lorenz, Pablo Díaz pontua que um dos objetivos de suas palestras era contribuir para a reorganização do movimento estudantil: “Cada charla tuvo un esfuerzo y una voluntad, que no era del conjunto, sino de tres o cuatro chicos que hacían punta, y que se jugaban el poder después de llevar a la Madres, a las Abuelas, a otros sobrevivientes, yo tenía esa responsabilidad. Ponía la semilla junto con ellos, junto con los cuatro chicos, para que después la directora les deje formar el centro de estudiantes.” Ver: LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, p. 60.

²⁶⁰ LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, p. 61.

Capítulo 3. Um espaço para a memória, a justiça e a história: o arquivo da DIPBA.

Siempre decimos desde la *Comisión*: desarchivar lo archivado, mostrar lo oculto, exponer lo arrebatado, es la forma que tenemos de contribuir a la memoria, la justicia y la historia. (Patricia Funes)

O acervo documental do Arquivo da DIPBA – *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires* -, é um dos arquivos referentes ao trabalho de repressão disponíveis na Argentina.²⁶¹ Entre 1956 e 1998, a DIPBA dedicou-se à espionagem, o seguimento, o registro e análise da informação para a perseguição política e ideológica sobre a sociedade civil e política da província de Buenos Aires. O seu acervo consta com cerca de 4.000.000 de páginas ou *fólios*, 750 cassetes de vídeo VHS com filmagens próprias e de programas televisivos, e 160 cassetes com gravações de áudio de eventos.²⁶²

O processo de sua abertura iniciou-se em 1998, quando foi *descoberta* a preservação dos documentos no edifício onde funcionara a central dos serviços de inteligência da polícia *bonaerense*. No ano de 2000, a *Legislatura* da Província de Buenos Aires transferiu o arquivo para a *Comisión Provincial por la Memoria* que deveria fazer deste um “*centro de información con acceso público tanto para afectados directos como para todo interesado en desarrollar tareas de investigación y difusión*” (Lei 12.642). Coube a este organismo as tarefas de conservação, preservação e gestão do fundo documental e, desde o ano de 2003, a abertura do arquivo para a consulta pública.

A *Comisión Provincial por la Memoria* (CPM) é um organismo público não-governamental criado pela lei 12.483, no ano de 1999.²⁶³ A sua criação inscreve-se como uma *política da memória*, relacionada à vontade de se construir um relato sobre o passado recente argentino.²⁶⁴ Por iniciativa do Poder Legislativo, foram então convocados alguns referentes dos

²⁶¹ Informações sobre os arquivos repressivos na Argentina, seus conteúdos e tipos de consulta, ver: CATELA, Ludmila da Silva. “Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina”. In: FRANCO, MARINA & LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, pp. 190-198.

²⁶² FUNES, Patricia. “El historiador, el archivo y el testigo”. In: CERNADAS, Jorge & LVOVICH, Daniel (comps.). **Historia, ¿para qué?: revisitas a una vieja pregunta**. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 105.

²⁶³ Apesar de ser um organismo público com recursos provenientes do Estado, a CPM é independente do Poder Executivo, preservando sua independência de qualquer ingerência política do governo em curso nas suas decisões. A lei que a criou postula que a CPM deve resolver seu próprio estatuto e forma de funcionamento (Lei 12.483).

²⁶⁴ De acordo com a Lei 12.483, a CPM teria como atividade fundamental esclarecer e dar a conhecer a *verdade histórica* dos acontecimentos *aberrantes* ocorridos durante os anos da última ditadura militar. Já o 2º Artigo estabelece que um dos objetivos da CPM é: “*Contribuir a mantener viva la historia reciente de nuestro país en la memoria de los bonaerenses y a transmitir a las futuras generaciones las lecciones y legados de la época.*” (Lei 12.483).

organismos de direitos humanos e outros setores vinculados à defesa pelos direitos humanos, principalmente *figuras de prestígio* com uma trajetória reconhecida: Estela de Carlotto; Adolfo Pérez Esquivel; Laura Conte, *madre de Plaza de Mayo* da *Línea Fundadora* e vice-presidenta do CELS; Aldo Etchegoyen da APDH. Além destes, foram convocados membros do sindicalismo ligados à *Central de Trabajadores Argentinos* (CTA); membros da Justiça, como juízes federais e fiscais; acadêmicos da *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP); e um representante ecumênico de cada uma das religiões. De acordo com Sandra Raggio: “*Es una idea de Comisión plural, ecuménica, multisectorial, de una memoria que no sólo está ligada a una voz, sino que plantea que la gestión de la política pública de memoria necesita de cierto consenso de amplios sectores.*”²⁶⁵

A criação da CPM está diretamente ligada à necessidade de uma instituição que custodiasse o Arquivo da DIPBA. Em 1999, ele encontrava-se confiscado pela *Cámara Federal* que levava adiante os *Juicios por la Verdad*.²⁶⁶ O juiz Leopoldo Shiffrin, membro da CPM e do tribunal responsável por tais causas, levou à *Comisión* a necessidade de garantir a preservação dos documentos, pois no prédio da antiga DIPBA ainda funcionava a dependência policial, inclusive com antigos comissários que haviam participado do órgão de inteligência. Constituiu-se, então, um organismo provincial para poder custodiar e pressionar sobre a gestão dos arquivos, digitaliza-los e preserva-los diante de uma possível destruição ou depuração. Logo, em 2001,

²⁶⁵ LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”. In: **Aletheia. Revista de la Maestría en Historia y Memoria de la FaHCE**. La Plata, volumen 2, n. 3, noviembre 2011, p.2

²⁶⁶ Apesar das leis de Indulto, durante a segunda metade da década de 1990, o movimento de direitos humanos promoveu diversas estratégias institucionais que abriram novos espaços e caminhos relacionados com a justiça e a memória. Em 1995, após as declarações públicas do capitão na reserva da Marinha, Alfredo Scilingo, o CELS, baseando-se numa sentença da *Corte Interamericana de Derechos Humanos* (CIDH) sobre Honduras, que afirmou a obrigação dos Estados de investigar e julgar os casos de desaparecimento forçada, apresentou à CIDH o caso do desaparecimento de Alejandra Lapacó, estudante universitária, militante da *Juventud Universitaria Peronista* (JUP), desaparecida na cidade de Buenos Aires, em 16 de março de 1977. O resultado foi a assinatura de um tratado amistoso entre o Estado Argentino e a vítima, no caso Carmen Lapacó, mãe de Alejandra, no qual este se comprometeu a garantir o direito à verdade por via judicial, viabilizando o que se conhece pelo nome de *Juicio por la Verdad*. Através de audiências públicas nas *Cámaras Federales*, são levados adiante processos nos quais se investigam todas as circunstâncias relacionadas com o desaparecimento forçado de pessoas. Apesar de não contemplarem a possibilidade de condenação judicial, esses julgamentos tem uma importância por reunir uma riqueza de informações importante que, com a inconstitucionalidade e nulidade das leis de Indulto, em 2003, passaram a ser utilizadas em novas causas ou na reabertura das iniciadas ainda na década de 1980. Ver: CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 334-345; MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp. 124-134.

uma Lei provincial cedeu à CPM o prédio onde funcionava a DIPBA, constituindo-a como um *espaço de memória*, além da gestão do antigo fichero e arquivo do órgão.²⁶⁷

Colocou-se então o questionamento sobre a abertura do arquivo ao público. Devemos pontuar que, por ser um arquivo de inteligência policial, o arquivo da DIPBA insere-se na categoria de *arquivo da repressão*.²⁶⁸ Principalmente se considerarmos que se tratou de um órgão de vigilância que funcionou durante os anos da mais recente ditadura civil-militar, os seus documentos dizem respeito a amplos setores da sociedade civil, refletido nos perfis dos usuários que o procuram: as vítimas da repressão que buscam estabelecer a legitimidade da sua voz para conseguir alguma reparação econômica ou instrumental imediata; os familiares, companheiros e amigos que buscam informações sobre o destino final dos desaparecidos políticos; a Justiça que necessita de documentos que esclareçam e provem o funcionamento da repressão clandestina ditatorial; e os investigadores e acadêmicos interessados em produzir conhecimento histórico

²⁶⁷ Segundo Sandra Raggio e Laura Lenci, ao ceder à CPM a antiga sede da DIPBA, esta se constituiu pioneiramente como um *espaço de memória* a partir de locais onde funcionaram centros clandestinos de detenção ou locais de repressão, como se veria na província de Buenos Aires a partir do ano 2000: “*En general, siempre el movimiento de derechos humanos tuvo frente a las políticas de los gobiernos – de la dictadura, del gobierno de Alfonsín, del gobierno de Menem – una posición más de confrontación, en algunos casos de negociación, pero en general hoy hay en algunas políticas de memoria procesos de cogestión, donde el Estado gestiona conjuntamente con los organismos de derechos humanos y otras organizaciones. Este es un poco el caso de la CPM. Un organismos que surge un poco anticipadamente a lo que van a ser los desarrollos de lugares como el espacio en la ex ESMA, o en el Olimpo. Son espacios de memoria que funcionan donde hubo centros clandestinos de detención, que se institucionalizan a partir de los 2000; 2003, 2004, 2005, 2006. En la provincia de Buenos Aires empezamos tempranamente.*”. Por outro lado, Ludmila da Silva Catela chama a atenção que a criação de um arquivo específico para custodiar os arquivos da DIPBA aponta para uma segmentação e valoração distinta de documentos produzidos durante a última ditadura civil-militar, principalmente após a criação do *Archivo Nacional de la Memoria*, em 2003: “*La pregunta que queda planteada, acentuada por la creación por decreto nacional del Archivo Nacional de la Memoria, es si la disposición en instituciones separadas de aquellas que representan históricamente la idea de una Historia de la Nación, como los archivos nacionales y provinciales, no “aisla” a estos documentos de la historia como un todo, no los separa de otros períodos comparables en términos de violencia política o de momentos sociales diferentes, pero que permitirían tener una visión más abarcadora sobre la historia del país.*”. Ver: CATELA, Ludmila da Silva. “Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina”, p. 197; LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, pp. 1-2.

²⁶⁸ Os *archivos da repressão* abarcam três tipos de acervos documentais: os acervos das instituições repressivas, algumas mantidas com a continuidade institucional da transição, como é o caso da DIPBA; os acervos acumulados a partir de listas e denúncias de casos, não necessariamente formados com material documental, como o reunido pela CONADEP, mas também apoiadas em denúncias obtidas pelas organizações de direitos humanos; outros acervos gerais dispersos que reúnem documentos referentes ao período ditatorial, como materiais sobre a vida cotidiana durante as ditaduras, sobre os meios de comunicação, sobre o movimento de direitos humanos, sobre as atitudes pessoais e coletivas. Ver: JELIN, Elizabeth. “Introducción. Gestión política, gestión administra y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión.” *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002, pp. 2-6.

acerca do período. ²⁶⁹ Por outro lado, tratam-se de *documentos sensíveis*, pois: “Al lado de documentos que pueden ayudar a encontrar la verdad, pueden encontrarse aquellos que calumniam y son totalmente difamantes, tanto respecto de la adscripción política cuanto de la vida personal de la gente (...).” ²⁷⁰. No caso da DIPBA, era comum que a polícia realizasse tarefas que denominavam *ambientales*:

Mandan a un policía al barrio de una persona y le preguntan a los vecinos, a los comerciantes del barrio, qué se sabe de esas personas. Ahí hay cosas de la vida privada de las personas. “No se lleva bien con el marido”, “tiene problemas de dinero”, “el marido le pega”... pero al mismo, en la documentación del Archivo, nos encontramos con cosas como “en una declaración espontánea el detenido fulano de tal dijo que su responsable era mengano”.²⁷¹

Algumas das funções da CPM eram a difusão e reflexão acerca dos crimes de violação aos direitos humanos cometidos durante a ditadura; e a documentação sob sua custódia deveria contribuir para esclarecer tais crimes e para a investigação histórica e jornalística. A mesma lei que resultou na sua criação desclassificou os documentos até então *secretos, confidenciais e reservados*. Surgiu então um dilema entre a preservação da intimidade das pessoas vigiadas e a difusão de uma documentação que se tornava pública. Como afirmou Laura Lenci, diretora do Arquivo desde 2006: “Ninguno de nosotros somos dueños de la documentación, es del pueblo de la provincia de Buenos Aires y nosotros lo que tenemos es la custodia de esa documentación para preservarla y para dar acceso a ella.” ²⁷² Como na Argentina não havia uma legislação sobre *archivos da repressão*, segundo Ludmila da Silva Catela, reuniram-se historiadores, cientistas sociais e pessoas da CPM para brindar aportes e opiniões sobre *o quê e como* se estabelecería uma relação entre a documentação e a sociedade, principalmente em relação aos níveis de acessibilidade dos documentos. Tal discussão polarizou-se em duas posturas:

Una defendía la necesidad de abrir todos los archivos sin ningún tipo de restricción en nombre de la “necesidad de conocer, saber y escribir la historia del período”. Una segunda postura reconocía e incentivaba la necesidad de abrir estos archivos para la investigación, pero tomando los recaudos y cuidados necesarios para “respetar la

²⁶⁹ JELIN, Elizabeth. “Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión”. In: CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth. (comps.). Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002, pp. 8-9.

²⁷⁰ FUNES, Patricia. “El historiador, el archivo y el testigo”, p. 104.

²⁷¹ LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, pp. 12-13.

²⁷² LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, p 11.

intimidad de aquellos que fueron clasificados, espionados, reprimidos por las fuerzas de seguridad.²⁷³

No final, decidiu-se que o acesso à documentação seria público e indireto; apesar de ter se permitido a possibilidade de consulta pública ao arquivo, o acesso ao fichário que o organiza, a partir de nomes e sobrenomes das pessoas vigiadas, é restrito aos que trabalham no local. O acesso a processos pessoais só é possível com uma autorização legal da pessoa fichada ou da sua família. No caso de familiares ou pessoas que buscam seus dados pessoais, caso nesses documentos esteja nomeada uma terceira pessoa com a qual não possuam vínculos ou não seja familiar direto, o nome é coberto por uma tarja preta. O mesmo procedimento é adotado com a documentação requerida para a investigação jornalística ou histórica, na qual se tarjam os nomes das pessoas quando vinculadas a uma filiação política-ideológica.²⁷⁴ Outra particularidade do acesso ao Arquivo é que a documentação referente ao período entre 1976-1983 manteve-se sob custódia da *Cámara de Apelaciones* de La Plata. Logo, a sua consulta precisa ser feita mediante um pedido de autorização especial à Justiça.

Garantida a abertura do Arquivo e os seus limites, decidiu-se que seria mantida a ordem original segundo a qual o seu acervo foi organizado originalmente, pois essa ordem indica a forma como o arquivo foi concebido e trabalhado durante os anos de funcionamento da DIPBA. Percebeu-se, então, a organicidade do arquivo criada pela antiga DIPBA facilitava que a informação fosse encontrada e retroalimentada com novos aportes.²⁷⁵ Para tanto, ela estaria dividida a partir de um critério temático, dividido em *mesas* formada por *fatores*.²⁷⁶ A preservação desse critério facilitou o entendimento sobre as formas a partir da qual a informação era

²⁷³ CATELA, Ludmila da Silva. “Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina”, p. 211.

²⁷⁴ CATELA, Ludmila da Silva. “Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina”, p. 212; FUNES, Patricia. “El historiador, el archivo y el testigo”, p. 104.

²⁷⁵ LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.” In: **Conflicto Social**, Año 4, Nº 6, Diciembre 2011, p. 94.

²⁷⁶ A *División de Archivo y Fichero* da DIPBA, sistematizada a partir de 1957, está organizada em *mesas*, que se referem a diferentes *fatores*: a Mesa A contém informação produzida e reunida em torno dos fatores político, estudantil, comunitário e imprensa, nos quais é possível encontrar a vigilância detalhada de distintas organizações políticas da sociedade civil; a Mesa B reúne informação sobre os fatores sindical, econômico e trabalhista, referentes às atividades de sindicatos, colégios e associações de profissionais e empresários; a Mesa C refere-se aos considerados pelo órgão como *comunistas*; a Mesa DE contém as mais diversas organizações da sociedade civil, como as de caráter religioso; a Mesa DS refere-se à denominação *Delincente Subversivo*, reunindo informações sobre as atividades consideradas pela própria polícia como *atividades subversivas*, como as organizações político-militares, as ações realizadas por familiares de desaparecidos durante a última ditadura civil-militar, e o trabalho desenvolvido pelo movimento argentino pelos direitos humanos, entre as décadas de 1960 e o fim das atividades da DIPBA; por último, a Mesa Doutrina contém documentação interna da polícia provincial.

produzida e sistematizada, além de viabilizar uma porta de entrada para os pesquisadores que não possuem acesso a suas fichas. Nesse sentido, uma das singularidades do Arquivo da DIPBA é o fato de que os legados produzidos geralmente não serem legados pessoais. O que parecia interessar à polícia eram as ações das distintas organizações coletivas, sejam estas políticas, sociais, sindicais, religiosas ou da sociedade civil – como grupos de teatro, bibliotecas populares, cultos eclesiásticos, etc.²⁷⁷ Logo, a estrutura do Arquivo não é por caso individual, mas por organização o que ajuda-nos a entender a concepção do *outra perigosa* formulada pelo órgão: “*No es peligroso un tipo solo, un individuo, sino un colectivo de personas organizándose.*”²⁷⁸

Para o nosso trabalho, o Arquivo da DIPBA surge como mais um *veículo de memória* que podemos inserir no circuito de memórias formado em torno do 16 de setembro. Acreditamos que a sua inserção nesse circuito relaciona-se às possibilidades de *verdade e justiça* que o Arquivo abre a partir do uso dos seus documentos nas causas judiciais em curso na Argentina, por um lado; e por permitir a viabilidade de uma investigação voltada a mapear as práticas rememorativas em torno da data, já que as comemorações do 16 de setembro foram eventos vigiados pela DIPBA com o retorno à democracia. Devemos ressaltar que nos chama a atenção a permanência de uma dependência de espionagem político-ideológico no âmbito das forças policiais que continuou funcionando quinze anos após o fim da ditadura, em 1983. Logo, ao optarmos por trabalhar com tal período no Arquivo, devemos nos questionar sobre alguns significados residuais da lógica de perseguição política no período democrático que, como vimos, colocou-se como uma ruptura em relação aos anos de violência e arbitrariedade da mais recente ditadura civil-militar.²⁷⁹

²⁷⁷ LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, p. 93.

²⁷⁸ LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, p. 14.

²⁷⁹ Nas palavras de Sandra Raggio: “(...)claramente el Archivo de la DIPBA nos exige pensar para atrás e para adelante, los antecedentes y las consecuencias de la dictadura, en qué medida se producen las rupturas, cuestionar las grandes fechas, como el 24 de marzo el día que empezó todo y el 10 de diciembre el día en que todo terminó. Esto aparece en la memoria local. La represión no aparece el 24 de marzo de 1976, los hechos, más fuertes de la represión ocurrieron antes en muchas comunidades. Tampoco la represión terminó el 10 de diciembre de 1983, en muchos pueblos la violencia institucional llega con la democracia, con el gatillo fácil, la persecución policial a los jóvenes.”. Tal constatação teria influenciado a concepção de memória da própria CPM que passou a “(...) recordar lo que pasó durante la dictadura como un acontecimiento que empieza y termina y “ya está”, “ya pasó”. La dictadura de alguna manera, en estos trabajos de la memoria, “no pasó”, sigue atravesando la experiencia de nuestro presente. “ Ver: LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, p. 9.

Os aportes da DIPBA para as causas judiciais

Os documentos de caráter permanente que encontramos nos arquivos públicos possuem valores primário e secundário relacionados ao seu ciclo de vida. Como documentos correntes, eles tiveram um valor primário no instante presente da sua produção, a espera da realização de ações decorrentes da decisão inscritas neles. Produzida e consumada a ação, ele passa a ser o *registro da memória* de sua execução, o que para alguns os tornam inativos ou deixam de ter caráter utilitário. Porém, nesse momento, o documento assume o seu valor secundário, referente aos novos usos que podemos fazer deles: apesar de continuarem sendo os mesmos, já que são suportes materiais de informação, o seu sentido é transformado e os seus usos redefinidos. O documento ganha assim outra razão de ser; instalados nos arquivos, eles são o registro do passado que se afirmam como patrimônio cultural no presente:

Trata-se do mesmo papel, do mesmo suporte matéria e do mesmo conteúdo, mas sua razão de ser mudou diante da presença do passado na sociedade. Mudou seu sentido, porque a sociedade e suas instituições mudaram, substituindo velhas estruturas por outras. Os mesmos papéis ganham assim novo interesse, o que implica novos usos.²⁸⁰

Os *arquivos da repressão* seriam uma ilustração significativa da transmutação de sentido dos documentos. No seu contexto de produção, nasceram para perseguir os cidadãos, considerando-os inimigos de Estado, ou *inimigos internos*. Porém, no presente, eles podem se tornar instrumentos da garantia de direitos dos cidadãos diante do Estado, podendo ser utilizados para reparações econômicas, judiciais e simbólicas.

Segundo Magdalena Lanteri, devemos inserir a *descoberta* do Arquivo da DIPBA em uma história prévia, possível de ser rastreada desde o final da ditadura civil-militar e do início da transição democrática, de denúncias dos organismos de direitos humanos sobre a existência de arquivos dos órgãos repressivos, exigindo a sua abertura devido à possibilidade de revelarem informações sobre o destino final dos desaparecidos.²⁸¹ O fim das atividades da DIPBA, em

²⁸⁰ KNAUSS, Paulo & OLIVEIRA, Camila da Costa. “Usos do passado e arquivos da polícia política”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**, p. 291.

²⁸¹ Em agosto de 2003, o Congresso Nacional aprovou a lei 25.779 que declarou a nulidade legislativa das leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida* e outorgou a imprescritibilidade dos crimes cometidos durante a ditadura inserindo-os na convenção de *crimes de lesa humanidade*. Esta medida foi ratificada em 15 de junho de 2006, quando a *Cámara de Casación Penal*, instância máxima do Poder Judicial da Argentina, considerou que os *Indultos* concedidos a tais crimes eram inconstitucionais. A partir de então, processos contra envolvidos na repressão

1998, abriu, assim, a conjuntura que permitiu *tirar* das mãos da política o seu arquivo. A partir de então, ele foi visitado inicialmente pela *Equipo Argentina de Antropología Forense* (EAAF), que buscava informações relevantes para a identificação de vítimas da mais recente ditadura civil-militar.²⁸² Com a criação da CPM, considerou-se importante o aporte probatório que o fundo documental podia oferecer no marco da retomada dos julgamentos por violações aos direitos humanos cometidos durante a última ditadura civil-militar.²⁸³

Durante a última ditadura civil-militar, a DIPBA, utilizou-se de uma infiltração que já possuía na dinâmica político-social da Província de Buenos Aires; “*un panóptico de vigilancia y catalogación y una infraestructura montada, profesionalizada y coordinada con otros servicios de inteligencia, relación aceptada por casi 20 años, que el 27 de abril de 1976 quedaba bajo la jurisdicción del coronel Ramón Camps.*”²⁸⁴ Além disso, ela fazia parte de uma *comunidade de informações*, em contato constante com outros organismos de inteligência do restante das forças de segurança: a Polícia Federal, as outras polícias provinciais, os poderes executivos provinciais e as Forças Armadas.²⁸⁵ Devido a uma vigilância profissionalizada e sistematizada anteriormente a 1976, na *comunidade de informações* da ditadura, a DIPBA serviu para brindar informações que alimentaram a repressão; o que, como demonstra Sandra Raggio, de alguma maneira frustrou as expectativas colocadas sobre o seu arquivo:

Yo me acuerdo cuando estuve por primera vez con el subcomisario de ese entonces, cuando nos estaban por entregar la casa. Y él me dijo: “Información sobre los desaparecidos no van a encontrar, pero para los historiadores este archivo es fabuloso”. En ese momento estaba la fantasía de que el destino final de los desaparecidos estaba en esas fichas que había en el Archivo.²⁸⁶

Como pontuamos anteriormente, nos *circuitos repressivos clandestinos* da última ditadura civil-militar conviveram organismos e instituições legais e clandestinas. A DIPBA seria um

ditatorial foram reabertos e novos se iniciaram. Ver: MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp. 134-137.

²⁸² OLMO, Darío. “Reconstruir desde restos y fragmentos. El uso de archivos policiales en la Antropología Forense.” *In*: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad.**

²⁸³ LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, p. 89.

²⁸⁴ FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”, p. 19.

²⁸⁵ JASCHEK, Ingrid. “Informe de avance. Mesa Doctrina.”. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2003; LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, p. 89.

²⁸⁶ LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, p. 16.

exemplo de um órgão legal criado previamente e adaptado às lógicas da *guerra contra a subversão*. Dessa forma, não encontramos no seu arquivo documentos que deem conta da organização dos aspectos clandestinos da repressão.²⁸⁷ Contudo, há documentos que apontam indícios sobre a sua sistematização que podem se constituir em provas jurídicas nos julgamentos em curso. Para tanto, a CPM formou um *projeto de investigação* no qual analisa as informações já produzidas sobre *os circuitos repressivos clandestinos* e os seus alcances em determinadas áreas ou localidades; e ao cruzá-los com a documentação produzida pela DIPBA,²⁸⁸ tornam-na importante para a investigação dos crimes cometidos durante a ditadura, e conseqüentemente para a aplicação de justiça.²⁸⁹

Os aportes da DIPBA para as investigações históricas

A documentação que forma o arquivo da DIPBA provinha do *trabalho de campo* realizado pelos agentes da comunidade de informação *bonaerense*. Os informes e materiais obtidos pelas distintas *Delegaciones* da província eram encaminhados à *División Archivo y Fichero*, na cidade de La Plata. Essa documentação é formada pela produção de informes e pelo recolhimento de material produzido pelos movimentos políticos, culturais, sindicais ou vicinais

²⁸⁷ LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, p. 16; LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, p. 95.

²⁸⁸ LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, pp. 95-96. De acordo com o *site* do Arquivo, uma equipe de peritos na área de Justiça encarrega-se de responder aos ofícios judiciais no marco das distintas causas radicadas nos tribunais de todo o país. Esses pedidos implicam diversos procedimentos de busca entre o material documental preservado, com o intuito de reconstruir as histórias das vítimas da repressão, à luz dos documentos reunidos pela DIPBA como organismo de inteligência que participou e alimentou com suas informações a atuação do aparato repressivo. Procura-se assim demarcar: o papel desempenhado pela informação recolhida em posse do Estado, a metodologia selecionada e utilizada pelo sistema repressivo a partir da quantidade e da qualidade da informação, e quem foram os informantes e/ou responsáveis diretos do desaparecimento das pessoas. Ver: http://www.comisionporlamemoria.org/archivo/?page_id=8 (Última verificação: 20/03/2012).

²⁸⁹ “Entonces no es directa la prueba en el sentido de que no hay un documento policial que diga: “el grupo de tareas conformado por mengano, fulano, ese día secuestró a...y lo llegaron a...”, eso no está, pero sí aparece documentación que da cuenta de la persecución previa a estas personas, que da cuenta de un enfrentamiento entre fuerzas de seguridad y subversivos un día tal, un 27 de octubre, cuando cruzándolo con el “Nunca Más” esas personas estaban secuestradas hace tres o cuatro semanas. Entonces es posible advertir que ese documento es fraguado, y que de algún modo la propia policía “limpia”, transforma en un operativo represivo legal un secuestro. Pero, además, buena parte de los juicios que se está llevando adelante tienen en su haber aportes de la documentación del fondo documental y en muchos casos se ha ponderado esa documentación y ha sido fundamental para llegar a la sentencia.” Ver: LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, p. 96.

que eram observados. Logo, esse arquivo é um reservatório privilegiado para reconstruirmos os movimentos sociais, políticos, sindicais e culturais argentinos vigiados pela DIPBA ao longo de quase cinquenta anos; além de permitir a compreensão do mecanismo de vigilância e controle realizados por um órgão estatal.

Apesar de ter sido aberto ao público em 2003, ao longo da nossa investigação notamos que ainda são poucos os trabalhos realizados a partir da documentação da DIPBA. Além disso, os primeiros trabalhos produzidos permitem-nos principalmente vislumbrar o alcance da vigilância e do registro realizados, mas são poucas as análises sobre as funções assumidas pelo serviço de inteligência e das possíveis mudanças e continuidades da lógica interna da vigilância ao longo da sua existência.²⁹⁰ Um dado que nos ajuda a compreender a escassez de trabalhos é o fato de que ainda não foi produzido um guia temático do acervo do Arquivo. Como afirma Patricia Funes: “*El proceso de catalogación en curso permitirá la consulta y la reapropiación social de aquello que una vez fue incautado*”.²⁹¹ Nesse sentido, o catálogo sobre movimento estudantil já disponível na sede do Arquivo, e o da área sindical ainda em produção, podem estimular futuras investigações voltadas a pensar e questionar essa documentação, assim como as coleções documentais lançadas em *cd-room* que visam difundir publicamente o seu acervo.²⁹²

²⁹⁰ Dentre os trabalhos levantados ao longo da nossa investigação que partem da documentação do Arquivo da DIPBA podemos citar: FUNES, Patricia. “Medio siglo de represión. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires”. In: **Puentes**, N° 11, Año 4, La Plata, CPM, mayo 2004; PUJOL, Sergio. **Rock y dictadura**. Emecé: Buenos Aires, 2005; FUNES, P. “Secretos, confidenciales y reservados. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires.”; KAHAN, Emmanuel N. “**Unos pocos peligros sensatos**”. **La Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires frente a las instituciones judías de La Plata**. Tesis (Maestría en Historia y Memoria) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2007; LORENZ, Federico. **Los zapatos de Carlito. Una historia de los trabajadores navales de Tigre en la década del setenta**. Buenos Aires: Norma, 2007; LORENZ, Federico & GUEMBE, María Laura. **Cruces, idas y vueltas de Malvinas**. Buenos Aires: Edhasa, 2007; BOZZA, Juan Carlos. “Espías, disturbios y barricadas: La radicalización estudiantil y los servicios de información. La Plata, 1969”. In: **El centenario de los estudios históricos en La Plata**. La Plata: septiembre, octubre y noviembre de 2009; FUNES, P. “El historiador, el archivo y el testigo”; FUNES, P. “Los que queman libros. Censores en Argentina (1956-1983)”. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.) [et.al.]. **Problemas de historia reciente del Cono Sur. Volumen I**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010; BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁹¹ FUNES, Patricia. “El historiador, el archivo y el testigo”, p. 104.

²⁹² Até o momento, a CPM produziu e colocou a venda na sede do Arquivo 14 coleções documentais digitalmente tachadas. A escolha dos temas recai sobre aqueles que geram mais interesse de acordo com as consultas feitas ao Arquivo. De acordo com Magdalena Lanteri, a ideia de produzir coleções documentais em formato digital surgiu da necessidade de agilizar o trabalho dos técnicos do Arquivo e de garantir uma aberta pública e uma democratização da documentação, sem descuidar da proteção da identidade das pessoas que foram vítimas da perseguição político-ideológica. Ver: LANTERI, Magdalena. “Colecciones documentales del Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA)”. In: **Boletín Bibliográfico del Programa Buenos Aires de**

Segundo Emmanuel Kahan, os informes realizados com o intuito de colaborar com a tarefa judicial tem avançado mais do que os provenientes da investigação acadêmica. A escassez de trabalhos pode se relacionar ao fato de que as investigações realizadas a partir dos *archivos da repressão* nos países do Cone Sul tenham se caracterizado nos últimos anos por indagar a magnitude da perseguição política efetuada durante as recentes ditaduras civis-militares.²⁹³ No caso da DIPBA, esse trabalho encontra-se dificultado, pois é preciso fazer um requerimento à justiça, resultando demoras e certa dificuldade do acesso à documentação. Soma-se a isso o fato do processo de abertura do Arquivo ter tido como protagonistas as organizações defensoras dos direitos humanos, voltando-se para as possibilidades encontradas dele revelar dados acerca da repressão sistematizada pela última ditadura. Esperava-se que se tornasse assim um canal de informação privilegiado para se buscar a *verdade* sobre os desaparecidos, causando, em contrapartida, um *esquecimento* acerca das suas potencialidades para as investigações históricas:

(...) la riqueza de su fondo documental radica en la posibilidad que nos ofrece para analizar la dinámica de seguimiento y registro durante un periodo considerable. Es decir, las particularidades de la vigilancia, espía y control que ejercieron sus funcionarios no deben circunscribirse a la década del '70. Desde esta perspectiva es factible avanzar en la identificación y la comprensión de los cambios y las continuidades en las tareas de inteligencia política desarrolladas por el estado, en parte registradas en el archivo de la DIPBA.²⁹⁴

Para o pesquisador, em sintonia com a amplitude temporal do seu acervo, o arquivo da DIPBA possui uma qualidade mais ampla: dar conta de como foram executadas as tarefas de controle e registro sobre uma gama diversa de organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que este arquivo se estende no tempo, seu trabalho de registro e controle social recaiu sobre diferentes atores sociais, não só os diretamente vinculados com a atividade política como os sindicatos, os partidos políticos e organizações políticas e militares. Dessa maneira, através do seu acervo, podemos recuperar fontes documentais primárias produzidas por esses diversos atores

Historia Política, año 1, número 3, marzo de 2009; LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”, pp. 17-18.

²⁹³ KAHAN, Emmanuel N. “**Unos pocos peligros sensatos**”. **La Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires frente a las instituciones judías de La Plata**. Tesis (Maestría en Historia y Memoria) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2007, p. 46.

²⁹⁴ KAHAN, Emmanuel N. “**Unos pocos peligros sensatos**”. **La Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires frente a las instituciones judías de La Plata**, p. 100.

– como publicações, volantes, cartazes, etc. – que foram conservadas como consequência do trabalho de campo policial.²⁹⁵

Porém, ao utilizarmos a documentação de *arquivos da repressão* para mapearmos práticas e discursos dos atores sociais vigiados por seu órgão produtor, devemos questionar de que maneira essa informação foi reunida e com quais intuítos, já que se trata de uma informação voltada para a inteligência. Nesse sentido, Caroline Silveira Bauer aponta que as atividades de inteligência e de produção de informações da DIPBA iniciavam-se com a reunião de dados sobre determinadas pessoas ou organizações, através de agentes infiltrados e das operações especiais de busca de informações, pautando-se na lógica da suspeição: a definição de um inimigo sobre o qual se detectava, apreendia-se, vigiava-se, reunia-se, armazenava-se e analisava-se uma enorme quantidade de informações sobre a sua vida pública e privada, a partir das quais eram tomadas medidas preventivas.²⁹⁶

À lógica de suspeição da DIPBA, Patricia Funes nomeia *espionagem preventiva*, como se expressa em uma das suas autojustificativas: “*El postulado parte de la base de saber quién es quién, es decir, tener registrado a los Buenos, para saber quién son cuando dejar de serlo*”.²⁹⁷ Ao analisar um documento fundacional da DIPBA, pontua que a palavra inteligência está associada a práticas ativas, preventivas e analíticas: “*buscar, valorizar, investigar ‘para conjura una posible alteración pública en los órdenes sindical, cultural, económico, político, etc.’*”²⁹⁸ Logo, podemos afirmar que a DIPBA acumulava uma gama de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, a partir disso, prevenir as possíveis contestações à ordem. Consequentemente: “*(...) não se busca o criminoso a partir do crime, mas o crime através do (suposto) criminoso*”.²⁹⁹

²⁹⁵ KAHAN, Emmanuel N. “Unos pocos peligros sensatos”. *La Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires frente a las instituciones judías de La Plata*, pp. 104-105.

²⁹⁶ BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 90.

²⁹⁷ FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”. *In: QUIROGA, Hugo & TCACH, César. Argentina 1976-2006, entre la sombra de la dictadura y el -futuro de la democracia*. Rosario: Homo Sapiens/Universidad Nacional del Litoral, 2006, p. 203.

²⁹⁸ FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”, p. 204.

²⁹⁹ ARAÚJO, Lucimar Almeida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; KLATAU NETO; Orion Barreto da Rocha; SWESSON JR.; Walter Cruz. “O Acervo DEOPS/SP”. *In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado 2001, p. 25.

O perfil do *outro* vigiado é historicamente datado, o que gera deslocamentos quanto aos setores privilegiados pela ação da vigilância. Sobre estes setores constroem-se estereótipos que os tornam suspeitos de delitos sociais de antemão; estereótipos estes que justificam a vigilância sobre eles. Dessa maneira, os informes produzidos a partir das atividades de inteligência expressam uma teia de noções prévias que ajudam a compreender e problematizar o lugar que o movimento social vigiado deveria ocupar na ótica do poder público.³⁰⁰ De acordo com Patricia Funes, a combinação entre leis repressivas, golpes de Estado das Forças Armadas e modificações na estrutura policial contribuiu para dar formas à construção do inimigo interno nos registros da DIPBA. Assim, as modificações na sua nomenclatura e nas definições utilizadas para observar indivíduos e organizações da sociedade civil e política são interpretadas desde uma perspectiva genealógica que nos indica os graus de radicalização da perseguição política:

El pasaje del concepto de “orden” al de “información” y de este al de “inteligencia” se fue construyendo con un sentido político e ideológico que respondía a la dinámica de los servicios de inteligencia que encontraban en el “enemigo interno” sus formas de legitimar la represión de las ideas, las intenciones y los actos”. Queremos resaltar esa pasaje del “orden” a la “información” y de este a la “inteligencia” que, a manera de hipótesis inicial”, acompaño el tránsito a la denominación del sujeto de la espía: del “delincuente político”, el “delincuente social” o el “comunista genérico”, al “delincuente subversivo” y más tarde al “delincuente terrorista” desde las enunciaciones, prácticas y registros de la DIPBA (FUNES, 2006: 203-204).

Criada em 1956 com a *Revolução Libertadora*, no momento de tentativa de proscricção do peronismo, no início, as atividades da DIPBA dedicavam-se à investigação sistemática e metódica de todo *inimigo político e social* sob o genérico discurso e atitude anticomunista, numa tradição que remontava às leis anticomunistas dos anos 1930, mas exacerbada no contexto da Guerra Fria. A preocupação com a *infiltração comunista* levou, nesse momento, a uma sobreposição entre peronistas e comunistas como se fossem uma coisa só. Ao compasso da legislação repressiva e de sucessivos golpes de Estado, a partir dos anos 1960, a DIPBA passou por um processo de militarização e subordinação às Forças Armadas, e suas atividades passaram a ser um demonstrativo da permeabilidade da *Doutrina de Segurança Nacional*. Consequentemente, as atividades de questionamento à ordem tornaram-se atividades *subversivas*, causadoras da *desagregação da nação*, e um desafio para a defesa da *civilização ocidental e cristã*. Com a lei anti-subversiva de 1974, o *delinquente subversivo* tornou-se o *delinquente*

³⁰⁰ FONTES, PAULO & NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia.” In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado 2001.

terrorista, que para alcançar a finalidade dos seus postulados ideológicos utilizava meios que alteravam a ordem institucional e a paz social da nação, por vias inconstitucionais e ilegais, como, por exemplo, a violência armada.³⁰¹

A ideia da existência de um *inimigo interno* visava o controle social. A crença em sua existência dava o aval para a suspeição sobre todas as parcelas da sociedade, descobrindo-a através do registro de cada passo de seus membros, do controle do seu modo de agir e de pensar, das suas companhias, etc. Como afirma Patricia Funes: “*La idea de delito social, político o subversivo, en cada época, se asociaba a la represión de la protesta, la propuesta, la expresión e sencillamente el ‘ser’*”.³⁰² Nenhum coletivo social ou pessoa física estaria livre de suspeitas, pois a ideia de um projeto social, em defesa dos valores nacionais, teria que abarcar a sociedade como um todo e, não apenas um setor. Os mais atuantes como os peronistas, os sindicalistas de qualquer tendência e os vinculados a ideias e práticas mais à esquerda tornavam-se alvos imediatos e óbvios; porém essa teia multiplicou-se e passou a abarcar como suspeitos qualquer pessoa que desenvolvesse práticas entendidas como questionadoras.³⁰³ O resultado disso foi o desenvolvimento de um órgão de vigilância que no período anterior a última ditadura civil-militar já possuía uma estrutura de seguimento que cobria toda a província de Buenos Aires, produzindo informes e acoplando informações que depois ajudariam a individualizar os alvos da repressão sistemática dos sete anos de ditadura.

Percebemos, portanto, que, ao trabalharmos com os documentos da DIPBA precisamos ter em vista que eles são produzidos de maneira a respaldar e justificar a sua investigação sobre o *inimigo interno* de acordo com a definição deste no contexto de produção da informação. Além dos informes produzidos que expressam claramente essa visão, o material reunido e atrelado a eles corroboram na justificativa da vigilância sobre o *outro*. Dessa maneira, apesar dos documentos preservados pela DIPBA favorecerem a constituição de informação sobre alguém ou alguma organização, pois se referem essencialmente ao suspeito vigiado e não ao próprio órgão, a sua análise geral nos diz muito também sobre as suas intenções e as representações que este

³⁰¹ FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”, pp, 205-218.

³⁰² FUNES, Patricia. “‘Secretos, confidenciales y reservados’. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”, p. 203.

³⁰³ LONGHI, Carla Reis. “O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade”. In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **O DEOPS/SP em busca do crime político. Família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado 2002, p. 65.

constrói sobre os alvos da sua vigilância.³⁰⁴ Logo, ao optarmos por utilizarmos sua documentação para historicizarmos aspectos da vida pública realizados pelas organizações da sociedade civil observadas precisamos analisa-la tendo em vista que há outros agentes além dos envolvidos na produção de tais documentos que deliberadamente escolheram alvos para construir e legitimar o seu discurso e a sua interpretação, partindo do que vigiavam.

Mesa “A” Estudantil - Estudiantes secundarios. La noche de los lápices

Ao realizarmos a busca por documentação no acervo do Arquivo da DIPBA sobre as comemorações do 16 de setembro, encontramos uma pasta temática de título: *Mesa “A” Estudantil: Estudiantes Secundarios “La noche de los lápices”*. Nesta pasta, encontram-se documentos reunidos, produzidos e preservados sobre as distintas práticas de rememorações ocorridas na Província de Buenos Aires, entre os anos de 1990 e 1996.

A vigilância da DIPBA baseou-se na construção de um inimigo interno que a justificava e que dava sentido à informação produzida pelo trabalho de campo dos seus agentes policiais. A construção do outro vigiado, ao longo do seu funcionamento, foi o reflexo de uma radicalização da perseguição política fruto da combinação entre leis repressivas, ditaduras civis-militares e breves períodos democráticos, nos quais as relações autoritárias de controle social não perderam vigência. Como pontuamos anteriormente, a democracia iniciada em 1983 colocou-se como uma ruptura com esse passado marcado pela arbitrariedade e pela violência. O juízo que se formulou em relação ao passado recente e a importância de consignas como *lembrar para não esquecer* e *nunca mais* inicialmente pautaram as medidas adotadas para consolidar o regime democrático. Porém, a continuidade das atividades de um órgão policial de inteligência como a DIPBA levamos a questionar os limites institucionais que se colocaram na transição, sobretudo a permanência de algumas práticas na relação entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, em uma democracia que afirmava o respeito ao pluralismo, nos perguntamos qual inimigo interno justificaria as atividades de vigilância da DIPBA.

Ao trabalhar com os documentos da *Mesa Doctrina*, Ingrid Jaschek realizou cortes cronológicos que reconstruíram a característica da perseguição política da DIPBA em relação

³⁰⁴ LONGHI, Carla Reis. “O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade”, p. 82.

àqueles que eram destinatários primordiais dessa perseguição: 1930-1955 (os antecedentes da DIPBA), 1956-1960 (origens e criação do arquivo), 1960-1970, 1970-1975 (período prévio à ditadura), 1976-1983 (sua intervenção/colaboração durante a ditadura) e 1984-1998 (período democrático pós-ditatorial). A sua análise demonstrou que, tal como surge em 1956, a DIPBA possuía um claro perfil de controle do acionar político, social e ideológico sobre todos os cidadãos da província de Buenos Aires, o que ajudou na recopilação de informações individuais do habitante considerado inimigo nos diferentes momentos históricos. Tendo em vista que as atividades de inteligência das forças de segurança de um país estão orientadas à prevenção do delito, percebe-se que o maior delito cometido para a DIPBA era de caráter ideológico e político. Durante os quinze anos de democracia, mantiveram-se os regulamentos que fizeram com que as atividades nesse momento não fossem diferentes da etapa anterior, da última ditadura. Por outro lado, a complexidade que apresentava a nova etapa democrática fazia com que a identificação do inimigo que deveria ser vigiado se tornasse difusa, já que não se tratava mais de um regime baseado em bons e maus.³⁰⁵

A partir da análise da documentação presente na pasta que encontramos, podemos levantar uma suposição para a vigilância exercida durante as comemorações do 16 de setembro: o protagonismo do movimento estudantil, dos partidos de esquerda e dos movimentos de direitos humanos nas práticas rememorativas. Os três são objetos de vigilância da DIPBA historicamente constituídos ao longo do seu funcionamento. Segundo Magdalena Lanteri, apesar da vigilância ter recaído sobre distintos coletivos sociais, pode-se notar no Arquivo um particular nível de detalhamento sobre as atividades desenvolvidas por esses sujeitos sociais, considerados segundo os distintos momentos históricos como protagonistas dos processos de questionamento.³⁰⁶ Por outro lado, a ênfase dada nos informes ao *aniversário da denominada noche de los lápices* e aos discursos e demandas sobre o passado veiculados na data fizeram-nos supor que o objeto de vigilância era o 16 de setembro e o *círculo de memórias* que se conformava com a sua aproximação.

Surgiu então o questionamento sobre como compreender a vigilância desta data específica. Acreditamos que tal vigilância relaciona-se ao sentido atribuído à memória da mais

³⁰⁵ JASCHEK, Ingrid. “Informe de avance. Mesa Doctrina.”. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2003, pp.13-15.

³⁰⁶ LANTERI, Magdalena. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.”, p. 88.

recente ditadura civil-militar nos anos que abarcam a documentação presente na nossa pasta. Apesar de inicialmente acreditarmos que encontraríamos documentação de 1984 a 1998, os seguidos pedidos de busca feitos aos peritos do Arquivo, apontavam sempre para essa pasta e poucos documentos presentes em outras Mesas e fatores. Por se tratar do período menos trabalhado no Arquivo, não excluimos a possibilidade de existência desses documentos. Por outro lado, o fato de haver uma pasta específica que sistematiza a informação reunida, produzida e preservada pela área de arquivo da DIPBA significa que, no contexto de sua produção, essa informação tinha uma importância que demandou a sua constituição. De acordo com Ludmila da Silva Catela, para produzirmos conhecimentos a partir dos *archivos da repressão* devemos nos atentar às formas de sua organização e lógicas classificatórias e, não, apenas ao documento em si que nada pode revelar a depender da lógica dos agentes que os utilizem.³⁰⁷ Nesse sentido, a organização do acervo da DIPBA segue um padrão temático que permitia que a sua informação fosse retroalimentada a partir das necessidades surgidas com as suas atividades de vigilância. Diante da possibilidade de concretizar medidas de ação preventivas, as informações preservadas no arquivo deveriam informar a Polícia provincial para que ela pudesse atuar antes que se produzissem certos eventos – greves, manifestações políticas, etc..³⁰⁸

A nosso ver, a preocupação com tais comemorações relaciona-se ao fato de se tratarem de momentos em que a presença do recente passado ditatorial tomava a cena pública através de iniciativas e discursos de atores diversos. O que fazia desses atores alvo de vigilância da DIPBA é o fato de que nesse período, os primeiros seis anos do governo de Carlos Menem, havia um esforço oficial de *virar a página* da ditadura civil-militar, encerrando-a no passado, de maneira a viabilizar uma *reconciliação nacional* e se concentrar no futuro do país. Ao recente passado ditatorial era atribuído um sentido desagregador que contrastava com o *dever de memória* que marcou os primeiros anos da democracia. Logo, rememorar publicamente um episódio vinculado ele, na visão da DIPBA, como o episódio conhecido como *La noche de los lápices*, poderia significar um distúrbio da ordem política, cultural e social, já que trazia a tona os conflitos pela memória que as medidas oficiais tentavam apaziguar.

Devemos pontuar que as *políticas de memória de reconciliação nacional* do governo de Carlos Menem são um contínuo de medidas adotadas ainda durante o governo Alfonsín. Neste, a

³⁰⁷ CATELA, Ludmila da Silva. “Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina”, pp. 206-207.

³⁰⁸ JASCHEK, Ingrid. “Informe de avance. Mesa Doctrina.”, p. 4.

manutenção de uma convivência entre civis e militares no marco da democracia sempre se colocou no horizonte institucional, limitando o tratamento judicial das violações de direitos humanos. No início do governo, podemos perceber políticas de apoio à atuação dos juízes, resultando em cerca de 1.200 oficiais superiores processados pela justiça civil até os últimos meses de 1986. Em dezembro deste ano, passou a colocar limites sobre os processos que incomodavam cada vez mais a instituição militar, através da aprovação da *Ley de Punto Final*. Esta fixava um prazo de 60 dias para que a Justiça ouvisse os militares citados em causas em curso; terminado esse prazo, nenhum militar poderia ser chamado a depor. Entretanto, o efeito dessa lei foi contrário: mesmo se tratando de meses de recesso judicial, cerca de 400 oficiais foram interrogados e vários processos finalizados. Além disso, uma lei que, nas palavras de Alfonsín, tinha sido criada para *integrar e reunir* os argentinos, resultou na primeira de uma série de sublevações de militares. Os *carapintadas*, como ficaram então conhecidos, exigiam uma solução política para os processos judiciais e uma anistia geral para aqueles que participaram de ações repressivas *cumprindo ordens*. As negociações que se seguiram aos episódios da Semana Santa de 1987 evidenciaram a capacidade dos militares de impor condições ao regime democrático, resultando na aprovação da *Ley de Obediencia Debida*, em junho do mesmo ano. Apesar de a lei cumprir com o exigido pelos *carapintadas*, não evitou que outros levantamentos ocorressem: em *Monte Caseros*, em 1987, e em *Villa Martelli*, em 1988.³⁰⁹ Junto com o ataque ao quartel *La Tablada*, em janeiro de 1989,³¹⁰ tais levantamentos contribuíram para instaurar o *medo* da instabilidade democrática, intensificada por um quadro socioeconômico agravado pela hiperinflação; e para alimentar, frente à ameaça de *dissolução nacional*, a narrativa da

³⁰⁹ CATELA, Ludmila da Silva. “Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul”. In: CASTRO, Celso & D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2000, pp. 297-298; SAIN, Marcelo Fabían. “Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os ‘defeitos’ civis”. In: CASTRO, Celso & D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**, pp. 30-32; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, pp. 46-49; RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”, p. 272; MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp. 93-94.

³¹⁰ Em janeiro de 1989, o *Movimiento Todos por la patria*, que nucleava sobreviventes de organizações da esquerda revolucionária dos anos 1970 e militantes universitários de esquerda, atacou um quartel em La Tablada, desencadeando uma forte repressão do Exército. Esta ação resultou na morte de 30 pessoas, além de contribuir para deslegitimar o discurso dos organismos de direitos humanos ante a opinião pública, pois dois dos participantes eram figuras reconhecidas do movimento argentino pelos direitos humanos. Ver: LORENZ, Federico Guillermo. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976” In: JELIN, Elizabeth. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**, pp. 78-79.

reconciliação nacional: “El pasado era el conflicto, el pasado era el caos, el pasado era el atraso. Había que dejarlo atrás para poder avanzar.”³¹¹

A necessidade de resolver os problemas de governabilidade do governo de Alfonsín, principalmente a inflação e a questão militar não resolvida, foi a justificativa utilizada por Carlos Menem para adotar uma política de *pacificação nacional*. À situação de crise na qual assumia o governo, em julho de 1989, não havia alternativa além de se construir um futuro sem *olhar para o passado*; tarefa que requeria a integração e *reconciliação* de todos os argentinos, a superação de suas diferenças políticas históricas e o *esquecimento* dos distintos passados.³¹² Segundo Valentina Salvi, o chamado a uma *reconciliação nacional* se ativaría a partir de uma vontade de *esquecimento*, visto como uma etapa necessária de proibição da recordação de *adversidades passadas* para se produzir um futuro esperado.³¹³ A associação entre as políticas de Menem com uma *política de esquecimento* foi apontado por Hilda Sábato, ao analisar os efeitos simbólicos da repatriação dos restos de Juan Manuel de Rosas:

Menem nos incita a construir una historia apoyada en el olvido. No se trata solamente de abandonar los mitos creados por los relatos congelados de las dos versiones dominantes de la historia argentina, sino sobre todo de olvidar, de enterrar la memoria de los conflictos y las diferencias, de *clausurar*.³¹⁴

Em relação ao passado ditatorial, essa política justificou a decretação dos *Indultos* presidenciais aos militares e aos integrantes das organizações político-militares.³¹⁵ O ajuste de contas com o passado não foi então apresentado como a expressão de um mandato cidadão, mas como uma decisão política pessoal; e não passava pela elaboração da memória, pelo

³¹¹ CERRUTI, Gabriela. “La historia de la memoria”. In: **Puentes. Revista de la Comisión Provincial por la Memoria**. La Plata, ano 2, n.3, marzo 2001, p. 20.

³¹² RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”, p. 273; CANELO, Paula. “Consideraciones sobre la subordinación de las Fuerzas Armadas argentinas durante los años noventa”. In: PUCCIARELLI, Alfredo Raúl. **Los años de Menem: la construcción del orden neoliberal**. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2011, pp. 79-82.

³¹³ SALVI, Valentina. “Entre el olvido y la victimización: transformaciones en la narrativa sobre la ‘reconciliación nacional’”. In: **La sociedad argentina hoy frente a los años ’70**. Buenos Aires: Eudeba, 2010, p. 375.

³¹⁴ SÁBATO, Hilda. “Olvidar la memoria”. In: **Punto de Vista**, nº 36, dezembro de 1989, pp. 8-10.

³¹⁵ Os primeiros *Indultos*, assinados em 07 de outubro de 1989, incluíam cerca de 300 pessoas com processo judicial aberto, de acordo com quatro situações: altos chefes militares processados e que não foram beneficiados pelas leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida*; acusados de subversão, que se encontravam prófugos, detidos, encarcerados ou condenados; alguns repressores pertencentes às forças de segurança uruguaia; os envolvidos nos levantes *carapintadas*; ex membros da última Junta Militar que haviam sido condenados por suas responsabilidades na Guerra das Malvinas – tenente general Leopoldo Fortunato Galtieri, almirante Jorge Isaac Anaya e brigadeiro general Basilio Arturo Ignacio Lami Dozo. No ano seguinte, em 30 de dezembro de 1990, Menem ditou outros decretos que indultavam boa parte dos membros das forças repressoras e os dirigentes das organizações político-militares que haviam sido condenados, e alguns militares que ainda esperavam sentenças judiciais. Ver: MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, p. 96.

estabelecimento de uma verdade ou pelo estabelecimento de uma justiça, mas pelo seu encerramento através do *perdão* baseado na *teoria dos dois demônios*. Nesse sentido, para perdoar se equiparava as duas partes que, ao invés de se oporem pelo reclame por justiça e pelas tentativas deliberadas de limitá-la ou anulá-la, deveriam reconciliar o *ódio* mútuo e uma *inútil vingança partidária* e *nociva* para o país. Consequentemente, fazia-se um chamado ao reconhecimento de que em ambas as partes houve erros e acertos:

El terrorismo estatal es colocando en el mismo plano que el “terrorismo subversivo”: ambos son igualados en la medida en que se afirma que es necesario que cada uno, humildemente, reconozca en el otro aciertos y errores. Sólo así, el odio y la venganza, no la necesidad de impartir justicia, serán superados, abriendo las puertas al “mutuo perdón” y a la “unidad nacional”.³¹⁶

A tentativa de superar-se o legado do passado ditatorial resultaram também nas indenizações econômicas, inicialmente beneficiando um conjunto de 200 ex presos políticos que apresentaram seu reclame à OEA; posteriormente, estendendo-se à totalidade de ex presos políticos, aos sobreviventes de centros clandestinos de detenção e aos familiares de desaparecidos. Estas passaram a ser referidas no discurso do governo como *reparações* às violações cometidas contra os direitos humanos, como se, garantido o ressarcimento econômico, eram superados os traumas pessoais e familiares daqueles que passaram pela experiência do desaparecimento. Além disso, apesar dessa lei sancionar que ocorreram detenções arbitrárias anteriormente ao golpe de 24 de março de 1976, ela excluía das suas *reparações* os presos políticos condenados pela Justiça Civil, tanto antes como depois do golpe, e os militantes das distintas organizações políticas e armadas que também eram membros das Forças Armadas e que foram julgados pela Justiça Militar.³¹⁷

Tanto os *Indultos* como as leis de *reparações* econômicas geraram reações entre os organismos de direitos humanos, em um demonstrativo de que, apesar do lugar marginal ocupado por eles nas *políticas de memória* do governo, continuavam articulados. Segundo Ludmila da Silva Catela, as entrevistas dos familiares de desaparecidos apontam que suas lembranças dessas leis não são de *reconciliação* ou de *cura de suas feridas*, mas exprimem sentimentos como a dor,

³¹⁶ BISQUERT, Jacquelina & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, p. 52.

³¹⁷ MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp. 105-106.

a descrença e a retração.³¹⁸ Inclusive, elas acentuaram os seus diferentes pontos de vista: “*Algunos de ellos acusaban a los dispuestos a aceptar reparaciones económicas de prostituirse y vender su conciencia, ya que entendían que los resarcimientos representaban el complemento de una política de impunidad.*”³¹⁹ Por outro lado, não resultou em uma interrupção de sua procura por informações sobre os desaparecidos, pois as buscas de corpos, mesmo sem o apoio do Estado, continuaram sendo realizadas de forma permanente EAAF.³²⁰ Além disso, as *Abuelas de Plaza de Mayo* seguiram a sua busca pelos netos *apropiados*, com algumas conquistas como a criação da *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad* (CONADI).³²¹ Logo, frente ao *esquecimento* como valor fundante de um novo governo, a memória ligada à exigência de verdade, justiça e reconhecimento se manteve como bandeira dos organismos de direitos humanos e de alguns setores sociais e se expressou em comemorações, com convocatórias de diferentes magnitudes, expressões artísticas de distinto tipo e processos de elaboração individual e coletivos.

Porém, a sua consigna de *Juicio y Castigo a todos los culpables* passou a ser interpretada como a reiteração de um ressentimento que se negava a despojar de um desejo de vingança. Podemos perceber que a *política de memória de reconciliação nacional* adotada pelo governo de Menem estigmatizou aqueles que insistiam na recordação, construindo, mais uma vez, um *outro*, para o qual não havia espaço na sociedade argentina que buscava então apaziguar os seus

³¹⁸ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 323-326.

³¹⁹ BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, p. 55.

³²⁰ A EAAF criada em 1984 pelas organizações de direitos humanos com o fim de desenvolver técnicas da antropologia legal e forense que ajudem a descobrir o que ocorreu com os desaparecidos durante a mais recente ditadura civil-militar. De acordo com Ludmila da Silva Catela, a imagem das fossas comuns e as consequências simbólicas da ausência do corpo dos desaparecidos, faz com que, para muitos familiares, a função dos antropólogos forenses seja fundamental: “Legitimados pela ‘ciência’ representam os especialistas que um dia podem chegar a identificar seu parente, mesmo em contextos tão desfigurados. São eles os únicos, pelo menos até o momento, que por meio de um saber ultrapassaram as fronteiras do desaparecimento, nomeando cadáveres, anunciando a morte ao familiar, restituindo os restos mortais. A devolução dos restos mortais, além disso, vem acompanhada de informações a respeito de como foi a morte. Uma morte com algumas certezas e, fundamentalmente, com a identidade. O EAAF se perfilou como a única instituição que pode dar informação e respostas sociais sobre estas mortes”. CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 154-155.

³²¹ A CONADI foi criada em novembro de 1992, com os objetivos iniciais de buscar e localizar menores desaparecidos durante a última ditadura civil-militar, ampliando-se para a denúncia sobre o tráfico de menores, mulheres em situações limites e adultos com a identidade violada. Sobre as atividades realizado pelas *Abuelas de Plaza de Mayo*, ver: MEMORIA ABIERTA. **Abogados, derecho y política**, pp. 99-105; JELIN, Elizabeth. “¿Victimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra”, pp. 238-240.

conflitos.³²² Por conseguinte, continuaram a ser alvos importantes da vigilância dos agentes policiais da DIPBA. Estes, por sua vez, inseriam-se nos seus *circuitos de memórias* produzindo interpretações sobre a tarefa de rememoração, entendendo-a como a expressão do dissenso e de *subversão* de uma ordem que pretendia se alcançar através da *reconciliação nacional*.

³²² CERRUTI, Gabriela. “La historia de la memoria”, p. 20; SALVI, Valentina. “Entre el olvido y la victimización: transformaciones en la narrativa sobre la ‘reconciliación nacional’”, p. 135.

Capítulo 04. Os lápis, nós seguimos escrevendo.

De acordo com Elizabeth Jelin, as memórias se constroem e se estabelecem através de práticas sociais que se instalam como rituais, e de *marcas* materiais em lugares públicos ou em inscrições simbólicas, como os calendários. Essas inscrições simbólicas encontram nas datas comemorativas momentos escolhidos por diferentes atores para expressar e confrontar os sentidos que outorgam ao passado: “*Se trata de fechas en que el pasado se hace presente en rituales públicos, en que se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se constroen y reconstruyen las memorias del pasado.*”³²³

Steve Stern aponta para as datas comemorativas como momentos de *ruptura* da normalidade, pois, enquanto um dia habitual geralmente não exige pensamento ou reflexões a partir do passado, as comemorações fazem sentir, lembrar e atender a uma convocação, construindo pontes entre os imaginários pessoal e coletivo. Oferecem, assim, uma oportunidade para aqueles que reclamam e projetam memória nos espaços públicos que, além de responderem à convocação da data, aproveitam para tomar espaços nos quais produzem e compartilham memórias com seus contemporâneos.³²⁴

A partir de tais proposições, interpretamos as datas comemorativas como momentos em que se tornam públicos os *circuitos de memórias*. Estes se iniciam com a aproximação de uma data que gera uma convocação para a recordação, um *dever de memória*. Atendida essa convocação por diversos atores sociais, num processo de diálogo entre as memórias pessoais e a memória coletiva, toma forma um processo de circulação de memórias a partir do qual se garante que a recordação do acontecimento vinculado à data seja transmitida através de distintas iniciativas públicas. Por sua vez, reforça-se e reitera-se o valor simbólico da data e do acontecimento, cristalizando assim o seu espaço no calendário de comemorações anuais.

Como analisamos anteriormente, o relato produzido em torno dos episódios ocorridos em setembro de 1976, na cidade de La Plata, constituiu um episódio repressivo que nos primeiros anos da democracia tornou-se publicamente conhecido como *La noche de los lápices*. Este episódio cobrou uma particular importância simbólica em um contexto de denúncia das violações

³²³ JELIN, Elizabeth. “Introducción”. In: JELIN, Elizabeth (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**. p. 1.

³²⁴ STERN, Steve J. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)”. In: GARCÉS, M. [et. Al.] (ed.). **Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2001, pp. 12-14.

aos direitos humanos cometidos pela mais recente ditadura civil-militar, principalmente devido às características atribuídas às suas vítimas: adolescentes, estudantes, desaparecidos. A veiculação desse relato nas iniciativas oficiais de tratamento do passado ditatorial e em duas produções culturais importantes garantiu que se formasse em torno do episódio um *circuito de memórias*, no qual as memórias privadas dos familiares de desaparecidos e de um dos sobreviventes foram apropriadas pela memória coletiva. Este *circuito* encontrou desde o início nos jovens novos *empreendedores* da memória que, ao tornarem o 16 de setembro uma data importante no seu calendário de mobilizações políticas, garantiram a sua vitalidade. Vitalidade esta que se manteve na década de 1990, como nos aponta a documentação produzida e arquivada pela DIPBA, apesar de se tratar de um momento em que as lembranças do passado ditatorial encontravam interditos em uma aparente falta de vontade política de uma sociedade que aparentemente aceitou encerrá-lo, voltando-se para um futuro de conciliação.

Logo, ao partirmos do 16 de setembro para mapearmos o *circuito de memórias* vinculado ao episódio conhecido como *La noche de los lápices* precisamos analisar as continuidades e rupturas comemorativas ao longo dos anos em questão. As comemorações são conjunturas nas quais as memórias são produzidas e ativadas. Trata-se de ocasiões públicas, espaços abertos, nos quais se expressam e atuam os diversos sentidos outorgados ao passado, reforçando alguns, ampliando e transformando outros.³²⁵ Por se tratar de um episódio que já possuía um relato socialmente aceito e compartilhado, precisamos analisar em que medida esse relato reafirmou-se em um novo contexto de produção de memórias, e se surgiram ou não novos elementos para a recuperação da memória dos desaparecidos. Para tanto, além de mapearmos as práticas comemorativas entre os anos de 1990 e 1996, devemos identificar as memórias da mais recente ditadura civil-militar que então circulavam nos *circuitos de memórias*. Apesar da *política de memória de reconciliação nacional*, novos questionamentos e significações vieram à tona nos espaços públicos de discussão nesse momento, assim como silêncios e limites à representação do passado foram reiterados. Pela escolha da documentação, nesse *circuito* não podemos deixar de observar os agentes de segurança como *empreendedores da memória*, já que, ao produzirem seus informes e ao reunir a informação sobre as distintas iniciativas, eles produzem o seu significado para a data e, conseqüentemente, para o passado.

³²⁵ JELIN, Elizabeth. “Introducción”. In: JELIN, Elizabeth (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**, pp. 1, 245.

O boom das memórias da ditadura civil-militar

No começo da década de 1990, notamos uma mudança na relação entre a sociedade argentina e a memória da mais recente ditadura civil-militar. Se nos primeiros anos do governo de Raul Alfonsín, esta parecia impelida por um *dever de memória*, visto como elemento necessário para a afirmação de um pacto social em torno da democracia, aos poucos a irrupção de questões não resolvidas resultou na promoção de políticas de *reconciliação*. Aparentemente mais preocupada com a estabilidade das instituições democráticas, e com as questões econômicas e sociais que a ameaçavam, ela se mostrava menos disposta a reabrir as experiências dolorosas dos anos de autoritarismo, colocando a ênfase na necessidade de se voltar para a construção de um futuro.³²⁶

Entretanto, o fato das políticas de *reconciliação nacional* buscar encerrar a experiência da mais recente ditadura civil-militar no passado, condenando as memórias produzidas em torno dela a um lugar marginal, tanto pela tentativa de tirar-lhes a relevância política e social, como por considerar-lhes *ameaçadoras* à ordem institucional, não gerou uma interrupção dos *circuitos de memórias*. Estes continuaram presentes graças às ações realizadas por *empreendedores* da memória que não deixaram de explorar caminhos alternativos ao reconhecimento oficial e judicial, sobretudo através de ações simbólicas.

Um exemplo disso são os *circuitos* que se formaram em torno do 24 de março. De acordo com Federico Lorenz, apesar das convocatórias a esta data terem perdido parte do poder de mobilização que tiveram nos primeiros anos da redemocratização, a tentativa de encerramento da questão militar através da assinatura dos *Indultos* pelo então presidente Carlos Menem gerou uma mudança nas estratégias, nos discursos e na maneira dos *empreendedores* da memória encarar as *comemorações*, assim como o surgimento de novas modalidades de expressão. Entre 1990 e 1994, nota-se uma passagem da denúncia e da demanda de justiça à recordação e à função didática, atribuindo à luta pela memória uma importância na agenda de mobilizações,

³²⁶ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*, p. 5; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*, p. 57.

principalmente dos organismos de direitos humanos.³²⁷ Logo, às ações cotidianas e recorrentes como a ronda das *Madres* todas as quintas-feiras ao redor da *Pirámide de Mayo*, ou as marchas e manifestações públicas em datas do *calendário anual da ditadura*, somaram-se outras pensadas para perdurar no tempo e para marcar os espaços urbanos: placas comemorativas, monumentos, nomeação de praças ou ruas, tentativas de criação de museus e de parques da memória.³²⁸

Colocava-se, assim, mais uma vez o imperativo da *transmissão*; porém, desta vez, o *lebrar para não esquecer* relacionava-se à busca de condenação social do passado ditatorial e do legado de profundas desigualdades econômicas e sociais deixados por ele.³²⁹ Entre os organismos de direitos humanos ampliou-se a discussão sobre os limites do sistema democrático, opondo a democracia formal a real, e ampliando a noção de direitos humanos defendidos, associando a sua violação a um processo iniciado a partir da mais recente ditadura:

La línea encabezada por Hebe de Bonafini comenzó a sostener una posición más dura de articulación de las demandas específicas de derechos humanos con una confrontación con los proyectos de reformas económicas y especialmente contra los procesos de achicamiento del Estado y ajuste del gasto público que esas reformas impulsaron. Durante el gobierno de Menem, esa orientación cristalizó en demandas que intentaban establecer una equivalencia entre los desaparecidos de la dictadura y los “nuevos desaparecidos del sistema” (obreros sin trabajo, chicos de la calle, jubilados y todos los que son tenidos en cuenta), o sencillamente incluyendo en sus reivindicaciones históricas reclamos contra las consecuencias desastrosas de las políticas neoliberales (la impunidad, la desocupación, el hambre, los genocidas libres y los sindicalistas corruptos).³³⁰

Dessa maneira, marcava-se uma continuidade entre a luta dos militantes de esquerda da década de 1970 e as lutas que se colocavam contra o modelo econômico neoliberal que começava a se impor na Argentina. O resultado disso foi uma recuperação da *subjetividade* e da militância

³²⁷ LORENZ, Federico. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976”, pp. 79-80.

³²⁸ VALDÉZ, Patricia. “‘Tiempo Óptimo para la memoria’”, p. 80; VALDEZ, Patricia. “El Parque de la Memoria en Buenos Aires”. In: JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. (comps.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2003, pp. 99-100; HANCEVICH, Malka & SOLER, Lorena. “Sobre lo (im)posible de recordar”. In: CRENZEL, Emilio. **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**, p. 100; FELD, Claudia. “El pasado como ‘show’. Los medios de comunicación masiva y la representación del terrorismo de Estado en Argentina”. In: ALONSO, Fabiana [et.al.]. **Justicia y derechos humanos en la construcción de la democracia**, p. 172.

³²⁹ Podemos notar esse imperativo de transmissão no uso que, a partir dos *Indultos*, se fizeram do *Nunca Más*, cujas tentativas de republicação passaram a ser vistas como um modo de enfrentar a impunidade, preservar a memória frente às possibilidades de esquecimento que então se colocava, e de reafirmar a experiência da repressão ditatorial. Logo, o informe da CONADEP passou a ser recuperado não mais como instrumento jurídico, mas como um *veículo de memória* capaz de transmitir o ocorrido às novas gerações. Ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 150-155.

³³⁰ PEREYRA, Sebastián. **¿La lucha es una sola?: la movilización social entre la democratización y el neoliberalismo**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 39.

dos desaparecidos no discurso de alguns setores do movimento pelos direitos humanos: as até então vítimas – cidadãos cujos direitos fundamentais, principalmente o da vida, haviam sido arrasados – passaram a ser genericamente recuperadas como *militantes populares*. Em um sentido que já se construía a partir dos primeiros anos da democracia, instituiu-se um novo laço entre passado e presente, baseado na afirmação de que as causas populares pelos quais os desaparecidos *deram* suas vidas seguiriam vigentes; logo, deveria ser recordado mais do que o horror da desapareição, a *luta revolucionária* dos ausentes e a atualidade de suas bandeiras.³³¹

Contudo, a militância não era recuperada a partir da reconstrução histórica do contexto de suas práticas, pois não significou na abertura de canais de discussão acerca da violência política e da sua valorização pelos militantes da década de 1970, não se distanciando totalmente dos limites surgidos nos primeiros anos da democracia. Ao *mito da vítima inocente* se sobrepôs uma *mitificação heroica* dos desaparecidos, sem anular as suas representações, a qual não examinava as suas distintas opções políticas, os seus métodos e as suas finalidades; nem a relação entre tais opções e os resultados históricos. Em muitos casos, significou mais um questionamento do sentido de *ruptura histórica* atribuída à transição democrática, no qual os alcances do regime político passaram a ser interpretados por sua capacidade de tirar os desaparecidos da sua

³³¹ Segundo Federico Lorenz, na *comemoração* do 24 de março de 1986, o discurso da *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, em um processo de radicalização, recuperou a identidade revolucionária dos desaparecidos. Seus filhos começaram a ser identificados como *militantes populares*, e em função dessa identificação a sua luta foi resignificada. Porém, foi no início da década de 1990, que teria cobrado força essa recuperação: “*En un contexto de desmotivación por las conmemoraciones, los discursos de esta agrupación hicieron pasar la condición de víctima del desaparecido a un segundo plano, ocupando el primero una reivindicación de las causas por las que éstos fueron muertos (...) Esta transformación pasaba a otorgar una identidad única a todas las víctimas del terrorismo de Estado: los militares ‘secuestraron y desaparecieron 30.000 revolucionarios’. (...) Ya no se recuerda con dolor, puesto que lo que se conmemora no es la muerte de los desaparecidos sino su compromiso revolucionario, vigente porque sus causas continúan vigentes.*” Ver: LORENZ, Federico G. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976”, p. 80-1. Apesar dessa recuperação não ter sido central no discurso de outros organismos (APDH, *Abuelas*, *Madres Línea Fundadora*, *Familiares*, MEDH, LADH, SERPAJ), o eixo de seu discurso constituiu-se também em torno das críticas à política econômica do governo e de possíveis continuidades entre a ditadura e a democracia. Nesse sentido, o CELS assumiu os problemas relativos ao aparato repressivo montado durante a ditadura e que ainda integrava as distintas forças de segurança. A partir dos primeiros anos da década de 1990, a sua análise se orientou para um questionamento das formas de funcionamento da instituição policial durante a democracia, em um trabalho que teve uma repercussão pública importante e que resultou na criação de novas organizações específicas como a *Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional* (CORREPI). Ver: PEREYRA, Sebastián. **¿La lucha es una sola?: la movilización social entre la democratización y el neoliberalismo**, pp. 40-41; 46-56.

condição de vítima, seja das violações da ditadura ou das omissões da democracia, equiparando as instituições democráticas e os políticos do presente aos repressores do passado.³³²

A presença das memórias do mais recente ditadura civil-militar nos espaços públicos argentinos sofreu uma inflexão a partir do ano de 1995, quando um *boom da memória* começou a tomar forma a partir da inserção de novas vozes aos *circuitos de memórias*.³³³ Nesse ano, os relatos de reconhecimento público dos desaparecimentos deixaram de ser exclusividade das vítimas a partir das *confissões* e *autocríticas* de militares envolvidos na repressão. No final de 1994, o Senado não aprovou a ascensão dos capitães Antonio Pernías e Juan Carlos Rolón a cargos públicos, devido à existência de provas sobre o seu envolvimento na repressão clandestina.³³⁴ Pouco depois, e relacionado a tais fatos, o capitão Adolfo Scilingo *confessou* sua participação nos *vôos da morte*,³³⁵ em uma entrevista ao jornalista Horacio Verbitsky, reproduzida no livro *El Vuelo*.³³⁶ Mais do que o seu *arrependimento*, o que motivou a *confissão* de Adolfo Scilingo foi a afirmação de que ele e outros subordinados não tinham cometido *excessos*, mas eram militares que acatavam ordens de seus superiores e que, por isso, não deveriam sofrer represálias. À repercussão alcançada por sua *confissão*, seguiram declarações de outros repressores que buscaram principalmente programas de televisão para falar sobre sua participação, com diversas intenções e tipos de discurso: apesar de alguns mostrarem certa *má consciência* pelos atos cometidos, outros justificaram e defenderam as violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura civil-militar.³³⁷ Nesse quadro, repercutiu, principalmente,

³³² PALERMO, Vicente. “Entre la memoria y el olvido: represión, guerra y democracia en la Argentina”. In: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **La historia reciente. Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004, pp. 9-11; RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”, pp. 274-275;

³³³ Aproveitamos a noção de *boom de memórias* a partir dos seguintes trabalhos: CERRUTI, Gabriela. “La historia de la memoria”, pp. 21-22; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 154; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, pp. 12-13.

³³⁴ Devemos pontuar que nesse momento o CELS realizou distintas estratégias para impedir a ascensão a cargos públicos de militares acusados de participação nos *circuitos repressivos clandestinos*. Por outro lado, em províncias como Salta e Tucumán, políticos que tiveram um reconhecido papel na repressão ditatorial foram eleitos governadores. Ver: ISLA, Alejandro. “Los apoyos de Bussi. Valores domésticos, espacios públicos en el presente tucumano”. In: SVAMPA, Maristella. **Desde abajo. La transformación de las identidades sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2000; BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, p. 54, 62.

³³⁵ Os *vôos da morte* foram uma metodologia utilizada para desaparecer com os sequestrados, mantidos em cativeiro nos centros de detenção clandestinos, e ocultar a ação criminal. As vítimas, adormecidas através do uso de medicamentos, eram atiradas no Rio da Prata, a partir de aviões em voo.

³³⁶ VERBITSKY, Horacio. **El Vuelo**. Buenos Aires: Planeta, 1995.

³³⁷ Em agosto de 1995, Emilio Massera, integrante da Marinha da primeira Junta Militar, foi convidado a dois programas televisivos. Em *Hadad & Longobardi*, manifestou que as torturas, os sequestros, a eliminação clandestina

o discurso do general Martín Balza, no programa *Tiempo Nuevo*, no qual realizou uma *autocrítica* pública e pediu perdão pelos erros cometidos por uma *minoría* de *delinquentes* que não poderiam ser desresponsabilizados pelo argumento da *obediência devida*. Independente das motivações e dos limites que colocavam esses discursos para o exercício da memória, não podemos deixar de reconhecer a importância do reconhecimento público por parte desses militares de alguns dos métodos adotados nos *circuitos repressivos clandestinos*, gerando certo rompimento do silêncio das Forças Armadas em torno deles.³³⁸

Outra voz que se somou nesse momento foi a dos filhos de desaparecidos. Entre o final de 1994 e o começo de 1995, realizou-se na cidade de La Plata uma série de homenagens a pessoas assassinadas e desaparecidas durante a mais recente ditadura civil-militar, nas quais participaram os filhos de algumas vítimas.³³⁹ Esses encontros criaram um espaço para que esses jovens tomassem a palavra para contar suas histórias, permitindo o seu encontro com outros que compartilhavam uma experiência familiar similar. Às homenagens seguiram-se outras reuniões informais, além de dois acampamentos na província de Córdoba, convocando filhos de distintos pontos do país, e resultando no surgimento do grupo *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S.).³⁴⁰

de detidos, e até o julgamento aos ex comandantes, não eram mais que *fantasias* que surgiriam de uma campanha feita por *ex montoneros*. Designou como ficções livros que documentavam o sistema repressivo, como o *Nunca Más*. Além disso, atacou algumas figuras do jornalismo, da política e o movimento pelos direitos humanos. Já em *Hora Clave*, três dias depois, algumas vítimas dos centros clandestinos que estiveram sob os cuidados de Massera tiveram dois minutos para responder suas acusações e, a continuação, o ex almirante utilizou-se do *direito de réplica* para negar a existência dos *circuitos repressivos clandestinos*. Segundo Claudia Feld, ao propor um *debate*, esses programas constroem a ideia de que os fatos ocorridos durante a mais recente ditadura civil-militar poderia ser apresentado a partir de duas opiniões enfrentadas; consequentemente, atribuem um estatuto de verdade possível às negações proferidas por Massera, apresentando-a como uma opinião a mais no leque de opiniões que compunham os debates televisivos. Ver: FELD, Claudia. “El pasado como ‘show’”. Los medios de comunicación masiva y la representación del terrorismo de Estado en Argentina”, pp. 173-177.

³³⁸ CERRUTI, Gabriela. “La historia de la memoria”, p. 21; VALDÉZ, Patricia. “‘Tiempo Óptimo para la memoria’”, p. 74; MAZZEI, Daniel. “El general Balza y la construcción de una memoria alternativa del Ejército argentino.” **Anuario n°20, Escuela de Historia: historia, memoria y pasado reciente**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2004; BISQUERT, Jacquelina & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**, pp. 59-62;

³³⁹ Para uma análise de tais atos, ver: CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp 239-266.

³⁴⁰ A utilização do nome da organização varia alternativamente entre HIJOS e H.I.J.O.S. O uso da sigla sem pontos responde a uma decisão da regional de La Plata que pretendia ter autonomia em relação com a rede nacional que reúne as outras regionais, e a uma atitude política mais radical por parte dela, apesar de reconhecer os objetivos colocados na sigla. Ver: CUETO RUA, Santiago. “HIJOS La Plata: la democracia en cuestión. Tensiones entre el discurso de HIJOS y la legalidad democrática.” *In: Anuario n°20, Escuela de Historia: historia, memoria y pasado reciente*, p. 196.

Nascidos em sua grande maioria nos anos prévios ou imediatamente posteriores ao golpe civil-militar de 1976, em meados dos anos 1990, tinham a idade na qual se começava a colocar a militância política ou social como uma alternativa possível. Soma-se a isso o fato de se aproximar da idade que tinham seus pais no momento da morte ou desaparecimento, o que para muitos jovens teve um efeito mobilizador. No primeiro momento, a condição de ser filho de desaparecidos, de assassinados, de sobreviventes ou de exilados por razões políticas foi o núcleo que reuniu um conjunto de jovens com trajetórias, expectativas e interesses heterogêneos: alguns haviam militado previamente em diferentes organizações, outros faziam ali o seu primeiro contato com a política; alguns consideram que deveria ser uma organização capaz de lutar por objetivos políticos, formulando demandas e impondo consignas, outros priorizavam o espaço da contenção e da sociabilidade entre seus membros.³⁴¹

A relação com o desaparecimento do familiar já marcava a heterogeneidade de experiências dos filhos de desaparecidos. Enquanto alguns deles tinham informações sobre os desaparecimentos – alguns inclusive foram testemunhas dos sequestros ou foram eles mesmos sequestrados pelos militares; outros foram *protegidos* de saber o que ocorreu pelos familiares e amigos. Logo, para muitos aproximar-se do grupo era um passo necessário na reconstrução de sua própria história pessoal, entrando no problema dos desaparecidos pela porta da identidade, para responder questões sobre quem eram seus pais, parcialmente revelado pelas contidas *versões familiares*.³⁴² Independentemente de tais diferenças, compartilhavam uma mesma motivação: a necessidade de recuperar as memórias silenciadas de seus pais e/ou familiares, principalmente no que se relaciona à militância e aos seus ideais. Por esse motivo, desde o início, os filhos de desaparecidos buscaram aproximar-se dos companheiros de militância de seus pais, pois eles eram capazes de transmitir-lhes dados pessoais e experiências que dificilmente poderiam encontrar em outros grupos. Essa aproximação outorgou aos ex militantes, dentre os quais

³⁴¹ Sobre a origem de H.I.J.O.S., ver: FRIED, Gabriela. “Memorias que insisten: la intersubjetividad de la memoria y los hijos de detenidos desaparecidos por la dictadura militar argentina (1976-1983)”. In: GROppo, B.; FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**, pp. 136-137; RUA, Santiago Cueto. “HIJOS La Plata: la democracia en cuestión. Tensiones entre el discurso de HIJOS y la legalidad democrática.”, pp. 186-191; BONALDI, Pablo D. “Hijos de desaparecidos. Entre la construcción de la política y la construcción de la memoria”. In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, pp. 144-146.

³⁴² CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 345-346. Sobre os limites das memórias transmitidas nos *circuitos familiares*, ver: KAUFMAN, Susana G. “Lo legado y lo propio. Lazos familiares y transmisión de memorias”; OBERTI, Alejandra “La memoria y sus sombras”.

encontravam-se sobreviventes dos centros clandestinos, a possibilidade de que contassem publicamente suas experiências, dando-lhes legitimidade para introduzir parte de sua história pessoal que havia sido silenciada nos relatos construídos durante a transição.³⁴³

A entrada dos filhos de desaparecidos aos *circuitos de memórias* trouxe a tona questionamentos sobre os processos de transmissão, mostrando os limites, os vazios e os silêncios em torno das representações dos desaparecidos. Por outro lado, converteu em objeto de ressignificação a militância e o compromisso em organizações da esquerda revolucionária, obliterados nos relatos até então produzidos, seja pelas estratégias de denúncia utilizadas pelo movimento argentino pelos direitos humanos, ou pelo marco jurídico formal adotado durante o julgamento às Juntas Militares. Além das perguntas privadas nos *circuitos familiares*, a militância nas organizações político-militares passou a ser objeto de discussão do cinema e de uma literatura baseados no testemunho dos seus protagonistas.³⁴⁴ Contudo, apesar de trazer a tona episódios da luta armada e as opções políticas daqueles que a aderiram, não se tratou de uma recuperação crítica da *violência política*.

Em um momento marcado pela inserção de novos atores sociais, versões silenciadas, de novas práticas e de uma renovada cobertura dos meios de comunicação,³⁴⁵ os *circuitos de*

³⁴³ FRIED, Gabriela. “Memorias que insisten: la intersubjetividad de la memoria y los hijos de detenidos desaparecidos por la dictadura militar argentina (1976-1983)”, pp. 136-137; BONALDI, Pablo Daniel. “Hijos de desaparecidos, entre la construcción de la política y la construcción de la memoria”, pp. 162-163.

³⁴⁴ Entre os filmes podemos citar *Cazadores de Utopías* (David Blaustein, 1995) e *Montoneros, una historia* (Andrés Di Tella, 1995); entre os livros que se baseam em uma produção testemunhal: DIANA, Marta. **Mujeres guerrilleras**. Buenos Aires: Planeta, 1996; Luis Mattini. **Hombres y mujeres del PRT-ERP**. La Plata: De la Campana, 1996. A estes se seguiu a série de livros *La Voluntad*, escrita por Eduardo Anguita e Martín Caparrós, lançada a partir de 1997, que consolidou a abordagem do tema da militância pela literatura testemunhal argentina. Ver: OBERTI, Alejandra & PITTALUGA, Roberto R. **Memorias en montaje: Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la memoria**. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 2006; NOFAL, Rossana. “Desaparecidos, militantes y soldados: de la literatura testimonial a los partes de guerra”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**.

³⁴⁵ Segundo Claudia Feld, os *debates* com repressores nos programas televisivos reacenderam discussões sobre o papel dos meios de comunicação na representação do ocorrido durante a ditadura. As aparições televisivas dos militares foram seguidas por expressões de repúdio, um debate sobre a liberdade de expressão e uma polêmica si deveria ou não dar espaços a esses repressores que falaram na televisão. Ver: FELD, Claudia. “El pasado como ‘show’. Los medios de comunicación masiva y la representación del terrorismo de Estado en Argentina”, p. 177. A presença do passado ditatorial nos meios de comunicação ocorreu também nos jornais: ao jornal *Página/12*, que desde o seu surgimento 1987 vinha publicando suplementos especiais e livros sobre a mais recente ditadura, como, por exemplo, a reedição do *Nunca Más* em fascículos acompanhados de colagens do artista León Ferrari, somaram-se outros que, além de cobrirem com amplitude os eventos, também editaram edições especiais referentes à data. De acordo com Federico Lorenz, pela primeira vez, aqueles que quiseram se somar às atividades comemorativas possuíam informações sistemáticas sobre como e onde participar. Ver: LORENZ, Federico. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976”, p. 84; CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 156-162.

memória recuperaram a sua presença nos espaços públicos. Essa recuperação expressou-se principalmente nas *comemorações* pelos vinte anos do golpe de Estado de 1976. De acordo com Federico Lorenz, estas tiveram algumas singularidades se comparadas aos anos anteriores. Primeiro, a participação de setores sociais que antes poderiam se sentir excluídos dos atos.³⁴⁶ Nesse ano, os organismos de direitos humanos, com exceção da *Asociación de Madres de Plaza de Mayo*, reuniram-se em torno da *Comisión por la Memoria, la Verdad y la Justicia*, colocando a necessidade de conseguir-se uma articulação dos diversos atos de repúdio em todo o país com motivo do vigésimo aniversário do golpe. À convocatória para o ato central - marcha do Congresso à *Plaza de Mayo*, na Capital Federal -, juntaram-se, sindicatos, partidos políticos, artistas, associações de bairro, grupos de defesa dos direitos civis e de minorias, centros de estudantes; que encontraram na *comemoração* do 24 de março um marco legitimado para agregar as suas demandas, que não necessariamente tinham relação com a ditadura. Somaram-se ainda cidadãos *independentes*, que se posicionaram no ato sem identificar possíveis filiações político-sociais. Segundo, a notável presença da juventude, seja diretamente, através da primeira aparição pública da agrupação H.I.J.O.S.; ou respondendo à convocatória da *Asociación Madres* que realizou, na madrugada do dia 23 para o 24, um festival de bandas de *rock* na *Plaza de Mayo*, marcando uma nova estratégia por parte desse organismo de estabelecer um nexo entre a sua luta e os jovens, associando-os em seu discurso aos desaparecidos e as dificuldades encontradas por esse setor social às consequências do plano instaurado pela última ditadura civil-miliar. Por último, foi a primeira ocasião na qual um presidente eleito constitucionalmente se expressou de forma oficial sobre o golpe civil-militar em seu aniversário, ao transmitir uma mensagem gravada nos canais de televisão na qual se referiu a uma violência e a um *horror*, sem pontuar responsabilidades ou suas causas históricas, e defendeu sua decisão de indultar os ex comandantes das Forças Armadas baseando-se na necessidade de pacificação e em sintonia com uma sociedade que, desde 1984, havia *deixado para trás* um passado violento. Distanciava-se, assim, do aparecimento de medidas governamentais tendentes a gerar *espaços de memória* através da instalação de monólitos em lugares onde funcionaram centros clandestinos de detenção, da aprovação de um projeto de monumento aos desaparecidos em frente ao Rio da

³⁴⁶ Já em 1995, novos atores sociais já tinham começado a participar das *comemorações* do 24 de março, com uma multiplicação de atos e iniciativas, particulares ou patrocinadas por instituições públicas. Houve uma profusão de declarações de personalidades públicas e políticos, assim como de artistas, dentre as quais o aparecimento de cartazes pelas ruas de Buenos Aires assinados pelo grupo *Jóvenes por la memoria*. Ver: LORENZ, Federico Guillermo. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976”, p. 82.

Prata, e da criação do *Museo de la Memoria Nunca Más* no local onde funcionara o centro clandestino *Olimpo*.³⁴⁷

O resultado desses esforços foi a presença permanente de atividades comemorativas durante todo o mês de março de 1996 em todo o país; as distintas formas através das quais se estimulou o processo da memória individual e coletiva.³⁴⁸ Por esse motivo, Ludmila da Silva Catela aponta o 24 de março de 1996 como um *24 de março extraordinário*, devido à sua força convocatória e ao lugar que passou a ocupar na memória dos atores participantes dos *circuitos de memórias*:

A marcha de 24 de março de 1996 foi de certa forma paradigmática, fez história, foi uma versão total. A mobilização foi maciça em todo o país. Talvez a frase que mais represente esse dia seja “en la calle no éramos los de siempre” frisando que a convocação congregou cidadãos comuns nem sempre manifestantes. Foi especial em todo o país e na história desse rito comemorativo. (...) Embora tenha mantido a estrutura dos demais 24 de março, foi o mais concorrido da história e, portanto, o mais marcante, tanto em relação à sua difusão quanto em relação à lembrança dos indivíduos.³⁴⁹

O processo de *boom da memória* da mais recente ditadura civil-militar na Argentina aponta-nos que foram necessários vinte anos de uma dinâmica social e política para que a memória da ditadura e o problema dos desaparecidos se instalassem nos espaços públicos. Entretanto, não podemos pensa-lo como algo que se iniciou espontaneamente, mas como consequência da interação entre os *empreendedores da memória*, suas estratégias e procedimentos de recuperação do passado, nos *circuitos de memórias*.³⁵⁰ Apesar de não possuírem durante o início da década de 1990 a relevância pública conquistada ao final da ditadura, isso não significou a sua interrupção. O que podemos perceber é que eles passam por diferentes momentos de latência, de um aparente silêncio público a um momento em que tudo parece se voltar para o passado rememorado, como o ocorreu em certa medida com a sociedade argentina a partir de 1995. Entretanto, isso não significou a superação das *resistências* colocadas à circulação de memórias nos primeiros da redemocratização. Nesse sentido, o exame das ações e omissões dessa sociedade com a ditadura civil-militar e da legitimidade dada ao uso da *violência*

³⁴⁷ LORENZ, Federico G. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976”, pp. 83-89.

³⁴⁸ LORENZ, Federico G. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976”, pp. 89-90.

³⁴⁹ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 224.

³⁵⁰ CERRUTI, Gabriela. “La historia de la memoria”, pp. 23-25; VALDÉZ, Patricia. “Tiempo Óptimo para la memoria”, pp. 75-76.

política, inclusive como prática adotada pelos desaparecidos, continuaram obliterados pelo *dever* de se transmitir a memória de um passado então ameaçada por uma opção pelo *esquecimento*.

O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA

Em todos os anos, podemos observar que a vigilância da DIPBA inicia-se dias antes ao 16 de setembro, no momento em que começam a surgir publicamente as primeiras convocatórias. Diante da informação de uma convocatória, a DIPBA produzia um documento de pedido de busca de informações, o qual era respondido positivamente ou negativamente pelas distintas delegações da Província de Buenos Aires. Dessa maneira, em 9 de setembro de 1996, a DIPBA produziu um memorando com o assunto *Aniversario de la denominada noche de los lápices* na qual, com motivo de se cumprir no próximo 16 do corrente mês o aniversário da denominada *Noche de los Lápices* pedia que os seus agentes policiais, ante a possibilidade de viabilizar medidas de ação, informassem quatro pontos principais:

- 1) Posibles concentraciones, movilizaciones, charlas debate, proyecciones del filme o algún tipo de medida que se vincule con el hecho antes citado.
- 2) En caso de concretarse movilizaciones y/o concentraciones, cite lugares de reunión y recorrido de manifestantes, así como agrupaciones estudiantiles, políticas o gremiales que organicen o adhieran a tal medida.
- 3) Si se efectúan charlas debate, proyecciones del film o actividad similares, mencione los lugares en que se desarrollan y las entidades que organicen, participen o adhieran.
- 4) Todo otro dato de interés.³⁵¹

Este documento é seguido por uma tabela na qual se confirmam o recebimento do memorando pelas delegações da província, quem o recebeu, a hora e a data. Ao longo da pasta observamos que os informes produzidos por toda a província respondem a esse pedido de informações. Apesar de só possuímos o memorando referente ao ano de 1996, o padrão das respostas em anos anteriores é um demonstrativo de que esse tipo de documento iniciava a reunião e produção de informação pela DIPBA, ao qual os documentos se referem como epígrafe.

³⁵¹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 59.

Em 14 de setembro de 1992, a delegação de La Plata produziu um documento complementar ao requerimento número 147 no qual informava que:

Dado cumplimiento al requerimiento de epígrafe, en relación a la Noche de los Lápices se pudo establecer lo siguiente:

- 1) Se confirmó su realización el día 16 del corriente en Plaza Rocha a partir de las 1400 horas.
- 2) Se halla organizado por los centros de estudiantes secundarios y organizaciones de Derechos Humanos, se prevee la presencia de unas 300 personas.
- 3) Se agruparan a las 14000 horas en Plaza Rocha calle 7 y 60, desde donde se dirigirán hacia la Legislatura Provincial, pasando anteriormente por el Ministerio de Obras y Servicios Públicos, se realizara una marcha por la zona céntrica de la ciudad.
- 4) Adhieren a la misma los partidos de izquierda P.O.,P.I. y M.A.S., como así Organizaciones de los Derechos Humanos

De surgir novedad se ampliara.³⁵²

As respostas negativas que à primeira vista não trariam informações importantes para os nossos questionamentos, geralmente vêm acompanhadas de comentários e avaliações que se, por um lado, assumem um caráter absolutamente pessoal, do outro demonstram um conhecimento do outro vigiado, fruto provavelmente de uma longa observação sobre ele, que o permite fazer ponderações sobre os seus próximos passos. Logo, em 11 de setembro de 1996, a Delegação de Pehuajo, apesar de responder negativamente aos pedidos de informação da DIPBA, pondera que:

- 3) En lo que refiérase a este punto, no se descartaría la posibilidad que en algunos establecimientos educacionales de esta jurisdicción, efectúen proyecciones del film ya que estarían autorizados por el Ministerio de Educación y Cultura de la Pcia. Bs. As.³⁵³

Às primeiras convocatórias, seguia-se a reunião de informações sobre os atos que ocorreriam nas cidades da província de Buenos Aires. Podemos observar que tais informações poderiam ter distintas origens: *meios próprios*, fruto do *trabalho de campo* dos agentes da DIPBA nos distintos espaços públicos da cidade, principalmente nas imediações de estabelecimentos educativos; recortes de jornais que anunciavam as distintas iniciativas que iram acontecer; informações recolhidas através de outros órgãos – a *comunidade de informações*. Posteriormente, são produzidos informes que reúnem o acompanhamento aos atos públicos, nos quais se apontam a quantidade de assistentes, os grupos identificados, as consignas veiculadas e

³⁵² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 35.

³⁵³ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 62.

uma avaliação se eles produziram *qualquer distúrbio à ordem*. Por fim, era acompanhada qualquer repercussão ao ato, principalmente possíveis incidentes noticiados pelos meios de comunicação nos dias que o seguiam.

A maior parte da informação se refere às cidades da província; Buenos Aires, Capital Federal, geralmente é citada devido à sua marcha tradicional, que inclusive atraía grupos e organizações das outras cidades. Além de nos apontar para o âmbito provincial no qual a DIPBA centrava a sua vigilância, essa constatação permite-nos inferir sobre uma hierarquia das iniciativas comemorativas. Dessa forma, o fato de haver uma organização em outras partes da província para participar da marcha em Buenos Aires, como não se nota em relação à cidade de La Plata, por exemplo, aponta-nos que esse ato possuía uma centralidade e um poder de atração maior do que os outros.³⁵⁴ Por outro lado, demonstra-nos a força de convocação que o episódio conhecido como *La noche de los lápices* possuía em localidades que não se relacionavam diretamente aos seus acontecimentos, pois as lembranças iam além dos limites da cidade de La Plata.

A maior parte da documentação refere-se ao vigésimo aniversário do episódio. No ano de 1996 a memória da mais recente ditadura civil-militar e o problema dos desaparecidos voltou a cobrar singular relevância nos espaços públicos de discussão. Podemos perceber nesse ano uma variedade maior de iniciativas e de atores envolvidos no *circuito de memórias*. Além disso, há um acompanhamento mais detalhado por parte dos meios de comunicação, noticiando nos dias que antecederam ao 16 de setembro, *onde e como* este seria lembrado. Consequentemente, significou uma vigilância mais apurada por parte dos agentes da DIPBA, gerando uma profusão de informes, ao ponto de remeter à direção de inteligência informações sobre um mesmo ato, de hora em hora.

Entre 1990 e 1995, notamos que o *circuito de memórias* tornava-se público através de duas iniciativas principais. A primeira delas era a marcha que possuiu características similares todos os anos nas cidades em que ocorreram. Devemos destacar que a escolha dos locais onde se realizavam os atos nunca era neutra. Nesse sentido, na cidade de La Plata, as marchas iniciavam-

³⁵⁴ Ludmila da Silva Catela aponta para uma relação parecida entre a marcha do 24 de março em La Plata e a de Buenos Aires: geralmente, a primeira ocorria em horários comerciais, para que depois, aqueles que quisessem, pudessem participar da mobilização na Capital Federal, já que esta, enquanto a data não era feriado nacional, se realizava após as 18 horas, horário no qual os possíveis assistentes já tinham terminado suas jornadas diárias. Ver: CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, p. 214.

se na *Plaza San Martín*, espaço de forte simbolismo para o movimento pelos direitos humanos locais por ser a praça na qual as *Madres platenses* realizavam a sua ronda; além de ser a praça que congrega as instituições administrativas da cidade e da província – o Congresso Provincial e a Casa do Governo – e de se situar nas proximidades do núcleo comercial da cidade. Reiterava-se assim a referência que esse espaço possuía na *hierarquia dos espaços públicos* da cidade e, por conseguinte, dotava o ato de visibilidade.³⁵⁵ Da *Plaza San Martín*, os manifestantes realizavam um percurso à Legislatura Provincial, com uma parada no Ministério de Obras Públicas. A escolha deste percurso não era por acaso: trata-se daquele realizado pelos estudantes secundaristas durante a manifestação pelo boleto estudantil secundarista, em 1975, como retratam o livro e o filme.³⁵⁶ Já na cidade de Buenos Aires, a marcha partia da *Plaza de los Dos Congresos* à *Plaza de Mayo*, mesmo itinerário feito pelos organismos de direitos humanos e assistentes a marcha do 24 de Março. Porém, a marcha do 16 de setembro possuía uma singularidade: antes de chegar ao destino final, ela passava pelo Ministério da Educação. Podemos perceber, portanto, que ambas as marchas além de se utilizarem de um *roteiro de mobilização* consagrado nas duas cidades pelo histórico de mobilizações referentes à memória da mais recente ditadura civil-militar, este passava por mudanças para fazer referências específicas ao episódio rememorado, estabelecendo uma vinculação entre as marchas do passado e as do presente.

Em algumas cidades da província na qual não ocorriam marchas, era comum a prática de exibição do filme, seguida de um debate sobre o episódio retratado. O interesse da DIPBA em relação ao filme lançado em 1986 se expressa em um informe produzido em 17 de abril de 1993, no qual o agente responsável analisou a representação das autoridades instituídas e das forças de segurança nele.³⁵⁷ Não foi exclusividade da DIPBA a preocupação com o que era veiculado pela

³⁵⁵ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 221-222.

³⁵⁶ Esta associação pode ser percebida na seguinte descrição feita pelo jornal *Crónica* sobre a marcha de 1996: *El multitudinario acto, (...) fue precedido por una marcha que comenzó a las 15 en la plaza San Martín, lugar de partida que se utiliza año a año para reconstruir una de las manifestaciones realizadas en 1976 por la Coordinadora de Estudiantes Secundarios de entonces en defensa del boleto estudiantil, algunos de cuyos dirigentes resultaron secuestrados y desaparecidos bajo la última dictadura militar*. Ver: Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 166. A presença do livro nas comemorações pode ser percebida ainda na reprodução das fotografias dos jovens desaparecidos utilizadas pelos autores para abrir cada um dos capítulos dedicados às suas biografias. Em alguns folhetos, estas aparecem associadas à palavra de ordem *Presentes*, identificando quais desaparecidos são homenageados e restituindo suas identidades. Ver: Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 12.

³⁵⁷ “*En cuanto a las oportunidades en que se observan efectivos policiales y/o dependencias como parte de la trama por la que transcurre la película, entre las más destacadas, caben citar las siguientes: desplazamiento de personal de los Cuerpos de Infantería y Caballería, para cubrir una manifestación frente al edificio Ministerio de Obras y*

obra: a sua primeira exibição na televisão aberta argentina, em 26 de setembro de 1988, havia gerado temores do governo de Raul Alfonsín diante de possíveis mal-estares que poderia gerar com os militares.³⁵⁸ Devemos recordar que um dos elementos centrais do argumento desse *veículo de memória* foi a demonstração da disparidade do uso da violência entre vítimas e repressores, em um claro demonstrativo das violações cometidas por agentes das forças de segurança. Logo, além da capacidade convocatória que a exibição do filme possuía, tornando-a um ato político público, podemos inferir que haveria por parte da DIPBA uma atenção à memória veiculada em tais atos.

No ano de 1996, as iniciativas se diversificaram, abarcando cidades da província que até então não tinham sido citadas pelos agentes policiais. Às tradicionais marchas de La Plata e Buenos Aires, somaram-se: um festival de rock, em Lanús; uma marcha à quinta presidencial de Olivos, em Vicente López; o plantio de seis árvores em homenagem aos seis adolescentes desaparecidos e uma marcha de tochas, em Bahía Blanca; uma marcha e uma aula magna de recordação na universidade local, em Mar del Plata; a exibição do filme, em Olavarría e Tandil; um ofício religioso seguido de uma marcha e de uma guitarreada, em Dolores; um ato público em San Nicolás; a inauguração de placas de recordação, em Morón e em Pehuajo.³⁵⁹

Na cidade de La Plata, as iniciativas também se diversificaram. O *Coordinadora de Estudiantes Secundarios* (CES), o *Movimiento Estudiantes Secundarios* (MES) e os centros de estudantes secundaristas e de diversas faculdades da cidade desenvolveram uma *Jornada de Reivinciación y de Lucha*, com um cronograma de atividades do dia 13 ao 16, dentre as quais estavam: homenagens, debate e exposição gráfica no *Colegio Belgrano*; atividades culturais e recreativas (obras de teatro, ateliês de tango e folclore, exposições, teatro de fantoches); apresentações musicais de bandas de rock; e a marcha.³⁶⁰ De acordo com um comentário de um dos agentes da DIPBA, tal convocatória poderia ser significativa: por resolução da *Dirección General de Escuelas* as faltas no 16 de setembro não deveriam ser computadas, o que permitiria a

Servicios Públicos bonaerense. Por otra parte, en un pasaje del filme, la madre de una estudiante desaparecida concurre a entrevistarse con funcionario policial, aparentemente a la sede de la Jefatura de Fuerza. La escena transcurre en un sitio que guarda similitud con el denominado 'Salón Dorado'. Finalmente y para mayor ilustración, destacar que otra escena presenta a la misma actriz realizando gestión en la Casa de Gobierno de la nación; apreciándose lo que es conocido como 'patio de las palmeras'." In: Archivo DIPBA, Mesa DS, Legajo N° 34020, Folio 2.

³⁵⁸ LORENZ, Federico G. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia**, pp. 65-66.

³⁵⁹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 81-83, 157-159, 164-165.

³⁶⁰ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 69.

assistência dos estudantes da cidade à marcha.³⁶¹ À tal jornada somaram-se dois atos que contaram com a participação dos familiares dos jovens desaparecidos e de indivíduos vinculados ao Estado e aos partidos políticos: um ato realizado na sede do *Partido Justicialista*, no qual alguns deles brindaram seu testemunho;³⁶² a inauguração de uma mostra de fotos, documentos e materiais ilustrativos do período da mais recente ditadura civil-militar, seguida de uma sessão extraordinária, ambas no *Concejo Deliberante* da cidade.³⁶³

Percebemos assim que os familiares dos jovens desaparecidos continuaram presentes no *circuito de memórias*. Os informes dos agentes da DIPBA apontam para certo protagonismo de Nelva Falcone, cuja participação é destacada todos os anos na marcha de La Plata.³⁶⁴ Ao contrário da maior parte dos familiares, que se mobilizaram publicamente apenas nos anos da ditadura e durante as iniciativas oficiais implementadas por Raul Alfonsín, Nelva Falcone continuou sua militância junto às *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, o que lhe garantiu uma maior inserção no movimento pelos direitos humanos. Além disso, o seu testemunho cobrou uma importante relevância pública durante os julgamentos às Juntas Militares. Logo, Nelva Falcone tornou-se um familiar publicamente conhecido e vinculado ao episódio. Não excluimos assim a possibilidade de participação dos outros familiares: na documentação, nas comemorações referentes ao ano 1994, é apontada a presença em La Plata de “(...) *un hombre mayor de 50 años probablemente padre de alguna de las víctimas vinculadas a los hechos de septiembre de 1976.*”³⁶⁵ O fato de não ser identificado como acontece reiteradamente com Nelva Falcone é um demonstrativo de que, apesar de compartilharem histórias parecidas, a experiência de alguns familiares parecem se destacar, em detrimento a outras: no ato do *Consejo Deliberante platense*, foi Nelva Falcone quem tomou a palavra e deu início às homenagens.³⁶⁶

Outra presença sempre identificada é a de Pablo Díaz. Mais do que assistir as marchas, ele geralmente está na frente delas e é um dos locutores de tais eventos, e reiterando o seu papel

³⁶¹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 93.

³⁶² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 114.

³⁶³ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 125, 127, 154, 168.

³⁶⁴ Devemos ressaltar que o protagonismo da família Falcone em detrimento das outras é representada no filme. Uma das tramas que ele desenvolve é a mobilização dos familiares dos jovens sequestrados em busca de informações sobre o seu paradeiro. Porém, esta é apresentada a partir da perspectiva de Nelva Falcone e das estratégias desenvolvidas por ela e por seu marido.

³⁶⁵ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 62.

³⁶⁶ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 127, 130.

como porta-voz privilegiado da memória de *La Noche de los Lápices*.³⁶⁷ Em entrevista a um jornal, por motivo das comemorações do vigésimo aniversário, Pablo Díaz, apresentado como o *único* sobrevivente do grupo sequestrado em 1976, sustentou a importância do *dever de memória* que se colocava para ele na data: “*acá lo más importante es recordar a quienes hace 20 años que no está con nosotros, a quienes les arrebataron la vida cuando sus años y proyectos estaban recién comenzando a nacer.*”³⁶⁸

À convocatória do 16 de setembro respondiam também alguns organismos de direitos humanos, com diferentes protagonismos a depender da localidade. Nesse sentido, na cidade de La Plata nota-se a participação das *Madres de Plaza de Mayo*, relacionada ao fato das mães de dois desaparecidos – Nelva Falcone e Olga Ungaro – terem participado das primeiras atividades da organização. O mesmo ocorre na cidade de Buenos Aires, cuja marcha, em 1991, contou com a participação de um grupo de *madres* lideradas por Hebe de Bonafini.³⁶⁹ Já na cidade de Morón, as homenagens eram geralmente convocadas pela APDH, que todos os anos depositava uma oferenda floral em uma placa de recordação ao episódio que há na cidade.³⁷⁰ A presença desses organismos garantia que se vinculassem à data algumas de suas consignas tradicionais: “*Aparición con vida de los desaparecidos*”, “*Juicio y castigo a todos los culpables*”, “*Ni olvido, ni perdón*”.

A partir de 1996, juntaram-se aos *circuitos de memórias* da mais recente ditadura civil-militar a organização H.I.J.O.S. Após a sua primeira aparição pública nas comemorações do vigésimo aniversário do 24 de março, rapidamente eles conseguiram irromper na esfera pública, tendo acesso aos meios de comunicação, ocupando posições privilegiadas nas marchas e nos principais atos de direitos humanos, convocando suas próprias marchas e realizando suas homenagens.³⁷¹ No 16 de setembro de 1996, não foi diferente: no dia 13 de setembro, H.I.J.O.S.,

³⁶⁷ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 38, 53, 166.

³⁶⁸ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 175.

³⁶⁹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 19.

³⁷⁰ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 6, 22, 36, 141.

³⁷¹ De acordo com Pablo Daniel Bonadil, o espaço rapidamente conquistado por H.I.J.O.S nos *circuitos de memórias* relacionou-se a suas filiações familiares que não os tornavam simplesmente *mais um grupo de jovens*: “(...) *Para muchos eran los hijos de las víctimas del terrorismo de Estado, para otros eran los hijos de aquellos militantes idealistas y comprometidos que en la década del setenta habían dado su vida para reconstruir un mundo mejor. Herederos por partida doble recibían, de un lado, todo el prestigio y reconocimiento que habían acumulado los organismos de DD.HH. en su lucha contra la dictadura, consagrado en el respeto a la figura del desaparecidos que se extendía “naturalmente” a sus familiares directos. Por otro lado, eran los herederos del carisma de los heroicos militantes populares de la década del setenta. (...) Los miembros de H.I.J.O.S. no tardaron en internalizar y usufructuar ese reconocimiento social. Tempranamente, se sintieron llamados a ocupar un lugar que estaban*

regional Zona Norte, convocaram uma marcha em Vicente López com destino à quinta presidencial de Olivos.³⁷² Além disso, representantes de H.I.J.O.S., regional Capital Federal, viajaram para a cidade de Bahía Blanca, aproveitando da mobilização em torno da data para deixar em funcionamento uma filial local da organização.³⁷³ Se por um lado tal participação é um demonstrativo da aceitação e do reconhecimento recebidos por H.I.J.O.S. no *círculo de memórias*, nesse momento ele ainda não era um coletivo sobre o qual os agentes da DIPBA dispunham de maiores informações. Um informe produzido pela Delegação de Vicente López em 12 de setembro de 1996 aponta que o agente policial precisou busca-las sobre H.I.J.O.S. na *comunidade de informações*, segundo a qual:

Fue creado a mitad del año 1995, por uno de los hijos de el tristemente celebre dirigente del ERP Roberto Santucho, actualmente según la fuente se dedicarían a brindar charlas a estudiantes tanto de nivel Secundario como Universitario y estarían muy unidos a agrupación defensoras de los derechos humanos.³⁷⁴

Podemos observar também a participação do Estado, representado nas figuras de governadores, deputados, prefeitos e senadores, através da proposta de projetos de homenagens aos jovens desaparecidos. Se de forma geral, o discurso do Estado fala *dos desaparecidos*, estas homenagens explicitam quais desaparecidos se quer recuperar e recordar, pois procuram entre outras coisas devolver identidade aos indivíduos homenageados. Para tanto, há uma necessidade de nucleá-los em grupos, a partir principalmente de seus âmbitos de atividade no momento do desaparecimento.³⁷⁵

No caso das homenagens referentes ao episódio conhecido como *La noche de los lápices*, no período que abordamos, estas possuíam dois caracteres diferentes. Primeiro, as tentativas de se criar monumentos em homenagem aos jovens desaparecidos. Dessa forma, em 06 de abril de 1990, um informe da DIPBA pontua que o Senado da Província de Buenos Aires havia aprovado a criação de um monumento na cidade de La Plata aos estudantes secundaristas desaparecidos;

convencidos les correspondía por derecho propio. Creían que el sufrimiento por la ausencia de sus padres les daba derecho a exigir y a reclamar.” Ver: BONALDI, Pablo Daniel. “Hijos de desaparecidos, entre la construcción de la política y la construcción de la memoria”, p. 156.

³⁷² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 138, Folios 84-92. A quantidade de informes produzidos sobre essa marcha demonstra uma vigilância maior sobre o ato encabeçado por H.I.J.O.S. em relação aos outros. Os agentes policiais não só acompanharam todas as etapas da marcha como produziram informação sobre cada uma delas, com um curto intervalo de tempo entre um informe e outro.

³⁷³ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 138, Folio 64.

³⁷⁴ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 68.

³⁷⁵ CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**, pp. 225-227; 276-277.

um projeto que contaria com a participação dos estudantes universitários da *Escuela Nacional Superior de Bellas Artes*, da UNLP e por uma comissão que contaria com um delegado escolhido entre os familiares dos desaparecidos. O artigo 6º desse projeto, apontava que deveria ter especialmente em conta a data do 16 de setembro para o dia da sua inauguração.³⁷⁶ De acordo com os informes referentes à cidade de Bahía Blanca, nesta já havia uma praça de nome *Plaza Noche de los Lápices*, que reuniu alguns dos atos comemorativos em 1996³⁷⁷, iniciativa que tentou ser repetida pelo *Consejo Deliberante* da cidade de Moreno, em 1991, com a aprovação de uma *Plaza del estudiante*, que deveria ser inaugurada em 17 de setembro do mesmo ano.³⁷⁸ O nome que receberia esse *espacio de memoria* remete-nos ao caráter metonímico atribuído ao episódio em questão, utilizado para fazer referência à totalidade dos *adolescentes-estudiantes* desaparecidos durante a última ditadura civil-militar argentina.³⁷⁹

Caráter este que se reafirmou quando em 16 de setembro de 1996, o *Consejo Deliberante* da cidade de Buenos Aires aprovou com unanimidade a inauguração de uma placa de recordação na porta do *Colegio Nacional de Buenos Aires*, com a legenda “*Vano el intento de la noche, los lápices siguen escribiendo*”, para concretar uma homenagem da cidade aos jovens que continuavam escrevendo a memória dos desaparecidos. Segundo o jornal *La Nación*, essa inscrição teria surgido anonimamente nas paredes do *Colegio Otto Krause*, localizado nas imediações das instalações onde funcionara o centro clandestino de detenção ESMA, e rapidamente capitalizado como lema pelos movimentos de estudantes secundaristas. Participaram do ato a APDH, o reitor da *Universidad de Buenos Aires*, além de indivíduos que ocupavam importantes cargos administrativos, como o chefe do Governo *porteño*, Fernando de la Rúa.³⁸⁰ Ele convocou os argentinos a se esforçarem para que a recordação de *la Noche de los Lápices* servisse para que *nunca mais* a Constituição fosse suprimida no país, nem que se violassem os direitos humanos ou a dignidade humana. Além disso, reafirmou o *dever de memoria* que a data

³⁷⁶ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 2.

³⁷⁷ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 118.

³⁷⁸ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 25-28.

³⁷⁹ De acordo com Ludmila da Silva Catela, alguns casos emblemáticos da repressão durante a mais recente ditadura civil-militar argentina são utilizados durante a democracia como emblemáticos para se referir sinteticamente à casos similares, principalmente no que diz respeito ao perfil dos atingidos. Partindo de tal ideia, Sandra Raggio aponta que *La noche de los lápices* tornou-se uma *metonímia da repressão*, uso para representar no presente casos análogos de estudantes desaparecidos. Ver: CATELA, Ludmila da Silva. “Apagón en el Ingenio, escrache en el Museo. Tensiones y disputas entre memorias locales y memorias oficiales en torno a un episodio de represión de 1976.”, pp. 80-81; RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de la ‘noche de los lápices’”, p. 99.

³⁸⁰ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 103, 113, 148.

colocava: “*Honremos su memoria, es parte de nuestra obligación de argentinos que seamos todos custodios de la legalidad y la vigencia de los derechos del hombre*”,³⁸¹ “*La memoria de estos jóvenes desaparecidos debe ser una interpelación permanente en la historia de los tiempos*”.³⁸²

Notamos ainda tentativas de se institucionalizar o 16 de setembro como uma data comemorativa reconhecida oficialmente. Como vimos anteriormente, já no final da década de 1980, esta era uma demanda dos organismos de direitos humanos que defendiam a instituição da data como *Dia Nacional da Juventude*. Em agosto de 1990, alguns deputados provinciais apresentaram um projeto de lei para que se instituisse nesse dia o *Dia do direito dos estudantes secundaristas*, em todo o território nacional, e pelo qual os estabelecimentos de educação média dependentes do Ministério de Educação da Nação reservariam uma hora de suas aulas para desenvolver atividades relacionadas ao tema da democracia e dos direitos humanos.³⁸³ O projeto foi apresentado novamente em 1996, e aprovado em âmbito provincial pelo Senado da Província de Buenos Aires, decisão reiterada pelo *Consejo Deliberante* da cidade de La Plata, tornando o 16 de setembro uma data do calendário de comemorações escolares.³⁸⁴ Um dos responsáveis pela iniciativa, o deputado nacional Carlos Raimundi, explicou a sua importância devido ao simbolismo cobrado pela data e afirmou que o projeto deveria ser compreendido como parte do “*(...) esfuerzo global de consolidar una consciencia de los derechos humanos que no se olvide, y por eso proponemos como ámbito de charla y discusión, la Escuela secundaria*”.³⁸⁵ A ministra da Educação, Susana Decibe, aproveitou a instituição da data na província de Buenos Aires para

³⁸¹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 171.

³⁸² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 175. Devemos pontuar que os colégios secundários tornaram-se importantes *cenários da memória* no ano de 1996, sendo os locais escolhidos para atos e homenagens. No *Colegio Nacional* de La Plata, realizaram-se *Jornadas de Memoria y Reflexión*, ao longo de três dias, organizado pelo coletivo *Amigos con Memoria* – um grupo de ex alunos e professores – e pelo centro de estudantes. As diversas atividades desenvolvidas tiveram como propósito, de acordo com Alejandra García Saraví, ex aluna do estabelecimento, “*(...) recordar con memoria y compromiso a los compañeros que fueron alumnos del Colegio y que hoy ya no están con nosotros y que tanto se hacen sentir en este lugar*.” Foram realizados debates com a presença de integrantes do centro de estudantes do colégio e da agrupação HIJOS, assim como assembleias abertas e a exibição de filmes relativos à temática da mais recente ditadura civil-militar. O último dia foi marcado pelo discurso de Julio Posse, pai de dois ex alunos desaparecidos do colégio, e pela exibição de fotos dos alunos desaparecidos, assim como trabalhos e documentos relacionados à sua passagem pela instituição, formando uma exposição disponível no hall do *Nacional* durante todo mês de setembro Ver: Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 107, 108.

³⁸³ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 04.

³⁸⁴ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 126, 130 148.

³⁸⁵ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 109.

proponer al Consejo Federal de Educación a su incorporación, en el año siguiente, a nivel nacional, garantiendo que el *trágico* episodio fuese recordado en todas las escuelas del país.³⁸⁶

Entretanto, lo que podemos percibir a través de la información reunida por la DIPBA es un protagonismo de la juventud. Organizada en el movimiento estudiantil secundarista y universitario, o en colectivos jóvenes vinculados a partidos políticos, su participación apunta a una diversidad de modalidades a partir de las cuales participan en el *círculo de memorias*. En las conmemoraciones del 16 de septiembre, mientras los hijos de desaparecidos ponen el énfasis en búsquedas identitarias; otros se vuelven a una recuperación simbólica de los desaparecidos como figuras emblemáticas de la historia del movimiento estudiantil, o como figuras que permiten establecer un vínculo entre las luchas del pasado y el contexto en el que el movimiento en el que participan encuentra su inserción. No podemos descartar aún a los que se callan, expresando su falta de participación con una posible falta de interés en reconocer y hacer propio el episodio recordado. Expresan así las diferentes formas a través de las cuales las nuevas generaciones relacionan con un pasado al que no vivieron personalmente, pero que les fue transmitido por otros e incorporado como elemento de acción colectiva,³⁸⁷ acarretando en disputas de legitimidad entre versiones y vínculos distintos con el mismo.³⁸⁸

Disputas esta que generaron un enfrentamiento abierto en La Plata, el 16 de septiembre de 1996. Tal enfrentamiento apunta a una posible diferencia generacional entre este *círculo de memorias* y el del 24 de marzo: en este, de acuerdo con Elizabeth Jelin, los *conflictos por la memoria* no se expresan abiertamente, sino simbólicamente, a través de la superposición de algunas memorias a otras.³⁸⁹ De acuerdo con las descripciones de los diarios, la movilización del 16 de septiembre de 1996 había sido masiva y pacífica. El conflicto se inició durante la lectura de las adhesiones y los discursos de los participantes, cuando militantes de la *Juventud Peronista* comenzaron a entonar cánticos a favor del presidente Carlos Menem y del gobernador Eduardo Duhalde, lo que generó una inmediata reprobación de los otros grupos participantes. Estos intentaron callar a los jóvenes *peronistas*, acusando-les de ser *menemistas e liberales*. El resultado de esto fueron minutos de enfrentamientos físicos, que generaron una dispersión del acto.³⁹⁰ Posteriormente, la *Juventud Radical*

³⁸⁶ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 169.

³⁸⁷ JELIN, Elizabeth. "Los sentidos de la conmemoración", pp. 248-249; JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. "Introducción", pp. 9-10, 12-13.

³⁸⁸ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 5-6.

³⁸⁹ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, pp. 52-54.

³⁹⁰ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 166,169, 173-178.

de La Plata, divulgou um comunicado repudiando a violência dos dois grupos, afirmando que eles estavam desvirtuando a luta dos jovens *compañeros* desaparecidos durante a ditadura.³⁹¹ O C.E.S., por sua vez, convocou uma conferência de imprensa na qual deslegitimou a adesão dos *peronistas* à convocatória, pois eles teriam sido enviados pelas autoridades locais, as mesmas que apoiaram o *Indulto* e deixaram livres os responsáveis pelo desaparecimento dos jovens homenageados:

Estamos convencidos que todo lo ocurrido fue estratégicamente preparado por el gobierno. La juventud peronista de La Plata, enviada por el municipio, quiénes apoyaron el indulto, dejaron libres a los que hicieron desaparecer a nuestros compañeros y llegaron a boicotear nuestro acto, con el objetivo de disolver el movimiento estudiantil. (...) Pero también hubo compañeros como nosotros que creyeron que la forma de recordar a los chicos de la Noche de los Lápices es mediante la manifestación pacífica.³⁹²

Segundo Elizabeth Jelin e Diego Sempol, *como e porque* dão a marca geracional, reveladora dos vínculos existentes entre as culturas juvenis e os *circuitos de memórias*.³⁹³ Para se expressarem e se destacarem neles, os jovens introduziram práticas performáticas novas, como os *escraches*, a música e o teatro. As estratégias utilizadas para produzir e tornar públicas suas memórias não são marcadas pela melancolia ou por visões retrospectivas rancorosas; trata-se de formas alternativas de enfrentar o trágico do passado rememorado, marcadas principalmente pela criatividade, como “(...) *si fuera una estrategia para no olvidar y para evitar revivir la misma dimensión del horror padecido*.”³⁹⁴ No 16 de setembro, o rock, as guitarreadas, as *murgas* e os tambores deram ritmo às marchas e aos atos que ocuparam os espaços públicos da província de Buenos Aires. Além disso, a presença dos jovens resultou em iniciativas que foram além das tradicionais marchas adotadas pelo movimento pelos direitos humanos.

Já a sua participação poderia ser explicado como uma oposição ao esquecimento, e o *dever de memória* à necessidade de impedir a reiteração das violações aos direitos humanos produzidas durante a ditadura civil-militar. Além disso, seguir recordando relacionava-se a um questionamento dos alcances reais da transição democrática. Frequentemente, os grupos juvenis e estudantis enfatizavam a existência de fortes continuidades entre presente democrático e passado ditatorial, na permanência de um aparato repressivo, nas políticas econômicas, e na persistência

³⁹¹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 168.

³⁹² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 134.

³⁹³ JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. “Introducción”. In: JELIN, E. & SEMPOL, D. **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles**.

³⁹⁴ ROJAS, Patricia. “Bailando sobre las cenizas”. In: **Puentes**, nº2. La Plata, dezembro 2000, p. 10.

da impunidade.³⁹⁵ Este foi um traço compartilhado com os organismos de direitos humanos que, nos anos noventa, estenderam a sua luta para a garantia de direitos sociais mais amplos, incluindo temas como a moradia, o trabalho e a saúde, vinculando-os às causas pelas quais os desaparecidos *deram suas vidas*. Logo, para os jovens: “*Seguir recordando en el ahora no busca entonces otra cosa que insertar el presente en una tradición de lucha social en la que se reconocen, aunque a la vez le dan un sentido propio.*”³⁹⁶

O *dever de memória* suscitado pelo 16 de setembro é então um das portas de entrada dos setores jovens ao *circuito de memórias*. *El olvido duele más que el recuerdo* foi o título de um panfleto distribuído pela *Franja Morada*, grupo de secundaristas da Capital Federal, ligado ao *Partido Radical*, em uma alusão à necessidade de manter a recordação do episódio em um momento em que a memória da mais recente ditadura civil-militar encontrava-se ameaçada pela busca por *reconciliação nacional*³⁹⁷. Nesse sentido, a *Corriente Estudiantil Popular y Antiimperialista* (CEPA) reivindicou a marcha do 16 de setembro como uma forma de repudiar ao Golpe de Estado de 1976 e exigir a prisão dos *genocidas* responsáveis por *la Noche de los Lápices*.³⁹⁸ Segundo um folheto produzido no mesmo ano, ir às ruas no 16 de setembro era uma forma de defender a educação além de uma jornada de mobilização *por juicio e castigo*.³⁹⁹

A defesa da educação pública e gratuita aparece também como justificativa para a sua participação. A *Federación Juvenil Comunista* (FJC) de Lomas de Zamorra convocou os estudantes e militantes em geral para se reunir sob a consigna “*Por una educación pública y gratuita todos al Congreso, 16/09*”.⁴⁰⁰ Quando não se referem à defesa da educação, as convocatórias associam a mobilização dos estudantes no presente como uma maneira de *sustentar a memória coletiva e histórica, demostrar que existe vontade de luta e a persistência do questionamento às autoridades, e seguir construindo a história*. Os panfletos do CES de La Plata convocando para as marchas de 1992 e 1993 são um representativo disso. Em ambos podemos notar alguns elementos comuns. Primeiro, os dizeres “*levantemos sus banderas y sigamos construyendo la historia*”; e segundo, a imagem de um lápis e de um boleto estudantil secundarista; em uma clara associação entre as lutas dos jovens naquele momento com a dos

³⁹⁵ JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. “Introducción”, pp. 13-14.

³⁹⁶ JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. “Introducción”, p. 15.

³⁹⁷ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 44.

³⁹⁸ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 45.

³⁹⁹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 46.

⁴⁰⁰ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 31.

secundaristas em 1975.⁴⁰¹ Esses vínculos se reafirmavam ainda em um discurso que apresentava a juventude de então, assim como a dos anos 1970, vítimas e de um governo que não lhes garantia condições para de educação e trabalho. Para a marcha do 16 de setembro de 1996, os coletivos juvenis apontavam que os vinte anos passados entre o ocorrido em 1976 e o seu presente não eram nada se a memória era *esquecida*, se a sombra da repressão os calava, se a educação se baseava na ignorância e se suas ilusões continuavam sendo oprimidas.⁴⁰² Além disso, era uma juventude vítima das forças de segurança, como podemos perceber em um panfleto distribuído pela juventude da *Liga Socialista Revolucionaria*, em 12 de setembro de 1994:

El viernes 16, debe ser una muestra masiva y unitaria de nuestro repudio a toda la política entreguista y liquidadora de la educación y, sobre todo, contra la represión que cada uno de nosotros sufre en carne propia de mil maneras todos los días, y que recrudecerá con la nueva “SS” decretada por el gobierno.

Porque somos presa fácil de la represión policial, militar y gubernamental (...) porque somos víctimas de la entrega del patrimonio de la educación; porque desde hace muchos años somos uno de los sectores perjudicados por los planes económicos que nos impiden conseguir trabajo, y porque estamos hartos de serlo.⁴⁰³

A afirmação de tais vínculos demonstra-nos que a representação de uma geração dos anos 1970 marcada pelo ideário de mudança e de rompimento com modelos estabelecidos e consagrados possuía um forte poder atrativo para os jovens participantes do *circuito de memórias*, podendo gerar a repetição de discursos reivindicativos, idealizações e identificações massivas que tendem a consagrar as lutas daquela geração como um modelo a ser alcançando, e que dificilmente se repetiria.⁴⁰⁴ Afirmando-se como herdeiros desse modelo, os estudantes secundaristas da década de 1990 encontram no 16 de setembro um espaço legitimado para demonstrar a sua capacidade de organização e de mobilização. Além disso, utilizam-se nessa data de um repertório de representações culturais que os aproximam da geração anterior: o boleto estudantil secundarista, o itinerário da marcha de La Plata, canções de protesto da década de 1970,⁴⁰⁵ e a imagem do Che Guevara. Dessa forma, em 21 de setembro de 1990, a *Federación Juvenil Comunista* distribuiu um panfleto com a famosa imagem de Ernesto Che Guevara e a

⁴⁰¹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 34,52.

⁴⁰² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 126.

⁴⁰³ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 65.

⁴⁰⁴ KAUFMAN, Susana Griselda. “Lo legado y lo propio. Lazos familiares y transmisión de memorias”. In: JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. **Subjetividad y figuras de la memoria**, pp. 67-69.

⁴⁰⁵ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 138.

legenda *Seremos como el Che*. Nele, apontavam o histórico guerrilheiro argentino e os desaparecidos da *Noche de los lápices* como *protagonistas da luta pela liberação da pátria e da América Latina*; um protagonismo que eles poderiam reivindicar apesar de um quadro político que dificultava a sua mobilização:

La sed de justicia de los jóvenes de la década del 90, no se apaga con el Indulto, la Desocupación, ni el hambre.

Al contrario, se acrecienta. Porque mientras peleamos por todo lo que nos pertenece y arrebatan, mientras nos cause indignación la miseria y sometimiento, mientras exista quien reclame en cada colegio o barrio, mientras haya una pintada en las paredes y volantes en las calles, el horizonte no se perderá.⁴⁰⁶

Apesar de reivindicarem a luta dos jovens da década de 1970, esta é associada apenas à causa da educação, reiterando a sua recuperação como apenas como militantes estudantis que lutaram pelo boleto.⁴⁰⁷ No vigésimo aniversário de *la Noche de los lápices*, a *Juventud Peronista* tornou pública a sua adesão ao *círculo de memórias* através de um comunicado no qual expressava que, diante de mais um aniversário do *tristemente célebre episódio*, se somaria à *triste recordação* dos *companheiros* que militaram pela *causa peronista*, especialmente os jovens que, devido à luta pelo boleto estudantil, foram sequestrados, torturados e assassinados.⁴⁰⁸ Um panfleto não assinado por nenhuma organização, recolhido pela DIPBA na cidade de La Plata, no mesmo ano, pontua que, quando em 1976, María Claudia Falcone, Clara Ciochini, Daniel Racero, Claudio de Acha, Pablo Díaz, Francios Lopez Muntaner e Horacio Ungaro *levantaram o boleto como bandeira* e saíram para lutar *por um país mais justo*, provavelmente não imaginaram que seus nomes seriam sustentados, vinte anos depois, por milhares de jovens que todos os anos saem para gritar nas ruas que *não esquecem nem perdoam*.⁴⁰⁹ Quando a sua recuperação vai além da questão do boleto, os jovens desaparecidos são inseridos na categoria de *militantes populares*, como afirma um panfleto produzido pela *Frente Secundario Intransigente*, em 1990:

⁴⁰⁶ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 16.

⁴⁰⁷ De acordo com a avaliação de um agente da DIPBA, o argumento do boleto estudantil secundarista era utilizado pelos grupos estudantis para garantir a adesão dos jovens a suas marchas: “*Cabe destacar que los integrantes de la mencionada agrupación, al hacer entrega de los citados panfletos, les decían a los estudiantes que: ‘Los desaparecidos lucharon por el boleto secundario que hoy ustedes está utilizando’ con el objetivo de conseguir la mayor adhesión posible, para la marcha de la semana entrante.*” Ver: Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 24.

⁴⁰⁸ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 114.

⁴⁰⁹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 143.

El 16 de septiembre de 1976 un grupo de compañeros secundarios fue secuestrado por las Fuerzas Armadas. A pesar que la *gilada* pretende hacernos creer que los compañeros limitaron su lucha a el BOLETO SECUNDARIO nosotros venimos a reafirmar sus verdaderas banderas de lucha que no son otras que la Justicia Social, Independencia Económica y Soberanía Política.⁴¹⁰

Dessa forma, durante a primeira metade de 1990, a memória que circulou no *circuito de memórias* foi a consagrada nos primeiros anos da democracia. Por um lado, por narrar os tempos conflituosos e violentos da mais recente ditadura civil-militar suprimindo suas complexidades; por outro, porque remitia a uma ideia simplificada da política que se reduzia a lutar por reivindicações que brindavam benefícios concretos, ao invés de projetos que acabaram derrotados.⁴¹¹ Esta versão era sustentada não só por aqueles que se identificavam facilmente com a recuperação dos desaparecidos, - os jovens. Os meios de comunicação, com a aproximação do 16 de setembro, apresentavam-no como *um paradigma da violência*; uma *noite trágica* na qual sete estudantes que lutaram pelo boleto estudantil secundarista foram sequestrados, e seis desaparecidos.⁴¹² As autoridades instituídas, ao participarem das homenagens, também compartilhavam o mesmo relato: de acordo com Hugo Sanguitini, secretário de Educação da província de Buenos Aires, o sequestro e a desapareição foram marcados pela *loucura* e pela *crueldade*, pois “*se trató de niños de muy corta edad que pedían algo tan elemental como el boleto estudiantil*”.⁴¹³ Reiteram-se assim a inocência das vítimas dos procedimentos policiais de setembro de 1976 e La Plata, e de uma sociedade argentina que, durante à ditadura, esteve à mercê da barbárie da violência ditatorial.

Entretanto, no ano de 1996, surgiram algumas *resistências* à circulação do relatoconsagrado no *circuito de memórias*. Em entrevista ao jornal *Página/12*, em 15 de setembro, Pablo Díaz apontou a situação contraditória que se colocara para ele, como sobrevivente, sobre como contar o que viveu. Se até então a sua condição legitimava-o como porta-voz de *uma* memória, pela primeira vez a esta memória são atribuídos alguns limites. Além disso, o jornal *La Nación* publicou uma nota, em 17 de setembro, anunciando o *surgimento* de um novo personagem vinculado ao episódio, questionando o protagonismo de Pablo Díaz como *único* sobrevivente. Tratava-se de Emilce Moler, que se auto-definia como uma *ex detenida-*

⁴¹⁰ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 11.

⁴¹¹ RAGGIO, Sandra. “La construcción de un relato emblemático de la represión: la ‘noche de los lápices’”, pp. 159-160.

⁴¹² Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 104, 106, 110, 112, 113.

⁴¹³ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 175.

desaparecida, e defendia a necessidade de que a recordação se estendesse a outros *companheiros* ausentes, que mereciam a mesma homenagem dos seis jovens desaparecidos de *la noche de los lápices*. O seu testemunho ia além de uma recuperação da experiência do sequestro e do desaparecimento, trazendo à tona as dificuldades encontradas para reinserir-se socialmente e para terminar os seus estudos, após ser *legalizada*; e os efeitos da sua *reaparición* para a sua família à qual foi colocada a exigência de que deixasse a cidade de La Plata.⁴¹⁴ Por último, a vigilância da DIPBA permite-nos encontrar a circulação de problematizações à versão consagrada do episódio: em ocasião de um ato em uma escola, na cidade de San Nicolás, um ex militante da *Juventud Peronista* enviou uma carta à diretora do estabelecimento, na qual pedia que se explicasse os fatos a partir de uma perspectiva que não os restringissem à luta pelo boleto estudantil secundarista:

Ayer al leer el diario “El Norte”, me lleve una grata sorpresa al leer la noticia sobre lo que se dio en llamar la noche de los lápices y que ustedes piensan recordar. Habiendo pertenecido a esa maravillosa generación, que con aciertos y con errores, aprendimos a dar la vida por los ideales que creíamos que nos llevarían a una patria más Justa y solidaria, no puedo mas que felicitarla ya que no son muchos los que hoy están dispuestos a llevar adelante la revisión histórica de nuestro pasado mas reciente. Me atrevo a pedirle, de ser posible, lo explique el contexto en el cual nos movíamos en aquellos años, que los chicos que desaparecieron, como la mayoría de los 30.000 Desaparecidos eran Peronistas y Montoneros y que no desaparecieron por pedir el Boleto Estudiantil sino que ellos, como muchos de nosotros, habían asumido la lucha armada como método de llevar adelante los ideales.⁴¹⁵

Não podemos afirmar que toda uma sociedade possui a mesma relação com o passado, compartilhando uma mesma memória. Em 1996, a sociedade argentina parecia mais uma vez assumir o *dever de memória* e as consignas dos organismos de direitos humanos, fruto do surgimento de novas vozes, novos discursos e novas estratégias de rememoração. Porém, os dias que seguiram às comemorações do 16 de setembro, demonstram-nos que, nessa mesma sociedade, havia setores contrários às homenagens aos desaparecidos. Na cidade de Bahía Blanca, pinturas ofensivas foram feitas nos monumentos localizados na *Plazoleta María Clara Ciocchini*, em um demonstrativo de que a legitimidade desse *espaço da memória* não era

⁴¹⁴“Al igual que otros –señala-, reconstruí mi vida como pude después de esa amarga experiencia, aunque cuando digo reconstruir prefiero poner ese concepto entre comillas, porque no se puede olvidar, especialmente ahora que miro aquello desde la perspectiva de mis 37 años”. Ver: Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 172.

⁴¹⁵ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 99-100.

reconhecida por todos.⁴¹⁶ Episódio semelhante ocorreu na cidade de La Plata: durante as homenagens do 16 de setembro, uma das iniciativas do *Consejo Deliberante* da cidade foi a atribuição do nome *La Noche de los Lápices* a uma praça, em frente à *Escuela de Bellas Artes*, estabelecimento que fora frequentado por alguns dos jovens, que ficaria marcada por uma placa com o nome dos desaparecidos vinculados ao episódio.⁴¹⁷ Porém, no dia 18 de setembro, o jornal *Página/12* noticiava que esse local apareceu marcado por pichações favoráveis à repressão da mais recente ditadura civil-militar, assinadas por um denominado *Grupo Antisubversivo*.⁴¹⁸ Apesar de terem sido episódios aparentemente isolados, não reivindicados publicamente por nenhum ator social participante do *circuito de memórias*, eles são significativos por mostrar-nos que, mesmo se tratando de uma memória socialmente compartilhada e transmitida reiteradamente por produtos culturais, pela presença pública de familiares e vítimas, e pelo *circuito de memórias* e sua convocação anual; esta não se encontra livre de conflitos.

Pensando nisso, não podemos deixar de apontar os próprios agentes da DIPBA como construtores de um sentido para a data, que circulava internamente na *comunidade de informação*. Apesar de não reivindicarem em seus informes uma memória que legitimasse a atuação do próprio órgão durante a ditadura, notamos a utilização de termos que atribuem aos atores participantes do *circuito de memória* uma representação que os aproximaria da *subversão*. *De esquerda* é, assim, o adjetivo que aparece de maneira reiterada para se referir aos coletivos sociais e políticos que atendiam à convocação do 16 de setembro. Soma-se uma preocupação com possíveis incidentes de desordem ao observar e descrever os atos comemorativos. Os informes geralmente se encerram com frases como: *desconcentraram-se em perfeita ordem, a desconcentração ocorreu com total normalidade, não se produziram incidentes de nenhuma natureza durante o desenvolvimento da manifestação*. O acompanhamento da repercussão das comemorações gira em torno, principalmente, dos incidentes ocorridos nelas, como, por exemplo, os enfrentamentos entre a *Juventud Peronista* e o C.E.S, em La Plata. Para um observador não contemporâneo a estes fatos, ao ler a documentação arquivada pela DIPBA, à primeira vista chamaria a atenção no 16 de setembro os limites que se colocam para que esta seja uma data pacífica, fugindo do caráter inicial de homenagem aos desaparecidos.

⁴¹⁶ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 184-185.

⁴¹⁷ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folios 125, 154, 166, 178.

⁴¹⁸ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 189.

Podemos, assim, compreender os comentários positivos feitos por um agente policial da DIPBA sobre a *marcha do silêncio* que seria realizada na cidade de Daireaux, em 16 de setembro de 1996. No informe, ele destaca o fato dos jovens organizadores procurarem a delegacia local para colocar as autoridades policiais a par do evento, e para solicitar colaboração policial para que este se desenvolva *com total normalidade*. Além da presença policial, a modalidade da homenagem escolhida seria, de acordo com sua avaliação, uma das formas *mais pacíficas* de recordar o episódio e de garantir a *ordem pública*:

Apreciación y probable evolución: De averiguaciones practicadas, se pudo conocer que la intención de este grupo de jóvenes es solamente conmemorar este aniversario con absoluta normalidad no existiendo intenciones de alterar el orden público razón por lo que decidieron hacerlo mediante lo que se denomina MARCHA DE SILENCIO que es una de las modalidades más pacíficas de recordar este hecho.⁴¹⁹

Órgão estatal, além de reproduzir discursos historicamente produzidos em momentos anteriores à vigilância em si, a DIPBA respondia à *política de reconciliação nacional*; logo, inseria no *circuito de memórias* um discurso segundo o qual o 16 de setembro não respondia à *importância de recordar*, mas à tomada dos espaços públicos de posições sobre o passado geradoras de conflitos que naquele momento esperava-se superar.

⁴¹⁹ Archivo DIPBA, Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 78/90, Folio 66.

Conclusão.

Ao iniciarmos a nossa investigação, uma das perguntas que se colocou inicialmente foi o *porquê* de, em um universo de 30.000 desaparecidos, de acordo com a cifra simbólica reivindicada pelo movimento argentino pelos direitos humanos, o desaparecimento de seis jovens de La Plata, em setembro de 1976, ter cobrado singular relevância na produção de memórias da mais recente ditadura civil-militar. Como podemos concluir a partir da nossa exposição, a explicação para tal fato se relacionaria às maneiras como o passado ditatorial foi ressignificado como o retorno à democracia. Em um momento no qual o acerto de contas com a ditadura baseou-se na aplicação da justiça, os eventos de setembro de 1976 constituíram um caso paradigmático que demonstrava a barbárie da máquina criminal planejada sistematicamente pelas Forças Armadas. Por ser menores de idade, e por não ter uma vinculação publicamente reconhecida com as organizações político-militares da esquerda revolucionária, tratava-se de *jovens inocentes*, cujas vidas foram precocemente interrompidas pela irrupção da violência, no momento do seu sequestro.

O episódio que passou a ser conhecido como *La noche de los lápices* era um exemplo significativo do *quê* se deveria lembrar para não se esquecer da recente experiência ditatorial, e para evitar que ela se repetisse. Garantia-se assim que a memória dos desaparecidos e do *crime* cometido contra eles não fosse suprimida ou silenciada, como o *círculo repressivo clandestino* objetivara durante a ditadura. A tal prática que visava instaurar um esquecimento dos episódios da repressão, seja através de versões criadas para demonstrar as vitórias na *guerra contra a subversão* ou da negação dos atos cometidos, sobrepôs-se um *círculo de memórias*. Este se iniciou com a mobilização dos familiares dos estudantes sequestrados por informações sobre o seu paradeiro, que pouco a pouco se tornou uma atividade de denúncia, resultando na reconfiguração de suas identidades - militantes de direitos humanos -, no questionamento dos *circuitos repressivos clandestinos*, e na instauração do problema dos desaparecidos nos espaços públicos. Para atender parte de suas demandas, as *políticas de memória* implementadas logo com o retorno à democracia reconheceram a sua condição de vítimas da ditadura e criaram novos espaços para a fala e para a escuta, como a CONADEP e os tribunais. Nesses espaços, somaram-se novas vozes, especialmente a dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção; no caso do episódio em questão, particularmente *um* sobrevivente.

Entretanto, não podemos compreender a instauração dos *circuitos de memórias*, na Argentina, como uma consequência inevitável das modalidades repressivas adotadas pela mais recente ditadura civil-militar. Para tanto, foram necessárias estratégias e iniciativas que fizessem com que o problema dos desaparecidos se tornasse algo mais que um drama privado e familiar. Nesse sentido, observamos que, após o sequestro, os familiares dos jovens desaparecidos iniciaram um processo de mobilização, inicialmente individual, de busca de informações sobre o seu paradeiro. Tal busca foi realizada de maneira diferente por cada familiar de acordo com as suas reações frente ao desaparecimento. Para todos, permitiu-os encaixar algumas peças do *quebra-cabeça* dos desaparecimentos, resultando em um entendimento relativo das consequências desta prática. Consequentemente, a busca inicial tornou-se uma tarefa de denúncia, principalmente aos organismos de direitos humanos nacionais e internacionais, trazendo à tona versões até então silenciadas. Com o desgaste da ditadura, estas versões tonaram-se parte das reivindicações de setores sociais que iam além do *circuito de familiares*, e que até então tinham consentido ou apoiado o regime, através de suas ações e omissões.

A memória reivindicada pelos familiares de desaparecidos e pelo movimento argentino pelos direitos humanos, com o retorno à democracia, tornou-se parte importante do acerto de contas do Estado argentino com o seu passado. Este se colocava como uma ruptura com a recente experiência ditatorial, aos poucos entendida como um período de barbárie e violência que não deveria se repetir. O *lembrar* para evitar as tentativas de esquecimento dos *circuitos repressivos clandestinos* assumiu o viés de um *nunca mais*. Através desta consigna, a sociedade e o Estado argentino em sua maioria expressavam claramente o seu juízo formulado em relação à ditadura e as expectativas que então se colocavam com a transição democrática. Por parte das instituições estatais, isso ficou claro nas *políticas de memória* implementadas para investigar, julgar e atribuir um sentido para os episódios ocorridos durante a ditadura.

Assumiu-se assim um *dever de memória*, a partir do qual a produção e a circulação de memórias dos sete anos de ditadura civil-militar foram estimuladas. Entretanto, desde esse momento inicial, *resistências* foram colocadas para o *circuito de memórias*. Nestes não circularam recuperações relativas às relações entre sociedade e ditadura que fossem além da sua recuperação como espectadora e possível vítima das forças repressivas. Não se realizou assim uma análise da base social que permitiu o sucesso dos objetivos assumidos pelo regime visando uma *reorganização nacional*. Como pontuamos na nossa exposição, era necessária uma

sociedade que legitimasse e que demandasse medidas enfáticas que garantissem a recuperação da ordem, da autoridade e dos valores morais. Para a recuperação de um *mundo de segurança*, o regime democrático e a perda de alguns direitos eram preços que não pareciam altos a se pagar. Legitimou-se, então, a representação das Forças Armadas como salvaguardas da nação, capazes de instaurar socialmente a disciplina e o respeito a ordem que aparentemente mantinha suas instituições unidas, alheia aos conflitos político-sociais.

Contudo, a visão retrospectiva que se produziu na democracia recuperava uma sociedade argentina alheia a todo esse processo; conseqüentemente, a ditadura como uma longa noite iniciada do nada em 24 de março de 1976 por militares golpistas. Além disso, essa sociedade não teria conhecimento sobre as práticas repressivas, ocorridas sob o manto da clandestinidade, distante de seus olhares e julgamentos. Por outro lado, além respaldar as possibilidades da ditadura de acabar com os conflitos políticos, setores da sociedade civil desempenharam papéis específicos no *circuito repressivo clandestino*, participando, principalmente, da negação de informações aos familiares de desaparecidos. A difusão e a recepção das versões da *guerra contra a subversão* gerou certo conhecimento sobre as suas ações, como demonstrou a experiência de alguns dos familiares dos jovens desaparecidos frente a um entorno familiar que reagiu negativamente à desapareição.

Outra questão que não tinha espaço nos *circuitos de memória* era a recuperação da militância dos desaparecidos. Inicialmente, este silêncio colocou-se como estratégia de denúncia do movimento pelos direitos humanos, e dos familiares que reclamavam por *seus filhos*. Estes não se encaixariam na figura do *subversivo* produzida pelo discurso oficial, o que tornaria o seu destino final injusto e injustificável: não pegaram em armas, não montaram bombas, não mataram ninguém. Tal recuperação dos desaparecidos dialogou diretamente com a memória que a sociedade argentina produzia das suas possibilidades de ação durante a ditadura, segundo a qual se encontrara paralisada pelo medo. Durante a ditadura, *tudo era possível*, como demonstravam alguns episódios repressivos que resultaram na morte e/ou desaparecimento de indivíduos que se vinculavam a ela, e não às organizações político-militares.

Podemos perceber que tais *resistências* colocaram-se para o relato produzido em torno do episódio *La noche de lo lápices*. Caso paradigmático citado nas páginas do *Nunca Más* e durante as sessões do julgamento às juntas militares, ele demonstrava ao ponto que chegara a barbárie ditatorial ao sequestrar, torturar e desaparecer com jovens, inocentes judicial e socialmente

devido à idade que tinham no momento do seu sequestro e à falta de reconhecimento público do seu compromisso com projetos revolucionários da esquerda armada. Eles *apenas* lutaram pelo boleto estudantil secundarista foi o argumento encontrado e utilizado para tentar entender o ocorrido. Dessa forma, esquecia-se a sua inserção em um processo de participação política da juventude, iniciada em meados da década de 1960.

O movimento estudantil secundarista foi uma das formas de expressão da mobilização de jovens participantes de um cenário mais amplos compromisso político, inserindo-se neste através de práticas e discursos próprios, sem estar alheio ao rumo dos seus acontecimentos. Como vimos, entrar para um colégio secundarista nos últimos anos da *Revolución Argentina* colocou para os jovens as possibilidades de fazer escolhas próprias sobre militar ou não, e como e a quem se comprometer. No caso dos jovens *platenses* desaparecidos, esta escolha voltou-se para o compromisso com o *peronismo*, através da UES. Logo, ao recuperar as suas possibilidades de militância restringindo-as a uma reivindicação pontual, compreensível durante a ditadura, excluía-se da sua subjetividade as suas escolhas políticas. Escolhas estas que contribuíam para a construção de um imaginário dos jovens argentinos como figuras *perigosas* para as Forças Armadas que viam neles elementos questionadores dos valores tradicionais e dos princípios de autoridade. Independentemente de pegarem em armas ou não, haveria neles uma *condição subversiva* que deveria ser extirpada, principalmente através de transformações na escola e na família. Parte da sociedade argentina temerosa que seus filhos fossem cooptados para os quadros da guerrilha endossou, assim, que esses jovens estivessem sob a mira das forças repressivas.

Jovens, inocentes, solidários, que lutaram por demandas legítimas da sua categoria social foram os elementos a partir dos quais o episódio de *La Noche de los Lápicos* se constituiu. A análise do *circuito de memórias*, entre os anos de 1990 e 1996, demonstrou-nos que tal versão continuou sendo reivindicada nas homenagens e iniciativas de rememoração aos jovens desaparecidos. Podemos entender essa permanência como um demonstrativo da aceitação social de uma versão dos fatos então tida como verdade, por ser reproduzida no *Nunca Más*, aparecer no testemunho de Pablo Díaz durante o julgamento às Juntas Militares, servir de argumento para o livro e para o filme. Ela nos demonstra que de maneira reiterada colocam-se aos *circuitos* a dificuldade de circularem a recuperação de alguns elementos do passado, evitando que o consideremos como expressões de uma memória total, pois os *circuitos de memórias* também são formados a partir de alguns esquecimentos.

A permanência de *La noche de los lápices* como um episódio emblemático da repressão ditatorial relaciona-se com a variedade de *empreendedores da memória* envolvidos na sua recordação. Além dos atores que tradicionalmente participam dos *circuitos de memórias* – familiares de desaparecidos, sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, organismos de direitos humanos, Estado -, podemos perceber o protagonismo dos jovens, organizados de diversas maneiras, e utilizando da criatividade para circular suas memórias. Nas escolas, o livro e o filme encontraram espaços importantes para a sua circulação. A exibição do filme tornou-se inclusive uma iniciativa de rememoração tradicional do 16 de setembro. *La Noche de los lápices* foi um episódio que assumiu desde o início uma função didática; uma porta de entrada para as futuras gerações na produção de memórias da ditadura civil-militar. Para elas cobrou também significado para a importância de se mobilizarem em torno de suas demandas, como fizeram no passado os estudantes que lutaram pelo boleto estudantil secundarista. Consequentemente, nos *circuitos de memória*, os jovens se apresentam como herdeiros diretos dessa luta por se tornarem no presente vítimas de um sistema democrático que continuaria violando os seus direitos: a repressão policial, a ausência de políticas em defesa da educação pública, a falta de garantias para o seu futuro.

Entretanto, ao pensarmos em *circuitos de memórias* partidos da noção de que em dada sociedade nem todos se relacionam da mesma maneira com determinado passado. Nas relações estabelecidas entre a sociedade argentina e a mais recente ditadura civil-militar, não seria diferente; consequentemente, no *circuito de memórias* do 16 de setembro de 1996, alguns questionamentos à versão socialmente compartilhada do episódio tornam-se públicas: surge outra sobrevivente, reivindica-se que se apresente para os alunos de uma escola uma versão *mais completa* dos fatos, coloca-se os limites que se colocaram para o testemunho de Pablo Díaz. Além disso, registramos duas expressões de desacordo com o ato da rememoração em si, demonstrando que o fato da recuperação da experiência ditatorial ter sido negativa desde os primeiros anos da democracia, há atores sociais que não compartilham tal visão. As pichações dos monumentos em homenagem aos desaparecidos, em Bahía Blanca e em La Plata, são exemplos de que na sociedade argentina, em um momento no qual a produção de memórias da mais recente ditadura civil-militar possuía visibilidade nos espaços públicos de discussão, também devemos questionar se é toda uma sociedade que respondeu ao *boom de memórias*, podendo inclusive se expressar com discordâncias ao viés assumido por ele.

As diferentes relações estabelecidas com o passado ditatorial podem ser percebidas a partir da vigilância da DIPBA às comemorações do 16 de setembro. Ao utilizarmos a documentação produzida a partir do *trabalho de campo* dos seus agentes policiais para mapear as formas através da qual as memórias circulam no 16 de setembro, podemos perceber que uma representação própria é atribuída à data. Apesar de não reivindicarem uma memória positiva dos anos da ditadura, os agentes policiais percebem nela um momento gerador de possíveis *perturbações à ordem*. Nesse caso, lembrar não seria uma prática legitimada pelo regime democrático, mas criadora de suspeição sobre um *outro* que questionava assim o marco da *reconciliação nacional* no qual se baseavam as políticas de Estado. Dessa forma, inseria os *empreendedores* da memória da ditadura entre os alvos das tarefas preventivas da DIPBA que, no passado recente, serviram de fonte de informação para produzir os mesmos desaparecimentos por eles reivindicados. Se os *empreendedores* despolarizavam a memória que circulavam nos *circuitos* ao não fazer uma análise das condições políticas que resultaram no desaparecimento dos seis jovens *platenses*, a DIPBA a politizava ao perceber nos atos de recordação a fonte de possíveis conflitos que deveriam ser evitados.

A análise do *circuito de memórias* em torno do 16 de setembro demonstrou para o nosso trabalho que a relação da sociedade e do Estado argentinos com o passado da mais recente ditadura civil-militar não é homogênea, mesmo se tratando de um episódio cuja memória encontrava-se consolidada entre os processos de transmissão e circulação públicos. Além disso, percebemos a partir dele que a instauração do problema dos desaparecidos na Argentina não se relaciona apenas à natureza dos fatos ocorridos, mas das iniciativas de atores sociais que buscam reparações para as violações cometidas no passado. *Os lápis, eles seguem escrevendo*; utilizando diferentes estratégias e formas que garantem a vitalidade da memória dos jovens desaparecidos.

Bibliografía

ACUÑA, Carlos H. & SMULOVITZ, Catalina. “Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional”. In: ACUÑA, Carlos [et.al.]. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995.

AGÜERO, Felipe & HERSHBERG, Eric (comps.). **Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2005.

AGUILA, GABRIELA. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

_____. “La dictadura militar argentina: interpretaciones, problemas, debates”. In: **Páginas. Revista Digital de la Escuela de Historia – UNR**. Año 1, n.1. Rosario: 2008

AGUILA, Garbiela & LUCIANI, Laura. “Transición, sociedad y memoria en la Argentina: elementos para el análisis y perspectivas comparadas”. In: **Ayeres en discusión. Temas clave de Historia Contemporánea hoy**. Murcia, España: Universidad de Murcia, 2008.

ALONSO, Fabiana. “El combate contra el *enemigo interno* en la educación pública santafesina durante la última dictadura militar (1976-1983)”. Ponencia presentada en **Xº Jornadas Interescuelas**, Rosario, septiembre de 2005. Versão digital disponível em: www.riehr.com.ar/investigacion.php (Última verificação: 08/07/2012).

ALONSO, Luciano. “El surgimiento del movimiento argentino por los derechos humanos en perspectiva comparada.” In: **Páginas**, revista digital de la escuela de historia – UNR. Año 1, Rosario, 2008.

ALTAMIRANO, Carlos. “Pasado presente”. In: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008.

AMADO, Ana. **La imagen justa. Cine argentino y política (1980-2007)**. Buenos Aires: Colihue, 2009.

APAZA, Hernán. “Un capítulo ausente en ‘Historia Reciente’: la constitución y consolidación de un campo historiográfico académico”. In: **Interpretaciones. Revista de Historiografía Argentina**. Numero 3, segundo semestre de 2007.

ARAÚJO, Lucimar Almeida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; KLATAU NETO; Orion Barreto da Rocha; SWESSON JR.; Walter Cruz. “O Acervo DEOPS/SP”. In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado 2001.

ARAÚJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina dos anos 1960 e 1970”. *In: FICO, Carlos (org.) [et.al.] **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AREND, Silvia Maria Fávero. “Sobre a história do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso”. *In: **Tempo e Argumento***. Florianópolis, v.1, n.1, janeiro-junho 009.

BALARDINI, Lorena; OBERLIN, Ana & SOBREDO, Laura. “Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención”. *In: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). **Hacer justicia: nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en Argentina***. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2011

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

BERGUIER, Rubén; HECKER, Eduardo; SCHIFRIN, Ariel. **Estudiantes secundarios, sociedad y política**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986.

BISQUERT, Jacqueline & LVOVICH, Daniel. **La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

BLAUSTEIN, Eduardo. **Decíamos ayer: la prensa argentina bajo el Proceso**. Buenos Aires: Colihue, 2006.

BONALDI, Pablo D. “Hijos de desaparecidos. Entre la construcción de la política y la construcción de la memoria”. *In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles***. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

BONAVEÑA, Pablo & NIEVAS, Flabián. “El movimiento estudiantil marplatense”. *In: BONAVEÑA, P. (comp.) [et.al.] **El movimiento estudiantil argentino: historias con presente***. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007.

BOZZA, Juan Carlos. “Espías, disturbios y barricadas: La radicalización estudiantil y los servicios de información. La Plata, 1969”. *In: **El centenario de los estudios históricos en La Plata***. La Plata: septiembre, octubre y noviembre de 2009.

BRUZZONE, Gustavo & LONGONI, Ana (comps.). **El siluetazo**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Ed., 2008.

BUFANO, Sergio. “Perón y la Triple A”. *In: **Lucha Armada en la Argentina**, nº3, 2005.*

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2008.

CARRERA, Nicolás Iñigo & IBARRA, Carlos Figeroa. “Reflexiones para una definición de Historia Reciente”. *In: FIGEROA, Carlos; LÓPEZ, Margarita; RAIJLAND, Beatriz. **Temas y procesos de la Historia Reciente de América Latina***. Santiago: CLACSO, 2010.

CATELA, Ludmila da Silva. “Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul”. *In*: CASTRO, Celso & D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2000.

_____. **Situación limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. “El mundo de los archivos”. *In*: CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth. (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002

_____. “Apagón en el Ingenio, escrache en el Museo. Tensiones y disputas entre memorias locales y memorias oficiales en torno a un episodio de represión de 1976”. *In*: JELIN, Elizabeth. & PINO, Ponciano del (comps.). **Luchas locales, comunidades e identidades**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2003.

_____. “Etnografía de los archivos de la represión en la Argentina”. *In*: FRANCO, MARINA & LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

_____. “Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas”. *In*: FICO, Carlos (org.) [et.al.] **Dictadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CATTARUZZA, Alejandro. “El mundo por hacer. Una propuesta para el análisis de la cultura juvenil en la Argentina de los años setenta”. *In*: **Lucha Armada**, n.10, 2008

CAVIGLIA, Mariana. **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

CERRUTI, Gabriela. “La historia de la memoria”. *In*: **Puentes. Revista de la Comisión Provincial por la Memoria**. La Plata, ano 2, n.3, marzo 2001.

CERRUTI, Isabel; KOZIN, Ariel; LÓPEZ, Marcelo; MÉNDEZ, María José; MENDIZÁBAL, María E.; PORTOS, Joan. “El afuera de un centro clandestino de detención: las memorias de los vecinos del ‘Olimpo’”. *In*: DURÁN, Valeria & HUFFSCHMID, Anne. **Topografías conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

CPM. **Memorias en las aulas. La educación en la dictadura**. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2006. Versão digital disponível em: <http://www.comisionporlamemoria.org/dossiers/con%20issn/dossier5.pdf> (Última verificação em: 08/07/2012).

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**. Siglo XXI, Buenos Aires, 2008.

_____. “Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983-2003”. *In*: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**. Buenos Aires: Biblos, 2010

CRESPO, Horacio; LIDA, Clara E. & YANKELEVICH, Pablo. “Introducción”. *In*: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008.

CRISTIÁ, Moira & CUCCHETTI, Humberto. “Los sesenta y setenta: ¿Un capítulo pendiente de la Historia Argentina?”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Revista Digital, 2008. Versão digital disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index39282.html> (Última verificação: 25/03/2012).

CUETO RÚA, Santiago. “**Nacimos en su lucha, viven en la nuestra.**” **Identidad, justicia y memoria en la agrupación HIJOS-La Plata**. Tesis (Maestría en Historia y Memoria) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Universidad Nacional de La Plata, La Plata.

CUETO RÚA, Santiago. “HIJOS La Plata: la democracia en cuestión. Tensiones entre el discurso de HIJOS y la legalidad democrática.” *In*: **Anuario n°20, Escuela de Historia: historia, memoria y pasado reciente**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2004.

FALCONE, Jorge. **Memorial de guerralarga. Un pibe entre cientos de miles**. La Plata: Campana de Palo, 2001.

FELD, Claudia. **Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

_____. “La representación de los desaparecidos en la prensa de la transición: el ‘show del horror’”. *In*: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**. *In*: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**. Buenos Aires: Biblos, 2010

_____. “El pasado como ‘show’. Los medios de comunicación masiva y la representación del terrorismo de Estado en Argentina”. *In*: ALONSO, Fabiana [et.al.]. **Justicia y derechos humanos en la construcción de la democracia**. Santa Fe: Universidad del Litoral, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do Tempo Presente: desafios”. *In*: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n°3, p.111-124, maio/junho, 2000.

FILC, Judith. **Entre el parentesco y la política. Familia y dictadura, 1976-1983**. Buenos Aires: Biblos, 1997.

FLORES, Jorge Rojas. “Los estudiantes secundarios durante la Unidad Popular, 1970-1973”. *In*: **Historia**, n°42, Vo. II, julio-diciembre 2009.

FONTES, PAULO & NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia.” *In*: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado 2001.

FRANCO, Marina. **El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI Eds., 2008

_____. “En busca del estabón perdido: reflexiones sobre la represión estatal de la última dictadura militar” *In: Estudios*, n° 25, enero-junio 2011.

FRANCO, Marina & LEVÍN, Florencia. “El pasado cercano en clave historiográfica”. *In: FRANCO, MARINA & LEVÍN, Florencia. Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FRIED, Gabriela. “Memorias que insisten: la intersubjetividad de la memoria y los hijos de desaparecidos por la dictadura militar argentina (1976-1983)”. *In: GROPPPO, B.; FLIER, P. (orgs.). La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. Ed. Al Margen, La Plata, 2001.

FLORES, Jorge Rojas. “Los estudiantes secundarios durante la Unidad Popular, 1970-1973”. *In: Historia*, n°42, Vol. II, julio-diciembre 2009.

FUNES, Patricia. “Medio siglo de represión. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires”. *In: Puentes*, N° 11, Año 4, La Plata, Comisión Provincial por la Memoria, mayo 2004

_____. “Secretos, confidenciales y reservados?. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Provincia de Buenos Aires”. *In: QUIROGA, Hugo & TCACH, César. Argentina 1976-2006, entre la sombra de la dictadura y el -futuro de la democracia*. Rosario: Homo Sapiens/Universidad Nacional del Litoral, 2006.

_____. “El historiador, el archivo y el testigo”. *In: CERNADAS, Jorge & LVOVICH, Daniel (comps.). Historia, ¿para qué?: revisitas a una vieja pregunta*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

_____. “Los que queman libros. Censores en Argentina (1956-1983)”. *In: BOHOLAVSKY, Ernesto [et.al.] (comps.). Problemas de historia reciente del Cono Sur. Volumen I*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

GARAÑO, Santiago & PERTOT, Werner. **La otra juvenilla: militancia y represión en el Colegio Nacional de Buenos Aire 1971-1986**. Buenos Aires: Biblos, 2002.

_____. **Detenidos-aparecidos**. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. “‘Nunca más’: el juicio mas allá de los estrados”. *In: ACUÑA, Carlos [et.al.]. Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995.

GORDILLO, Mónica B. “Protesta, rebelión y movilización: de la resistència a la lucha armada, 1955-1973”. *In: JAMES, Daniel. Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

GROPPPO, Bruno. “Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur”. *In: GROPPPO, B.; FLIER, P. (orgs.). La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. Ed. Al Margen, La Plata, 2001

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O Presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. *In*: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HANCEVICH, Malka & SOLER, Lorena. “Sobre lo (im)posible de recordar”. *In*: CRENZEL, Emilio. **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

ISLA, Alejandro. “Los apoyos de Bussi. Valores domésticos, espacios públicos en el presente tucumano”. *In*: SVAMPA, Maristella. **Desde abajo. La transformación de las identidades sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

IZAGUIRRE, Inés. “La Universidad y el Estado terrorista. La Misión Ivanissevich.” *In*: **Conflicto Social**, Año 4, N° 5, Junio 2011.

JARACH, Vera [et.al.]. **Los chicos del exilio. Buenos Aires, Argentina 1975-1983**. Buenos Aires: El país de Nomeolvides, 2002.

JASCHEK, Ingrid. “Informe de avance. Mesa Doctrina.”. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2003.

JAUME, Fernando. “Margarita Belén: las herramientas de la memoria. Investigar, conmemorar, comunicar, exigir justicia.” *In*: **Iberoamericana**, X, 40, Diciembre 2000.

JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina.” *In*: ACUÑA, Carlos [et.al.]. **Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995.

_____. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

_____. “Introducción” & “Los sentidos de la conmemoración”. *In*: **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

_____. “Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión”. *In*: CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth. (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

JELIN, Elizabeth & LORENZ, Federico Guillermo (comps.). **Educación y memoria. La escuela elabora el pasado**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2004.

JELIN, Elizabeth & LONGONI, Ana (comps.). **Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2005.

JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego. “Introducción”. *In*: JELIN, E. & SEMPOL, D. **El pasado en el futuro: los movimientos juveniles**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006

JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura.** Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

JULIÁN, Dolores San. “Vida cotidiana y dictadura: los vecinos del ex Centro Clandestino de Detención Mansión Seré-Atila”. Disponible em: <http://www.riehr.com.ar/investigacion.php> (Última verificação: 01/07/2012)

KAHAN, Emmanuel N. “**Unos pocos peligros sensatos**”. **La Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires frente a las instituciones judías de La Plata.** Tesis (Maestría en Historia y Memoria) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata

KAUFMAN, Susana G. “Lo legado y lo próprio. Lazos familiares y transmisión de memorias”. In: JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. **Subjetividad y figuras de la memoria.** Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2006.

KNAUSS, Paulo & OLIVEIRA, Camila da Costa. “Usos do passado e arquivos da polícia política”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

KORINFELD, Daniel. **Experiencias del exilio: Avatares subjetivos de jóvenes militantes argentinos durante la década del setenta.** Buenos Aires: Del Estante Editorial, 2008.

LANTERI, Magdalena. “Colecciones documentales del Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA)”. In: **Boletín Bibliográfico del Programa Buenos Aires de Historia Política**, año 1, número 3, marzo de 2009.

_____. “La Comisión Provincial por la Memoria y el archivo de la DIPBA: los documentos policiales como aportes para la reconstrucción histórica y la prueba jurídica.” In: **Conflicto Social**, Año 4, N° 6, Diciembre 2011.

LENCI, Laura & RAGGIO, Sandra. “Comisión Provincial por la Memoria, presentación de actividades”. In: **Aletheia. Revista de la Maestría en Historia y Memoria de la FaHCE.** La Plata, volumen 2, n. 3, noviembre 2011.

LONGHI, Carla Reis. “O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade”. In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **O DEOPS/SP em busca do crime político. Família 50.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado 2002.

LONGONI, Ana. **Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión.** Buenos Aires: Norma, 2007.

LORENZ, Federico Guillermo. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976” In: JELIN, Elizabeth. **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”.** Madrid, Esp.: Siglo XXI Editores S.A., 2002

_____. **Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

_____. **Los zapatos de Carlito. Una historia de los trabajadores navales de Tigre en la década del setenta.** Buenos Aires: Norma, 2007.

LORENZ, Federico & GUEMBE, María Laura. **Cruces, idas y vueltas de Malvinas.** Buenos Aires: Edhasa, 2007.

LUCIANI, Laura. "Actitudes y comportamientos sociales durante la última dictadura militar en Argentina (1976-1983). Algunas consideraciones respecto de cómo analizar la compleja trama entre régimen y sociedad". *In: Navego@mérica. Revista eletrônica de la Asociación Española de Americanistas.* 2009, n.3, pp. 10-11.

LVOVICH, Daniel & RODRÍGUEZ, Laura Graciela. "La Gendarmería Infantil durante la última dictadura". *In: Quinto Sol*, vol. 15, nº1, 2011.

MANEIRO, María. "La Plata, Berisso y Ensenada. Los procesos de desaparición forzada de personas en el 'Circuito Camps'". *In: Inés Izaguirre (comp.). Luchas de clases, guerra civil y genocidio en Argentina 1976-1983: antecedentes, desarrollo, complicidades.* Buenos Aires: Eudeba, 2009.

MANZANO, Valeria. "Cultura, política y movimiento secundario en la Argentina de la segunda mitad del siglo XX". *In: Propuesta Educativa.* Buenos Aires, Flacso, n. 35, 2011.

MAZZEI, Daniel. "El general Balza y la construcción de una memoria alternativa del Ejército argentino." **Anuario nº20, Escuela de Historia: historia, memoria y pasado reciente.** Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2004.

MEMORIA ABIERTA. **Memoria en la ciudad: señales del terrorismo en Buenos Aires.** Buenos Aires: Eudeba, 2009.

_____. **Abogados, derecho y política.** Buenos Aires: Memoria Abierta, 2010.

MIGNONE, Emilio F. **Estrategia represiva de la dictadura militar: La doctrina del "paralelismo global".** Buenos Aires: Colihue, 2006.

MUDROVIC, María Inés (ed.). **Pasados en conflicto: representación, mito y memoria.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

NOFAL, Rossana. "Desaparecidos, militantes y soldados: de la literatura testimonial a los partes de guerra". *In: CRENZEL, Emilio (coord.). Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008.* Buenos Aires: Biblos, 2010.

NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática.** São Paulo: EDUSP, 2007.

NUNCA MÁS. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: EUDEBA, 1986.

NUÑEZ, Héctor R & SEONE, María. **La Noche de los Lápices.** Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

OBERTI, Alejandra. “La salud de los enfermos o los (im)posibles diálogos entre generaciones sobre el pasado reciente”. *In*: AMADO, Ana [et.al.]. **Lazos de familia: herencias, cuerpos, ficciones**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. “La memoria y sus sombras”. *In*: JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. **Subjetividad y figuras de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2006.

OBERTI, Alejandra & PITTALUGA, Roberto. **Memorias en Montaje. Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la historia**. Buenos Aires: Ediciones El cielo por asalto, 2006.

OLLIER, María Matilde. **De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2009.

OLMO, Darío. “Reconstruir desde restos y fragmentos. El uso de archivos policiales en la Antropología Forense.” *In*: CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elizabeth. (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

PALERMO, Vicente. “Entre la memoria y el olvido: represión, guerra y democracia en la Argentina”. *In*: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. **La historia reciente. Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na História”. *In*: **Literatura e Autoritarismo**. UFSM, n.4, set-dezembro 2004.

_____. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. *In*: FICO, Carlos (org.) [et.al.]. **Ditadura e democracia na América latina: balanço historiográfico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. “História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos”. *In*: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.1,n.1, jan-junho 2009.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREYRA, Sebastián. **¿La lucha es una sola?: la movilización social entre la democratización y el neoliberalismo**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

PITTALUGA, Roberto. “Notas sobre la historia del pasado reciente”. *In*: CERNADAS, Jorge & LVOVICH, Daniel (comps.). **Historia, ¿para qué?: revisitas a una vieja pregunta**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

PUJOL, Sergio A. “Rebeldes y modernos. Una cultura de los jóvenes”. *In*: JAMES, Daniel. **Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003

_____. **Rock y dictadura**. Emecé: Buenos Aires, 2005

QUADRAT, Samantha Viz. “O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares”. *In*: **História**, São Paulo, n. 22, 2003.

_____. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina”. *In*: FICO, Carlos (org.) [et.al.] **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. “A oposição juvenil à Unidade Popular”. *In*: QUADRAT, Samantha & ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra”. *In*: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

QUADRAT, Samantha VIZ & ROLLEMBERG, Denise. “Apresentação. Memória, história e autoritarismos”. *In*: QUADRAT, Samantha & ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUIROGA, Hugo. “La verdad de la justicia y la verdad de la política. Los derechos humanos en la dictadura y en la democracia”. *In*: QUIROGA, Hugo & TCACH, César (comps.). **A veinte años del golpe. Con memoria democrática**. Rosario: Homo Sapiens, 1996.

RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”. *In*: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. Argentina, **1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008.

RAGGIO, Sandra. “Narrar el terrorismo de Estado. De los hechos a la denuncia pública: el caso de ‘la noche de los lápices’”. *In*: **Cuadernos del CISH**. La Plata, n. 17-18, 20005.

_____. “La noche de los lápices: del testimonio judicial al relato cinematográfico”. *In*: FELD, Claudia (comp.) [et.al.]. **El pasado que miramos: memoria e imagen ante la historia reciente**. Buenos Aires: Paidós, 2009

_____. “La construcción de un relato emblemático de la represión: la ‘noche de los lápices’”. *In*: CRENZEL, Emilio (coord.). **Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

ROJAS, Patricia. “Bailando sobre las cenizas”. *In*: **Puentes**, nº2. La Plata, dezembro 2000.

ROMERO, Luis Alberto. “La democracia y la sombra del Proceso”. *In*: QUIROGA, Hugo & TCACH, César. **Argentina 1976-2006, entre la sombra de la dictadura y el -futuro de la democracia**. Rosario: Homo Sapiens/Universidad Nacional del Litoral, 2006.

_____. “La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión”. *In*: PÉROTIN DUMON, Anne (ed.). **Historizar el pasado vivo en América Latina**. 2007. Publicação eletrônica disponível em: <http://www.historizarelpasadovivo.cl/> (Última verificação: 25/03/2012).

RONIGER, Luis & SZNAJDER, Mario. “El legado de las violaciones de los derechos humanos”. *In*: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de estado**. Buenos Aires: FCE, 2008.

ROTH, Philip. “Promesas y problemas de la historia reciente del Cono Sur (a modo de introducción).” *In*: BOHOLAVSKY, Ernesto [et.al.] (comps.). **Problemas de historia reciente del Cono Sur. Volumen I.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que é era”. *In*: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SÁBATO, Hilda. “Olvidar la memoria”. *In*: **Punto de Vista**, nº 36, dezembro de 1989.

SAIN, Marcelo Fabían. “Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os ‘defeitos’ civis”. *In*: CASTRO, Celso & D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2000.

SALVI, Valentina. “Entre el olvido y la victimización: transformaciones en la narrativa sobre la ‘reconciliación nacional’”. *In*: **La sociedad argentina hoy frente a los años ’70.** Buenos Aires: Eudeba, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SIGAL, Silvia. **La Plaza de Mayo. Una crónica.** Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2006.

STERN, Steve J. “De la memoria suelta a la memoria emblemática: Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)”. *In*: GARCÉS, M. [et. Al.] (ed.). **Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX.** Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2001.

TCACH, César. “Golpes, proscripciones y partidos políticos”. *In*: JAMES, Daniel. **Nueva historia argentina: violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976.** Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

TELES, Edson. “Políticas do silêncio e interditos da memória da transição do consenso” *In*: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume II.** São Paulo: HUCITEC, 2009.

TEUBAL, Ruth. **Memorias fraternas: la experiencia de hermanos de desaparecidos, tíos de jóvenes apropiados durante la última dictadura.** Buenos Aires: EUDEBA, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Paidós: Buenos Aires, 2000.

VALDÉZ, Patricia. “‘Tiempo Óptimo para la memoria’”. *In*: GROPPPO, B.; FLIER, P. (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay.** Ed. Al Margen, La Plata, 2001.

_____. “El Parque de la Memoria en Buenos Aires”. *In*: JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. (comps.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales.** Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2003

VERBITSKY, Horacio. **El Vuelo.** Buenos Aires: Planeta, 1995.

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina.** Siglo XXI, Buenos Aires, 2009.

YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio: argentinos en México, 1974-1983.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

WALSH, Rodolfo. “Carta aberta de um escritor à Junta Militar”. *In:* WALSH, Rodolfo. **Operação Massacre.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WASSERMAN, Claudia (org.) [et.al.]. **Ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WINN, Peter. “Hacia un balance: ¿es la historia reciente un campo de estudio establecido?” *In:* BOHOLAVSKY, Ernesto [et.al.] (comps.). **Problemas de historia reciente del Cono Sur. Volumen II.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

Periódicos

“El juicio a las ex Juntas -Revelaciones a propósito del secuestro de diez menores” (*Clarín* 10/05/1985)

“Pasaron 9 años, qué querés...” (*Clarín* 10/05/1985)

“Un grafito imborrable” (*El Periodista*, 12/09/1986)

“Los chicos salieron a la calle” (*Página/12* 17/09/96)

“La apertura de los archivos secretos de la policía provincial” (*Clarín*, 03/10/2003)

“El archivo” (*Página/12*, 05/10/2003)

“Los archivos de la maldita policía (*La Nación*, 12/10/2003)

“Los archivos de la dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (*Clarín*, 30/11/2003).

“En recuerdo de La Noche de los Lápices, quieren declarar el 16 de setiembre Día de la Juventud” (*Clarín*, 14/09/2006)

“Proyecto por los estudiantes desaparecidos” (*La Nación*, 14/09/2006).

Indicação de Filmes

La noche de los lápices. Dirección: Héctor Oliveira. Argentina, 1986.

Flores de septiembre. Dirección: Roberto Testa, Pablo Osorio, Nicolás Wianszelbaum, 2003

Los Irrecuperables. Dirección: Igrid Jaschek, Diego Díaz, 2006

El boleto fue secundario. Dirección: Ignacio Alvarez, Julián Carabajal, Luciano Tejada, Federico Tártara. Argentina, 2009.

Indicação de fontes

Abuelas de Plaza de Mayo. *Abuelas de Paza de Mayo; Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas; Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora. 1976-16 de setiembre-1988*. 16.09.1988.

Comisión Provincial Por la Memoria. **Mesa DS, Carpeta Varios, Legajo n° 34020**

Comisión Provincial Por la Memoria. **Mesa DS, Carpeta Varios, Legajo n° 35902**

Comisión Provincial Por la Memoria. **Mesa A, Factor Estudiantil, Legajos 78/90**

Comisión Provincial Por la Memoria. **Mesa A, Factor Estudiantil, Legajo 340.**

Memoria Abierta, **Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo**, Caja 02, Folio 06, Testimonios del 6° Cuerpo del Ejército.

Memoria Abierta. **Fondo Fiscalía Luis Moreno Ocampo**, caja 50, Causa 13: CONADEP/SDH, Folio 4, “Matanza de estudiantes secundarios de La Plata conocida como La Noche de los Lápices”.

Memoria Abierta, *Testimonio de Nelva Falcone*, Buenos Aires, 2005.

Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

Memoria Abierta, *Testimonio de Gustavo Calloti*, Buenos Aires, 2006.

Memoria Abierta, *Testimonio de Marta Ungaro*, La Plata, Buenos Aires, 2006.

Ministerio de Cultura y Educación. **Subversión en el ámbito educativo (Conozcamos a nuestros enemigos)**. Buenos Aires, 27 de octubre de 1977.

Testemunho de Marta Ungaro. *Juicios por la Verdad*. 14.07.1999. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios> (Última verificação em: 08/07/2012).

Testemunho de Ana Inés Ciocchini. *Juicio por la verdad*. 25.04.2007. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios> (Última verificação em: 08/07/2012).

Testemunho de Miguel Muntaner. *Juicio por la Verdad*. 09.05.2007. Transcrição disponível em: <http://memoriadebida.org/contenido/testimonios> (Última verificação em: 08/07/2012).